

A formação e a sua influência no papel do treinador de judô no planeamento dos treinos e nas competições.

Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Doutor em Ciências do Desporto, na Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, nos termos do Decreto-Lei nº 74/2006 de 24 de Março sob a orientação do Professor Doutor Amândio Braga dos Santos Graça e co-orientação da Professora Doutora Paula Maria Leite Queirós.

LUIZ ALCIDES RAMIRES MADURO
PORTO, 2011

Ficha de catalogação:

Maduro, L. (2011): A formação e a sua influência no papel do treinador de judô no planeamento dos treinos e nas competições. Porto: L. Maduro. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Palavras-Chave: TREINADOR, JUDÔ, PERCEPÇÃO DE COMPETÊNCIAS, CONCEPÇÕES E AÇÕES NO TREINO E COMPETIÇÕES.

“Pobre daquele que pensa em ser mestre sem nunca ter sido discípulo.”

Jigoro Kano

“O sábio começa a fazer o que quer ensinar, depois ensina.”

Confúcio

***Para
Paula e Joaquim***

AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho só foi possível graças ao apoio de várias pessoas e instituições. Gostaria de deixar aqui registrado meu agradecimento à elas.

A Faculdade de Desporto (FADE) da Universidade do Porto (UP) nas pessoas dos professores Drs. Jorge Bento e Antônio Marques que foram o nosso primeiro contato com a instituição.

Aos meus orientadores, professores doutores Amândio Graça e Paula Queirós, primeiramente pela confiança depositada e pela generosidade e competência demonstrados desde a nossa vinda ao Porto em fevereiro de 2005. Toda esta trajetória só foi possível graças aos senhores. Fica registrada minha eterna gratidão.

Ao amigo, professor Cláudio Paiva companheiro de primeira hora deste projeto e fonte de estímulo e em grande parte responsável pela nossa ida ao Porto em busca de conhecimentos e formação acadêmica.

Agradeço as direções das faculdades que trabalhei durante a realização desta etapa nas pessoas dos professores Ms. Eduardo Merino da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), Ms. Rudnei Andrade do Unilasalle e Ms. Sônia Pizzeta de Lima das Faculdades Integradas São Judas Tadeu por entenderem a importância desta etapa e darem o apoio para a realização desta dissertação.

Aos amigos professores Paula Rodrigues e Luiz Fernando “Tubarão” Aquini pela recepção calorosa no Porto, pela hospedagem, pelas inúmeras soluções encontradas durante a minha estada em Portugal no âmbito acadêmico, pela onipresente parceria e pelos serviços junto à FADE.

Ao professor Marcelo Cardoso, incentivador e facilitador dos primeiros contatos que foram fundamentais para a concretização deste importante passo na minha carreira e no meu crescimento pessoal.

Ao professor Fabrício Boscollo DellVechio pelo apoio na revisão, nas sugestões e discussões acadêmicas sobre o tema em estudo.

À minha irmã Acácia Maduro Hagen pelos diversos ensinamentos passados ao longo deste estudo e pela disponibilidade.

A minha esposa Paula pelo apoio incondicional não só nesse projeto, mas em todos os aspectos nesses primeiros dez anos de casamento. Ao meu filho Joaquim Pedro fonte de estímulo e grande parceiro.

Aos meus pais Cecy e José Luiz pelo apoio ao projeto, incentivo e principalmente pelos exemplos dados ao longo da vida.

Ao meu cunhado Otto Hagen e à minha avó Glória Mercedes Ramirez Portela pelo apoio constante ao longo desses anos.

Ao meu *Sensei* Prof. Dr. Francisco Xavier de Vargas Neto pelos diversos ensinamentos passados ao longo de mais de trinta anos de convivência dentro e fora do *dojo*.

Aos treinadores de Judô do Rio Grande do Sul que prontamente atenderam ao pedido e facilitaram em muito o trabalho investigativo em tela.

À todos o meu muito obrigado!

RESUMO

Este trabalho investigou o modo como a formação acadêmica em Educação Física e a graduação específica de judô exercem influência no papel do treinador de judô no planejamento dos treinos e nas competições entre os treinadores de judô bem sucedidos no Estado do Rio Grande do Sul. Dividiu-se em cinco capítulos, tendo como objetivo do primeiro contextualizar a atividade do treinador nas questões históricas, conceituais e legais tendo como cenário o Estado do Rio Grande do Sul. No segundo capítulo investigou-se o perfil destes profissionais referente a sua história de vida e a sua atividade laboral. No terceiro estudo procurou-se investigar a autopercepção de competências e as suas relações com a formação acadêmica e a formação específica no judô observando-se trinta e oito sujeitos vinculadas as quarenta melhores academias classificadas no ranking da Federação Gaúcha de Judô (FGJ). No capítulo quatro, nos detivemos nos aspectos relacionados com o treinamento. Entrevistamos os dezesseis melhores classificados no ranking da FGJ sobre as suas concepções e depois precedemos uma observação em suas academias procurando comparar os sujeitos com formação em Educação Física com os sem formação em Educação Física. No derradeiro capítulo repetimos a metodologia, mas tendo como objeto de estudo a comparação entre as concepções e as ações durante as competições. Ao final dos capítulos concluímos que a formação do treinador está relacionada mais acentuadamente à formação de ofício e não ao hábito científico. As ações dos treinadores não evidenciaram depender da formação acadêmica. O meio do judô produziu ao longo dos anos uma forma de atuar dos treinadores que tem passado de professor para o aluno (que se torna professor) mergulhado em tradições e na cópia dos modelos dos treinadores bem sucedidos. Desta forma as ações dos treinadores observados são provenientes de uma mesma formação: a formação prática.

Palvaras-Chave: Treinador, Judô, Auto-percepção de Competências

ABSTRACT

This study investigated whether the academic training in Physical Education influences the role of the coach in judo training and planning in competitive judo coaches successful in the state of Rio Grande do Sul was divided into five chapters, with the objective contextualize the activity of the first coach in matters historical, conceptual and legal against the backdrop of the State of Rio Grande do Sul in the second chapter we investigated the profile of these professionals regarding their life history and their work activities. In the third study was undertaken to investigate the self-perception of competence and its relations with the academic background and specific training in judo observing thirty-eight related subjects classified the forty best academies in the ranking of Gaúcho Judo Federation (FGJ). In chapter four, we stopped in aspects of training. We interviewed the sixteen best scores in the ranking of FGJ about their conceptions and then preceded by an observation in their academies looking to compare the subject with a degree in Physical Education with no training in Physical Education. In the last chapter we repeat the methodology, but with the object of studies comparing the conceptions and actions during competitions. At the end of the chapters conclude that the formation of the coach is related to formation of office and not the scientific habit. The actions of coaches, after investigating the groups of trained and untrained, it seemed that does not depend on academic background. The middle of judo over the years has produced a form of acting coaches that has been passed from teacher to student (becoming a teacher) steeped in traditions and in copying the models of successful coaches. Thus the actions of coaches are observed from the same training: practical training.

Key-words: Coach, Judo, Self-perception of competence.

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	V
Resumo	VII
Abstract	IX
Sumário	XI
Índice de Tabelas	XII
Abreviaturas	XV
Definição de termos.....	XVI
 Introdução e organização geral da dissertação.....	 1
Referências	9
 Capítulo 1 Enquadramento da actividade do treinador de judô	 15
1.1. O judô no Rio Grande do Sul	15
1.1.1A criação do judô.....	15
1.1.2 Marcos da evolução do judô no Rio Grande do Sul	18
1.2. A actividade do Treinador Esportivo.....	34
1.2.1 As competências do treinador	34
1.2.2 A formação do treinador	39
1.2.3 A intervenção do treinador	47
1.3. A formação e a certificação do treinador de judô no Brasil	54
1.3.1 Enquadramento legal da profissão de treinador de Judô	54
1.3.2 Os treinadores de judô e as Corporações de Ofício.....	58
1.4 Referências	66
 Capítulo 2- perfil do treinador federado de Judô do Rio Grande do Sul	 73
Resumo.....	73
2.1 Introdução	73
2.2 Objetivos	76
2.3 Metodologia.....	76
2.3.1 Tipo de pesquisa.....	76
2.3.2 Sujeitos do estudo.....	76
2.3.3 Instrumentos e procedimentos de recolha de dados.....	78
2.3.4 Procedimentos de análise de dados	79
2.4 Apresentação do resultados.....	80
2.5. Discussão dos resultados.....	86
2.6 Conclusões.....	94
2.7 Referências	96
 Capítulo 3- A autopercepção de competência dos treinadores de judô do Estado do Rio Grande do Sul.	 101
Resumo	101
3.1 Introdução	101
3.2 Metodologia.....	106
3.2.1 Sujeitos do estudo.....	106
3. 2.2 Instrumento	108
3.2.3 Plano de coleta de dados.....	109
3.2.4 Tratamento estatístico	110

3.3 Resultados	111
3.3.1 Análise comparativa quanto à formação acadêmica	111
3.3.2 Análise comparativa quanto a graduação específica em judô.....	113
3.4 Discussão dos Resultados	114
3.5 Conclusões.....	118
3.6 Referências	118
Capítulo 4- Comparação das concepções sobre o treinamento e métodos aplicados entre técnicos de judô formados e não formados em Educação Física no Rio Grande do Sul.	125
Resumo.....	125
4.1 Introdução	125
4.2 <i>Objectivo</i>	128
4.3 Metodologia.....	128
4.3.1 Caracterização da Investigação	128
4.3.2 Sujeitos do estudo	128
4.3.3 Instrumentos e plano de coleta de dados	136
4.4 Apresentação dos Resultados.....	141
4.4.1 Concepções sobre o treinamento.....	141
4.4.2 Observação dos Treinos	165
4.5 Reflexões Finais.....	168
4.5.1 Sobre as concepções de treino	168
4.5.2 Sobre a observação dos treinos	171
4.6 Conclusões e recomendações	173
4.7 Referências	174
Capítulo 5- Comparação entre as concepções e ações dos treinadores de sucesso de Judô, formados e não formados em Educação Física, referentes à competição no Rio Grande do Sul.	185
Resumo.....	185
Abstract	185
5.1 Introdução	185
5.2 Metodologia.....	192
5.2.1 Tipo de pesquisa	192
5.2.2 Sujeitos do estudo	193
5.2.3 Plano de coleta de dados	200
5.3 Apresentação e discussão dos resultados	204
5.3.1 Concepções sobre as competições.....	204
5.3.2 Observações das Competições.....	210
5.4 Conclusões.....	221
5.4.1 As concepções sobre as competição	221
5.4.2 Sobre as ações nas competições.....	222
5.5 Referências	224
capítulo 6 - Conclusões gerais da dissertação	231
Anexos	XVII

ÍNDICE DE TABELAS

Capítulo 1

Tabela 1. 1 Nominata da primeira diretoria da FGJ, empossada em 11/03/1969	29
--	----

Capítulo 2

Tabela 2. 1 distribuição dos sujeitos do estudo quanto à idade, à graduação específica no judô e ao nível competitivo em que participaram	80
---	----

Tabela 2. 2 FORMAÇÃO ACADÊMICA: distribuição dos sujeitos do estudo quanto à sua formação acadêmica, e a formação acadêmica de seu professor de judô	81
--	----

Tabela 2. 3 INICIAÇÃO COMO PRATICANTE: distribuição dos sujeitos do estudo quanto à idade e local de iniciação da prática do judô	82
---	----

Tabela 2. 4 CARREIRA DE TREINADOR: distribuição dos sujeitos do estudo quanto ao tipo de função que exerceu no início da carreira, ao local onde iniciou a sua actividade de treinador e a posição actual	83
---	----

Tabela 2. 5 TREINADOR EM SELEÇÃO: distribuição dos sujeitos do estudo quanto a participação como treinador de seleções gaúchas e brasileiras	83
--	----

Tabela 2. 6 ENVOLVIMENTO NA COMPETIÇÃO: distribuição dos sujeitos do estudo quanto a o nível competitivo de seus atletas e ao acompanhamento de atletas em competições	84
--	----

Tabela 2. 7 CONDIÇÕES DE TREINAMENTO distribuição dos sujeitos do estudo quanto ao número de atletas de sua equipe e quanto ao Volume de treinamento semanal como treinador de judô	85
---	----

Tabela 2. 8 ATUALIZAÇÃO DE CONHECIMENTO: distribuição dos sujeitos do estudo quanto ao hábito de adquirir informações sobre o treinamento de judô	85
---	----

Capítulo 3

Tabela 3. 1 resumo das características dos 38 sujeitos da amostra	106
---	-----

Tabela 3. 2 Comparação da competência percebida dos conhecimentos e competências dos treinadores em função da graduação acadêmica ou nível de escolaridade. Valores da média, desvio padrão e qui quadrado do teste Kruskal-Wallis	112
--	-----

Tabela 3. 3 Comparação da competência percebida dos conhecimentos e competências dos treinadores em função da graduação específica do judô. Valores da média, desvio padrão e qui quadrado do teste Kruskal-Wallis	113
--	-----

Capítulo 4

Tabela 4. 1 tempo médio em minutos da divisão das ações dos quatro treinos observados.....	167
--	-----

Capítulo 5

Tabela 5. 1 Ações dos treinadores da amostra durante a competição.....	210
Tabela 5. 2 instruções de incentivo passadas de forma verbal.....	211
Tabela 5. 3 instruções táticas.....	213
Tabela 5. 4 Tentativa de pressionar a arbitragem de forma verbal ou gestual.....	215
Tabela 5. 5 Cobranças feitas ao atleta durante as lutas	218
Tabela 5. 6 instrução técnica.....	220

ABREVIATURAS

APEF- Associação dos Professores de Educação Física

CBJ- Confederação Brasileira de Judô

CND- Conselho Nacional de Desportos

COB- Comitê Olímpico Brasileiro

COI- Comitê Olímpico Internacional

CREF- Conselho Regional de Educação Física

CONFEF- Conselho Federal de Educação Física

ESEF/UFRGS- Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (antiga Escola Superior de Educação Física)

FADE- Faculdade do Desporto da Universidade do Porto

FGJ- Federação Gaúcha de Judô

FIJ- Federação Internacional de Judô

FPJ- Federação Paulista de Judô

FRGP- Federação Rio-grandense de Pugilismo

FUGE- Federação Universitária Gaúcha de Esportes

UP- Universidade do Porto

DEFINIÇÃO DE TERMOS

Dan: A partir da obtenção da faixa-preta a progressão se dá pela obtenção de graus, ou seja os Dans. Até o quinto grau o judoca mantém a faixa na cor preta.

Faixa vermelha e branca: A partir do sexto dan pode-se usar uma faixa dividida em partes de aproximadamente vinte centímetros das cores vermelha e branca

Faixa vermelha: Os professores no nono e décimo Dan podem usar uma faixa vermelha durante as aulas ou cerimônias.

Faixa-preta: Graduação do judô e de outras modalidades orientais de luta, que confere o status de professor e a possibilidade de ser o responsável técnico de uma academia. É sub-dividida em dez níveis denominados de “dans”.

Gaúcho (a) : termo que se aplicava ao habitante do interior do Estado, que hoje se utiliza para nomear o que vem do Rio Grande do Sul. Exemplo: Federação Gaúcga de Judô.

Kodanshas: professores graduados a partir do sexto dan.

Provisionado: termo que identifica o profissional regulamentado pelo Conselho Federal de Educação Física que não possui a formação acadêmica, mas por direito adquirido em virtude de ter trabalhado antes da promulgação da Lei 9696/98, estar habilitado à trabalhar legalmente

Sensei: significa “mais vida” ou aquele que veio antes e por isso sabe mais; professor ou mestre, digno de todo respeito pelo aluno.

INTRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO GERAL DA DISSERTAÇÃO

O trabalho de investigação científica parte da inquietude e da curiosidade humana sobre fenômenos sociais e da natureza. Esta investigação específica iniciou-se a partir de um pressuposto difundido por Da Costa (1999) e compartilhado pelo autor: aquele que identifica no educador físico o ponto de partida das soluções para a Educação Física. No horizonte deste estudo, o educador físico é o treinador de judô. A atividade do treinador tem sido alvo de diversos estudos ao longo dos anos, na procura de respostas que auxiliem uma melhor compreensão de seus conhecimentos, concepções e atividades práticas (Lemos & Graça, 2007).

O judô, tema deste trabalho, enquanto atividade desportiva, prática marcial ou até mesmo doutrina para seus praticantes, foi idealizado no Japão, e o seu desenvolvimento no Brasil se deu com a imigração japonesa do início do século XX.

O judô é uma luta de origem oriental que através do desporto conquistou seu apogeu, tanto em sua divulgação como na prática globalizada, sendo a primeira modalidade de luta oriental a tornar-se Olímpica. Consideramos o judô como a mais representativa, conforme Drigo, (2002), por ser: a mais difundida, tanto no âmbito do desporto de rendimento quanto por prática de atividade física; mais aceita socialmente, tanto na idéia de fortalecimento corporal geral, como na faceta educacional que lhe é atribuída; possuir maior número de praticantes em relação às artes marciais, ser o desporto de maior número de atletas federados no Brasil, e ser um dos desportos Olímpicos que mais medalhas trouxeram para o país, ficando atrás somente do latismo (Vela) e do Atletismo. Com estes estudos, procuraremos enquadrar contextualmente e investigar o conhecimento, as concepções e as práticas dos treinadores de judô no Rio Grande do Sul, indagando em que medida a formação acadêmica em Educação Física é um fator diferencial nos modos como os treinadores concebem e desenvolvem o seu trabalho.

O judô possui de raiz uma estrutura e hierarquias próprias, baseadas nos princípios da filosofia oriental codificados pelo seu criador, professor Jigoro

Kano. Os propósitos de Jigoro Kano para o judô, eram essencialmente educacionais e baseados em dois princípios: *jita-kyoei* (mínimo esforço, máxima eficácia) e *seiryoku-zenyou* (auxílio e prosperidade mútuos), conforme Franchini e colaboradores (2003). A graduação específica do judoca é feita pela cor de sua faixa, a qual reflete o grau de habilidade e de conhecimento e tempo de prática. No Brasil, o sistema oficial adotado pela Confederação Brasileira de Judô (CBJ) tem a seguinte ordem: branca, azul, amarela, laranja, verde, roxa, marrom e preta. Após a faixa preta, os judocas são divididos em *yu-dansha* (de 1º a 5º dans) e *ko-dansha* (6º a 10º dans). Do 6º ao 8º dans a cor da faixa passa a ser branca e vermelha (coral), enquanto no 9º e 10º dans a faixa é vermelha. Outra forma de mostrar a organização é pela estrutura hierarquica das entidades envolvidas com o seu controle institucional em diferentes níveis de atuação. O judô como prática esportiva está sujeito a uma hierarquia de instituições que o regulam em nível mundial, continental, nacional e regional. Temos então a seguinte estrutura: International Judo Federation (FIJ – Federação Internacional de Judô), Pan-American Judo Union (PJU – União Pan-americana de Judô), Confederação Brasileira de Judô (CBJ), Federação Gaúcha de Judô (FGJ), as Delegacias Regionais (representantes da FGJ no interior) e, finalmente, as Agremiação (Clubes, Academias, Escolas) e o filiado/atleta.

No Rio Grande do Sul, a prática do judô está consolidada dentro do nosso cenário esportivo. Os dados da FGJ atestam que temos mais de três mil praticantes cadastrados na federação e aproximadamente sessenta academias registradas. Além disso, a federação calcula que existam mais de trezentos locais de ensino em colégios, creches, condomínios que não necessitam de registro na entidade, conforme os relatórios de 2009 e 2010. No Rio Grande do Sul, decorridas quase cinco décadas da sua implantação, encontramos atualmente o ensino do judô difundido em todo o Estado, inclusive sendo disciplina curricular em várias faculdades de Educação Física.

No campo profissional, somente a partir da Lei 9.696, de primeiro de setembro de 1998, que marca a criação dos Conselhos Regionais (CREF) e do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), esta significativa parcela do

mercado de trabalho passou a ser fiscalizada. Anteriormente à lei bastava, para ser instrutor, alguns anos de prática esportiva e a obtenção da faixa-preta, outorgada pela Federação Estadual, que simbolizava a figura do mestre.

O judô pode ser caracterizado como uma forma de atividade física de combate, que pressupõe a existência de um professor ou técnico envolvido no seu ensino ou treinamento. Atualmente a principal forma de expressão do judô ocorre como esporte de luta embora observemos uma retomada da prática dos *Katas*¹ inclusive com a realização de campeonatos nacionais e mundiais. Portanto se enquadra nos parâmetros estabelecidos pela referida Lei (Carvalho & Drigo, 2007). Não obstante à lei, encontramos, dentro do campo da Educação Física, grupos organizados contra a regulamentação, principalmente na área das lutas e da dança. Sendo assim, o treinador de judô, no Rio Grande do Sul, está sujeito à regulamentação profissional, expressa na Lei 9696/98, e à força da tradição do meio, que possuía regulamentações próprias anteriores a promulgação da lei.

Espera-se que um treinador tenha conhecimento e competências nos domínios técnico, tático, físico, psicológico, tanto de ordem geral como específico de sua modalidade, assim como uma orientação ética e filosófica no trabalho com seus atletas. A investigação sobre a função de treinador é uma preocupação atual do meio acadêmico. Gilbert (2002) fez um levantamento da produção científica na área de estudo abordada, tendo detectado que a maioria dos estudos publicados entre as décadas de 1970 a 2000 incidiam sobre o comportamento dos treinadores, logo seguida de estudos focados sobre aspectos cognitivos.

Os treinadores são elementos fundamentais no desporto e na sociedade. São agentes desportivos com um papel bem definido, todavia muito diversificado, que abrange diversas áreas inerentes às componentes da prática desportiva. São responsáveis pelo planejamento, gestão, seleção, liderança, instrução e rendimento de um grupo de seres humanos no desporto. Em muitos casos, e especialmente para os jovens, o treinador é um modelo e, por isso, tem facilidade de os influenciar positivamente (Bompa, 2005). A influência que

¹ Formas coreográficas, feitas em dupla, de ataque e defesa que procuram manter a origem das técnicas do judô.

o treinador exerce sobre as atitudes e comportamentos, sobre os princípios, valores, orientações e sentidos de vida dos atletas é inegável (Bento, 1999). Enquanto elementos fundamentais na sociedade, a sua formação deve ser bem orientada e baseada na cultura e tradições de cada País. Os treinadores são elementos transmissores de princípios, regras, conhecimentos desportivos, educativos, pessoais, sociais, culturais e, por vezes, também políticos e religiosos. O treinador recebe, em cada momento da atividade que desenvolve influências de âmbito político movidas pelos interesses em jogo na sociedade em que desenvolve a sua ação. Oliveira (1994) refere que ser treinador significa ser agente de um processo de transformação que, no contexto do exercício da cidadania, conduz a responsabilidades e direitos. O treinador é simultaneamente um agente interativo de desenvolvimento do contexto social, cultural e político em que se move como perito e como cidadão (Araújo, 1994), pelo que ser treinador é uma vocação que não se esgota no domínio das habilidades específicas da organização, planeamento e condução do treino e/ou das competições.

O treinador transporta para os contextos de treino e competição a versão individual da formação requerida para o desempenho das respectivas funções. No esporte, os treinadores trabalham tanto através de relacionamentos interpessoais quanto fornecendo orientações, metas e estrutura para suas equipes. A função de treinador, embora pareça confortável, é provavelmente, uma das mais árduas e exigentes, quantas vezes ingrata, pois na maioria das vezes quando a equipe vence, o mérito vai para os atletas, cabendo a ele a culpa pelas derrotas (GUILHERME, 2001).

O judô, segundo Drigo (2007), sofre atualmente a pressão de forças antagônicas. Criado no final do século XIX no Japão como um método de educação, hoje está inserido na sociedade como um esporte competitivo, que em busca do resultado pode levar ao atropelo de conceitos éticos e morais, quando não bem orientado. Também podemos citar as diferenças entre a cultura oriental e a ocidental quanto as questões de respeito a hierarquia e o tratamento dispensado aos mais velhos. O termo *Sensei* (sen-antes e sei-vida), que em japonês significa aquele que veio antes, portanto mais experiente e

merecedor de respeito, é traduzido costumeiramente em português como professor. O que para os japoneses simboliza o respeito aos que vieram antes de nós, para os ocidentais é resumido ao conceito da relação professor-aluno mais relacionado à hierarquia do que à experiência. Temos então um cenário composto por professores brasileiros que atuam no treinamento de uma modalidade de origem oriental com códigos de conduta, hierarquia, vestimenta, vocabulário e gestos que foram sistematizados no outro lado do mundo, fruto de uma cultura que sofreu influências bastante diversas da gaúcha. Neste contexto se insere a evolução do judô criado como método de educação e hoje incluso no rol dos esportes Olímpicos, estando sujeito às influências que a busca pelos títulos competitivos pode trazer.

Entre os treinadores, no Rio Grande do Sul, encontramos sujeitos com formações profissionais distintas. Todos os que tem a graduação de faixa-preta, as obtiveram através da Federação Gaúcha de Judô ou de outra federação estadual oficializada pela Confederação Brasileira de Judô. Dentre os faixas-pretas temos outros que, além da formação prática, buscaram certificação acadêmica nas faculdades de Educação Física. Vislumbramos aqui um possível conflito em torno da legitimidade dos conhecimentos de origem diversa, que se consubstancia na oposição entre a primazia a dar ao conhecimento científico e técnico, ou ao conhecimento prático, tradição e senso comum, da qual resulta o figurino do conjunto das representações **sociais específicas** do campo do judô. Partindo destas pressupostos, importará questionar se há diferenças entre o discurso e, principalmente, a prática profissional dos treinadores gaúchos.

Após estas reflexões iniciais, apresentam-se as questões norteadoras desta pesquisa:

(1) Quais são as competências específicas mais valorizadas, na concepção dos treinadores de judô, para alcançar seus objetivos?

(2) Quais foram as histórias de vida dos treinadores de judô das entidades federadas no Rio Grande do Sul?

(3) Em que medida, as formações distintas resultam em diferentes intervenções no planejamento do treino e em situações surgidas nas

competições?

Conforme Afonso *et al.* (2001), o conhecimento (teórico e prático) que o treinador domina vai ajudá-lo a organizar o planejamento, com a intencionalidade de que os efeitos do treino, traduzidos em ganhos de aprendizagem dos fundamentos técnico-táticos e na melhoria das capacidades motoras e psicológicas, se transfiram para a competição. O presente estudo visará investigar quais os modelos de formação, quais as competências específicas necessárias na concepção destes treinadores e como ocorrem suas intervenções frente ao planejamento dos treinos e as situações surgidas competição.

Colocou-se como objetivo geral da pesquisa verificar se as distintas trajetórias de formação desenvolvem concepções diferenciadas sobre o planejamento dos treinos e as intervenções nas situações surgidas durante as competições entre os treinadores de judô do Rio Grande do Sul.

Esse objetivo geral desdobrou-se nos seguintes objetivos específicos:

(1) Descrever o perfil dos treinadores de judô caracterizando as distintas trajetórias de formação e seus hábitos relacionados à aquisição do conhecimento profissional.

(2) Identificar quais são as competências necessárias para o desempenho da função de treinador de judô na concepção dos treinadores.

(3) Verificar se há diferenças na concepção do planejamento dos treinamentos e nas ações nas competições entre os treinadores com diferentes formações.

A investigação é de caráter descritivo e comparativo, pois tem como objetivo descrever e comparar dois grupos distintos de profissionais. A coleta de dados foi feita através de três instrumentos distintos: a aplicação de um questionário, entrevistas semi-estruturadas e a observação de treinos e competições com o preenchimento de planilhas adequadas. A proposta segue as orientações Gilbert e Trudel (2004), Gilbert *et al* (1999), Potrac *et al* (2000) e Strean (1998), para estudos cujo objetivo é **conhecer o comportamento, o conhecimento e o pensamento de treinadores em simultâneo**.

Foi realizada a “triangulação” entre as distintas fontes de informação, a qual consiste no cruzamento dos dados, tanto quantitativos quanto qualitativos, obtidos por meio de distintos instrumentos e técnicas. Segundo Campbell e Fiskk (1959), Blond & Webb (1997) e Bulmer (1999), o conceito de triangulação reporta-se a operações destinadas a validar um resultado através de mais de uma mesma fonte ou de mais de um método de pesquisa. Presume-se que, quando a informação possa ser confirmada a partir de diferentes fontes, sua credibilidade fica fortalecida.

No início do trabalho, que se apresenta agora, necessitamos introduzir uma revisão sobre conceitos que formaram o marco teórico da investigação. Compilamos informações sobre o judô e a sua evolução no mundo, no Brasil, e especificamente no Rio Grande do Sul, cenário de nosso trabalho.

Nos capítulos 2 a 5 são apresentados os estudos empíricos desenvolvidos. Foram investigados treinadores de judô que exerciam a função de responsável técnico ou auxiliar técnico das academias filiadas à Federação Gaúcha de Judô nos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010. Alguns destes treinadores fizeram parte da amostra em todos os estudo, mas outros participaram de dois ou de apenas um estudo. Este critério foi observado com o objetivo de comparar treinadores que tenham atingido um determinado status profissional, evitando-se assim a comparação de sujeitos experientes e bem sucedidos de um grupo e iniciantes na profissão de outro. Para o primeiro estudo foram ouvidos trinta e oito treinadores, das quarenta melhores classificadas no Ranking Estadual, de um universo de aproximadamente sessenta filiadas à FGJ no momento da realização do estudo segundo os dados obtidos pelos registros da Federação Gaúcha de Judô (FGJ, 2007, 2008, 2009 e 2010). Para o segundo estudo foram entrevistados dezesseis treinadores, sendo oito graduados em Educação Física e oito sem formação acadêmica em Educação Física. Para o terceiro e quarto estudos foram acompanhados seis treinadores, sendo três graduados e três sem formação acadêmica escolhidos de forma intencional entre os mais representativos de cada grupo.

O primeiro estudo empírico, apresentado no capítulo dois adotou um desenho de natureza exploratória e descritiva com o propósito de levantar o perfil do treinador de judô do Rio Grande do Sul. Para o efeito, foi aplicado um questionário com perguntas fechadas. Os itens da versão preliminar do questionário foram gerados primeiramente a partir da análise dos dados provenientes de uma entrevista semi-estruturada e posteriormente aplicados em forma de estudo piloto a três treinadores com características semelhantes às da amostra. A validade de conteúdo foi analisada por três professores peritos na área, sendo um especialista em judô e os outros dois em estudos por inquérito. Os dados foram analisados através das estatísticas descritivas, com cálculo da frequência absoluta, frequência relativa, média e desvio padrão, utilizando o programa SPSS versão 18.0 (Pacote Estatístico Aplicado às Ciências Sociais).

No capítulo três, buscou-se obter informações de como os treinadores se percebiam nas questões relacionadas aos treinamentos e as suas condutas durante as competições. O instrumento utilizado para a recolha de dados foi um questionário formulado com base na literatura (Rosado, 2000; Simão, 1998; Costa, 2005; Demers et al., 2006; Abraham et al., 2006; Vargas-Tonsing, 2007; Gould et al., 1990) e nos conhecimentos referenciados pela AEHESIS² (Petry et al, 2006) como imprescindíveis para o desenvolvimento profissional de um treinador desportivo, sendo assim, adaptados à modalidade de Judô e à realidade brasileira/gaúcha. Este instrumento sofreu pequenas adaptações para tratar com aspectos específicos do judô e por termos investigados tanto graduados como não graduados em Educação Física. Após um estudo piloto verificou-se a necessidade de encontramos sinônimos para termos científicos ou pouco compreensíveis para os profissionais não

² Preocupados com a necessidade de existir uma formação superior alinhada no espaço europeu, diferentes entidades europeias agregaram esforços, expressos num Projeto designado como Aligning a European Higher Education Structure (AEHESIS), onde ressalta entre outras profissões, a de Treinador Desportivo. Neste âmbito, é enumerado um conjunto de conhecimentos que servirão como base teórica para o aprendizado das competências relacionadas com a atividade profissional do treinador, sendo eles: (a) aspectos técnicos, táticos, físicos e mentais do desporto; (b) medicina, primeiros socorros, nutrição e prevenção de lesões; (c) metodologia e didática; (d) biomecânica; (e) periodização e planeamento; (f) teoria do treino; (g) estilo de vida; (h) modelo do desporto específico e desenvolvimento do atleta.

habituaados aos termos específicos da área acadêmica.

No quarto capítulo buscou-se examinar a visão dos treinadores, os seus conceitos sobre o treinamento e estabelecer uma relação entre **o discurso** dos treinadores e as suas **práticas profissionais** sobre as questões relacionadas ao treinamento do judô. Os dados foram recolhidos através da técnica de entrevista semi-estruturada de resposta aberta e através de planilhas de acompanhamento dos treinos, com incidência sobre os conteúdos e as intervenções no decurso do treino: o que determinavam, quando, como e para quem direcionavam as informações.

Para o capítulo cinco buscou-se levantar informações para estabelecer uma relação entre **o discurso** dos treinadores investigados e a suas **práticas profissionais** em relação à competição. Foram elencados seis treinadores representativos, sendo três formados em Educação Física e três não formados. Os dados foram recolhidos através do uso de entrevistas semi-estruturadas de resposta aberta e através de planilhas de acompanhamento das competições focadas sobre o comportamento observável do treinador, em especial sobre as suas interações gestuais e verbais.

Após a redação final destes cinco capítulos da investigação, obteve-se material para discussão e extração de algumas conclusões finais relativas às questões norteadoras da pesquisa. Procurou-se responder tanto ao objetivo geral como aos específicos, no intuito de contribuir para o avanço do conhecimento sobre o papel dos treinadores, a sua formação acadêmicas e específicas no judô e as possíveis colisões e discrepâncias entre os discursos e as práticas.

Referências

- ABRAHAM, Andy . (2006). COLLINS, Dave. MARTINDALE, Russell. The coaching schematic: Validation through expert coach consensus. **Journal of Sports Sciences**.
- AFONSO C.A. MESQUITA, I. GRAÇA, A. (2001). *O conhecimento do treinador a respeito das metodologias de ensino e do treino do voleibol na*

- formação. In Mesquita, I.; Moutinho, C.; Faria, R. (Eds) **Investigação em voleibol: Estudos Ibéricos**. Porto. Ed: FCDEF-UP.
- ARAÚJO, J. (1994). *Ser Treinador*. Lisboa: Editorial Caminho.
- BENTO, J. (1999). Contexto e perspectivas. In Bento, J.; Garcia, R.; & Graça, A. *Contextos da Pedagogia do Desporto - Perspectivas e problemáticas* (pp. 17-112); Lisboa: Livros Horizonte.
- BLOND, J., & WEBB, K. (1997). *Practitioner and researcher perspectives in teacher research and the construction of knowledge*. In H. Christiansen, L. Goulet, C. Krentz & M. Maeers (Eds.), *Recreating relationships: Collaboration and educational reform* (p. 83-103). New York, NY: State University of New York Press.
- BLOND, J., & WEBB, K. (1997). ***Practitioner and researcher perspectives in teacher research and the construction of knowledge***. In H. Christiansen, L. Goulet, C. Krentz & M. Maeers (Eds.), *Recreating relationships: Collaboration and educational reform* (p. 83-103). New York, NY: State University of New York Press.
- BOMPA, T. (2005). **Treinando atletas de desporto coletivo**. São Paulo: Phorte Editora.
- BORGES, M. (2007). **Valorização, autopercepção e necessidades do treinador de andebol**.
- BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. Lei nº 9.696, de 1º de set. de 1998. *Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselhos Federal e Regional de Educação Física*. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, nº 168 de 02 de setembro de 1998.
- BULMER, M. (Org). (1999). **Social Research Ethics**. Londres, MacMillan.
- CAMPBELL, D. T. e Fiske, D. H. (1959). Convergent and discriminant validation by the multitrait-multimethod matrix. **Psychological Bulletin**, nº 56, pg. 81-105.
- CARVALHO, M., C. DRIGO, A. J. (2007). O judô dentro do contexto da

- regulamentação da Educação Física. Disponível em <http://www.efdeportes.com>. Acessado em 21 de outubro de 2009.
- COSTA, A. (2005). *A formação do treinador de futebol: análise de competências, modelos e necessidades de formação*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- COSTA, J. P. (2005). *A formação do treinador de futebol: análise de competências, modelos e necessidades de formação*. 2005. Dissertação (Mestrado em Treino do Jovem Atleta) – Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- DA Costa, L. P. (1999) *Formação profissional em educação física, esporte e lazer no Brasil : memória, diagnóstico e perspectivas / Lamartine P. - Blumenau : Editora da FURB*.
- DEMERS, G., WOODBURN, A. J., & SAVARD, C. (2006). The development of an undergraduate competency-based coach education program; **Sport Psychologist**, 20(2), 162-173.
- DRIGO, A. J. (2002). **O judô: perspectiva com a regulamentação da profissão de educação física**. Dissertação (Mestrado em Pedagogia da Motricidade Humana) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.
- DRIGO, Alexandre. J. (2007). **O judô; do modelo artesanal ao modelo científico: um estudo sobre as lutas, formação profissional e construção do Habitus**. Campinas, SP: [s.n].
- FEDERAÇÃO GAÚCHA de JUDÔ. (2008). **Relatório Técnico Anual da Federação Gaúcha de Judô do ano de 2008**. Disponível em <http://www.judors.com.br>. Acesso em 25/08/2010.
- FEDERAÇÃO GAÚCHA de JUDÔ. (2010). **Relatório Técnico Anual da Federação Gaúcha de Judô do ano de 2010**. Disponível em <http://www.judors.com.br>. Acesso em 06/01/2011.
- FEDERAÇÃO GAÚCHA de JUDÔ. **Relatório Técnico Anual da Federação**

- Gaúcha de Judô do ano de 2009.** Disponível em <http://www.judors.com.br>. Acesso em 25/08/2010.
- FRANCHINI, E. (2001). **Judô: desempenho competitivo.** Ed. Manole, São Paulo.
- FRANCHINI, E. BOSCOLO, F. (2007). **Tradição e modernidade no Judô: Histórico e implicações;** Edipucrs.
- FRANCHINI, E.; TAKITO, M. Y.; PEREIRA, J. N. D. C.(2003). *Frequência cardíaca e força de preensão manual durante a luta de jiu-jitsu. EFDeportes: revista digital, Buenos Aires, n. 65, out. 2003. Disponível em: <http://www.efdeportes.com>. Acesso em: 15 maio de 2010.*
- FREIDSON, E. (1996). Para uma análise comparadas profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** N. 31, ano 11, p 141-154.
- GILBERT, W. D., & TRUDEL, P. (2004). Role of the coach: How model youth team sport coaches frame their roles. *The Sport Psychologist*, 18, 21-43.
- GILBERT, W., & TRUDEL, P. (1999). *Framing the construction of coaching knowledge in experiential learning theory. Sosol sociology of sport online*, 2(1).
- GILBERT, W., (2002). *An Annotated Bibliography and Analysis of Coaching Science. Icsspe.org [Em linha]. 15 de Dezembro de 2004. [Consult. 01-03-2005]. disponível em: <http://www.icsspe.org/portal/download/pdf/bibliography.pdf>. Acesso em 15 de 08 de 2010.*
- GOMES, A. R. (2005). *Liderança e relação treinador-atleta em contextos desportivos; Tese de Doutorado apresentada à Universidade do Minho.*
- GOULD, D. GIANINI, J. KRANE, V. HODGE, K. (1990). *Educational needs of elite U.S. national teams, Pan American, and Olympic coaches. Journal of teaching in Physical Education.* 332-344.
- GUILHERME, A. (2001). **À beira da quadra: técnica e tática de voleibol.** 4a

- ed. Belo Horizonte: Minas Tênis Clube.
- GUILHERME, A. (2001). **Voleibol: técnica e tática de voleibol à beira da quadra**. Belo Horizonte: Minas Tênis Clube.
- LEMOS, I. GRAÇA, A. (2007). *The relationship between coaching conceptions and the microstructure of practice of uouth basketeball coaches with contrasting experience*. IV Congresso Ibérico de Baloncesto.
- OLIVEIRA, J.& GRAÇA, A. (1994). *O ensino dos jogos desportivos*. Centro de Estudos dos Jogos Desportivos, Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto.
- PETRY, K. FROBERG, K. (2006). Foreword. In Petry, K. Froberg, K. Madella, A. *Thematic Network Project- AEHESIS- Report of third yaer*. Institute of Eropean Sport Development & Leisure Studies, German Sport Universety Cologne.
- POTRAC , P. BREWER, C. JONES, R. ARMOUR, K. HOFF, J. (2000). **Toward an holistic understanding of the coaching process**; *Quest Journal* Vol 52, pg 186-199.
- ROSADO, A. (2000). *Um perfil de competências do treinador desportivo*.In: SARMENTO, P.; ROSADO, A.; RODRIGUES, J. **Formação de treinadores desportivos**. Rio Maior: Escola Superior de Desporto de Rio Maior Edições.
- ROSADO. A. (2007). *Análisis de contenido de la intervención del entrenador de voleibol en la reunión de preparación para la competición: Estudio comparativo de entrenadores de equipos senior masculinos y femenino*.
- RUGIU, A. S. (1998). **A nostalgia do mestre artesão**. 1ª Ed. Campinas- SP: Autores associados.
- SIMÃO, J. V. (1998). *A formação do treinador: análise das representações dos treinadores em relação à sua própria formação*. 1998. 215 f. Dissertação (Mestrado)– Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- STREAN, W. B. (1998). *Possibilities for qualitative research in sport*

psychology. The Sport Psychologist, 12, 333-345.

TRUDEL, P., & GILBERT, W. (1999). From semiotic references to the computer lab: A qualitative entry into the academic joys of meaning making. *International Journal of Applied Semiotics*, 1(special issue), 115-126.

VARGAS-TONSING, T. (2007). Coaches preferences for continuing coaching education. **International Journal of Sport Science & Coaching**, v. 2, n. 1, p. 25-35.

VENUTO , A. (1999). **Astrology as a burgeoning professional field**. Dados. [online]. 1999, vol 42 n.4, pg. 761-801. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0011525819999990004000005&ing=en&nrm=iso.ISSN 0011-5258. Acesso em 16/10/10.

VERJOSHANSKI , I. V. (1990). **Entrenamiento Desportivo: planificacion y programacion**; Barcelona: Libergraf.

CAPÍTULO 1 ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE DO TREINADOR DE JUDÔ

1.1. O judô no Rio Grande do Sul

1.1.1 A criação do judô

Judô, ou “caminho suave”, é o esporte idealizado pelo professor Jigoro Kano, em 1882 no Japão, sendo difundido como um tradicional método de Educação Física e moral através da luta. Como modalidade competitiva, é disputado em uma área quadrada de tatames, com as dimensões de até dez por dez metros, com os atletas distribuídos em sete categorias, de acordo com o peso. Atualmente, um dos competidores usa kimono azul e o outro, branco, facilitando a identificação pelo público, durante os combates. O sistema de pontuação leva em consideração os seguintes aspectos: posição que o atleta projetado toca o solo, tempo de imobilização e aplicação eficaz do forçamento da articulação do cotovelo ou do estrangulamento.

Quando o judô foi sistematizado, o Japão passava por uma época de profundas mudanças sociais. A abertura dos portos japoneses ao mundo, decretada pelo Imperador Mutsuhito, no ano de 1865, inaugurou um período que ficou conhecido como a Renascença Japonesa e que ficou marcado pela expansão de contatos comerciais e diplomáticos do Japão com países ocidentais e pela derrocada dos poderes feudais. Segundo Ruas (1998), o Japão sofreu um processo de ocidentalização e os aspectos sociais, culturais e econômicos sofreram impactantes transformações. Esse movimento transformador pôs fim à era dos *Shoguns*, representantes do Japão feudal, passando o poder a ser exercido de fato e de direito pelo (ou em nome do) imperador. Instalou-se no arquipélago o Estado de Direito, onde todos são iguais perante a lei. Em consequência destas mudanças sociais, econômicas e políticas, os Samurais viram esvaziada a sua função social guerreira, e a sua missão de ser a guarda pessoal do *Shogun*. Neste período de declínio das prerrogativas dos samurais, os valores éticos e morais que acompanhavam as modalidades de combate no Japão feudal perderam consistência, fazendo

mergulhar o ensino das lutas numa crise de identidade, na busca de se adaptar aos novos tempos. O judô aparece, neste contexto de crise, com um desígnio marcadamente formativo e em reação à degradação dos valores das artes marciais. Conforme Ruas (1998), Jigoro Kano não se conformava com os rumos que o *jiu-jitsu* tomava nesta época em que alguns mestres ganhavam a vida organizando espetáculos entre seus alunos, através de lutas simuladas, cobrando de quem fosse assistir. Esta prática, na visão de Jigoro Kano, “prostituí a e degradava uma arte marcial” e por isso ele evitou o termo *jiu-jitsu*; para não ser confundido com a escola “Jikishin Ryou” na época uma escola de *jiu-jitsu*, que também utilizava o termo “judô”, designou seu método de Judô Kodokan, apesar de “soar um pouco longo” (CALLEJA, 1974.) .

O método criado por Jigoro Kano nasceu baseado em outras artes marciais praticadas e estudadas por ele (Virgílio, 1986, Franchini 2005). Segundo Robert (1973), Jigoro Kano fez a síntese das melhores técnicas do *jiu-jitsu*, escolheu os golpes mais eficazes e os mais racionais, eliminou as práticas perigosas e incompatíveis com o fim elevado que visava, aperfeiçoando a maneira de cair e aperfeiçoou o princípio do amortecimento das quedas.

Robert (1973) comenta que o método estabelecido por Jigoro Kano teve grande rejeição pelos cultores profissionais do *jiu-jitsu*, que valorizavam o *shin-ken-shobu* (vencer ou morrer, lutar até a morte).

Do ponto de vista das técnicas de luta, o judô se diferencia da maioria das artes marciais orientais por não apresentar entre as suas técnicas competitivas golpes de impacto como chutes ou socos, embora existam técnicas de impacto denominadas de atemis que, como citado anteriormente, não podem ser utilizadas na competições, sendo desta forma muito pouco treinadas ou ensinadas nas academias. É baseado principalmente em técnicas de arremesso e técnicas de domínio no solo, tais como imobilizações, estrangulamentos e chaves de braço.

Quando criou o judô, Jigoro Kano pretendeu, segundo Franchini (2007), criar um método de educação física integral e acreditava que este seria um modelo eficaz para a educação do físico e do espírito. Sentindo a

necessidade de dar um caráter educativo ao judô, escreveu o seu criador:

“A principal diferença entre o judô Kodokan e o antigo Jiu-jitsu pode ser resumida como a elevação de uma simples técnica a um princípio de vida. O judô Kodokan baseia-se em dois pontos fundamentais: máxima eficácia com o mínimo de esforço e prosperidade e benefícios mútuos”.
(KANO, 1907, pg 36)

“A arte (jitsu) é cultivada, mas a doutrina Dô é a essência do judô” (Kano,1986). Com este pensamento, Jigoro Kano justificou a criação do judô. JU significa suavidade, leveza; e DÔ significa caminho, “estrada” não apenas para o treinamento de técnicas de ataque e defesa, mas para um sistema de educação integral do indivíduo.

Atualmente, segundo Franchini e Dorneles (2005), a Confederação Brasileira de Judô possui federações filiadas em todos os Estados do país, e a modalidade é amplamente praticada em escolas, clubes e academias de ginástica. Porém, o número de atletas registrados é ainda conhecido por estimativas e estas indicam a existência de cerca de duzentos mil praticantes na condição de filiados (vinte mil em São Paulo e três mil e quinhentos no Rio de Janeiro), incluindo, portanto, participantes regulares e registrados. Outras estimativas, ao nosso ver não são dados confiáveis, pois se baseiam em estimativas de órgãos interessados hora em aumentar ou diminuir os números. Se efetiva, esta cifra corresponde a um total dez vezes maior do que aquele encontrado em 1971 pelo Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil, isto é 22.842 atletas registrados nas federações (COSTA, 1971). Quanto aos praticantes, as estimativas têm variado, desde o final da década de 1990, entre um e dois milhões, por diversas fontes, o que corresponde mesmo na avaliação mínima a um dos esportes mais praticados no Brasil (DRIGO, 1999). Segundo o Sindicato dos Estabelecimentos de Esportes Aquáticos e Terrestres do Estado de São Paulo – SEEAATESP, havia cerca de 4 mil academias e associações de judô no país, em 2003, em levantamento feito junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda. Esta cifra, em que pese sobreposição de registros, confirmaria em parte a estimativa maior de praticantes de judô no país. Hoje, o Brasil situa-se entre as sete nações mais competitivas do mundo na modalidade, oscila entre as três

melhores nos Jogos Pan-Americanos, e tem a hegemonia no nível sul-americano (COB, 2001).

1.1.2 Marcos da evolução do judô no Rio Grande do Sul

O judô é atualmente uma modalidade esportiva bem desenvolvida e reconhecida no Brasil (Tenroller E Merino, 2006, Franchini, 2010). As equipes brasileiras já tiveram atletas seus vencedores de campeonatos mundiais e de competições olímpicas, e o judô é hoje uma das principais modalidades esportivas em prática no país e uma das que melhor retorno tem dado ao investimento aplicado ao seu desenvolvimento. Neste capítulo, abordaremos a chegada e difusão do judô no Rio Grande do Sul e os resultados mais expressivos de seus atletas. Abordaremos também ingresso do judô como disciplina acadêmica em diversas faculdades de Educação Física no Estado.

O texto será dividido em cinco módulos, detalhando-se em cada um deles aproximadamente o período de uma década, desde os anos quarenta até o final da década de noventa. Esta divisão não será rígida, pois alguns movimentos não ficaram confinados a uma determinada década.

1.1.2.1 O início

A bibliografia quanto à evolução do judô no Brasil é carente e existe muita controvérsia sobre o surgimento da modalidade no País. A mais recente versão aparece publicada na revista *Ippon*, ano 2, nº 12, setembro/97, São Paulo, onde se sustenta, após longa pesquisa realizada pelo amazonense Rildo Heros, que o *jiu-jitsu* e o judô desembarcaram juntos no Brasil, em 1914, em Porto Alegre-RS, na pessoa do japonês Mitsuyo Maeda, aluno desde infância do mestre Jigoro Kano. Após extenso trabalho de entrevistas e pesquisas embasadas em jornais da época, além de testemunhos de imigrantes antigos, detectou-se que um dos primeiros pólos de irradiação do judô no Brasil foi Manaus, no Amazonas, depois de entrar no país por Porto Alegre. Ainda que possa vir a surgir qualquer evidência que possa contrariar o trabalho do amazonense, até ao momento, a chancela do Instituto Kodokan parece dar credibilidade aos fatos citados pelo pesquisador.

A outra versão concorrente à introdução do judô no Brasil, no início do século XX, cita a prática pelos primeiros imigrantes japoneses que vieram trabalhar nas lavouras de café em fazendas localizadas nos Estados de São Paulo e Paraná (VELTE, 1989). Para essa versão, foi principalmente em São Paulo que o judô deu seus primeiros passos no Brasil e, desde este Estado, com o passar dos anos, ele foi sendo difundido pelas demais Unidades da Federação. Nesta época, segundo Franchini e Dorneles (2005), os termos judô e ju-jitsu eram empregados indistintamente para denominar o mesmo sistema de técnicas. A prática durante esse período pode ser dividida em dois grandes grupos: (1) um grupo composto por japoneses e seus descendentes que praticam as técnicas em pequenos grupos e sem finalidade comercial. Alguns brasileiros, vizinhos das colônias japonesas, iniciam a prática do judô, sobretudo em decorrência da curiosidade sobre o sistema de luta e aos seus aspectos ritualísticos; (2) outro grupo também composto por japoneses, mas com direcionamento aos desafios a outros sistemas de lutas e com finalidade comercial. Esse desenvolvimento ocorre, sobretudo, em Manaus, e as apostas alcançam valores elevados como consequência do interesse dos “barões da borracha” pelos eventos de luta.

No Rio Grande do Sul, o judô começou a ser praticado ao final da década de 1940. Os primeiros professores de Judô, segundo Carlos Matias Pauli de Azevedo³ (MADURO, 1999), foram pessoas sem formação acadêmica, que trabalhavam dando ênfase ao aspecto de defesa pessoal, participando de apresentações de circo e “desafios” públicos. Ao contrário de Estados como São Paulo, onde houve grande imigração japonesa no começo do século, o Rio Grande do Sul não teve contato com os aspectos mais gerais da cultura nipônica, o que pode ter contribuído para uma compreensão mais restrita do judô, no seu início. De qualquer forma, estes professores pioneiros conseguiram implantar as bases para o desenvolvimento posterior do judô.

Embora Mitsuo Maeda tenha estado em Porto Alegre em novembro

³ Os únicos dois trabalhos acadêmicos encontrados sobre a história do judô no Rio Grande do Sul foram a dissertação de mestrado (1999) do autor e o publicado por Nunes, Kosmann e Shoura no *Atlas do Esporte* (2005) que é baseada na mesma dissertação e entrevistas concedidas ao Centro de Memória do Esporte da ESEF/UFRGS.

de 1914, conforme relata em seu estudo o professor Rildo Eras Barbosa⁴, vindo do Uruguai, e se tenha apresentado na capital gaúcha com seu grupo, este fato não deu início a uma prática sistemática do judô no Rio Grande do Sul. Todos os relatos e informações recolhidas para a elaboração deste trabalho convergiram para um ponto fundamental: o judô no Rio Grande do Sul aconteceu, em grande parte, por obra e inspiração do Professor Aluísio Nogueira Bandeira de Mello, que passou para a história do judô gaúcho como professor Loanzi.

A participação do professor Takeo Yano, também conhecido como “Japonês”, e a de Aloísio Bandeira de Melo, conhecido como o Professor Loanzi teve, nos anos de 1950-1960, uma influência muito maior do que a passagem de Conde Koma. O professor Loanzi e o seu Dojô no Esporte Clube Ruy Barbosa são considerados pela comunidade gaúcha a provável origem do Judô no Rio Grande do Sul. Deste local de treinos, surgiram os primeiros praticantes e os líderes que institucionalizam a prática do judô no Estado do Rio Grande do Sul, desvinculando-o de outras modalidades de luta (BAZACAS⁵, 2005; ESCANDIEL, 2005; GASTON, 2005; MADURO, 1999; NUNES, 1998).

Nesta época, segundo Osvaldo Monteiro dos Santos⁶ (MADURO, 1999), o judô ainda era confundido com diferentes formas de luta. Devido ao caráter informal e espontâneo destas práticas, não havia nenhuma regulamentação. A partir da organização dos primeiros locais de ensino, observou-se a necessidade da criação de algumas normas que fossem comuns aos variados locais, para facilitar o intercâmbio, importante para o desenvolvimento do esporte. Nesse determinado momento da história do judô no Rio Grande do Sul, se fez necessária a criação de um órgão diretivo que congregasse as academias para que o esporte se desenvolvesse com torneios e campeonatos, além das competições internas. Segundo Ricardo Rodrigues Gaston, o primeiro presidente da FGJ (MADURO, 1999), para regulamentar

⁴ Informação obtida na internet. URL: <http://www.judobrasil.com.br> acessado em 10/09/2010.

⁵ Depoimento ao CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE – ESEF/UFRGS, 2004.

⁶ Professor nono dan e um dos mais antigos do Estado.

estas competições e incentivar a difusão do judô, foi criado o Departamento de Judô dentro da Federação Rio-grandense de Pugilismo, primeiro passo para a criação da Federação Gaúcha de Judô em 1969 e para a organização e controle da prática do judô no Estado.

1.1.2.2 O Professor Loanzi e o Sport Clube Ruy Barbosa

O professor Loanzi, conforme Nunes, Kosmann e Shoura, (2005), nasceu no Estado da Paraíba e faleceu em Porto Alegre em 1975, aos 82 anos de idade. Segundo Luiz Escandiel (1999), Loanzi havia participado das festividades do centenário da revolução farroupilha, em 1935, em Porto Alegre, tomando parte nas demonstrações de lutas que ocorreram. Após viajar por vários lugares do mundo, retornou e estabeleceu-se em Porto Alegre nos primeiros anos da década de 50. Costumava mostrar a seus alunos fotos e vistos no seu passaporte de inúmeros lugares por onde tinha viajado, tais como a Rússia e Alemanha. Ministrou suas aulas primeiramente na sede do Clube Cruzeiro, localizada na Rua dos Andradas, na Galeria di Primio Beck. Posteriormente se transferiu para a esquina da Ruas Riachuelo com Caldas Junior, onde se localizava o Sport Clube Ruy Barbosa. O departamento de Judô do Ruy Barbosa, com o nome de Dojô Professor Loanzi, foi o formador dos primeiros atletas do Rio Grande do Sul, e por lá passaram professores que formariam a base do judô gaúcho, tais como Osvaldo Monteiro dos Santos, Luiz Escandiel e Francisco Xavier de Vargas Neto.

Conforme os que conviveram com Loanzi, ele era uma pessoa de pequena estatura (aproximadamente 1,60 m), mas de uma grande força física. Era dotado de enorme carisma e capacidade de liderança. Segundo Escandiel, em depoimento ao Centro de Memória do Esporte Esef/Ufrgs 2004, o apelido deve-se a uma pomada para dores musculares que terminava com o termo "loanzi" usada por Aluízio repetidamente.

Ricardo Rodrigues Gaston descreve outra ocupação do professor Loanzi que era a de aplicar eletrodos para a cura de dores musculares em seus atletas e de ministrar, também uma certa "ginástica para asmáticos", sem amparo científico. Outra curiosidade, segundo os entrevistados, era o elevado

número de deficientes auditivos e mudos que freqüentavam suas aulas.

Além do Sport Clube Ruy Barbosa, onde o professor Loanzi lecionava, ele mantinha outros locais com alunos seus ministrando as aulas e ele apenas supervisionando. Outras academias que se destacaram nesta época foram o Ginásio Esparta, do Professor Justino Vianna; o Esporte Clube Cruzeiro; a Associação Leopoldina Juvenil e o Círculo Social Israelita, com o professor Teruo Obata. Segundo os judocas deste tempo, como o professor Delamar Teixeira da Silva (Depoimento ao Centro de Memória Esef/Ufrgs 2004), a que pode ser considerada a célula inicial do judô gaúcho e que manteve a hegemonia por aproximadamente vinte anos foi a academia do Sport Clube Ruy Barbosa, o Dojô Professor Loanzi.

O judô no Sport Clube Ruy Barbosa, conforme Luiz Escandiel, começou com um professor japonês chamado Takeo Yano⁷, que repassou o dojô para Januário Dias Resende, comerciante português que era dono de um açougue e um restaurante. O repasse da academia deveu-se a uma dívida de Yano neste restaurante e, após este fato, Januário convidou Loanzi para lecionar no Ruy Barbosa.

Embora sendo já conhecida como academia de Judô, os termos utilizados na Ruy Barbosa eram totalmente diferentes dos empregados atualmente. A nomenclatura da época era em português e se confundia com termos utilizados na luta-livre e no jiu-jitsu, pois os atletas e técnicos transitavam entre diferentes formas de luta.

Podemos confirmar esta informação pelas reportagens do jornal Folha da Tarde/ Edição Esportiva, (de 12 junho e 24 julho de 1953), que noticiam a realização de Torneios de Jiu-jitsu no dojô do Sport Clube Ruy Barbosa, cujo diretor técnico era Januário Dias Rezende.

As técnicas de projeção eram denominadas de “carregada”, “meia carregada”, “golpe da lua” e de outras formas populares. As maneiras de saudação tradicional no judô (zareai e ritsurei) também não eram similares às de hoje: para entrar no shiai-jo o aluno apenas encostava o joelho direito no chão; não existia a foto do Professor Jigoro Kano e, sendo assim, não se fazia a

⁷ SOARES, citado por DRIGO (1998), p.

tradicional saudação que marca o início e o final do treino.

Estas características da primeira fase do judô gaúcho persistiram até a ocorrência de um fato de grande importância, que foi a ida a São Paulo para um período de treinamento e aperfeiçoamento na Academia do Professor Ryuzo Ogawa de três atletas: Newton Cardoso, Osvaldo Monteiro dos Santos e Delamar Teixeira da Silva. Este estágio significou o contato do Rio Grande do Sul com os termos japoneses, que eram usados no mundo inteiro, garantindo a unidade e facilitando o intercâmbio entre os mais diferentes países com seus idiomas próprios.

Conforme Wilson Escandiel, atleta destacado nas décadas de setenta e oitenta (MADURO, 1999), os treinamentos desta época eram divididos em aquecimento, que normalmente se estendia por mais de uma hora e consistia em numerosas repetições de exercícios físicos e técnicas de amortecimento de quedas chamadas de “rolês”, uma pequena parte de trabalhos técnicos e a parte principal do treino, que era o momento dos randoris, o treino livre de simulação de luta.

O piso era de serragem, espalhada no chão numa camada de aproximadamente dez centímetros e depois coberta com uma lona. Segundo Osvaldo Monteiro dos Santos, com o passar dos dias a serragem ia se compactando, e era necessário retirar a lona, revolver o material, renovando-o se possível, e ao final recolocando a lona. Como não havia por baixo deste piso outra estrutura que não fosse o chão, podemos imaginar o quão dura deveria ficar esta área após algum tempo de uso.

Outra característica marcante deste período, segundo Luiz Escandiel e Osvaldo Monteiro dos Santos, e que traria consequências importantes, era o fato das aulas serem quase que exclusivamente para homens adultos. Não existiam ainda treinamentos específicos para crianças e mulheres que, em função da rigidez disciplinar e da grande importância dada ao vigor físico, não se sentiam atraídos pelo esporte. A importância do aspecto marcial do judô no período é demonstrada também pelo fato de muitos atletas serem policiais, que buscavam nessa arte marcial um recurso para seu trabalho no que aborda o aspecto de defesa pessoal.

Esta característica era específica do Rio Grande do Sul. Nos locais em que o judô estava mais associado à cultura japonesa, sendo praticado pelos imigrantes, como em São Paulo e no Rio de Janeiro, havia a participação de crianças. Assim, pode-se sugerir que a idade mais elevada para o início de treinamento dos gaúchos provavelmente teve influência nos fracos resultados conseguidos pelas equipes do Estado em competições nacionais das décadas de 60 e 70.

Os quimonos eram de algodão cru, com costuras reforçadas, feitos por costureiras, sem a qualidade e a durabilidade dos atuais. Segundo Wilson Escandiel, pelo Ruy Barbosa passou a elite porto-alegrense, como por exemplo o famoso advogado Osvaldo Lia Pires, os filhos do então Governador do Estado Leonel Brizola, vários delegados de polícia, gerentes de banco e empresários.

No início, o judô convivia com mesas de jogos de carta, pois os atletas repassavam uma parte de seu faturamento ("coima", no seu linguajar) para a manutenção do Clube. Segundo Luiz Escandiel, com o sucesso do judô nos primeiros anos da década de 60 e, conseqüentemente, o aumento do número de alunos, o jogo de cartas foi sendo aos poucos eliminado do Ruy Barbosa.

1.1.2.3 As primeiras competições e a participação gaúcha no primeiro Campeonato Brasileiro

As primeiras competições aconteceram no acanhado espaço do Sport Clube Ruy Barbosa, na mesma área que era utilizada para treinamentos. Um fato que foi determinante para a definitiva separação do judô das outras formas de luta foi a realização no Rio de Janeiro de um Campeonato reunindo atletas de vários Estados.

A Confederação Brasileira de Pugilismo, tendo na presidência o Sr. Pascoal Segreto Sobrinho, realizou nos dias 12, 13 e 14 de outubro de 1954, nas dependências do Tijuca Tênis Clube, no Rio de Janeiro, o 1º Campeonato Brasileiro de Judô. Foram inscritas equipes do Distrito Federal (na época, a cidade do Rio de Janeiro), São Paulo, do Estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais e do Rio Grande do Sul..

Na época, o judô gaúcho estava vinculado à Federação Rio-grandense de Pugilismo, dirigida pelo seu vice-presidente em exercício, Sr. Jorge Aveline. A delegação do Rio Grande do Sul foi chefiada pelo jornalista Amaro Júnior e era composta por Januário Dias Rezende, diretor técnico da academia Ruy Barbosa, como treinador, e dos seguintes atletas: Daly Volkmann, Teodoro Saibro Neto, Teodoro Mascarenhas, Roberto Schames, Nelson Cardoso e João Graff. O primeiro disputou como faixa-preta e os demais nas categorias inferiores.

O Campeonato foi disputado em três modalidades: campeonato por equipes de 5 atletas; campeonato individual por categorias; competição entre os campeões das categorias.

No primeiro dia de competição foram definidos os campeões individuais, ficando São Paulo com três títulos e o então Distrito Federal com um. Nesta oportunidade sagrou-se campeão na sua categoria o atleta paulista Nassami Kawakami, conhecido até hoje como um dos maiores atletas de todos os tempos no Brasil.

O jornalista Amaro Júnior, enviado especial, publicou uma reportagem no jornal Folha da Tarde, de Porto Alegre. Comentava que, embora os atletas do Rio Grande do Sul tivessem recebido ovações do público pela “maneira aguerrida como se lançavam à luta”, faltou-lhes mais experiência e qualidade técnica. Encerrando seu comentário, descrevia as equipes vitoriosas formadas quase que exclusivamente por descendentes de japoneses (AMARO JÚNIOR, 1954).

A melhor classificação gaúcha foi o terceiro lugar na competição por equipes de cinco integrantes. A seleção de São Paulo foi a campeã, seguida pelo Distrito Federal. O Rio Grande do Sul foi representado por: João Graft, Teodoro Mascarenhas, Daly Vickmann, Roberto Schames e Teodoro Saibro Neto, que se lesionou e não pôde enfrentar a equipe carioca no último confronto dos gaúchos.

Ficou estabelecido que o Campeonato Brasileiro seguinte seria realizado na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais .

Foi ainda aprovada uma curiosa moção apresentada pela delegação

gaúcha, que pretendia nacionalizar todos os termos japoneses usados no judô, fazendo com que os árbitros falassem em português. Não pretendiam, entretanto, interferir no cerimonial oriental. Esta determinação nunca chegou a ser posta em prática, pois a manutenção do idioma japonês é um dos pilares da unidade do judô em nível internacional.

1.1.2.4 O estágio de atletas gaúchos na academia do Professor Ogawa em São Paulo

Em busca de informações e treinamento, os atletas Newton Cardoso, Osvaldo Monteiro dos Santos e Delamar Teixeira da Silva fizeram um estágio de aproximadamente três meses na academia do professor Ryuzo Ogawa, em São Paulo, no ano de 1959. O contato foi feito pelo professor Loanzi, que conhecia o professor Ogawa.

Ogawa foi um dos principais professores na história do judô no Brasil (VIRGÍLIO, 1981). Foi o árbitro geral do 1º Campeonato Brasileiro, em 1954. Criou, em 1938, uma academia em São Paulo, onde formou vários atletas importantes, exercendo grande influência no meio esportivo. Seu neto Hatiro Ogawa, além de atleta conceituado foi também presidente da Federação Paulista de Judô na década de 90. A característica principal da academia Ogawa era dada pela sua ligação com o Instituto Budokan, do Japão, que dava grande valor às tradições japonesas. Não eram feitas modificações com o intuito de adaptar o judô à cultura ocidental, ao contrário do que fazia do Instituto Kodokan, criado por Jigoro Kano. Um exemplo disto é que, até hoje, nas competições organizadas pela academia Ogawa, os árbitros usam judogis (o uniforme atual dos árbitros é o terno) .

O retorno destes judocas a Porto Alegre marcou o início de muitas mudanças, que levaram à separação definitiva da prática do judô de outras formas de luta. Durante o estágio, os três gaúchos foram promovidos a faixas-pretas, segundo os processos tradicionais de avaliação. Até então, não havia no Rio Grande do Sul uma regulamentação para a concessão da faixa-preta, o que é altamente irregular no judô. Eles tiveram contato com uma prática do judô muito mais completa do que se conhecia no Rio Grande do Sul, pois era vinculada aos aspectos educativos do esporte e aos elementos da cultura

nipônica, tais como o respeito aos mais velhos e o silêncio do público nas competições e treinamentos. Mais do que usar os termos corretos em japonês ou aprender a execução das técnicas, o estágio serviu para que os atletas compreendessem a filosofia do judô.

O professor Osvaldo, atualmente o sensei mais graduado do Estado (9º dan) ⁸, comentou em sua entrevista que, após o retorno do grupo, introduziram-se nos treinamentos da academia Ruy Barbosa alguns hábitos adquiridos em São Paulo, tais como os cumprimentos que marcam o início e o final do treino feitos na posição ajoelhada (zareï) e a colocação da foto do professor Jigoro Kano nos locais de treino.

Newton Cardoso destacou-se posteriormente como o principal atleta do judô gaúcho na década de 60, conforme Maduro (1999).

1.1.2.5 A década de 60

Além da criação do Departamento de Judô na Federação Rio-grandense de Pugilismo e no final da década a fundação da Federação Gaúcha de Judô, outro fato de grande relevância para a história da judô no Estado foi a conquista por Álvaro Garcia, atleta de Passo Fundo, do primeiro título de campeão Brasileiro para o Rio Grande do Sul. Isto ocorreu em 1967 na cidade de Pelotas no Campeonato Brasileiro Juvenil. Esta década ficou marcada pela criação do Departamento de Judô na Federação Rio-grandense de Pugilismo; pela posterior fundação da Federação Gaúcha de Judô; e ainda pela inscrição do judô como disciplina das faculdades de Educação Física.

A criação do Departamento de Judô na Federação Rio-grandense de Pugilismo

Um dos fatos decisivos na história do judô gaúcho foi criação do seu Departamento na Federação Rio-grandense de Pugilismo (FRGP). Processo semelhante ocorreu com a Confederação Brasileira de Judô, que utilizou a estrutura da Confederação Brasileira de Pugilismo até 1968.

A FRGP, dirigida na época por Moacir Dorneles, conhecido pelo apelido de Tarzan Mirim, congregava outros departamentos, tais como a Luta-

⁸Além do professor Osvaldo no Estado, apenas o professor Manoel Lacerda tem esta graduação.

livre e o Sumô. Apesar de ter sido o boxe inglês o esporte que originou a criação da federação, com o passar dos anos, o departamento de judô passou a ser o principal dentre todos os outros.

Com o fortalecimento do departamento de judô, passou-se ao planejamento da criação de uma federação estadual específica. Os dirigentes da época, como Ricardo Gaston, reclamavam que parte dos recursos que seriam do judô estivessem a ser indevidamente repassados para outros departamentos.

Segundo Gaston, primeiro presidente da Federação Gaúcha de Judô, a estratégia para a criação de uma Federação autónoma foi primeiramente eleger o professor Loanzi para a presidência da Federação Rio-grandense de Pugilismo, visto que Moacir Dorneles não facilitaria a saída do principal departamento de sua federação.

A fundação da Federação Gaúcha de Judô

Após a eleição do professor Loanzi como Presidente da Federação Rio-grandense de Pugilismo, o próximo passo seria adquirir personalidade própria através da fundação de uma entidade autónoma para o judô. Ocorreu então uma disputa pela presidência da entidade a ser criada entre dois grupos, um liderado por Ricardo Gaston e o outro pelo professor Loanzi, o que resultou na criação simultânea de duas federações, conforme atestam as duas atas de fundação.

Uma foi a Federação Rio-grandense de Judô, fundada no dia 24 de abril de 1969, tendo como presidente da diretoria provisória o professor Loanzi. Esta federação era apoiada por diversos clubes, entre eles a Sogipa (Sociedade Ginástica Porto Alegre) , o Sport Clube Ruy Barbosa e o Judô Clube Pelotense, cujo representante, o professor Paulo Brod⁹, foi o secretário que redigiu a ata de fundação. Esta federação não obteve êxito e foi dissolvida no âmbito de um acordo entre os grupos de que não haveria entidades rivais e sim uma única Federação que aglutinaria, inclusive em seus postos de diretoria, integrantes das duas facções.

⁹Professor falecido precocemente vitimado por uma descarga elétrica ao restaurar sua academia.

A atual Federação Gaúcha de Judô, liderada na sua fundação por Ricardo Rodrigues Gaston, foi fundada praticamente um mês antes da fracassada Federação Rio-grandense, no dia 11 de março de 1969. Reuniram-se no Círculo Social Israelita, em Porto Alegre, os dirigentes das Sociedades Gondoleiros e Vila América, do Círculo Social Israelita e dos clubes de Judô Porto-alegrense e Metropolitano, com o fim específico de fundação da Federação Gaúcha de Judô (FGJ). Dirigiu os trabalhos o então vereador Cleon Guatimozin, e atuou como secretária Alsina Montersini, conforme está registrado na ata número um da Federação.

Conforme o mesmo documento, o Estatuto foi examinado no sentido de elucidar possíveis dúvidas referentes à fundação e sua implicação com a Federação Rio-grandense de Pugilismo, ficando esclarecido que nada vedava legalmente a fundação em causa. Em seguida foi eleita, por aclamação, a primeira diretoria (ver Tabela 1) .

Tabela 1. 1 Nominata da primeira diretoria da FGJ, empossada em 11/03/ 1969

<u>Presidente</u>	Ricardo Rodrigues Gaston
<u>Vice –Presidente</u>	Zilmar Medeiros de Albuquerque
<u>Tribunal de Justiça Desportiva</u>	Mauro Calichio Cloé Gomes Rodrigues Vinícius Dias Garcia Feliciano Augusto Dornelles da Silva Eron Araújo José Silveira
	<u>Suplentes:</u> Liege Cândida Barreto Joel Paladino Marino Abrahão
<u>Conselho Superior</u>	Salomão Aguiniski Emílio Felício dos Santos Cleon Guatimozin Milton Pozzolo de Oliveira Euribiades Alexandrino Benites
	<u>Suplentes:</u> Teruo Obata Vilson Batalha
<u>Conselho Fiscal</u>	Loreno Leonel Tonin Norton Romeu Garcia Bergonzi Afrânio Sanches Loureiro
	<u>Suplentes:</u> Willy João Schiling Ton Camilo Stephon Sobrinho
<u>Secretário Geral</u>	Edson Cássia
<u>1º Secretário</u>	Alsina Montersini
<u>2º Secretário</u>	Cláudio Nunes Souza
<u>1º Tesoureiro</u>	Gunther Schinke
<u>2º Tesoureiro</u>	Franci Ponce
<u>Diretor Técnico</u>	João Graf Vassaux

Após a eleição da diretoria, o presidente empossado, Ricardo

Gaston, convocou a primeira reunião para o dia 18 de março, para proceder à apresentação da diretoria eleita e à discussão sobre as cores do pavilhão e fixação de taxas de anuidade e filiação.

O passo seguinte da nova diretoria foi o requerimento de registro no Cartório de Registros Especiais, que recebeu o número 274523 e foi deferido no dia 14 de março de 1969. Este pedido de registro, que é assinado por Ricardo Rodrigues Gaston, atesta que a FGJ foi fundada no dia 11 de março de 1969.

Note-se que a FGJ comemora como data oficial de sua fundação o dia 4 de setembro de 1970, data em que a Confederação Brasileira de Judô aceitou a filiação da entidade representativa do Estado. No entanto, segundo a legislação que rege a fundação de entidades civis, a partir de 11 de março de 1969, a FGJ já possuía personalidade jurídica, conforme afirma o seu primeiro Estatuto. Sendo assim, sustentamos que a data de aniversário da FGJ deve ser modificada para o dia 11 de março. O argumento usado por Ricardo Gaston é o de que nos Estatutos da FGJ estavam inclusos o Karatê e o Sumô, fato que atrasou o ingresso como filiada à Confederação Brasileira. O Karatê e o Sumô tiveram que ser retirados, ficando a FGJ exclusiva para o esporte de Jigoro Kano.

1.1.2.6 A década de 70

O judô mundial passou por uma grande transformação em 1974, devido a uma radical mudança nas regras de competição determinada no Congresso de Salt Lake City. Ocorreu a inclusão das pontuações Yuko e Koka, vantagens menores do que as que existiam até então, o Wazari (equivalente a meio ponto) e o Ipon (equivalente a um ponto, suficiente para encerrar a luta). O Yuko é superior ao Koka, não tendo um valor numérico específico. Além disso, instituíram-se o anúncio de todas as vantagens técnicas (feito com palavras e gestos determinados), as penalidades e o uso de placares.

Regionalmente, a década marcou o início, na prática, do funcionamento da Federação Gaúcha de Judô, fundada no ano de 1969 e homologada pela CBJ em 1970.

Além disto, os anos setenta marcaram a conquista das primeiras medalhas de atletas gaúchos em campeonatos brasileiros e a supremacia na classe senior (adulta) no Rio Grande do Sul da equipe da cidade de Pelotas, liderada por Paulo Brod e integrada pelos atletas Élbio, Marco Antônio, Manoel, Gilson e Adilson, entre outros. Podemos destacar, também, em meados dos 70 e início dos 80 os atletas Mário e Luciano Pedrebon, Alberto e Antônio Silva Dias e Hélio e João Brito, alunos do Professor Matias na Sociedade Gondoleiros, que posteriormente transferiram-se para a Sogipa.

1.1.2.7 As décadas de 80, 90, e atual estágio do Judô no Rio Grande do Sul

Segundo Nunes, (2009), a Década de 1980 foi marcada pelo surgimento dos os primeiros resultados gaúchos em competições internacionais, com destaque para as mulheres. Estes resultados foram fruto do trabalho liderado por Cesar Hernandez que iniciou com o Judô feminino no estado na década de 1970, primeiramente no Esporte Clube Ruy Barbosa e depois na Academia Stylo. Iara Mary Cunha, atleta da Academia Stylo, participa do primeiro Campeonato Mundial de Judô em New York, tornado-se a primeira gaúcha a representar o Brasil em um Campeonato Mundial. Rosimere Salvador, da Associação dos Amigos do Centro Estadual de Treinamento Esportivo - AACETE de Porto Alegre, sagrou-se Vice-Campeã Pan-americana na categoria Pesado no IV Campeonato Pan-americano Feminino, realizado na cidade de Salinas, Porto Rico, sendo a primeira gaúcha a conquistar uma classificação internacional representando a Seleção Brasileira de Judô.

Já a década de 90 caracteriza-se por resultados significativos dos atletas gaúchos em competições nacionais e em diversas participações internacionais representando o Brasil, assim como pela vinda ao Estado de professores japoneses e de outros países que trouxeram a sua contribuição para o desenvolvimento do Judô do Rio Grande do Sul, proporcionando um maior intercâmbio aos professores gaúchos. Podemos citar a vinda do professor Makoto Inokuma em um convênio com O Instituto Kodokan e o Consulado do Japão em Porto Alegre.

A primeira década do século XXI foi marcada pela destacada

participação do Atleta da SOGIPA, João Derly Junior. Ele participa do Campeonato Mundial de Munique na categoria de peso leve que é para atletas até 60kg.

Em 2002, o mesmo atleta é Campeão dos Jogos Sul-Americanos, mas é flagrado no teste de doping e perde a medalha que havia conquistado. Trata-se do primeiro caso de resultado positivo de doping de um atleta brasileiro desta modalidade.

Quanto a participação de atletas do Rio Grande do Sul como integrantes da Seleção Brasileira em Jogos Olímpicos, tivemos representantes em três edições com a participação de cinco atletas. A primeira participação foi do atleta Alexandre Garcia que competiu nos Jogos de Atlanta no peso leve, que envolve atletas com peso até 60kg, não obtendo classificação. Em Sidney 2000, na Austrália, foi a vez de Mariana Martins, também no peso leve (até 48kg), sendo a primeira mulher a representar o judô gaúcho. O Rio Grande do Sul não teve representantes em 2004, em Atenas, mas em 2008, em Beijim, tivemos três atletas entre os integrantes da seleção brasileira e a obtenção da primeira medalha. Mayra Aguiar competiu na categoria médio (até 70kg); João Derly, no peso meio médio (até 66kg); e Tiago Camilo, no peso meio-médio (até 81kg). Tiago Camilo obteve a terceira colocação, sendo a **primeira medalha Olímpica em esportes individuais do Rio Grande do Sul em toda a história**. Todos estes atletas eram integrantes do departamento de judô da Sogipa (Sociedade Ginástica Porto Alegre), clube tradicional da capital do Estado que mantém uma das maiores e mais qualificadas equipes do Brasil. Esta equipe apresentou um crescimento significativo, a partir da conquista da medalha de ouro em 2005 obtida no Mundial Sênior do Egito por João Derly.

A medalha de Tiago Camilo, atleta que já tinha obtido o bronze em Sidney em 2000, representou um importante passo, na medida em que pela primeira vez um atleta já com renome internacional optou por sair de um centro tradicional e avançado de judô e vir treinar no Rio Grande do Sul. O significado desta inversão merece ser realçado por se tratar de um atleta formado no Estado de São Paulo, o maior centro de captação de atletas de outros Estados em busca de melhores condições de treino.

O judô no Rio Grande do Sul pode ser demarcado antes e depois da conquista do título Mundial obtido pelo atleta da Sogipa João Derly de Oliveira Nunes, no ano de 2005, na Cidade do Cairo no Egito, durante o Campeonato Mundial de Judô Sênior. A partir da conquista deste título, a Sogipa, sob a orientação do professor Antônio Carlos Pereira, conhecido como “Kiko”, firmou contratos de parceria com grandes empresas. Estes patrocinadores parceiros possibilitaram a contratação de atletas de renome internacional para a equipe da Sogipa, como Tiago Camilo, medalha Olímpica em Sidney 2000, e Luiz Francisco Camilo, campeão Pan-americano, em 1989, em Santo Domingo.

Em 2007, no Campeonato Mundial Sênior do Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul foi representado por João Derly, Tiago Camilo e Mayra Aguiar. Derly se sagrou bi-campeão mundial e Tiago, além do título de campeão, foi eleito, pela Federação Internacional de Judô (FIJ), o melhor atleta da competição. Este evento demonstrou o nível competitivo que o judô gaúcho já atingiu. No ano de 2010, a atleta Mayra Aguiar sagrou-se campeã Mundial Junior e Vice-campeã Mundial Sênior, sendo a primeira atleta brasileira na história do judô a participar de uma final em campeonatos mundiais sênior.

A Federação Gaúcha de Judô, nos seus trinta primeiros anos de existência, foi comandada praticamente por apenas dois dirigentes: Ricardo Rodrigues Gaston, da fundação em 1969 até 1983, e Carlos Matias de Azevedo, de 1983 até 2007. Somente em dois mandatos, em observação à norma estatutária que não permitia a reeleição daqueles dirigentes, foram eleitas pessoas de sua extrema. Mauro Gallichio foi indicado por Gaston e Manoel Cação por Matias. No entanto, na eleição de 2007 ocorreu uma importante ruptura no comando da entidade. Foram eleitos para presidente e vice respectivamente os senhores Carlos Eurico Pereira e Juarez Weimann. Esta mudança significou uma ruptura com um modelo de gestão que estava ligado aos antigos presidentes, onde a pouca ou nenhuma renovação na direção da Federação e a falta de transparência sobre o direcionamento da verba arrecadada pelas taxas e outras formas de patrocínio atrapalharam o desenvolvimento do judô no Estado (NUNES *ET AL.*, 2005). Esta nova

administração está procurando demonstrar transparência na prestação de contas conforme o Estatuto da FGJ e revitalizar o esporte no interior do Rio Grande do Sul, com o aumento de eventos no interior.

1.2. A actividade do Treinador Esportivo

1.2.1 As competências do treinador

A profissão de treinador esportivo, ao início do terceiro milênio, alcançou níveis de valorização sem precedentes na história do esporte. O treinador está no centro de um conjunto de grupos sociais que exercem, cada um, uma pressão sobre ele em sentidos, por vezes contrários, de forma que os treinadores de alto nível têm que saber lidar com as pressões políticas, esportivas e da mídia (SAMULSKI, 2002). Diante disso, o treinador depara-se com uma vaga de obrigações, tarefas e funções que lhe são imputadas, aumentando, ainda mais, as suas responsabilidades, sendo unânime a opinião quanto à necessidade de levar o treinador para a melhoria do controle de todo processo de gestão de uma equipe.

Para Marques (2003), o treinador é um dos principais alicerces do esporte, um gênio que, através das suas fórmulas e técnicas, consegue transformar adolescentes em atletas e pessoas de caráter. Dentre os diversos estudiosos que preocupam-se com estas questões, Bento et. al. (1999) referem que o treinador exerce influência muito pronunciada sobre as atitudes e comportamentos, sobre valores, orientação e sentidos de vida dos atletas. Importa, por isso, relevar os princípios éticos que um treinador deve possuir, a par de qualidades como sejam integridade, responsabilidade, dignidade, respeito pelos outros, competência, treinamento responsável e preocupação pelo bem-estar dos outros.

Em muitos casos, e especialmente para os jovens, o **treinador** é um modelo e, por isso, tem facilidade de influenciá-los em posturas dentro e fora do ambiente esportivo (BOMPA, 2005). A influência que o treinador exerce sobre as atitudes e comportamentos, sobre os princípios, valores, orientações

e sentidos de vida dos atletas é inegável (BENTO, 1999). Os treinadores são elementos transmissores de princípios, regras, conhecimentos desportivos, educativos, pessoais, sociais, culturais e, por vezes, também políticos e religiosos. O treinador recebe, em cada momento da atividade que desenvolve, influências de âmbito político movidas pelos interesses em jogo na sociedade em que desenvolve a sua ação (ARAÚJO, 1994).

Autores como Bota e Colibaba (2001, citados por MAIA, 2003) descrevem que, além da vocação para a atividade de treinador, algumas características da personalidade são fundamentais, como sejam a capacidade de incentivar, as aptidões de educador, de psicólogo, de dirigente e organizador, a capacidade de criação e decidir rapidamente e de exercer a autoridade. Estas características aliadas a capacidade intelectual e aos conhecimentos necessários para a função serão ferramentas importantes do treinador. Mas quais os requisitos que ele deve possuir?

Bento et al. ,(1999), destacam as dificuldades de afirmação das vantagens da qualificação pedagógica e científica dos treinadores, ao interrogar se “têm mais sucesso no desporto os treinadores pedagogicamente qualificados? Ou, pelo contrário, a qualificação pedagógica não desempenha qualquer papel no desporto”. Os autores reconhecem que a investigação em ensino e formação de professores tem muita dificuldade em lidar com o conhecimento prático e o considera secundário quando comparado com o conhecimento académico. Em contrapartida, muitos treinadores atribuem pouco valor ao conhecimento derivado de investigações de ensino.

Uma das funções fundamentais do treinador é buscar extrair o que cada atleta possui de melhor (HANSEN, ET AL., 2003), tanto em questões específicas do desporto, como também em questões relacionadas com a sua personalidade e com a construção de valores e a formação do carácter. Em concordância com as funções, responsabilidades e características pessoais que o treinador deve assumir perante todo o processo em que está envolvido, Maia (2003) destaca que ele não precisa ser um experto nem um teórico ou generalista, nem abstrato ou ignorante da prática; ele precisa ser capaz de afixar a sua especialidade e profissionalismo em horizontes alargados, capaz

de compreender-se como formador fiel e dedicado ao sentido de formar, isto é, aperfeiçoar o homem, torná-lo melhor e aumentá-lo em humanidade.

Oliveira (1994) refere que ser treinador significa ser agente de um processo de transformação que, no contexto do exercício da cidadania, conduz a responsabilidades e direitos. O **treinador** é simultaneamente um agente interativo de desenvolvimento do contexto social, cultural e político em que se move como perito e como cidadão (ARAÚJO, 1994), pelo que ser treinador é uma vocação que não se esgota no domínio das habilidades específicas da organização, planeamento e condução do treino e/ou das competições.

As funções do treinador definem-se com base num conjunto de competências resultantes da mobilização, produção e uso de diversos saberes pertinentes (científicos, pedagógicos, organizacionais, técnico-práticos, etc.), organizados e integrados adequadamente em função da complexidade da ação concreta a desenvolver em cada situação da prática profissional (MESQUITA, 2008).

O conceito de competência pode ser definido num sentido lato, como a capacidade que um indivíduo possui para resolver um determinado assunto, nomeadamente, um assunto profissional, onde a competência será o conjunto estruturado de conhecimentos, aptidões e atitudes necessárias para a sua resolução (ROSADO, 2000; SARMENTO ET AL., 2000). Deste modo, a competência não é um dom ou uma disposição, nem mesmo um conjunto de comportamentos particulares de domínio, mas antes algo que depende do contexto (ROSADO, 2000). Algo complexo, relacional, holístico e integrativo (BATISTA ET AL, 2007). A competência é situacional, ocorre na ação, não sendo diretamente observável. Relaciona-se com o êxito, mas não se confunde com o desempenho concreto.

A definição de competência deve atender a dois atributos: conhecimento e habilidade (BATISTA ET AL., 2007). Atributos estes que um indivíduo tem à disposição e consegue utilizar de maneira eficaz. Sendo a habilidade para aceder ao conhecimento de uma forma eficiente, um atributo de um indivíduo competente). Kirschner et al. (1997) diferenciam o conhecimento, o conhecimento situacional e a competência. O conhecimento é

referenciado a um campo mais teórico, na gama de informações sobre determinado assunto. O conhecimento situacional é a capacidade de desfragmentar o conhecimento bruto para o utilizar em determinada situação. A competência é definida como a capacidade de aceder ao conhecimento de maneira eficaz.

No campo profissional, tem-se por determinação legal a Lei 9.696/98, que no seu Art. 3º discorre sobre as competências específicas do profissional de Educação Física:

“... coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto” (Lei 9696/98).

Sobre as competências do treinador Borges (2007) elege como característica a condição do treinador atuar na sociedade como perito e como cidadão no âmbito social e cultural. As funções do treinador, e por consequência ele deve estar capacitado para desenvolvê-las, apresentando uma amplitude extensa. Mesquita (1997) e Lemos (2003) sublinham as responsabilidades do treinador em criar, através do estímulo, um ambiente propício para a autonomia e desenvolver a auto-estima e a responsabilidade de cada atleta. Já Janssen e Dale (2002) classificam as características do treinador em: ter caráter, ser competente, ser compromissado, ser cuidadoso, ser construtor de confiança, ser comunicador e, por último, mas não menos importante, ser consciente.

Para Araújo (citado em MAIA, 2003), o treinador deve ser um preparador da equipe para que esta apresente capacidade de respostas para resistir aos reveses; um promotor de condições para que todos os elementos da equipe participem da plenitude das suas possibilidades; um gestor de indicadores e critérios que obedeçam a uma ordem como a organização do treino; a liderança; as formas de comunicação; as opções estratégicas e

táticas; a gestão das pressões; o controle da capacidade de concentração; o controle das emoções; a planificação e avaliação, e ainda desempenha funções de professor; organizador, motivador, conselheiro e disciplinador.

Antonelli e Salvini enumeram seis principais funções que um bom treinador deve ter: (1) centro agregador de todo grupo; (2) modelo do grupo pelo ascendente emocional e orientador que deverá ter; (3) decisor que liberta o grupo da responsabilidade de tomar decisões; (4) programador e gestor do grupo; (5) imagem externa e defensor dos interesses do grupo; (6) controlador das relações interpessoais do grupo. Como podemos observar o treinador é de extrema relevância no desenvolvimento e no futuro do jovem como atleta e como pessoa.

Outro aspecto citado por Carron, Brawley e Widmeyer (1997) e Janssen (1999) refere-se à necessidade de o treinador possuir a competência em promover a coesão do grupo e a capacidade do grupo se manter unido e sustentar o bem-estar de todos os integrantes visando atingir um objetivo determinado.

Podemos ver que é exigida uma gama ampla de competências e conhecimentos, assim como são inúmeras e variadas as características e responsabilidades imputadas. O treinador do século XXI não é mais aquele que possui unicamente um grande domínio da modalidade, da metodologia e dos aspectos organizativos. O treinador do presente com horizontes no futuro necessita de uma formação sólida, multilateral e específica que adote uma atitude perspicaz face aos atletas, quer no domínio motivacional como no domínio emotivo e afetivo (ROSADO, 2000).

Gould et. al (2002) apresentaram uma relação de competências que incluía habilidades esportivas específicas, conhecimento nas áreas da preparação tática, da psicologia, da fisiologia do exercício, da medicina, da biomecânica e da legislação esportiva. Esta relação de competências foi avaliada pelos treinadores de alto nível entrevistados para o seu estudo e apresentou como a mais importante, a habilidade em seu esporte, e a menos importante, o conhecimento da legislação esportiva. Neste sentido, a identificação das concepções dos treinadores acerca dos conhecimentos e

competências profissionais valorizadas para o exercício da função constitui um instrumento fundamental de apoio à avaliação dos modelos de formação vigentes, lançando pistas para a implementação de novas estratégias de formação.

1.2.2 A formação do treinador

O desenvolvimento profissional é visto por diferentes autores (KAGAN, 1992; GARCÍA, 1995 A E B; SPRINTHALL, REIMAN E THIES-SPRINTHALL, 1996; STROOT, 1996; BARONE ET ALII, 1996) como um processo de transição, evolução ou progressão de fases ou ciclos de desenvolvimento, influenciado tanto por fatores maturacionais do próprio indivíduo quanto por fatores interativos das características pessoais e dos estímulos ambientais.

Bourdieu (2001) chamou a atenção para o longo processo de preparação para qualquer atividade profissional, apontando como são difíceis, quase impossíveis, mudanças súbitas, o que não exclui, entretanto, a existência de *provas*, testes físicos ou morais a serem enfrentados:

“O processo de transformação pelo qual alguém se torna mineiro, camponês, padre, músico, professor ou patrão, é prolongado, contínuo, insensível e, mesmo quando sancionado por ritos de instituição (no caso da nobreza escolar, a longa separação preparatória e a prova mágica do concurso), exclui, salvo alguma exceção, as conversões repentinas e radicais: começa desde a infância, quiçá antes do nascimento,[...]; e prossegue, a maior parte do tempo sem crises e conflitos- o que não o torna isento de todo o tipo de sofrimentos morais e físicos os quais, enquanto provas , fazem parte das condições de desenvolvimento da ilusão”. (BOURDIEU, 2001, p. 200)

Ao fazer uma opção por um emprego, surgem para o indivíduo

algumas escolhas que parecem naturais, adequadas, bem como outras que nem chega a refletir, por serem consideradas “acima” ou “abaixo” de suas expectativas, ou inadequadas por alguma outra razão. O prestígio social de uma ocupação, o tipo da tarefa que se espera desempenhar, a familiaridade com o ambiente de trabalho, o nível da remuneração, ou seja, diversos fatores são analisados à luz dos esquemas de percepção e de classificação dados pelo *habitus*, fazendo parecer inatas tanto as aversões quanto as vocações para determinadas atividades. A trajetória dos treinadores que estão no mercado de trabalho não é necessariamente a mesma.

Além da vocação para a atividade de treinador, algumas características da personalidade são fundamentais, nomeadamente a capacidade de incentivar, as aptidões de educador, de psicólogo, de dirigente e organizador, a capacidade de criação e de decidir rapidamente e de exercer a autoridade. Estas características aliadas à capacidade intelectual e aos conhecimentos necessários para a função serão ferramentas importantes do treinador.

A literatura tem estabelecido a importância do treinador esportivo na implementação do processo de treinamento (READHEAD, 1987; LYLE, 2002). Está claro a partir desta literatura, e especificamente os comentários de Lyle (2002), que o treinador precisa conhecimento de natureza multidimensional de seu ambiente esportivo, e que o nível de seu conhecimento e sua aplicação tem um efeito direto no processo de treinamento. Segundo Galipeau e Trudel, (2006) o processo de treinamento é uma complexa prática social, onde estão envolvidos os treinadores e atletas, num ambiente de interação, no âmbito de um clube e de instituições associativas, sendo o treinador o mediador dessa interação, num local de “disposição pedagógica”.

No contexto atual, o desporto é uma atividade que exige planeamento e avaliação (STREAN ET AL.,1997), inserindo-se nas atribuições dos treinadores operacionalizar esse processo. Conforme Lyle (2002), o treinamento é um processo contínuo integrado por episódios que devem ter um fio condutor. Espera-se que um treinador tenha conhecimento e competências nos domíniosdo técnico, tático, físico e psicológico, abrangendo tanto os

aspectos gerais como os específicos de sua modalidade, sem deixar de se pautar por uma orientação ética e uma “filosofia” pessoal de trabalho com os seus atletas.

Entre os documentos consultados e analisados na procura informações sobre formação do técnico desportivo de judô e suas variações, (tais como: instrutor, auxiliar técnico, monitor, treinador,...etc) encontramos dados somente quanto à formação do faixa preta. No âmbito das federações estaduais este é o profissional habilitado para exercer a função de treinador de judô não sendo exigida a formação acadêmica em Educação Física nos regulamentos internos.

Com a intenção de discutirmos este meio profissional convém inserir a idéia de Venuto (1999) que destaca que os estudos na área das profissões tendem a valorizar o caráter científico do conhecimento como principal recurso no processo de institucionalização da profissão, o elemento essencial para a aquisição de autoridade e inserção na hierarquia posicional vigente dentro do campo profissional. O que, em nossa análise, não está ocorrendo neste momento dentro do cenário do judô no Rio Grande do Sul. Estamos em um embate entre os órgãos de controle como o CREF-2/RS e o CONFEF de um lado e outros agentes sociais que procuram desregulamentar a profissão de treinador das Artes Marciais, procuram classificar a prática do judô como tal. Neste contexto podemos analisar o papel da FGJ que mantém uma postura permissiva quanto ao cumprimento da Lei 9696/98. Esta posição está embasada em não criar perdas políticas dentro do meio federativo, pois poderia ter prejuízos ao exigir a formação acadêmica em um meio que vários treinadores não são nem graduados em Educação Física, nem Provisionados.

No estudo dos conteúdos que são cobrados para o exame da faixa-preta, pouca ou nenhuma relação é feita com a Metodologia de Treino ou Ciências do Desporto ou mais especificamente com os temas investigados neste estudo que abordam a formação do treinador. A questão da prática da academia, do cotidiano no tatame e do *habitus* do judô imperam em relação ao exame, tendo até mesmo dominância quando se trata do conhecimento teórico.

A qualidade e quantidade de informação que o treinador possui ao seu dispor, ao longo das várias etapas do seu trabalho, é um dos aspectos

fundamentais para o sucesso de suas ações.

Em uma tentativa para estabelecer os requisitos educacionais e de conhecimento dos treinadores de elite vários autores tem investigado as origens do conhecimento adquirido pelos treinadores de elite (GOULD ET.AL., 1987; GOULD ET AL., 1990; SALMELA, 1995). Gould e colaboradores (1987) prospectaram várias diferenças nas experiências e formativas e preferências em treinadores de alto nível nos Estados Unidos. Seu estudo, abrangendo 94 treinadores, encontrou diferenças quer quanto ao nível acadêmico, ao momento de início na modalidade esportiva, no nível de experiência e na maneira preferida para adquirir o conhecimento necessário à prática profissional, na opinião destes treinadores.

Segundo Cushion, Armour, e Jones (2006), hoje em dia, muitos treinadores trabalham sem qualquer referência a um modelo ou processo de *coaching*, pelo contrário, baseiam a sua prática em sentimentos e instruções desenvolvidos na sua experiência prática adquirida ao longo dos anos enquanto atleta ou em outras experiências relacionadas ao treinamento.

Na literatura pedagógica, relacionada à investigação em ensino, Grossman (1990) considera quatro fontes principais a que os professores recorrem para alicerçar o seu conhecimento profissional: (1) a experiência de ver a ensinar ou aprendizado por observação (*apprenticeship of observation*); (2) a componente disciplinar (*disciplinary background*); (3) a componente profissional (*professional coursework*) e, (4) a experiência de ensino.

O aprendizado por observação, conceito introduzido por Lortie (1975) refere-se a algo que facilmente passa despercebido e que tem a ver com familiaridade do candidato a professor com o quotidiano da escola. Os longos anos nas carteiras e a experiência com professores e práticas de ensino deixam, inevitavelmente, marcas no entendimento do que é ser um bom professor, uma boa aula, uma boa relação professor-aluno, em que consiste ensinar, e como deve ser aproveitado o tempo na aula. Este aprendizado que ocorre na área formal da Educação Física podemos estendê-lo ao cenário do treinamento meio esportivo, onde também ocorre esta relação entre treinador e atleta.a. Podemos ampliar este cenário para o candidato a treinador, que

passou anos como atleta antes de se tornar treinador. Ele tem a percepção do que é um bom treinador ou um bom treino e uma opinião de como deve ser dividido o tempo em uma sessão de treino. Anteriormente a faculdade de Educação Física ele já criou um modelo interno das questões conceituais, procedimentais e atitudinais do bom treinador na sua própria visão.

Para além do aprendizado de observação, Machado (2006) apresenta as seguintes fontes de conhecimento do treinador: observação prática e conversa com outros treinadores, a participação em ações de formação de técnica, a formação acadêmica, a experiência como atleta, a formação contínua, a reflexão prática, a literatura e os estágios seminários.

Dentro das muitas razões que são evidenciadas na literatura para diferenciar a competência, as concepções e o comportamento do treinador está o tipo de formação e o nível de experiência do treinador (ABRAHAM & COLLINS, 1998). Remmert (2003) afirma que as características do treinador no que concerne a sua formação e experiência são determinantes no contexto que envolve a estrutura da equipe que ele dirige. A experiência constitui um pré-requisito para desenvolver a expertise, devendo os treinadores aprender as lições resultantes da própria experiência para aperfeiçoar as suas competências. A experiência profissional poderia balizar uma separação entre os treinadores. Em nossa revisão, porém, encontramos alguns estudos onde os treinadores iniciantes se percebiam tão competentes quanto os mais experientes.

“A bibliografia não é consensual em torno da idade de corte para se considerar um treinador experiente. No entanto, estudos efetuados por vários autores com treinadores experts (CÔTÉ ET AL., 1995; HORTON ET AL., 2005; SAURY & DURAND, 1998) apontam 10 anos de atividade na função de treinador como critério balizador de experiência profissional. Brude (1990), por seu lado, aponta 3 fases caracterizadoras da experiência profissional: fase da iniciação entre 2 a 3 anos de experiência, fase de ajustamento entre 3 a 4 anos de experiência e fase de estabilização entre 5 ou mais anos de experiência”. (RESENDE, MESQUITA E ROMERO, 2007, pg 03)

Ramos e Graça (2006) compararam a tomada de decisão de

professores em início de carreira e universitários (novatos) com professores experientes e constataram que os novatos possuíam alternativas de estratégias limitadas em comparação aos professores experientes. As diferenças podem ser explicadas pelas diferenças na estrutura do conhecimento de ensino de professores experientes e novatos.

Segundo Gaynes (1987), a aquisição do conhecimento se desenvolve em dois estágios. O primeiro sendo a aquisição de um conhecimento de base e posteriormente a de um treinador expert. Condiciona esta etapa a passagem do tempo. As investigações de Byra & Sherman (1993), Ennis, Mueller e Zhu (1991), Graham et al. (1993), Housner e Griffey (1985), Housner, Gomez e Griffey (1993) têm revelado que professores experientes possuem mais esquemas e estes são mais complexos e integrados entre si do que nos novatos. Os esquemas são definidos como estruturas cognitivas ou conceitos, semelhantes a fichas de um arquivo, onde são organizadas as informações na mente das pessoas. Sempre que uma pessoa defronta-se com uma situação, ela confronta esta informação com os repertórios que possui, reconhecendo ou não tal estímulo. À medida que a informação é reconhecida, uma resposta é gerada. De outro modo, se a informação não é reconhecida, processos mentais de aprendizagem são desencadeados (WADSWORTH, 2003).

Em suma, a temática do conhecimento do treinador constitui uma linha de investigação em expansão, a qual tem privilegiado o estudo das características do conhecimento prático de treinadores “*experts*”. Todavia, tentar elencar o completo perfil de conhecimentos que os treinadores devem possuir é uma árdua tarefa para a investigação, pois exige o domínio de múltiplos saberes e competências (CÔTÉ ET AL, 1995). Abraham & Collins (1998) distinguem dois tipos de conhecimento, o declarativo e o processual. Definem conhecimento declarativo como o corpo de memória que montamos ao longo da aprendizagem, enquanto, na visão dos autores, o segundo é o responsável pela busca da melhor informação, adequada ao contexto apresentado, ou como bem define Lemos (2005) é o conhecimento que passou pela fase de compilação e depois foi afinado.

Alexander et al. (1991) afirmaram que, quando falamos do conhecimento da matéria que o treinador deve dominar, nós precisamos de fazer a distinção entre (a) a dimensão institucionalizada do conhecimento disciplinar, preservada e renovada pelas comunidades científicas socialmente incumbidas de guardar, produzir, sancionar e divulgar conhecimentos, e (b) a dimensão pessoal, que compreende tudo aquilo que o indivíduo acredita ser verdade a respeito da matéria com a qual trabalha, e que compreende todo o armazenamento de informações, habilidades, experiências, crenças e memórias. O conhecimento particular da matéria que o treinador possui e domina ultrapassa o conhecimento explícito, ou seja, é constituído, também, por uma extensa gama de conhecimento tácito, que nem sempre é capaz de descrever, mas que está presente na sua atuação durante os treinos, o dia a dia com os atletas, até fora do ambiente esportivo e pela pressão do momento, afloram durante as competições, mesmo que não tenha sido pensado previamente.

Além disso, as pesquisas empíricas tem buscado o desenvolvimento de modelos conceituais que permitam descrever ou nortear a atuação e a formação do treinador (ABRAHAM ET AL, 2006; CÔTÉ ET AL. 1995; CHELLADURAI, 1996; CUSHION ET AL, 2004; D'ARRIPE- LONGUEVILLE ET AL. 2001). Trata-se de um empreendimento aberto à controvérsia, porquanto os problemas formativos e educativos inerentes ao treinamento são incertos, singulares, instáveis, complexos e envolvem conflitos de valores pessoais e culturais, de modo que não é possível a determinação de uma teoria científica única que identifique com exatidão a forma de abordar as situações de treino. Ainda, muitas das teorias de aprendizagem são modelos explicativos desenvolvidos em situações experimentais de laboratório e, desse modo, nem sempre permitem a compreensão dos processos de aprendizagem dos alunos em situações do ambiente natural do treino. O ensino, portanto, não pode ser considerado como um processo de transferência mecânica, linear, da teoria para a prática (PÉREZ GOMES, 1998).

Os modelo de formação necessitam de incorporar uma visão menos redutora quer do processo de treinamento, quer do processo de

desenvolvimento do treinador. Drigo (2008) aponta a falta de uma formação adequada aos futuros treinadores e reinsere na discussão a necessidade de repensarmos os modelos de formação. Este autor critica o alheamento da formação face ao desenvolvimento do conhecimento tecnológico-científico e a sua fixação nos valores artesanais. Num registo crítico, também Rosado e Mesquita (2007) denunciam que os programas de formação de treinadores desportivos, com pouca presença de formação de nível superior, têm-se estruturado em torno daquilo a que chamam de uma visão tecnocrática estrita. Conforme Gilbert e Trudel (1999), a institucionalização dos cursos para a formação de treinadores é um fenómeno relativamente recente, remontando inicialmente às décadas de 70 e 80 do século passado. De uma forma geral, estes programas estão ainda longe de estar consolidados em muitos países e são vistos mais como uma necessidade de certificação do que propriamente uma garantia de aquisição de conhecimentos fundamentais. Ainda assim, Gould et al. (1987) constataram uma positiva associação entre os programas de formação de treinadores e determinadas competências psicológicas de treinamento, como por exemplo, a preparação mental de um atleta.

Para além da questão da eficácia dos programas de formação colocam-se também questões relativas às entidades responsáveis pela formação de treinadores. A fim de saber a quem caberia a responsabilidade de formar os treinadores, se ao sistema desportivo se ao sistema do ensino superior, Resende, Mesquita e Romero (2007) realizaram um inquérito de opinião aos treinadores de voleibol em Portugal. Os resultados revelaram que 40,3% dos treinadores referem que esta formação deveria ser da responsabilidade exclusiva do sistema desportivo, expressando a ideia da pouca relevância que os inquiridos conferem à formação exclusiva efetuada pelo ensino superior (1,3%). Os restantes admitem a intervenção dos dois sistemas. Esta posição partilhado pela maioria dos treinadores é também corroborado por Perla & Del Villar (2004) Estes autores referem que as duas vias se podem complementar e colaborar entre si, não se devendo opor nem confrontar. Também Simão (1998), num estudo com 102 treinadores de diversas modalidades em que analisou a representação dos treinadores em

relação à sua própria formação, refere que não é consensual, entre os treinadores, se a formação especializada deve ser efetuada no sistema desportivo, na universidade ou de forma integrada entre o sistema desportivo e a universidade.

1.2.3 A intervenção do treinador

O treinador é um dos importantes componentes para o funcionamento de uma equipe competitiva. De sua intervenção depende o andamento de uma estrutura simples em algumas situações ou complexas, integradas por vários profissionais de diferentes áreas, em outras. Os treinadores são elementos fundamentais no desporto e na sociedade. São agentes desportivos com um papel bem definido, todavia muito diversificado, que abrange diversas áreas inerentes às componentes do jogo. São responsáveis pelo planeamento, gestão, seleção, liderança, instrução e rendimento de um grupo de seres humanos no desporto.

Da análise da investigação publicada relativa à atividade do treinador, no período entre 1970 e 2001, Gilbert e Trudel (2004) referem que a frequência de estudos relativos ao comportamento do treinador se tem mantido ao longo dos anos, enquanto a frequência de estudos sobre o pensamento do treinador tem vindo a crescer nos últimos anos, ao mesmo tempo que se registra a tendência para associar o estudo do comportamento ao estudo do pensamento do treinador.

Côté, Salmela, Baria e Russell (1993) afirmam que, apesar dos vários estudos sobre a liderança, não se tem investigado profundamente as tarefas mais habituais dos treinadores no dia-a-dia de trabalho. São escassas as pesquisas sobre a análise dos processos cognitivos envolvidos na maneira como os treinadores planejam e implementam as estratégias do treino. Para os autores, ainda faltam identificar os principais domínios de intervenção de quem orienta atletas e principalmente acerca dos conhecimentos utilizados no exercício das suas funções para podermos ter uma compreensão mais objetiva das implicações e exigências desta atividade. Esta avaliação resulta da

consciência de que o estudo do treinador deve ser cada vez mais o estudo do seu conhecimento, do seu pensamento e da sua ação e não apenas de uma destas dimensões isoladamente (CLARK & PETERSON, 1986; DOUGE & HASTIE, 1993; JONES ET AL., 2003; POTRAC ET AL., 2000; SCHEMPP ET AL., 1998).

Sabemos que a forma mais comum para avaliar o trabalho de um treinador é avaliar aquilo que os atletas produzem em termos de resultados, tal como as vitórias e as derrotas. No entanto, e no entender de Mallett e Côté (2006), é necessário realizar uma investigação mais alargada sobre os aspectos que confirmam ou não o sucesso dos treinadores, não se atendo exclusivamente nos resultados competitivos. Este conceito está mais ligado ao senso-comum do que a uma avaliação científica criteriosa. Becker (2000) salienta que um bom treinador deve ter conhecimento, capacidade de comunicação e disciplina. Para esse autor, a comunicação é fator primordial para o sucesso de um profissional em qualquer área da atividade humana. De sua intervenção depende o andamento de estruturas que podem atingir níveis de elevada complexidade, como seja a coordenação de vários profissionais de diferentes áreas. Mesquita (2000) aponta para outras capacidades que o técnico deve manifestar em sua atividade, que sintetiza nos domínios: conceitual, que diz respeito ao domínio e conhecimento das questões das ciências do esporte e da modalidade em que trabalha; comunicativo, que se refere à verbalização adequada de idéias, ao saber escutar e às capacidades de comunicação não verbal; e capacidade técnica que diz respeito à organização e condução do processo de treinamento.

No âmbito do esporte de crianças e jovens, Gilbert & Trudel (2001) traçam um conjunto de características consideradas essenciais para o exercício da função de treinador, das quais se destacam: (a) demonstrar interesse em aprender a teoria e a prática do processo de treinamento; (b) apresentar respeito pelo desporto da comunidade local e comprometimento com os jovens; (c) ter boas qualidades de liderança, organização e ensino; (d) sustentar as perspectivas da busca pela vitória, motivando as crianças a buscarem-na dentro das regras e princípios do desporto.

A capacidade de selecionar informação relevante e de comunicá-la de forma efetiva é um dos aspectos fundamentais para a prática profissional do treinador, segundo Rink (1994). Porém, de acordo com Flaherty (1999), o *coaching* não se restringe a um processo em que só se comunica às pessoas o que têm de fazer, mas antes lhes oferece oportunidades de examinar o que é que elas fazem das suas intenções. O *coaching* promove a auto-observação, a auto-correção, e a ocorrência no processo de ensino-aprendizagem da reflexão, discussão e refinamento dos seus conhecimentos e habilidades. E na medida em que o processo de ensino-aprendizagem está inevitavelmente relacionado com o processo de coaching, a análise do *coaching* constitui-se com um instrumento essencial para perceber a qualidade de instrução dos treinadores não só no processo de treino, mas também em competição. Logo, a avaliação da qualidade de instrução está intimamente ligada com o domínio dos processos instrutivos e a eficácia pedagógica do ensino por parte do treinador. A instrução surge como responsável pela operacionalização do ensino e conseqüentemente pela transmissão dos conteúdos, conceitos e parâmetros pedagógicos inerentes ao desenvolvimento dos jovens atletas.

Sobre a competência para transmitir as instruções Pacheco (2002) e Mesquita (1997) concluíram que o treinador deverá ter em mente os seguintes pontos: aprimorar a comunicação verbal, preparando sempre o que ambiciona dizer aos jogadores, sem esquecer que tem de ser claro e sucinto; desenvolver a capacidade de saber ouvir os jogadores, evidenciando uma maior atenção ao que eles dizem e pensam; evoluir na comunicação não-verbal. muitas vezes o treinador consegue cativar a atenção dos jogadores mais rapidamente através de gesticulação, através do toque ou através de expressões faciais; explorar a comunicação audiovisual. os jogadores parecem entender com mais facilidade uma imagem, ou a reprodução audiovisual de uma ação, do que através da comunicação verbal.

Orientações para a comunicação do treinador são segundo Rosado, (2008) definidas em função da melhor recepção pelo atleta durante o evento competitivo. Deverá o treinador evitar os problemas técnicos, de significado e efetividade da comunicação (SHANNON e WEAVER, 1949). Salienta a

importância de ter atenção às normas disciplinares em relação como processo de comunicação. Indica a relevância de que os praticantes vejam, olhem, para treinador. Intercâmbio de papéis no processo de comunicação. Ambiente de apoio e empatia. Adaptar a comunicação em função de cada praticante, pois alguns possuem canais para a recepção diferentes de outros. Ser congruente como plano de treino (e com a sua personalidade). Importância da comunicação verbal e não-verbal. Não atuar como emissor continuamente. Pensar antes de comunicar algo. Mesquita *et al* (2008) verificou que o sexo era uma variável diferenciadora na retenção de informações emitidas pelos treinadores. No referido estudo, as meninas mostraram mais coerência nas idéias retidas em relação com as idéias transmitidas pelo treinador. Estes resultados indicam uma possível tendência para que as meninas fiquem mais atentas quando o treinador está emitindo informações. No entanto, para confirmar esta hipótese mais pesquisas seriam necessárias segundo os próprios autores que investigaram a comunicação entre treinadores e atletas de judô.

A intervenção dos treinadores durante as competições tem sido abordada por alguns autores (ORLICK, 1990; SERPA, 1995; 1996 E PIZZI, FIORINESCHI, TORTORELLI, GRIFONI & GIORGI, 2002). Como erros mais comuns do treinador destaca-se: a tendência para estimular constantemente o atleta antes da competição; a inadequação dos feedbacks dados aos atletas, muitas vezes centrados nos aspectos negativos da prestação ou execução; o abandono dos atletas após um mau resultado; ou a incapacidade de controlar as suas emoções na relação com os atletas em geral e, especificamente, em intervenções que, reduzindo a tensão do técnico, não trazem benefícios para os atletas.

No processo de coaching algumas das questões que surgem ao treinador são: saber o tipo de linguagem que devem utilizar, quando e como devem transmitir as informações aos seus jogadores ou lutadores, ou seja, qual o conhecimento do conteúdo e a oportunidade das intervenções durante os treinos e a competição. Gilbert *et al.*, (1999b), salientam que a capacidade de transmitir passa pelo conhecimento do conteúdo (matéria de treino) e pela

competência do treinador comunicar com os seus atletas. Logo, não basta aos treinadores abarcarem um conhecimento tático e/ou técnico do judô, já que na condução do processo de treino e durante as competições se torna fundamental saber como e quando intervir.

Martens (1999) sistematizou um conjunto de preocupações sobre a qualidade da instrução do treinador. Sugere o autor que as intervenções devem:

- Ser direta, ou seja, direcionadas aos atletas em questão e de uma forma positiva ou negativa;
- Assumir pessoalmente o que se quer dizer, e para isso deve-se falar na primeira pessoa; ser completas e específicas, fornecendo toda a informação necessária para que os atletas percebam o que se pretende transmitir;
- Ser claras e sem duplo sentido, retirando a ambigüidade às instruções;
- Separar e distinguir os fatos das opiniões; contemplar apenas uma mensagem de cada vez; ser efetuadas imediatamente a seguir à observação de algo que não se concorda;
- Fornecer algum apoio; ser congruente entre o domínio verbal e não verbal.

Mesquita *et al.* (2008), utilizam a seguinte classificação das instruções dos treinadores de judô durante a competição, quanto a natureza da informação, em três grandes grupos:

- Prescritiva - o treinador dá uma indicação de que o atleta deve respeitar no combate seguinte, impõe uma solução, possivelmente salientando os erros a evitar;
- Descritiva - o treinador descreve a forma como o atleta realizou qualquer ação anterior;
- Avaliativa positiva - o treinador avalia o desempenho dos atletas de uma forma positiva ou elogia e incentiva o atleta;
- Avaliação Negativa - o treinador avalia o desempenho do atleta de forma negativa refletindo desaprovação.

Os autores classificam também a forma da intervenção:

- Verbal - o treinador transmite a informação de um modo exclusivamente verbal;
- Visual - o treinador transmite a informação de uma forma não-verbal, através de gestos ou expressões faciais, que podem mostrar aprovação, reprovação ou de demonstração / simulação;
- Sinestésico - o treinador transmite a informação manipular os atletas do corpo;
- Combinada (verbal / visual ou verbal / sinestésico) - a informação é transmitida de uma forma verbal e gestual ou verbal e com a manipulação do corpo do atleta, respectivamente.

Ao considerar que o processo de treinamento-competição tem um componente emocional, Nascimento et al (2001), afirmam que é determinante para os treinadores e atletas, as tensões emocionais vividas pelo treinador tendem a ser transmitidas aos atletas, os atletas têm sua condição psicológica dependente da estabilidade emocional do treinador, o processo de comunicação (verbal e não-verbal) é via de transmissão de estados emocionais, as estratégias de interação e de gestão utilizadas pelo treinador são modeladoras das emoções dos atletas. Os mesmos autores apresentam três possíveis situações que podem ocorrer na relação treinador-atleta durante o transcurso da competição:

A primeira situação prevê que o atleta, confrontado com uma situação de insegurança e instabilidade, procure no treinador referências que auxiliem tanto na sua interpretação quanto na sua percepção de competência para resolver os problemas. Caso o atleta perceba a situação como favorável, desenvolverá um comportamento adaptado. A situação desfavorável percebida dará origem a um sentimento de insegurança e, conseqüentemente, ansiedade.

A partir da história da sua relação com o treinador, a segunda situação prevê que o atleta crie expectativas sobre o comportamento deste na situação em que se encontram. Quando o comportamento dos treinador é consoante com as

expectativas do atleta será promovida sua adaptação consistente com a lógica do padrão relacional. Ao surgir a dissonância entre expectativas e o comportamental real, resultará uma desestruturação cognitivo-emocional desencadeadora de sentimentos de tensão e ansiedade.

A terceira situação refere-se a reação do treinador ao comportamento do atleta. Ao manifestar um reforço negativo ou punição, o atleta avalia o ato realizado em função do seu próprio juízo sobre a justiça do comportamento punitivo. Quando a punição é considerada justa ou esperada, o atleta adapta-se à situação. No entanto, quando a punição é inesperada ou considerada injusta, ela provocará um conflito desencadeador de tensão emocional e ansiedade. (NASCIMENTO, ET AL, 2001, p. 4)

O comportamento durante a competição parece estar sempre associado ao desenrolar do resultado e à prestação individual e/ou coletiva dos atletas. Conforme Sequeira (2008), a competição exige elevados níveis de concentração e rápidas tomadas de decisão; é, por isso, um momento vivido com grande intensidade, por parte do treinador. O comportamento do treinador durante as lutas é, pois, muito instável e imprevisível, o que torna difícil a procura de um padrão comportamental a qualquer nível de competição, seja no âmbito da formação, seja no rendimento desportivo. Acresce que, ao analisarmos a competição de judô, devemos separar os momentos que antecedem e sucedem as lutas, o que se diz antes e o que se diz depois da competição. A etapa imediatamente depois dos combates também vai estar intrinsecamente relacionado com os resultados seguintes. As instruções do treinador após a vitória ou a derrota não devem nem desestimular nem excitar demasiadamente o atleta. Este ponto citado na literatura apresenta-se com mais ênfase no judô, onde o atleta deverá participar de várias lutas no mesmo dia

Muito do sucesso alcançado pelo atleta se deve à boa qualificação de seu treinador, quer seja no planeamento do treino ou nas ações durante a competição. No que respeita à preparação e orientação da competição podemos nos apoiar na literatura (GRÉHAIGNE & GUILLON, 1992) para separar o que é estratégia (o que pode ser previsto e definido antecipadamente e o que é tática (a adaptação instantânea às estratégias e manobras do adversário). Matvéiev (1990, p.20), por sua vez, refere que a riqueza tática é

superior nas lutas, pelo que exerce maior influência nos seus resultados, comparativamente à ginástica desportiva ou as corrida de curta distância, portanto as instruções durante a competição tornam-se um importante instrumento para o treinador.

1.3. A formação e a certificação do treinador de judô no Brasil

1.3.1 Enquadramento legal da profissão de treinador de Judô

Quando falamos em formação de treinadores temos obrigatoriamente que abordar as questões de quem pode exercer esta profissão. A este propósito, Becker (2000) sustenta que um treinador deve ter as qualificações de um professor. Neste ponto encontramos as leis que regulamentam a profissão e a realidade do mercado de trabalho. Segundo a legislação atualmente em vigor, somente pode atuar no mercado quem for registrado no Conselho Regional de Educação Física que, por sua vez, está subordinado ao Conselho Regional de Educação Física. A Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que regulamentou a atuação do profissional de Educação Física, em seus dois primeiros artigos apresenta o seguinte texto:

***Art. 1º** o exercício das atividades de Educação Física e a designação de Profissional de Educação Física é prerrogativa dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos de Educação Física.*

***Art. 2º** Apenas serão inscritos nos quadros dos Conselhos Regionais de Educação Física os seguintes profissionais:*

I – os possuidores de diploma obtido em curso de Educação Física, oficialmente autorizado ou reconhecido;

II – os possuidores de diploma em Educação Física expedido por instituição de ensino superior estrangeira, revalidado na forma da legislação em vigor;

III – os que, até a data de início da vigência desta lei, tenham comprovadamente exercido atividades próprias dos profissionais da Educação Física, nos termos a serem estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação Física. (Lei 9696/98).

A legislação posterior à Lei 9696/98 regulamentou a atuação dos

treinadores que se enquadravam no Artigo 2, parágrafo III, ou seja, aqueles que não possuíam formação acadêmica, mas que comprovassem ter desempenhado funções equivalentes antes da promulgação da lei. Porém, desde o ano da publicação da lei até o início desta pesquisa, ocorre uma discussão jurídica movida pelos treinadores que não se sujeitam à regulamentação. Esta discussão nos tribunais tem apresentado vitórias de ambos os lados e não nos parece ter o fim próximo. Além dos profissionais da área das lutas e artes marciais, os profissionais da dança estão interessados em conseguir autonomia para regular os seus respectivos mercados de trabalho. Além das questões legais de certificação do mercado, o judô apresenta uma área específica de ordenamento. A formação de um treinador de judô tem características distintas pertinentes a sua criação e segue uma hierarquia própria, de acordo com a cor de faixa que o praticante usa na cintura do seu quimono. O tempo necessário para a formação é de, no mínimo, oito anos, passando por uma seqüência de nove faixas diferentes: branca, cinza, azul, amarela, laranja, verde, roxa, marrom e, ao final, a faixa preta. Apenas ao faixa preta, a Confederação Brasileira de Judô e as federações estaduais possibilitam o registro como treinador e a posição de responsável técnico por uma entidade filiada. Após a obtenção da faixa preta, há ainda uma classificação em dans de um a dez, sendo o décimo dan a maior posição hierárquica que um treinador pode alcançar (CBJ).

A Lei 9696/98, que regulamentou a área não formal deste mercado de trabalho, pretendia reservá-lo para os profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais e no Conselho Federal de Educação Física. Na contramão deste enfoque, coexiste a regulamentação do desporto, com a Lei Federal 9615/98, que em seu artigo 20^o determina que:

“as entidades de práticas desportivas (clubes) e as entidades nacionais de administração do desporto (Confederações, Federações e Ligas esportivas), são pessoas jurídicas de direito privado, com organização e funcionamento autônomo, que têm suas competências definidas em seus estatutos”. (Lei 9615/98 art. 20)

Ao analisarmos estas duas leis, podemos ver que, se existe uma

intenção de preservar o meio para os formados em ensino superior, também se possibilita a liberdade de ação das entidades que de fato regulamentam o esporte. As federações e confederações, deste modo, continuam a permitir a atuação profissional de sujeitos que possuem apenas a formação prática ou feita em cursos da própria entidade. O faixa-preta é o título exigido para o cargo de responsável técnico ou outras posições na FGJ e na CBJ, não a formação acadêmica em Educação Física. Porém, a Confederação Brasileira de Judô (CBJ) também insere em seus estatutos que:

“Art. 19 – Para ter direito de participação nas Competições promovidas pela CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ, as Federações Filiadas deverão, além de atender às exigências Estatutárias da Entidade Dirigente do Judô Nacional, satisfazer as seguintes condições:”

“VII Os Técnicos das Equipes deverão apresentar obrigatoriamente a Carteira de Registro no CREF (Conselho Regional de Educação Física) ;” (CBJ, 2007, p 3-4)

A aprovação, dia quinze de julho de 2007, do Projeto de Lei (1371/2007) da deputada Alice Portugal (PCdoB-BA)¹⁰ na comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal foi motivo de comemoração por parte dos profissionais de capoeira, dança, ioga, lutas, e artes marciais e método *pilates* não graduados, integrantes do movimento contra a regulamentação em Educação Física comemoraram. Segundo o texto do projeto, os profissionais **não estão sujeitos à fiscalização** dos Conselhos Regionais de Educação Física. Citamos para exemplar as divergências sobre a regulamentação um trecho do Manifesto das Entidades Contrárias à Regulamentação:

Baseado em teses equivocadas e corporativistas – reserva de mercado, qualificação dos serviços via aparato legal, entre outros – bem como na falsificação do consenso, para persuadir a categoria, foi aprovada a lei 9696/98. O processo para aprovação da lei e, em seguida, criação do CONFE11F e dos CREFs¹² (principalmente a campanha de filiações) sustenta-se em meios alienadores, excludentes e de alto teor coercitivo (ausência de amplo debate, restrição da

¹⁰ Partido Comunista do Brasil, Deputada Federal pelo Estado da Bahia

¹¹ Conselho Federal de Educação Física

¹² Conselho Regional de Educação Física

participação dos profissionais nos processos decisórios, a falácia da ilegalidade do exercício profissional caso não esteja filiado ao CONFEF). Nunca é demais lembrar que estes são alguns dos instrumentos privilegiados por regimes ditatoriais e totalitários. Em ambos os casos com a única finalidade de garantir interesses privados de certos grupos, ferindo um princípio elementar da democracia: a participação. (Manifesto da Entidades Contrárias a Regulamentação da Educação Física.)

Estas entidades advogam que a dança e as lutas, de uma forma geral, por serem um patrimônio cultural não podem ser alvo de tal regulamentação.

Do outro lado, diversas entidades representativas do professores de Educação Física inserem neste conflito ainda as questões relativas as atuais formas de graduação no Brasil, a Licenciatura e o Bacharelado. Lembramos que a lei 9696/98 regulamentou a área não formal do mercado, isto é a área do bacharelado. O campo da licenciatura, colégios, faculdades por exemplo já estavam com as suas normas regulamentares feitas que são comuns à todas as outras carreiras docentes.

Observando-se alguns países encontramos a formação de professores e treinadores organizada e sistematizada a partir de um planejamento nacional e com objetivos traçados a logo prazo. A Federação Francesa, por exemplo, promove cursos de formação e atualização (formação continuada) em centros de formação popular em níveis regional e nacional e também no Instituto Nacional dos Desportos e Educação Física (INSEF). Somente estes cursos habilitam os interessados em obter o título de Professor de Judô com Título de Educador Esportivo necessário para a atividade profissional segundo a legislação francesa desde agosto de 1963 e regulamentada em 15 de julho de 1972 (BONET-MAURY E COURTINE, 1994, IN NUNES 2001) . Em muitos outros países da Europa existem Cursos Nacionais de Treinadores Desportivos. Na Alemanha é ministrado na DeutschSporthochSchule-Koln (Universidade de Colônia) com a previsão de reciclagens bi-anual e necessidade de estágios obrigatórios através dos quais os técnicos ascendem na carreira de treinador. Iniciando com treinadores de nível “F”, o primeiro, até alcançar o nível “A” necessário para acompanhar uma

seleção nacional.

Um aspecto que deve ser esclarecido na realidade brasileira é que, as artes marciais, além dos aspectos ligados à tradição oriental, em geral, são atividades desportivas, sendo inclusive, as disputas de judô e de tae-kwon-do pertencentes ao rol das modalidades olímpicas e, portanto, fazem parte das competências do profissional de Educação Física. Entretanto o entendimento legal não se deu, de fato, em relação ao entendimento social, que por ora não conseguiu assimilar a transição ocorrida ao longo dos anos, o que se pode atribuir à mudança de entendimento de mundo, no seio da qual será defendida a tese da co-existência aproximações distintas: a do **ofício**, onde o professor ensina ao seu aluno, como o **mestre formava o aprendiz** (artesanato), e a da profissão, que tem na formação universitária e no conhecimento científico as bases para o exercício de uma atividade profissional (DRIGO, 2007).

1.3.2 Os treinadores de judô e as Corporações de Ofício

No intuito de compreender a força da tradição e mesmo por que as decisões dos treinadores formados em Educação Física, muitas vezes, não se baseiam em conceitos científicos, estudados na graduação acadêmica, procuramos detectar similaridades entre a formação específica dentro do campo do judô com as antigas corporações de ofício. A base teórica desta comparação era procurar entender a dificuldade do treinador em implantar certas mudanças no seu treinamento que contrariariam práticas tradicionais. Este apego às tradições poderia ser explicado por uma fidelidade aos princípios que os integrantes de uma corporação devem ter.

Conforme Dubar (1997), as atividades das confrarias de ofício baseavam-se no princípio de que as corporações eram “corpos e comunidades”, tanto no sentido moral como no sentido legal do termo, e que seus membros estavam unidos por laços morais e por um respeito às regulamentações pormenorizadas dos seus estatutos. A natureza destes laços revela-se no epíteto de “ofício juramentado” - ou “estado juramentado”, para retomar o termo da carta patente de Henrique III, rei de França, datada de 1585 - que designava freqüentemente estes grupos e comunidades.

Em resumo, fazer parte de uma corporação não se reduzia a aprender um ofício e estar legalmente habilitado para exercê-lo, mas fundamentalmente fazer parte de uma fraternidade espiritual juramentada. Podemos fazer uma relação entre as escolas de ofício e a atual estrutura do judô gaúcho. Antes da regulamentação do mercado não formal da Educação Física através da Lei 9696/98, e mesmo depois dela (pela falta de controle do CREF/2 ou pela discordância e confronto de alguns grupos com a regulamentação profissional), ao receber sua faixa preta o indivíduo passava a fazer parte de um grupo diferenciado dentro do judô, tendo também a possibilidade de inserção profissional. Salientamos que a maioria dos treinadores atuantes no judô gaúcho receberam a sua faixa preta antes do diploma universitário. Ao menos cronologicamente, eles foram primeiro faixas-pretas e depois graduados em Educação Física. A primeira formação foi durante os treinamentos, e as informações recebidas até o momento do ingresso no meio universitário respondiam às demandas de conhecimento.

Comparando novamente o grupo dos professores de judô com as corporações de ofício, encontramos varias similaridades, tais como o juramento, que nas corporações de ofício englobava basicamente três compromissos: observar as regras, guardar segredo e prestar respeito aos controladores reconhecidos pelo poder Real. Os judocas possuem uma rígida hierarquia, que difere da maioria dos demais esportes Olímpicos, possuem um gestual próprio para saudações e cumprimentos, utilizam um vocabulário desconhecido para os leigos e procuram manter um controle dos espaços profissionais, reservados exclusivamente aos faixas-pretas. Em outras palavras, restringe-se o acesso a certos espaços somente aos iniciados.

O artesão participava de uma cerimônia de juramento e ingresso na corporação seguindo os ditames de seu mestre; o judoca recebe a sua faixa preta, sempre ao final do ano, em uma cerimônia na presença da alta hierarquia da Federação Gaúcha, e a recebe de um padrinho (normalmente o professor que mais o influenciou na sua formação).

O campo de atuação profissional para o treinador de judô no Rio Grande do Sul encontra-se hoje sobre a ação de diversas forças antagônicas sobre a

legitimação de que pode atuar no mercado. Temos a estrutura do Conselho Regional de Educação Física, que representa o Conselho Federal no Estado, como órgão fiscalizador da aplicação da Lei 9696/98, temos também forças contrárias a regulamentação. Mesmo dentro das faculdades se debate o acesso ao mercado entre os Licenciados e os Bacharéis. A Federação Gaúcha de Judô, por sua vez, representante da Confederação Brasileira, já não exige o diploma de graduado em Educação Física para os Responsáveis Técnicos das entidades filiadas como exigia após a promulgação da Lei. Fruto de vitórias jurídicas dos grupos contrários a regulamentação. Portanto o treinador está em um processo de disputa para ver qual é a formação exigida pelo mercado. Qual é, segundo o conceito de campo de Bourdieu, a que mais agregaria capital social ao seu prestígio profissional. No decorrer deste estudo tornou-se recomendado abordar dentro do cenário dos treinadores de judô do Rio Grande do Sul, a possibilidade de inserirmos o conceito das Representações Sociais para procurar explicar alguns pontos onde colidem o discurso dos treinadores graduados em Educação Física, prováveis defensores do conhecimento científico, com algumas práticas observadas, impregnadas pelo senso comum, ou seja, rendendo-se ao peso das tradições. A Psicologia Social ocupa-se em estudar os conhecimentos referentes à formação de grupos sociais e seu comportamento, bem como a relação do indivíduo como grupo e dos membros entre si (NOCE, 2002).

Por representações sociais, entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são segundo Moscovici (2007) o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais e podem ser vistas como a **versão moderna do senso comum**. Moscovici (2007) define representações sociais como:

“Um sistema de valores, idéias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambigüidade, os vários aspectos do seu mundo e da sua história individual e social” (Moscovici , 2007, p.29).

Com o tema enfocado no estudo, nos deparamos com a idéia, o conceito de senso comum, mais elaborado. Encontramos um conjunto de idéias próprias de um grupo específico: o grupo formado pelos treinadores de judô do Rio Grande do Sul.

Retornando, então, às representações sociais, isto equivale a dizer que estas formas de pensamento prático são conforme Spink, (1993), concomitantemente, campos socialmente estruturados que só podem ser compreendidos quando referidos às condições de sua produção e aos núcleos estruturantes da realidade social, tendo em vista seu papel na criação desta realidade.

Construir representações sociais envolve segundo Jovchelovitch (2000) , ao mesmo tempo, a proposição de uma identidade e uma interpretação da realidade. Isto significa que quando sujeitos sociais constroem e organizam campos representacionais eles o fazem de forma a dar sentido a realidade, a apropriá-la e a interpretá-la. entende que desta forma eles dizem quem são, como entendem a si mesmo e a outros, com o se situam no campo social e quais são os recursos cognitivos e afetivos que lhe são acessíveis em dado momento histórico. Portanto, esse conjunto de conceitos e atitudes expressa a identidade de um grupo. Max Weber elabora suas concepções do campo das Representações Sociais através de termos como “idéias”, “espírito”, “concepções”, “mentalidade”, usados muitas vezes como sinônimos, e trabalha de forma particular a noção de “visão de mundo”. Para ele, a vida social -que consiste na conduta cotidiana dos indivíduos- é carregada de significação cultural. Essa significação é dada tanto pela base material como pelas idéias, dentro de uma relação adequada, em que ambos se condicionam mutuamente. Minayo (1995) complementa, ainda sobre Weber, que as idéias são juízos de valor, ou seja, concepções sobre o real e pode apresentar tanta importância como a base material. Mauss (1979) alerta para o risco de se reduzir a realidade à concepção que os homens fazem dela quando sabemos que é objeto das ciências sociais tanto o fato como a sua representação.

Conforme Wagner (1995), baseando-se nos conceitos desenvolvidos por Pierre Bourdieu, mesmo que indivíduos pertencentes ao mesmo grupo

social possam ser bastante diferentes em termos de sua personalidade, eles se aproximam uns dos outros no que diz respeito à estrutura básica de sua experiência social comum, de seu pensamento e de sua ação. Eles são similares com respeito ao *habitus* que incorporam, bem como com respeito aos padrões de linguagem e racionalizações que compartilham isto é com respeito às suas representações sociais. Ser fortalecido pelo grupo impede de questionar atitude aceitas pelo grupo com receio de fragilizá-lo. No Brasil, segundo Silva (2005), o senso comum ainda tem muita força no desporto brasileiro.

Apesar do crescimento científico na área da Educação Física, da didática e da metodologia de ensino, o modelo tradicional de ensino ainda é muito forte no cenário nacional. Já na década de oitenta, Freitas (1989) criticava fortemente, em seu artigo (Judô, crítica radical), as práticas autoritárias que ocorriam sem nenhum embasamento científico e que eram, na maioria das vezes, meras cópias da metodologia nipônica, o que se apresentava, de acordo com o autor, como sendo um “equivoco metodológico absurdo por parte dos treinadores brasileiros”. Este estudioso ainda atenta criticamente para práticas como: proibição da hidratação durante os treinos (que vai contra as leis básicas da fisiologia); utilização equivocada da “filosofia” do judô (alienada e não democrática); a ausência de diálogo entre os (professores) e alunos, muitas vezes na intenção equivocada de que seja respeitada determinada “hierarquia”.

A avaliação de um trabalho na área esportiva é comumente focada no resultado obtido. Segundo esta visão, os atores e as condições durante o treinamento, uma complexa rede onde um tem apoio e é dependente do outro, são julgados em uma ótica simplista. Desta forma, o trinômio **treinador/ atleta/ meios de treinamento** fica reduzido a treinador e meios de treinamento, sendo desvalorizadas na avaliação as **características individuais do atleta**.

No dia a dia, as pessoas acreditam e afirmam que agem por que acreditam que aquele comportamento é o comportamento apropriado, e único para aquela situação. Para exemplificar, podemos abordar a questão da ingestão de líquidos durante os treinamentos para repor o equilíbrio hídrico ou

se refrescar. Quando do início da prática do judô no Rio Grande do Sul, segundo Maduro (1999), os professores não permitiam nem a ida ao banheiro nem a possibilidade de os alunos beberem água. A justificativa era trabalhar os conceitos de disciplina e capacidade de suportar o sofrimento que, na visão destes treinadores, era importante para a formação do judoca e a confirmação da hierarquia. Os estudos sobre desidratação e hidratação são numerosos e coincidentes quanto aos malefícios da não reposição hídrica durante as atividades físicas. Com o passar do tempo e a evolução do conhecimento científico por parte dos treinadores, agora já professores de Educação Física, iniciou-se um confronto entre o antigo e o novo, entre as tradições que até este momento eram inquestionáveis e as comprovações da ciência. O “não pode beber água” era de um simbolismo marcial que remetia às rudezas dos treinamentos dos samurais (RUAS, 1988). Esta atitude dava ao professor uma autoridade de que ele relutava em abrir mão. Não havia margem para questionamentos por parte dos alunos ().

Podemos analisar outras questões como, por exemplo, agasalhos e camisetas por baixo do judogi¹³ nos dias de frio. Atualmente observamos em vários locais de treino no Rio Grande do Sul a permissão do uso nos dias de frio. Investigando esta mudança de comportamento encontramos as justificativas pelo uso pioneiro de atletas gaúchos integrantes das seleções brasileiras que, ao retornar aos seus clubes, traziam a novidade ao solo gaúcho. Como a novidade vinha referendada por um atleta de seleção brasileira, isso era copiado por outros atletas e permitido pelos treinadores. Desta forma, as mudanças ocorriam pela imitação de uma prática dos atletas campeões, e não pela introdução de uma novidade baseada nos estudos dos pesquisadores do treinamento desportivo. Não se analisa neste momento a origem desta prática em outros locais de treino, mas sim o motivo de sua implantação e difusão no judô gaúcho. As novidades são incorporadas ou por importação de práticas comuns em outros esportes, desde que recomendadas pelos detentores do capital social do meio do judô. As novidades sugeridas através do avanço e constatações da ciência do treinamento são ainda vistas

¹³ Uniforme próprio para a prática do judô, também conhecido por quimono. Feito normalmente de algodão ou outro tecido resistente.

como uma deturpação do judô tradicional.

Segundo Drigo (2007), o judô está fundamentado em um modelo de **escolas de ofício**, pois se encontra centrado em um paradigma pré-moderno, e apoiado pelos elementos característicos do mesmo entre os quais a figura do mestre, o respeito incondicional à hierarquia, o caráter essencialmente prático de seus conhecimentos. Este modelo impossibilita a quebra de paradigma e uma possível evolução, ou transição do desporto em direção ao paradigma moderno, ou científico. Remetendo-se então às idéias de Bourdieu, percebe-se que o judô possui um espaço social bem definido, que procura um isolamento de valores através de formação de faixa preta, que será feita durante anos de convívio com a prática, e que esta formação deverá ser condição *sine qua non* para o desenvolvimento dentro do desporto, fato referendado nos documentos analisados, onde há casos em que até as funções administrativas deverão ser apenas exercidas por faixas pretas. A FGJ não tem como exigência para os Responsáveis Técnicos de seus clubes a formação acadêmica em Educação Física. Mesmo assim, a produção científica na área começou a ser valorizada como critério para a avaliação de currículos de candidatos à promoção de faixa (anexo X). A faixa preta se torna, portanto, ainda citando Bourdieu, o grande capital específico para o judô que, na prática, é o que qualifica o praticante dentro do espaço social regional. Outra informação que pode ser introduzida está relacionada ao tempo de permanência no espaço social do judô, que identificaria a formação de um habitus duradouro, isto é, para se formar faixa preta, o tempo de duração e submissão ao espaço social determinaria um comportamento padronizado em relação aos diversos setores que compõe o judô, porém o continuum da discussão nos remete ainda à questão da formação do técnico e suas vertentes. Impõe-se por isso a necessidade de estudar realmente a evolução de faixas até a faixa preta, tal como recomenda Drigo (2007).

Salienta-se que algumas tradições são de origem oriental, portanto, com pouca vinculação com a cultura brasileira ou gaúcha, como cita Morandini Neto (2004):

Tradicionalmente, no Japão, as saudações são feitas sem

nenhum contato físico. Portanto, apertos de mão, abraços ou batidinhas nas costas não são necessários dentro do Dojo. Por causa dos costumes ocidentais, porém, é comum vermos a saudação (Ritsu-Rei) muitas vezes ser seguida de um aperto de mão. Quando estiver cumprimentando um Sensei, espere que qualquer atitude mais calorosa parta dele, não tomando nunca a iniciativa. (Morandini Neto, 2004, p.10)

Fica evidenciada a existência do paradigma pré-moderno, onde as informações oriundas da “experiência de vida” e o “senso comum” sobrepõem-se às questões da pesquisa e verificação de informações.

Concordamos, mais uma vez, quando Drigo (2007) resume que:

*“Pode-se inserir a idéia de que **a emoção do ofício** está falando mais alto que a **frieza da ciência**, portanto é melhor ser eloqüente e pautar-se no mito do herói, do sacrifício humano, da religiosidade, do que compreender a possibilidade de adequação tecnológica que a Metodologia do Treino e as Ciências do Desporto oferecem para o atleta. Este comportamento reflete o **obscurantismo** presente no judô.” (DRigo, 2004, p. 224)*

Com muita frequência, o treinador não se decide e teme trocar algo do sistema de treinamento que em algum momento o tenha levado ao êxito. Este apego cego ao dogma dificulta o processo de compreender e aceitar uma idéia nova ou trocar seu método de treinamento e, finalmente, impede o caminho do progresso (VERKHOSHANSKY, 2002) .

No método científico não procuramos a verdade, sabedores que apenas teremos a melhor explicação para o momento com as informações que temos. Quando o treinador de judô apega-se às tradições, sem questioná-las, ele não colabora para a evolução do treinamento. Salientamos novamente que não é por ser uma tradição que determinado hábito está automaticamente errado ou dissonante com a ciência do treinamento desportivo ou a pedagogia do desporto. O que se constatou é que, mesmo após a passagem pela faculdade de Educação Física, os treinadores de judô observados convivem com certa dificuldade para programarem mudanças significativas no processo de treinamento, nos períodos pré-competitivos e na própria competição. Hábitos tais como a perda de peso feita de forma inadequada, muitas vezes apenas horas antes da pesagem, continuam acontecer ainda hoje.

O judô atravessa um momento de valorização de seu aspecto competitivo. Os recursos humanos e financeiros das federações estaduais são direcionados para a organização de competições. Neste processo o treinador é visto como o agente responsável pela obtenção dos resultados esperados. O aspecto educacional proposto por Jigoro Kano passou a um segundo nível nas preocupações dos dirigentes, conforme Franchini (2007), por estar ainda ligado às tradições e aparecer como um obstáculo às mudanças para o tornar mais atraente como espetáculo. O treinador por sua vez também esta sendo questionado sobre a sua formação e atuação. Ser uma agente das mudanças ou manter as tradições?

Insere-se nesta análise conjuntural a criação da Liga Rio-grandense de Judô em 2001, que pretendia ser uma dissidência da Federação Gaúcha, sendo filiada da Liga Nacional de Judô que, por sua vez, pretendia confrontar o poder de controle do judô da Confederação Brasileira (CBJ). Esta liga não obteve o sucesso pretendido e em 2009 seus professores retornaram à FGJ. Após um período os integrantes da Ligar resolveram se afastar da FGJ e retornaram a desenvolver sua atividades de modo independente e à margem do sistema esportivo brasileiro.

1.4 Referências

- ABRAHAM, A . COLLINS, D. MARTINDALE, R. (2006). The coaching schematic: Validation through expert coach consensus. **Journal of Sports Sciences**.
- AFONSO C,A. MESQUITA, I. GRAÇA, A. (2001). O conhecimento do treinador a respeito das metodologias de ensino e do treino do voleibol na formação. Investigação em voleibol: estudos ibéricos. Porto. Ed: FCDEF-UP.
- BASACAS, A. **Alexandre Basacas** (depoimento 2002) Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte-ESEF/UFRGS, 2005.
- BENTO, J.O.; GARCIA, R.; GRAÇA, A. (1999). **Contexto da Pedagogia do desporto: perspectivas e problemáticas**. Lisboa : Livros Horizonte.

- BLOND, J., & WEBB, K. (1997). Practitioner and researcher perspectives in teacher research and the construction of knowledge. In H. Christiansen, L. Goulet, C. Krentz & M. Maeers (Eds.), *Recreating relationships: Collaboration and educational reform* (p. 83-103). New York, NY: State University of New York Press.
- BOMPA, T. O. (2005). **Treinando atletas de desporto coletivo**. São Paulo: Phorte Editora.
- BORGES, M. (2007). **Valorização, autopercepção e necessidades do treinador de andebol**; Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade do Desporto da Universidade do Porto (FADE).
- BOTELHO, S. & MESQUITA, I. MORENO, M. P. (2005). Análise das intervenções verbais dos treinadores de voleibol na competição, nos períodos antes do jogo e nos intervalos entre os sets. Estudo comparativo em função do sexo das equipas. In Pinto, J. (Ed.), *Estudos 5*: 167-174. Centro de Estudos de Jogos Desportivos, FCDEF-UP. Porto.
- BOURDIEU, P. (1997). Espaço social e campo do poder. In:_____. Razões práticas sobre a teoria da ação. Campinas. SP: Papirus,. p 47-52.
- BOURDIEU, P. (1999). A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, P. (2001). As contradições da herança. In:_____. Escritos de educação. 3ª. Ed. Petrópolis: Vozes,. p. 229-237.
- BOURDIEU, P. (1983). Esboço de uma Teoria da prática. In :_____. Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Ática. (Grandes Cientistas Sociais, 39), p 46-81
- BRASIL. (1998). Congresso Federal. Lei nº 9.696, de 1º de set. de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselhos Federal e Regional de Educação Física. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, nº 168 de 02 de setembro.
- BULMER, M. (1999). (Org). *Social Research Ethics*. Londres, MacMillan.
- CAMPBELL, D. T e Fiske, D. H. (1959). Convergent and discriminant validation by the multitrait-multimethod matrix. **Psychological Bulletin**, nº 56, pg.

81-105.

- CARVALHO, M, C. DRIGO, A. (2007). O judô dentro do contexto da regulamentação da Educação Física. Disponível em <http://www.efdeportes.com>. Acessado em 21 de outubro de 2009.
- CLARK, C. M., & PETERSON, P. L. (1986). Teachers' thought processes. In M. C. Wittrock (Ed.), ***Handbook of research on teaching*** (Cap. 9, pp. 255-296). London: MacMillan Publishing Company.
- COSTA, A. (2005). *A formação do treinador de futebol: análise de competências, modelos e necessidades de formação*. 2005. 152 f. Dissertação (Mestrado em Treino do Jovem Atleta) – Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- CARRON, A. V., BRAWLEY, L. R., & WIDMEYER, W. N. (1997). The measurement of cohesiveness in sport groups. In J. L. Duda (Ed.), *Advancements in sport and exercise psychology measurement*. Morgantown, WV: Fitness Information Technology.
- Da Costa, L. P. (1999) Formação profissional em educação física, esporte e lazer no Brasil : memória, diagnóstico e perspectivas / Lamartine P.. - Blumenau : Editora da FURB.
- DEMERS, G.; WOODBURN, A. & SAVARD, C. (2006). The development of an undergraduate competency-based coach education program. *The Sport Psychologist*, v. 20, p. 162-173.
- DOUGE B, HASTIE P (1993). Coach effectiveness *Sport Science Review* 2(2): 14- 29.
- DRIGO, A. J. Reflexões sobre a História do Judô no Brasil: a contribuição dos sensei Uadi Mubarak (8º Dan) e Luis Tambucci (9º Dan). Monografia (Conclusão do Curso de Bacharel em Educação Física. Instituto de Biociências. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. UNESP/RC, 1999
- DRIGO, A. J. (2002). **O judô: perspectiva com a regulamentação da profissão de educação física**. Dissertação (Mestrado em Pedagogia da

- Motricidade Humana) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro..
- DRIGO, A. J. (2007). **O judô; do modelo artesanal ao modelo científico: um estudo sobre as lutas, formação profissional e construção do Habitus.** / . - Campinas, SP: [s.n],
- ESCANDIEL, L. (2005). **Luís Escandiel** (depoimento, 2002). Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte-ESEF/UFRGS,.
- FEDERAÇÃO GAÚCHA de JUDÔ. (2008), **Relatório Técnico Anual da Federação Gaúcha de Judô do ano de 2008.** Disponível em <http://www.judors.com.br>. Acesso em 25/08/2010.
- FEDERAÇÃO GAÚCHA de JUDÔ. (2009). **Relatório Técnico Anual da Federação Gaúcha de Judô do ano de 2009.** Disponível em <http://www.judors.com.br>. Acesso em 25/08/2010.
- FEDERAÇÃO GAÚCHA de JUDÔ. (2010). **Relatório Técnico Anual da Federação Gaúcha de Judô do ano de 2010.** Disponível em <http://www.judors.com.br>. Acesso em 06/01/2011.
- FRANCHINI, E. BOSCOLO, F. (2007). **Tradição e modernidade no Judô: Histórico e implicações;** Edipucrs. Porto Alegre, RS.
- FRANCHINI, E. (2001). **Judô: desempenho competitivo.**..Ed. Manole, São Paulo.
- FREIDSON, E. (1996). Para uma análise comparadas profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** N. 31, ano 11, p 141-154.
- FREITAS, F. M. C. (1989) .Judô - crítica radical. **Motrivivência**, v. 01, n. 02, p. 35-43.
- GASTON, R R. (2005). **Ricardo Gaston** (depoimento, 2002). Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte-ESEF/UFRGS,.
- GILBERT, W . TRUDEL, P (2004) The role of the coach: How model youth team sport coaches frame their roles. *The Sport Psychologist* 18, 21-43.
- GILBERT, W. TRUDEL, P. (1999). **From semiotic references to the computer lab: A qualitative entry into the academic joys of meaning making.** The game of references and academic joy.

- GOMES, A R. (2005). **Liderança e relação treinador-atleta em contextos desportivos**; Tese de Doutoramento, Universidade do Minho,.
- GOULD, D. GIANINI, J. KRANE, V. HODGE, K. (1990). Educational needs of elite U.S. national teams, Pan American, and Olympic coaches. *Journal of teaching in Physical Education*. 332-344.
- GRÉHAIGNE, J., & GUILLON, R. (1992). L'Utilisation des Jeux D'Opposition à l'école. *Revue de l'éducation physique*, 32(2), 51-67.
- JANSSEN, J. DALE, G. (2002). The seven secrets of succesful Coaches - How to Unlock and Unleash your Team's Full Potential. North Carolina. Published by Winning the Mental Game.
- JONES, R., ARMOUR, K., & POTRAC, P. (2003). Constructing expert knowledge: A case study of a top-level professional soccer coach. *Sport Education and Society*, 8(2), 213-229.
- MAIA, P. (2003). A comunicação do treinador de basquetebol em competição: Alta competição versus desporto escolar. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto, Maio.
- MAUSS, M. (1974). [1923-24]. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In : _____. *Sociologia e Antropologia*. v. II. São Paulo : Edusp
- MESQUITA, I. ROSA, G. ROSADO, A. MORENO, P. (2005). Análisis de contenido de la intervención del entrenador de voleibol en la reunión de preparación para la competición: Estudio comparativo de entrenadores de equipos senior masculinos y femeninos. *Apunts Educación Física y Deportes*. 3º trimestre 2005, (pg 61-66).
- MESQUITA, I. RESENDE, R. GRAÇA, A. ROSADO, A. ROMERO, J. (2008). Coach's knowledge needs according to gender and experience. In A. Hokelmann & M. Brummund (Eds.), *Book of Proceedings of the World Congress of Performance Analysis of Sport VIII* (pp. 568-572). Magdeburg: Otto-von-Guericke-Universitat.
- MOSCOVICI, S. (2007). **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Tradução Pedrinho A. Guareschi. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

- OLIVEIRA, J. & GRAÇA, A. (1994). O ensino dos jogos desportivos. Centro de Estudos dos Jogos Desportivos, Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto.
- PÉREZ, G. (1998). "As funções sociais da escola: Da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência". In: SACRISTÁN, J. Gimeno e PÉREZ, Gomes. Compreender e transformar a escola. 4ª ed., Porto Alegre: Artmed, , pp. 13-25.
- POTRAC, P. BREWER, C. JONES, R. ARMOUR, K. HOFF, J. (2000). **Toward an holistic understanding of the coaching process**; Quest Journal Vol 52, pg 186-199.
- ROBERT, L. (1973). **O Judo**, 4a ed. Lisboa : Editorial Notícias.
- ROSADO, A. (2000). Um perfil de competências do treinador desportivo. In: SARMENTO, P.; ROSADO, A.; RODRIGUES, J. **Formação de treinadores desportivos**. Rio Maior: Escola Superior de Desporto de Rio Maior Edições.
- ROSADO, A. & MESQUITA, I. (2007). A formação para ser treinador. 1º Congresso Internacional de Jogos Desportivos. In: Actas do 1º Congresso Internacional de Jogos Desportivos, Porto, Secção Conferências [CDROM].
- RUGIU, A. S. (1998). **A nostalgia do mestre artesão**. 1ª Ed. Campinas- SP: Autores associados.
- SIMÃO, J. V. (1998) **.A formação do treinador: análise das representações dos treinadores em relação à sua própria formação**. 1998. 215 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- SHANNON, C. E., WEAVER, W. (1949). The Mathematical Theory of Communication, Chicago, **University of Illinois Press**.
- SCHEMPP, P. (1998). The dynamics of human diversity in sport pedagogy scholarship. Sociology of Sport On-Line, 1(1). [On-line]. Disponível em : <http://www.brunel.ac.uk/depts/sps/sosol/v1i1.htm>. Acessado em 12/12/2010

- STREAN, W.B. (1998). Possibilities for qualitative research in sport psychology. *The Sport Psychologist*, 12, 333-345..
- VARGAS-TONSING, T. (2007). Coaches preferences for continuing coaching education. **International Journal of Sport Science & Coaching**, v. 2, n. 1, p. 25-35..
- VENUTO , A. (1999). **Astrology as a burgeoning professional field**. Dados. [online]. 1999, vol 42 n.4, pg. 761-801. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s00115258199999990004000005&ing=en&nrm=iso.ISSN 0011-5258. Acesso em 16/10/10.
- VERKHOSHANSKY, Y. (2002). **Teoría y metodología del entrenamiento deportivo**; Barcelona: Editorial Paidotribo.
- WADSWORTH, B. J. (2003). **Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget**. 5 ed. SãoPaulo: Pioneira Thomsom Learning,.

CAPÍTULO 2- PERFIL DO TREINADOR FEDERADO DE JUDÔ DO RIO GRANDE DO SUL

Resumo

A presente investigação buscou identificar e analisar o perfil dos treinadores de judô do Estado do Rio Grande do Sul, responsáveis técnicos ou auxiliares das quarenta melhores classificadas no ranking anual das entidades filiadas junto à Federação Gaúcha de Judô. O estudo caracterizado como uma investigação descritiva utilizou-se de um questionário com perguntas fechadas para obter informações sobre as características da formação destes treinadores. A amostra constituiu-se de trinta e oito treinadores de entidades inscritas na Federação Gaúcha de Judô, sendo que, trinta e cinco eram do sexo masculino e três do sexo feminino. Registrou-se um predomínio de treinadores jovens e com pouca graduação específica em judô. A generalidade dos treinadores desenvolve cumulativamente outras atividades profissionais. Conclui-se que este campo profissional é predominantemente ocupado por homens que fizeram a sua iniciação ao judô na infância ou na adolescência e tiveram experiência competitiva a nível nacional. A maioria dos sujeitos iniciou a sua atividade de treinador como auxiliares em ambiente de clube ou academia, antes mesmo de iniciar qualquer formação académica superior, e teve como professor uma pessoa com formação em Educação Física. A grande maioria dos treinadores alia a sua graduação específica no judô com a busca de uma formação académica em Educação Física.

Palavras-chave: *Perfil do treinador, Judô, Formação*

Abstract

This present investigation searched for to gather and to analyze the Rio Grande do Sul State judo coaches profiles, the auxiliary or technical responsible from de entities, affiliated to the Federação Gaucha of Judo. Characterized as a descriptive investigation, the study made use of a questionnaire with closed questions to obtain information about the characteristics of these coaches, in relation to formal graduation. The sample was constituted of thirty eight coaches from entities registered at the Federação Gaucha of Judo, being that, thirty five are from de masculine sex and three from the feminine sex, with average age of 35,53 years old, little specific graduation in judo and developing others professionals activities. It was concluded that this professional field is occupied predominantly by men that had experience as athlete and even those which were graduated on physical education, were already coaching before college years.

Key-words: *Coach, profile, judo,*

2.1 Introdução

A atividade de treinador é complexa, multifacetada e exercida por pessoas com formações e perfis muito diversificados. As questões de

certificação e qualificação profissional são alvo de controvérsia e disputa entre grupos de interesses, com entendimentos distintos no que concerne às necessidades formativas do treinador de judô. Importa, por isso, estudar os fatores que gravitam em torno do perfil deste importante integrante do cenário esportivo. A questão que nos desafia é analisar, no estado actual do mercado de trabalho do judô no Rio Grande do Sul, o perfil do treinador e refletir sobre qual é a sua formação, quais são seus meios para a obtenção da informação e o que ele valoriza para a sua prática profissional.

O judô é um esporte olímpico, praticado em quase todos os países do mundo e que se encontra bem consolidado no Brasil. Criado pelo professor Jigoro Kano em 1882, no Japão, o judô possui uma estrutura e hierarquias próprias, baseia-se nos princípios da filosofia oriental, mas tem, igualmente, uma ligação ao conjunto dos esportes institucionalizados que seguem as regras do Comitê Olímpico Internacional (COI). Atualmente, é tanto um esporte de competição quanto um método de desenvolvimento pessoal. Maduro (1999) comenta que o ensino do judô está sendo difundido em todo o Estado, inclusive sendo disciplina curricular em várias faculdades de Educação Física, aproximando o meio acadêmico desta manifestação esportiva e cultural. Segundo os relatórios anuais de 2009 e 2010 da FGJ, existem cerca de sessenta academias formalmente registradas e aproximadamente, mais de trezentos locais de aula e treinamento (professores dando aulas em colégios, clubes, creches, condomínios, etc.).

Em nosso meio é ainda usual avaliarmos o sucesso de um treinador através dos títulos conquistados pelos seus atletas, por ele mesmo enquanto atleta, ou então pelo número de eventos competitivos de que tenha participado ou organizado. A formação de treinadores, fruto de várias circunstâncias, é heterogênea e destituída de uma base conceitual para sistematizar os conhecimentos necessários e fundamentais para a formação e avaliação das competências do treinador de judô. A ausência de uma legislação que regule a área não formal da Educação Física contribuiu para que este segmento do mercado profissional fosse ocupado por treinadores das mais variadas formações.

Nunes (2001) afirmou o que segue, referindo-se à diversidade na formação dos treinadores:

“O modo de acesso ao conhecimento científico, o interesse por este e as experiências concretas como atleta ou preparador, fazem com que cada treinador adquira um estilo e um esquema de treino em grande medida pessoal.” (NUNES, 2001 p. 3).

O entendimento de que a formação inicial do treinador deve ser efetuada conjuntamente pelo sistema desportivo e pelo ensino superior é advogado por Moreno e Del Villar (2004), quando referem que as duas vias se podem complementar e colaborar entre si, sem se opor nem confrontar. Simão (1998), num estudo com cento e dois treinadores de diversas modalidades, em que analisou a representação dos treinadores em relação à sua própria formação, refere que não é consensual, entre os treinadores, se a formação especializada deve ser efetuada no sistema desportivo, na universidade, ou de forma integrada entre o sistema desportivo e a universidade.

Segundo Maia (2003), a actividade do treinador é um exemplo de um domínio em que não foram determinados os conhecimentos necessários à sua prática. Espera-se que um treinador tenha conhecimentos gerais e específicos de sua modalidade e competências nos domínios técnico, tático, físico, psicológico e, ainda, proporcione uma orientação ética e filosófica aos seus atletas. Reconhecendo que a investigação sobre o treinador é uma preocupação atual ao meio académico, Gilbert (2002), em um levantamento sobre a produção científica na área de estudos abordada, detectou que a maioria dos estudos publicados entre as décadas de 1970 e 2000 incidiram sobre o comportamento dos treinadores, seguindo-se os estudos abordando aspectos cognitivos.

Os dados obtidos junto ao banco de dados da FGJ evidenciam a diversidade entre os profissionais que estão atuando no mercado de trabalho dos treinadores de judô no Rio Grande do Sul, reportando sujeitos com ou sem formação académica em Educação Física atuando nos clubes, academias e escolas FGJ. Não existem, no entanto, estudos sistemáticos de caracterização do perfil profissional do treinador de judô do Estado.

Somente a partir da Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que marca a criação dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal de Educação Física, esta significativa parcela do mercado de trabalho passou a ser fiscalizada. Anteriormente à Lei, bastavam para assumir o cargo de instrutor alguns anos de prática esportiva.

Estará o mercado regulamentado pela Lei 9696/98 se conformando à fiscalização dos Conselhos Regionais e Federal de Educação Física, ou ainda prevalecendo a estrutura de acesso anterior a vigência da lei? Na tentativa de compreender as demandas do mercado pretendeu-se verificar quais características são relevantes para o preenchimento da função de responsável técnico das academias e clubes federados no Rio Grande do Sul, investigando o perfil dos treinadores de judô.

2.2 Objetivos

São objectivos deste estudo:

- Verificar o perfil dos treinadores de judô das entidades federadas de sucesso do Estado do Rio Grande do Sul.
- Verificar as características dos treinadores de judô do Estado do Rio Grande do Sul relacionadas à sua formação.
- Verificar a prevalência de treinadores de judô formados ou não formados em Educação Física.

2.3 Metodologia

2.3.1 Tipo de pesquisa

O presente estudo caracteriza-se como sendo do tipo descritivo, que tem como finalidade mostrar o perfil dos treinadores de judô das entidades federadas do Estado do Rio Grande do Sul.

2.3.2 Sujeitos do estudo

Participaram da amostra trinta e oito treinadores de judô do Estado do Rio Grande do Sul, sendo trinta e cinco homens e três mulheres de uma

população das quarenta academias melhores classificadas no ranking¹⁴ da FGJ nos anos de 2008 e 2009. A seleção dos participantes no estudo de caso é determinada pela natureza do problema da pesquisa, obrigando o pesquisador a explicitar os critérios de seleção dos sujeitos (THOMAS & NELSON, 1990).

A nossa pretensão é investigar os treinadores que atuam na fase de formação desportiva e rendimento no judô no Estado do Rio Grande do Sul e com participação nos eventos oficiais da FGJ obtendo sucesso competitivo. Por este argumento optamos por investigar os treinadores das entidades ranqueadas nas primeiras quarenta posições em um universo de aproximadamente sessenta entidades registradas. Em sintonia com a linha de pesquisa de Graça (1997), a pretensão é estudar treinadores com um elevado nível de conhecimento sobre a matéria de ensino, dedicados à profissão, com experiência e preocupação com a qualidade da sua prática profissional. Para Berliner (2000), a experiência é um elemento essencial para caracterizar um profissional como *expert* ou especialista. Gilbert & Trudel (2004b) reconhecem que a reputação profissional no meio desportivo onde o profissional atua é um indicador importante da qualidade de seu trabalho. Neste sentido, os treinadores selecionados para o nosso estudo cumprem critérios de reconhecida qualidade profissional no treinamento de equipes de judô no Rio Grande do Sul.

Os indicadores de qualidade profissional foram estabelecidos através de critérios objetivos (registros, relatórios institucionais da Federação Gaúcha de Judô) e subjetivos (consulta a profissionais, dirigentes do judô e treinadores). Os critérios adotados são citados a seguir, porém a ordem de citação não representa alguma classificação hierárquica entre si:

- Exercer a função de responsável técnico ou auxiliar técnico de uma entidade registrada na Federação Gaúcha de Judô (FGJ) entre as quarenta melhores classificadas no ranking anual.

- Estar associado a um núcleo de formação de atletas de judô no Rio Grande do Sul. São considerados núcleos de formação de atletas de judô

¹⁴ A FGJ estabelece um ranking entre as entidades filiadas, com temporalidade anual, estabelecendo valores para todas as competições no Estado e as que os atletas participam no Brasil ou exterior.

os clubes ou entidades desportivas organizadas juridicamente, que tenham reconhecidamente se dedicado à formação de atletas, participado de competições oficiais nos últimos cinco anos.

- Possuir experiência de prática profissional, como treinador de judô, superior a cinco anos.

- Disponibilidade e motivação para participar do estudo.

Para atender a estes critérios, são descritos a seguir os procedimentos realizados para se definir os treinadores investigados:

1º Definir, junto aos dirigentes da Federação Gaúcha de Judô (FGJ), entidades filiadas ou registradas junto à entidade.

2º Identificar, com base nos relatórios da FGJ, a participação dos núcleos e treinadores em competições oficiais nos últimos cinco anos;

3º Contato com os treinadores que se enquadravam nos critérios objetivos e subjetivos de seleção, para verificar a disponibilidade e motivação para serem investigados, bem como para que indicassem e reconhecessem a reputação profissional dos treinadores entre seus pares, quanto à experiência no treino do judô e na formação, nível de desempenho das equipes, quantidade e qualidade dos atletas já formados, nível de dedicação à profissão, nível de conhecimento sobre o ensino do judô;

4º Consultar e confirmar junto à FGJ a reputação profissional dos treinadores que se pretendia pesquisar.

2.3.3 Instrumentos e procedimentos de recolha de dados

Foi aplicado um questionário com perguntas fechadas. Para a elaboração deste questionário, foi feita primeiramente uma entrevista semi-estruturada para obtenção de informações. A partir dos dados coletados foi construído o questionário e aplicado em forma piloto em três treinadores com características semelhantes às da amostra. Em seguida, esse questionário foi validado por três professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A formulação e validação do questionário são de extrema importância, pois questionários mal formulados podem invalidar todos os resultados da análise. A validação de conteúdo, em geral é feita por juízes

especializados ou, para casos mais complexos, através da técnica Delphi, com recurso a um painel mais alargado consultado repetidamente, até se chegar a níveis de consenso satisfatórios. Na construção de um instrumento de coleta de dados, além da validação de conteúdo é importante avaliar a confiabilidade do questionário, que consiste em avaliar a estabilidade dos resultados e também a consistência interna. A avaliação da confiabilidade é considerada fundamental nesta área de pesquisa, visando dar subsídios para a discussão com diversos pesquisadores/estudiosos da área, que põem em dúvida a confiabilidade das informações.

Para a coleta de dados seguimos os seguintes passos: houve um primeiro contato com a FGJ para explicar os objetivos da pesquisa e obter a relação das entidades federadas, o ranking atualizado e seus responsáveis técnicos. Foi realizado um primeiro contato telefônico e por mensagem eletrônica com os responsáveis técnicos para a formulação do convite para participar da pesquisa. Depois do aceite e da assinatura do termo de participação livre e esclarecido passamos à recolha das informações. Após a explicação dos objetivos do estudo foi marcado um encontro para o detalhamento do preenchimento do instrumento. O questionário foi aplicado em algumas competições de nível estadual de judô, onde os treinadores foram convidados a responder o questionário. Sendo que o preenchimento do instrumento foi de caráter individual. Com exceção de quatro treinadores, todos os outros preferiram preencher o questionário durante as competições. Alguns treinadores foram abordados mais de uma vez para o esclarecimento ou aprofundamento de alguma questão que tenha ficado em aberto. Estes novos contatos foram realizados, também, em eventos da FGJ.

2.3.4 Procedimentos de análise de dados

Foi realizada uma análise descritiva cuja interpretação dos dados apoia-se na sua exibição em tabelas e na observação da distribuição relativa das percentagens pelas categorias analíticas. Complementarmente foi utilizada a correlação de Pearson. Para tanto foi utilizado SPSS versão 17.0 (Pacote Estatístico Aplicado às Ciências Sociais).

2.4 Apresentação do resultados

IDADE, GRADUAÇÃO NO JUDÔ

Os treinadores pesquisados apresentaram uma idade média de 35,53 anos com desvio padrão de $\pm 11,87$. As idades variavam entre os 20 e os 71 anos. Com uma predominância das idades mais baixas como se pode constatar na Tabela 1. Surgem apenas 3 treinadores com idades acima dos 50 anos (com 51, 60 e 71 anos, respectivamente).

No que diz respeito à graduação específica no judô, cerca de metade dos treinadores de judô situam-se nos dois níveis mais baixos de faixa preta (Tabela 1). A outra metade reparte-se equilibradamente pelos níveis seguintes, com exceção do nível mais elevado registrado (7º Dan), que conta com apenas dois treinadores no ativo. Há uma correlação positiva elevada entre a idade e a graduação no judô ($r=.80$), fugindo notoriamente do padrão um treinador com mais de 40 anos que está apenas no 1º Dan e um treinador que ainda não chegou aos 40 anos e já se encontra no 6º Dan.

Tabela 2. 1 distribuição dos sujeitos do estudo quanto à idade, à graduação específica no judô e ao nível competitivo em que participaram

Idades	n	%	Graduação no Judô	n	%	Nível competitivo	n	%
[20-29]	15	39,5	1º e 2º Dan	19	50,0	Estadual	11	28,9
[30-39]	11	28,9	3º e 4º Dan	9	23,7	Nacional	25	65,8
[40-49]	8	21,1	5º e 6 Dan	8	21,1	Internacional	2	5,3
[50-72]	4	10,5	7º Dan	2	5,2			
Total	38	100	Total	38	100	Total	38	100

A tabela 1 apresenta ainda dados relativos à experiência anterior dos treinadores como praticantes da modalidade, ilustrando o nível competitivo a que chegaram nessa qualidade. A maioria dos treinadores da amostra participou como atleta em competições de nível nacional. Apenas dois participaram em competições de nível internacional. Um número ainda

considerável de treinadores (28,9%) não foi além das competições a nível estadual e dois deles participaram em eventos fora dos quadros competitivos regulares, como sejam os Jogos Abertos Brasileiros (JABs), Jogos Universitários Brasileiros (JUBs) e Torneio Beneméritos do Judô de São Paulo.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

No que diz respeito à sua graduação acadêmica, a maioria dos treinadores de Judô desta amostra não possui formação completa em Educação Física. Os graduados em Educação Física perfazem apenas a quarta parte dos treinadores. Cinco treinadores apresentam uma formação acadêmica que se queda pelo ensino médio (ver Tabela 2). Saliente-se o número considerável de acadêmicos em Educação Física e na mesma proporção o número de sujeitos com estudos superiores fora da área da educação física-

Nos aspectos relativos à sua socialização no judô, podemos também depreender da consulta da Tabela 2 que quase metade dos treinadores de judô da amostra foi treinada por professores possuidores de graduação em Educação Física. No caso em estudo, 7 professores graduados em educação física formaram 18 treinadores da amostra. Uma porção ainda considerável de treinadores (31,6%) foi, no entanto, treinada por professores com uma formação acadêmica que não ia além do ensino médio. Curiosamente nenhum desses professores formou mais que um treinador da amostra.

Tabela 2. 2 FORMAÇÃO ACADÊMICA: distribuição dos sujeitos do estudo quanto à sua formação acadêmica, e a formação acadêmica de seu professor de judô

Formação acadêmica	Treinador		Professor do treinador	
	n	%	n	%
Ensino Médio	5	13,2	12 (12)	31,6
Acadêmico EF	12	31,6	-	-
Formado EF	9	23,7	18 (7)	47,4
Outra Formação Superior	12	31,6	8 (3)	21,1
Total	38	100	38	100

INICIAÇÃO COMO PRATICANTE

A grande maioria dos treinadores inquiridos iniciou a sua prática da modalidade durante a infância ou início da adolescência. Apenas três o fizeram depois dos 16 anos (Tabela 3). A grande maioria fez a sua iniciação em ambiente de clube e academia (76,3%), sendo que praticamente metade iniciou sua prática em clube. A iniciação em ambiente de escolas foi via alternativa para pouco menos de um quarto dos treinadores.

Tabela 2. 3 INICIAÇÃO COMO PRATICANTE: distribuição dos sujeitos do estudo quanto à idade e local de iniciação da prática do judô

Idade de iniciação	n	%	Local de iniciação	n	%
Até 6	4	10,5	Academia	11	28,9
Até 12	24	63,2	Clube	18	47,4
Até 16	7	18,4	Escolas	9	23,7
Mais 16	3	7,9			
Total	38	100	Total	38	100

CARREIRA DE TREINADOR

Mais de 70% dos treinadores de judô inquiridos iniciaram sua prática nessa função como auxiliares de seus professores (Tabela 4). Os restantes começaram dando aula em escolinha. Atualmente, são poucos os treinadores que não são titulares. Dos trinta e oito treinadores da amostra, apenas sete se mantêm como auxiliares. No que respeita ao enquadramento institucional do exercício da atividade, dezenove dos treinadores inquiridos exercem sua atividade no contexto de clube e os restantes repartem-se entre academias e colégios.

Tabela 2. 4 CARREIRA DE TREINADOR: distribuição dos sujeitos do estudo quanto ao tipo de função que exerceu no início da carreira, ao local onde iniciou a sua actividade de treinador e a posição actual

Início carreira	n	%	local atual	n	%	Posição atual	n	%
Auxiliar	27	71,1	Clube	19	50,0	Titular	31	81,6
Escolinha	11	28,9	Academia	11	28,9	Auxiliar	7	18,4
			Colégio	8	21,1			
Total	38	100	Total	38	100	Total	38	100

TREINADOR EM SELEÇÃO

Como se pode ver na Tabela 5, mais de metade dos treinadores da amostra tem experiência na orientação de seleções a nível estadual, com maior incidência em seleções do escalão sênior. Há um grupo considerável de treinadores (36, 8%) que não possui qualquer experiência de trabalho em equipa técnica de seleção.

No que diz respeito a seleções nacionais, são muito poucos os treinadores com experiência nesse domínio e nenhum deles com experiência ao nível do escalão sênior.

Tabela 2. 5 TREINADOR EM SELEÇÃO: distribuição dos sujeitos do estudo quanto a participação como treinador de seleções gaúchas e brasileiras

seleção gaúcha	n	%	seleção brasileira	n	%
Não	14	36,8	Não	34	89,5
Sênior	14	36,8			
Junior	3	7,9	Junior	2	5,3
Juvenil	2	5,3	Juvenil	1	2,6
Inferiores	5	13,2	Inferiores	1	2,6
Total	38	100	Total	38	100

ENVOLVIMENTO NA COMPETIÇÃO

Como ilustrado na Tabela 6, pouco mais de metade dos treinadores

inquiridos tem experiência de treino de atletas de competição a nível nacional. Apenas quatro treinadores treinam atletas participantes em competições de nível internacional. E um número ainda considerável de treinadores queda-se pelo treinamento de atletas de nível estadual (36,8%).

Tabela 2. 6 ENVOLVIMENTO NA COMPETIÇÃO: distribuição dos sujeitos do estudo quanto a o nível competitivo de seus atletas e ao acompanhamento de atletas em competições

Nível competitivo de seus atletas	n	%	Acompanha atletas nas competições	n	%	Participação em níveis de competição	n	%
Estadual	14	36,8	Não	12	31,6	Estadual	6	15,8
Nacional	20	52,6	Às vezes	16	42,1	Nacional	27	71,1
Sul/pan-americano	3	7,9	Sempre	10	26,3	Sul/pan-americano	5	13,2
Mundial e Olimpíada	1	2,6						
Total	38	100	Total	38	100	Total	38	100

No que diz respeito ao acompanhamento da competição de seus atletas, constata-se que apenas pouco mais de um quarto dos treinadores inquiridos acompanha sistematicamente seus atletas, ficando um pouco abaixo do número de treinadores que não costumam acompanhar seus atletas nas competições e do número de treinadores que acompanham seus atletas de sem regularidade. A generalidade dos treinadores da amostra tem experiência de participação em competição de nível nacional. São, no entanto poucos os que têm experiência de competição de nível internacional, assim como há ainda uns poucos que não vão além da experiência em competição de nível estadual

CONDIÇÕES DE TREINAMENTO

Na tabela 7 podemos observar que os treinadores, em regra, trabalham com mais de vinte atletas, havendo uma percentagem considerável (36,8%) que tem a seu cargo mais de quarenta atletas. A maior parte dos

treinadores de judô (60, 5%) dedicam entre dez e vinte horas semanais ao treino do judô. Apenas dois treinadores ficam aquém das cinco horas semanais. No outro extremo, são também poucos os que ocupam mais de vinte horas por semana ao treinamento do judô.

Tabela 2. 7 CONDIÇÕES DE TREINAMENTO distribuição dos sujeitos do estudo quanto ao número de atletas de sua equipe e quanto ao Volume de treinamento semanal como treinador de judô

Atletas/equipe	n	%	Horas/semana	n	%
Até 20	6	15,8	Até 5	2	5,3
20 a 40	16	42,1	Ate 10	13	34,2
Mais de 40	14	36,8	Até 20	17	44,7
5,00	2	5,3	Mais de 20	6	15,8
Total	38	100	Total	38	100

ATUALIZAÇÃO DE CONHECIMENTO

No âmbito das estratégias preferidas pelos treinadores para a atualização do seu conhecimento relacionado ao treino do judô (Tabela 8), a generalidade refere o recurso a meios de estudo, com especial destaque para as revistas académicas e os jornais ligados à modalidade. São muito poucos os que dão preferência aos livros para actualizar o seu conhecimento. Mais de metade dos treinadores da amostras não relevam a importância da aquisição do material audio-visual para se atualizarem. Se lhe dão crédito buscam mais na Internet do que noutros locais.

Tabela 2. 8 ATUALIZAÇÃO DE CONHECIMENTO: distribuição dos sujeitos do estudo quanto ao hábito de adquirir informações sobre o treinamento de judô

Meios de estudo	n	%	Material audio visual	n	%	Assistir a competições	n	%
não	3	7,9	Não	22	57,9	Nacional	16	42,1
jornal	14	36,8	Internet	10	26,3	Sul/pan-americano	14	36,8
artigo científico	17	44,7	Viagens	6	15,8	Mundial	5	13,2
livros	4	10,5				Olimpíada	3	7,9
Total	38	100	Total	38	100	Total	38	100

Os treinadores registam a importância da assistência a eventos competitivos relevantes como forma de atualização de conhecimentos. Mas são muito poucos os que participam em eventos de caráter mundial (campeonatos do mundo e olimpíadas). A generalidade assiste a competições de âmbito nacional ou pan-americano.

2.5. Discussão dos resultados

Os treinadores de judô das instituições mais representativas do Estado do Rio Grande do Sul são majoritariamente jovens. Os pesquisados apresentaram uma idade média de 33,78 anos com desvio padrão de $\pm 11,09$. São poucos os que se mantêm como treinadores para além dos cinquenta anos, e os dados recolhidos sugerem que além dos quarenta anos é mais difícil manter os treinadores na carreira, muito provavelmente, e em primeiro lugar, por insuficiente preenchimento de expectativas financeiras da carreira profissional.

Dado que a graduação de faixa preta estabelece uma elevada correlação com a idade, assiste-se a uma clara predominância de treinadores com menor graduação. Dos trinta e oito treinadores analisados, dez possuem a graduação de segundo Dan, e nove possuem primeiro Dan. Observamos também que poucos treinadores possuem Dans¹⁵ superiores. Estes dados são relevantes, quando cruzados com a informação de que vários treinadores desenvolvem outras atividades profissionais. Nesta linha de raciocínio, podemos constatar que os treinadores mais antigos acabam se afastando da profissão. Uma das possíveis causas pode ser a falta de um retorno financeiro compatível com o tempo necessário para o desempenho das funções de treinador. Os treinadores mais velhos exercem outras ocupações profissionais conforme os dados encontrados durante a investigação. Em conversas informais colhemos depoimentos que resumem esta afirmação:

O judô hoje não me sustenta. O que eu ganho complementa o meu orçamento. Eu acreditava que daria para viver só do judô. Até daria mas eu teria que fazer aquilo de dar

¹⁵ A faixa-preta é sub-dividida hierarquicamente de forma crescente em 10 dans. Essa progressão é avaliada por tempo e trabalhos prestados no meio do judô, segundo critérios da FGJ

um monte de aula por dia. Creche, escolinha aquelas coisas. Isso tem um tempo que tu “agüenta”. O que eu gosto, que é o judô de competição, não dá dinheiro. Eu já desisti de viver só como treinador. (Entrevista de pesquisa com professor veterano formado em Educação Física).

Percebemos que 94,7% destes treinadores foram atletas de competição. Isso pode nos dizer que uma grande maioria, após deixar a carreira de atleta continua envolvido com o esporte, e que pode ser um pré-requisito ter sua trajetória com participações em competições. Sage (1989) verificou que metade dos sujeitos do seu estudo com treinadores de *High School* fez a sua escolha ocupacional antes de ingressar na Universidade, e as razões da escolha foram o desejo de manter a ligação à prática desportiva e a ambição de trabalhar com jovens e servir a sociedade. A carreira como atleta apresenta-se como um facilitador para o ingresso no mercado de trabalho do treinamento (Erickson et al, 2008; Gilbert et al., 2006; Young et al, 2009). Esta característica é encontrada em estudos de Mesquita *et al.* (2008) sobre treinadores de voleibol em Portugal. O único sujeito que não teve experiência como competidor declara que teve o contato com o judô apenas durante a faculdade já na idade adulta e não existia na sua época as competições das classes Máster ou Veteranos.

Na questão relativa ao nível máximo de competição em que participou como atleta, percebe-se que dezenove destes treinadores participaram de campeonatos nacionais, como campeonatos brasileiros, o que pode nos dizer que a maioria dos treinadores teve mais experiências em nível de Brasil, e 17,9% competia somente competições de nível estadual. Alguns treinadores puderam alargar o âmbito da sua experiência competitiva através da participação em torneios interestaduais diversos, tais como: Jogos Abertos Brasileiros (JABs), Jogos Universitários Brasileiros (JUBs) e Torneio Beneméritos do Judô de São Paulo. Este torneios nacionais tornaram-se uma alternativa para possibilitar experiências competitiva para atletas que não participavam dos Campeonatos Brasileiros da CBJ, onde o grau de exigência para representar o Rio Grande do Sul era mais elevado.

Uma forte carreira competitiva é encontrada como característica comum a vários estudos (Mesquita *et al*, 2008; Schinke et al, 1995; Young et al

2009) Presume-se, embasado em estudos anteriores, que a participação exitosa como atleta é um fator facilitador para o início da carreira como treinador. Salmela (1996) refere que os treinadores de sucesso que estudou se basearam na sua experiência como atletas para construir a sua filosofia de treino, o seu conhecimento e convicções. Erickson *et al.* (2007) corroboraram, no seu estudo com treinadores de alto nível dos campeonatos universitários canadianos, tanto de desportos individuais como coletivos, que há um limiar de experiência desportiva que constitui uma condição necessária, mas não suficiente, para chegar a treinador de alto nível, como seja ter sido praticante da modalidade, ter beneficiado do apoio de um treinador mentor, ou ter tido experiências de liderança no seio da equipa, no caso dos jogos desportivos. A hipótese da existência de um limiar de experiência desportiva prévia para trabalhar como treinador de desporto de rendimento competitivo tinha sido formulada por Gilbert *et al.* (2006), a partir do seu estudo com treinadores de jogos desportivos de sucesso (vários milhares de horas ao longo de pelo menos 13 anos de prática).

No nosso estudo, observamos que quase três quartos dos treinadores começaram a praticar judô antes dos doze anos de idade, e que somente três dos trinta e oito treinadores iniciaram a sua prática depois dos dezesseis anos. Acresce que mais de três quartos dos treinadores ingressaram em clubes e academias dedicadas à prática da modalidade. Isso pode nos dizer que começar em idades precoces a prática do judô constitui um fator decisivo para quem pretende ingressar na carreira de treinador. Em um estudo realizado por Becker (2002) sobre treinadores de alto nível com relação a fatores necessários para o treinador, foi relatado que todos os técnicos que participaram do estudo tiveram um envolvimento precoce no esporte. O clube pode ser um ponto de referência para quem deseja iniciar a prática de esportes, seja pela estrutura que o envolve ou então pelos profissionais que lá trabalham. Na escola, muitas vezes o aluno pratica a atividade por já estar incluída nas atividades extra-curriculares, em uma prática voltada à iniciação desportiva. Nos casos em que algum aluno se destaque, provavelmente será encaminhado para um clube.

Outro aspecto a considerar na pre-socialização do treinador é o perfil do seu mestre. Mais de dois terços dos treinadores do nosso estudo foram alunos de treinadores com formação acadêmica de nível superior, principalmente em Educação Física. Numa relação de descendência, um treinador com maior nível de formação gera mais treinadores, o que parece indicar a possibilidade de um efeito multiplicador da formação acadêmica na atração de alunos para uma carreira de treinador de judô. Dado que a maior parte dos sujeitos do estudo iniciaram a sua actividade de treinador auxiliando seus professores em treinamentos, podemos acreditar que a iniciação profissional pode se dar por alguns fatores, tais como liderança, afetividade, tomada de decisões, respeito, carisma ou didática nas aulas, que levaram o professor responsável pelo clube ou academia a convidar o futuro treinador a ser seu auxiliar. Em um estudo realizado por Becker (2002), relata-se que os treinadores receberam orientação de outros técnicos, e que estes conhecimentos contribuíram para que eles pudessem desenvolver o rendimento de seus atletas pela dedicação e habilidade de ensino. Em estudo com treinadores de ginástica Irwin constatou que o treinador mentor estava no topo da hierarquia das fontes de conhecimento profissional do treinador. As características organizacionais do judô podem facilitar esta relação de mentor-protegido e ampliar as possibilidades de acompanhamento dos treinadores novatos. Iniciar cedo a carreira de treinador, mas beneficiar da orientação de um treinador experiente e de um ambiente de treino exigente parece concorrer muito positivamente para o sucesso na carreira do treinador de alto rendimento (YOUNG et AL, 2009).

Verificamos quanto à formação destes treinadores que 53,6% possuem curso superior, 25% possuem ensino médio e 21,4% possuem algum tipo de pós-graduação. O indicador de que 75% dos treinadores possuem, no mínimo, o nível de graduação, demonstra que atualmente o mercado está sendo mais seletivo quanto à formação acadêmica do responsável técnico. Outra observação é que, quando cruzamos graduação acadêmica com idade, encontramos apenas os treinadores mais velhos com pouca escolaridade, demonstrando mais uma vez que existe a preocupação da nova geração de,

paralelamente à graduação específica do judô (dans), buscar a graduação acadêmica, com cursos de pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado.

Percebemos que 53,6% atualmente trabalham em clubes e 32,1% em academias. Acredita-se que os treinadores trabalham em clubes por fatores diversos, como melhor estrutura e condições para treinamento, assim como um retorno financeiro superior. Os clubes também representam uma posição de maior prestígio e reconhecimento, pelo fato de serem direcionados a esportes de competição. Já em academias e escolas é realizado um trabalho diferenciado, dando-se ênfase à iniciação desportiva. O que podemos observar durante o estudo é que nas “escolinhas” isto é no judô ofertado nos colégios e creches ocorre o retorno financeiro para os professores, mas nos clubes com o viés competitivo uma maior visibilidade pelos resultados alcançados. Um treinador com atletas campeões ou sendo ele convocado para ser técnico de uma seleção gaúcha tem seu currículo valorizado e mais chance de sobreviver no mercado. Sendo assim é comum encontrarmos treinadores experientes que ainda dão aula em colégios e creches.

Notamos também que os auxiliares são os mais novos da amostra, o que nos indica que é uma forma de ingresso no mercado e não uma ocupação permanente como em outras modalidades esportivas que já possuem uma estrutura profissional. Em estruturas como do futebol, do voleibol ou do basquetebol encontramos treinadores auxiliares com idade avançada e grande experiência profissional, o que não ocorre no judô do Rio Grande do Sul. Nesse caso estudado a figura do técnico auxiliar deve ser entendida como alguém responsável mais por tarefas menos importantes com alunos iniciantes do que a função de auxiliar o treinador principal junto aos atletas mais avançados da equipe.

Observamos que 67,9% não foram treinadores de seleções gaúchas e apenas 32,1% atuam ou atuaram como treinadores acompanhando a equipe em competições em nível nacional. Conforme os dados acima, podemos dizer que nossos treinadores têm atuado pouco no comando de seleções por vários fatores como falta de oportunidade, aqueles que por motivo financeiro deixam

de participar dos eventos, ou por falta de interesse em acompanhar os treinamentos, ou quem sabe pela ausência de atletas classificados nestas seleções. Os treinamentos das seleções estaduais não são remunerados pela FGJ. Os treinos ocorrem aos finais de semana. Os critérios para definição dos treinadores podem ser o de maior número de atletas de um mesmo clube em uma seleção ou uma escolha do Departamento Técnico da FGJ por critérios subjetivos. Analisando a formação das equipes gaúchas nos últimos dez anos pelos arquivos da FGJ constatamos que nas classes inferiores de idade ocorreu uma renovação de atletas e técnicos de vários clubes e academias e nas classes Junior e Sênior uma concentração dos mesmos clubes e academias nos atletas e técnicos. Por exemplo, na classe sênior apenas três treinadores ocuparam o cargo¹⁶. Ser convocado para ser treinador de uma seleção estadual representa, portanto um passo significativo para a carreira de um treinador, mas requer disponibilidade e a obtenção de resultados que justifiquem o convite. O trabalho é gratuito, mas nunca houve uma resposta negativa um convite demonstrando o interesse de todos os técnicos.

Percebemos que apenas três sujeitos, entre os trinta e oito da amostra, participaram de eventos como treinadores de Seleções Nacionais. Este dado demonstra que, embora o Rio Grande do Sul tenha conquistado, ao longo dos anos, importantes resultados internacionais com seus atletas, por outro lado seus treinadores tiveram poucas oportunidades nas seleções brasileiras. Talvez pelo fato de muitos destes treinadores não terem experiências em nível internacional, como visto nas respostas do item que aborda esta questão, onde 60,7% destes treinadores apenas participaram de competições em nível nacional. Salienta-se na observação a pouca experiência internacional dos treinadores como atletas ou como espectadores em eventos fora do país. Quando pesquisamos a remuneração dos treinadores podemos observar que é um fator determinante para a dificuldade de acompanharem os grandes eventos internacionais que ocorrem na Europa e na Ásia.

Quanto a acompanhar os atletas em competições verificamos que os treinadores que não viajam com seus atletas alegam dificuldades econômicas,

¹⁶ Na classe Sênior apenas os técnicos da Sogipa, da ULBRA e do Grêmio Náutico Gaúcho foram treinadores da Seleção Gaúcha. Três dos maiores clubes do RS.

outros informaram que desenvolvem outras atividades profissionais, sendo às vezes um fator que impossibilita se ausentar de sua cidade para acompanhar seus atletas. Nestes dois casos encontramos uma realidade distante de um sucesso profissional como treinador. A falta de condições financeiras ou a necessidade de agregar outra atividade laboral confirma a realidade pouco rentosa da função de treinador de judô no Rio Grande do Sul.

Verificamos que 75% dos treinadores são responsáveis por atletas que já participaram ou participam de competições em nível nacional, 7,1% possuem atletas em competições em nível mundial e apenas um treinador em nível Olímpico. Conforme dados da CBJ, apenas dois atletas, ambos da Sogipa, participaram de Jogos Olímpicos. Nesta questão, “outros” significou Universíade¹⁷, Jogos da Juventude de Moscou, Mundial Universitário e Mundial da Forças Armadas. Os dados obtidos demonstram que poucos clubes no Rio Grande do Sul tiveram atletas que participaram de eventos de âmbito Mundial.

Verificamos que 64,3% destes treinadores atuam mais de oito horas aula por semana. Esta questão abordou as horas dedicadas aos treinamentos, excluindo as horas de iniciação. O que nos mostra que muitos destes treinadores dedicam muitas horas de seu tempo para o judô, o que ocasiona um grande envolvimento com o desporto. Nestas horas constatamos em entrevistas informais que estão computadas as horas de treinamento e as horas de aulas recreativas.

Observamos que 35,7% possuem quase quarenta atletas em sua equipe, e outros 25% possuem quase sessenta atletas em suas equipes. Estes valores incluem todos os alunos e atletas que cada treinador tem em suas aulas, tanto em clube, academia ou escola. Isso pode nos indicar que a quantidade de pessoas que formam um grupo pode ser um valor relevante para um treinador de sucesso. A formação de uma equipe numerosa acredita-se que seja um dos fatores relevantes para a manutenção de alto nível de treinos. Sendo assim ocorre um fenômeno de migração de atletas que procuram os clubes que tenham um número elevado de competidores realimentando a equipe.

¹⁷ *Olimpíadas Mundiais Universitárias, evento de nível mundial que reúne os melhores atletas universitários do mundo, disputada alternadamente de dois em dois anos*

Quanto a forma de aquisição de conhecimento verificamos, que todos os treinadores, da amostra, procuram se informar: 39,3% lêem revistas, 35,7% dizem se informar através de artigos científicos. Indagados sobre quais artigos e de quais periódicos os treinadores citaram apenas sites específicos de judô como <http://www.judobrasil.com.br> ou das federações estaduais como a Federação Paulista e a Federação do Rio de Janeiro, 14,3% lêem jornais e 10,7% acessam a internet para procurarem informações sobre treinamento de judô. Pode-se observar que a internet ainda é um meio de comunicação de difícil acesso para muitos treinadores. Conforme Maia (2003) o conhecimento do treinador está dependente da qualidade inerente à sua formação e do investimento que deve fazer na continuidade da mesma, procurando o alargamento dos seus recursos.

Percebemos que mais da metade desses treinadores possuem outra fonte de renda além das aulas de judô, o que pode nos indicar que muitos treinadores precisam abdicar de tempo de horas para treinamentos para outras atividades não relacionadas ao judô, o que pode ocasionar pouco êxito como treinador. Percebemos que 57,1% destes treinadores adquirem fitas de judô na internet e 32,1% as compram em viagens. Maia (2003) refere-se a “aprender com os outros” para indicar que diversas fontes de informação podem ser utilizadas, tais como conversar com colegas de trabalho, perguntar suas dúvidas ou buscar materiais para poder ampliar seus conhecimentos. Acredita-se que o treinador deve estar sempre em busca de atualizações, conhecimentos sobre a modalidade, para cada vez mais capacitar seus atletas, pois assim poderá acontecer um crescimento mútuo.

Dos treinadores analisados 53,6% já assistiram campeonatos brasileiros de judô como treinadores, 38,6% nunca participaram de competições como treinadores, e apenas 10,7% acompanharam atletas como treinadores em competições de nível internacional, sendo este um dado preocupante. Nossos treinadores podem não estar tendo o espaço para exercer suas funções em cenário internacional, talvez por falta de oportunidade, e muitas vezes por não poder acompanhar seus atletas em competições de nível nacional, ou então pela falta de interesse no cargo de

técnico das delegações, pois a questão onze relata que mais da metade dos treinadores às vezes ou quase nunca acompanham seus atletas em competições.

Podemos observar que 39,3% dos treinadores assistiram a campeonatos brasileiros, mesmo sem seus atletas participando, 17,9% já assistiram a campeonatos mundiais e 10,7% a Olimpíadas. Este dado pode se dar por vários fatores, como falta de condições financeiras ou pelo fato de não trabalharem apenas como treinadores, ficando complicado de conciliar ambas as funções, e tornando difícil ausentar-se para ir assistir as competições.

2.6 Conclusões

Em virtude do que foi exposto neste trabalho, podemos concluir que atualmente o perfil do treinador de judô do Rio Grande do Sul é:

Do sexo masculino, graduado com a faixa preta de judô e 2º Dan, ingressou na prática na modalidade entre a idade infantil e juvenil (7 a 13 anos), na maioria em clubes ou academias, vindos de uma classe social média ou baixa. Notamos também que está ocorrendo uma procura por formação acadêmica em Educação Física, entre os treinadores mais novos.

Percebemos que os treinadores mais jovens desta área são formados em Educação Física ou são acadêmicos, e desenvolvem outras atividades profissionais além das aulas de judô. Os treinadores mais antigos são provisionados, pois quando a Lei 9.696/98 foi implantada eles já praticavam a docência exercendo atividades próprias dos profissionais da Educação Física, nos termos estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação Física.

Observamos também que estes profissionais têm buscado informação através de fitas, livros, artigos para se atualizarem pois a baixa remuneração dificulta o acompanhamento de eventos internacionais na Europa e Ásia. Mesmo nos que ocorrem no Brasil como os Jogos Pan-americanos e o Campeonato Mundial que foram realizados no Rio de Janeiro em 2007 não foram acompanhados pelos treinadores gaúchos. Apenas quatro técnicos conseguiram assistir à estes eventos.

Os resultados evidenciam que o treinador é prioritariamente jovem,

com formação específica, experiência como atleta na modalidade e poucos anos de experiência como treinador, auferindo um vencimento, que se revela entre o escasso e o regular na avaliação dos próprios treinadores. Na tentativa de atualização como formação contínua registram uma preferência por cursos de curta duração, como seminários ou clínicas e consideram a parte prática insuficiente sendo estes resultados coincidentes com o que apurou o estudo de Resende, Mesquita e Romero (2007). O trabalho com treinadores experientes e a própria experiência quer seja como atletas ou como treinadores são os fatores mais valorizados.

A idade dos inquiridos varia entre os 20 e os 71 anos (média de 29,3 e dp de 8,9). Estes resultado evidencia a elevada heterogeneidade nas idades, já confirmada noutros estudos (Almeida, 2002; Costa, 2005). No que diz respeito à experiência como treinador, verifica-se ao abservarmos a amostra que a carreira de treinador de judô não possibilita , em função da remuneração escassa a permanência por muito anos como principal fonte de renda para os entrevistado. O que podemos intuir que a carreira de treinador de judô pela carência na remuneração faz com que os sujeitos que conseguem outra ocupação, que possibilite um ganho maior, largue a profissão ou componha a sua renda mensal com os recursos advindos de suas aulas e se afaste do universo competitivo. No decorrer desta investigação registramos que estes treinadores tem consciência que a participação como treinador serve como uma **aquisição de capital social** para atuar no meio. Conforme Bourdieu (1983), o capital social é um conjunto de valores importantes para determinados meios específicos, pois determina os **dominantes e os dominados** nas palavras do sociólogo francês. No ambiente do judô os títulos obtidos como atleta ou treinador podem facilitar o caminhar profissional. Treinadores declararam que o envolvimento na área esportiva não os remunera, mas possibilita a entrada em outros locais como escolas, creches e clubes sociais onde podem auferir um lucro maior com seu trabalho. Portanto parece-nos que a carreira de treinador está sendo encarada como uma passagem para a obtenção de uma remuneração maior.

Dos dois grupos analisados, os graduados em Educação Física e os

não graduados, podemos observar que a carreira de treinador que busca o alto nível competitivo no atual cenário do judô gaúcho se encontra em um momento de transição. A busca por uma melhor remuneração leva os treinadores à se afastarem do judô competitivo visto que a melhor remuneração está em aulas para crianças. Neste momento a carreira de treinador é vista como uma passagem para a formação de uma reputação profissional que possibilitará uma melhor posição profissional no futuro, na visão dos técnicos.

2.7 Referências

- ALMEIDA, C. (2002) a actividade, a formação e o perfil social do treinador nos Açores: Angra do Heroísmo. Direção Regional de Educação e Desporto, Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- BECKER, B. (2000). Manual de Psicologia do Esporte & Exercício. Porto Alegre, ed. Nova Prova.
- BECKER, B. (2002). Psicologia aplicada ao Treinador Esportivo. Novo Hamburgo. Ed. Nova Prova.
- BERLINER, D. C. (2000). A personal response to those who bash teacher education. *Journal of Teacher Education*, 51(5), 358-371.
- BOURDIEU, P. (1983) Esboço de uma Teoria da prática. In :_____. Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Ática,. (Grandes Cientistas Sociais, 39), p 46-81
- BRASIL CONGRESSO NACIONAL. (1998). Lei nº 9.696, de 1º de set. de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselhos Federal e regional de Educação Física. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, nº 168 de 02 de setembro de 1998.
- COSTA, J. (2005) A formação do treinador de futebol: análise de competências, modelos e necessidades de formação. Unpublished tese de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa; Faculdade Técnica de Lisboa; Faculdade de Motricidade Humana, Lisboa.

- ERICKSON, K., BRUNER, M. W., MACDONALD, D. J., & CÔTÉ, J. (2008). Gaining Insight into Actual and Preferred Sources of Coaching Knowledge. *international Journal of Sports Science & Coaching*, 3(4), 527-538.
- ERICKSSON, K., COTE, J., & FRASER-THOMAS, J. (2007). Sport experiences, milestones, and educational activities associated with high-performance coaches' development. *Sport Psychologist*, 21(3), 302-316.
- GILBERT, W. & TRUDEL, P. (2004). Role of the coach: How model youth team sport coaches frame their roles. *The Sport Psychologist* 18, 21-43.
- GILBERT, W. D. (2002). *An Annotated Bibliography and Analysis of Coaching Science*. The Research Consortium of the American Alliance for Health, Physical Education, Recreation and Dance. California State University, the College of Health and Human Services.
- GILBERT, W., COTE, J., & MALLETT, C. (2006). Developmental Paths and Activities of Successful Sport Coaches. *International Journal of Sports Science & Coaching*, 1(1), 69-76.
- GRAÇA, A. (1997). *O Conhecimento Pedagógico do Conteúdo de Ensino no Basquetebol*. Unpublished Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto, Porto.
- MADURO, L, A. (1999). *A História do Judô no Rio Grande do Sul: das primeiras manifestações aos Jogos Olímpicos de Atlanta*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.
- MAIA, P. (2003). *A comunicação do treinador de basquetebol em competição: Alta competição versus desporto escolar*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto, Maio.
- MESQUITA, I. RESENDE, R. GRAÇA, A. ROSADO, A. ROMERO, J. (2008). Coach's knowledge needs according to gender and experience. In A. Hokelmann & M.Brummund (Eds.), *Book of Proceedings of the World Congress of Performance Analysis of Sport VIII* (pp. 568-572).

Magdeburg: Otto-von-Guericke-Universitat.

MORENO, P. & DEL VILLAR, F. (2004). El entrenador deportivo: Manual práctico para su desarrollo y formación. Barcelona: Inde Publicacions.

NUNES, A. V. (2001). A teoria de uso do treinador de judô. Disponível em <http://www.judobrasil.com.br/estudos>, acessado em 23/08/2010.

RESENDE, R. MESQUITA, I. ROMERO, J. F. (2007). A caracterização e representação dos treinadores acerca da formação de treinadores de voleibol em Portugal. Disponível em http://www.efedeportes.com/revista_digital, ano 12, Nº112, setembro, acessado em 21/10/2010.

ROSADO, A. & MESQUITA, I. (2007). A formação para ser treinador. 1º Congresso Internacional de Jogos Desportivos. In: Actas do 1º Congresso Internacional de Jogos Desportivos, Porto, Secção Conferências [CDROM].

SAGE, G. H. (1989). Becoming a High-School Coach - from Playing Sports to Coaching. Research Quarterly for Exercise and Sport, 60(1), 81-92.

SALMELA, J. H. (1996). Great job, coach!: Getting the edge from proven winners. Ottawa: Potentium.

SCHINKE, R. J., BLOOM, G. A., & SALMELA, J. H. (1995). The career stages of elite Canadian basketball coaches. Avante, 1(1), 48-62.

SIMÃO, J. (1998). A formação do treinador: Análise das representações dos treinadores em relação à sua própria formação. Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa; Faculdade de Motricidade Humana, Lisboa.

THOMAS, J. R., & NELSON, J. K. (1990). Research Methods in Physical Activity (2 ed.). Trans.). Porto: Porto Editora

YOUNG, B., JEMCZYK, K., BROPHY, K., & CÔTÉ, J. (2009). Discriminating Skilled Coaching Groups: Quantitative Examination of Developmental Experiences and Activities.. International Journal of Sports Science and Coaching, 4(3), 397-414.

CAPÍTULO 3- A AUTOPERCEPÇÃO DE COMPETÊNCIA DOS TREINADORES DE JUDÔ DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Resumo

A presente investigação buscou analisar a autopercepção de competência dos treinadores de judô do Estado do Rio Grande do Sul, em função do nível de formação acadêmica e da graduação específica no judô. O estudo caracterizado como uma investigação descritiva e comparativa. Utilizou-se de uma adaptação ao judô do questionário sobre a percepção de competência profissional do treinador (Santos et al 2010). A amostra constituiu-se de trinta e oito treinadores de entidades inscritas na Federação Gaúcha de Judô entre os anos de 2008 e 2009, sendo trinta e cinco do sexo masculino e três do sexo feminino, com idade média de 36,1 anos ($Dp \pm 10,8$). Todos os treinadores analisados são faixas-pretas de primeiro a sétimo dan. Os dados foram analisados com recurso ao teste não paramétrico de Kruskal-Wallis. Não se detectaram diferenças significativas na maior parte das categorias da percepção de competência em função da formação acadêmica, mas detectaram-se diferenças significativas em todas as categorias da percepção de competência em função da graduação específica do judô, com os menos graduados a perceberem-se menos competentes.

Palavras-chave: Treinador, Judô, Autopercepção, de competência.

Abstract

This study intended to analyze the self-perception of the competences by the judo coaches of the Estado do Rio Grande do Sul, according to academic and sport specific graduation. This study adopted a descriptive-comparative design, and used an adaptation of a sports coach perception of competence scale (Santos et al 2010). The sample was constituted of thirty eight coaches from the entities registered into the *Federação Gaúcha de Judo* in the years of 2008 and 2009, being that thirty five males and three females, with the average age of 36,1 years old ($Dp \pm 10,8$). All the analyzed coaches are black-belt from the first to the seventh grade. Nonparametric test Kruskal-Wallis revealed that the factor academic graduation almost fail to produce significant differences in coaches' perception of competence. At odds, there are differences in all categories of perception of competence among groups when compared according to judo specific graduation.

Key-words: Coach, Judo, Self-perception of competence

3.1 Introdução

Ao revisitarmos a literatura acerca das competências profissionais dos treinadores deparamo-nos com uma grande quantidade de definições de

competência, o que em parte poderá ser pela natureza do próprio conceito.

O conceito de competência tem uma representação simbólica. Acredita-se freqüentemente que o conceito de competência visa de algum modo uma combinação autêntica de conhecimento, habilidades e atitudes que os profissionais realmente precisam, para providenciar instrução melhor e mais útil, tanto no setor educacional como no setor do desenvolvimento dos recursos humanos (STOOF, 2002).

Nos últimos anos, se observa um investimento crescente da investigação centrada na análise do treinador, principalmente do ponto de vista das suas competências para o exercício profissional (Gilbert & Trudel, 2004). Estes estudos convergem quanto à necessidade dos treinadores possuírem grande espectro de conhecimentos e competências para o exercício eficaz da atividades profissional, dada a diversidade de funções e papéis que lhes são atribuídos (Lyle, 2002; Hagemann, Strauss & Büsch, 2008). Conforme Perrenoud (1999), o acúmulo de saberes descontextualizados não serve realmente senão àqueles que tiverem o privilégio de aprofundá-los durante longos estudos ou uma formação profissional, contextualizando alguns deles e se exercitando para utilizá-los na resolução de problemas e na tomada de decisões. Face às crescentes e renovadas exigências colocadas pelo treino e pela competição no judô atual, percebe-se que o treinador necessita adquirir conhecimentos e desenvolver competências que não decorrem, automaticamente das suas vivências enquanto praticante da modalidade.

Rosado e Mesquita (2009) reafirmam a importância de identificar um perfil de competências e conhecimentos específicos considerados imprescindíveis para o exercício da atividade para colaborar com o desenvolvimento profissional dos treinadores desportivos. Costa (2005) refere que a melhor forma de compreender a função do treinador é a partir da delimitação do seu perfil de competências. O mesmo autor acrescenta que para o treinador cumprir as suas responsabilidades deve ser detentor de uma vasta base de conhecimentos e experiência, para que os saiba utilizar na resolução de problemas profissionais. Porém Batista (2008), Nascimento (1999) e Egerland, Nascimento e Both (2010) acrescentam que o desempenho

profissional resulta não só do nível de competência efectivo, mas também da autoavaliação que cada um faz das suas próprias competências, tornado-se por via disso um factor da própria competência, na medida em que regulam a expressão da competência profissional, ao condicionar a motivação, as expectativas e grau de empenhamento do profissional (Batista et al., 2008).

Importando esta reflexão para o meio do judô, podemos acrescentar a particularidade da representação do *Sensei*¹⁸ desempenhada pelo treinador como um fator que agregaria uma complexidade maior ao desempenho desta função. Quanto a formação exigida para a atuação como treinador de judô Federação Gaúcha de Judô (FGJ) faz unicamente a exigência de formação específica em judô, isto é, a obtenção da faixa-preta como requisito para a ocupação do posto de Responsável Técnico de uma entidade filiada. Em nível nacional a Confederação Brasileira de Judô (CBJ) também não apresenta em seus estatutos a necessidade de formação acadêmica em Educação Física para a ocupação de algum cargo técnico, porém exige a inscrição no Conselho Federal de Educação Física dos treinadores em eventos nacionais. A Lei 9696/98, que regulamenta a área do treinador desportivo, foi ao longo destes anos contestada por várias entidades contrárias à regulamentação, sendo inclusive alvo de inúmeras ações judiciais. O Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) tem se empenhado, em conjunto com o Conselho Regional de Educação Física do Rio Grande do Sul (CREF2/RS), em fazer a lei ser aplicada, visto que é a legislação em vigor atualmente. Todavia, em geral, a exigência dos empregadores está ligada sempre à graduação específica em judô. Segundo os integrantes do meio, a exigência do mercado é a faixa-preta e não a formação acadêmica. Em consequência deste figurino, a informação obtida junto à FGJ põe em evidência a diversidade de perfis de formação dos treinadores responsáveis pelas entidades federadas.

Apesar de escassos, os estudos sobre os conhecimentos do treinador desportivo fazem recentemente parte dos projetos de pesquisadores tais como Abraham et al., 2006; Bloom, 1997; Cotê et al., 1995; Jones et al.,

¹⁸ Sensei significa “mais vida” ou aquele que nasceu antes; é empregado para referir-se a professores (popularmente os de artes marciais), doutores, escritores consagrados e, em geral, pessoas com altos níveis de conhecimento.

2003; Potrac et al., 2002; Resende et al., 2007b; Rosado & Mesquita, 2007. Na perspectiva Resende et al. (2007) parece conveniente que o treinador domine um conjunto de conhecimentos que não se resumem à especificidade da modalidade, mas abranjam outras áreas das Ciências do Desporto, entre as quais se destacam a pedagogia, a psicologia, o desenvolvimento motor, a biologia, a gestão desportiva e a sociologia.

O estudo sobre o treinador de judô apresenta uma particularidade representada pela graduação específica dos integrantes deste meio. As diferentes graduações, representadas por uma faixa colocada na cintura sobre o kimono, simbolizam a progressão dos conhecimentos e competências específicas do Judô. As promoções tanto para as graduações de *kyu* (branca até marrom) como para as de *dan* (a partir da faixa-preta) se baseiam em exames que incidem sobre requisitos tais como: tempo de treino, idade, comportamento dentro e fora da academia, execução das técnicas especificadas nos regulamentos e performance nas competições. A idade mínima para a obtenção da faixa preta, conforme a CBJ, é de dezesseis anos e leva em média sete anos. Os resultados como atleta, o papel do treinador, e os serviços prestados em benefício da divulgação do judô são muito valorizados como fator de avaliação do judoca para a promoção de faixa (CBJ, 2010).

As altas graduações no judô, a partir do sexto dan (dan), indicam que o professor tem no mínimo quinze anos desde a sua promoção para faixa-preta. Estes professores formam o grupo dos mais experientes e simbolizam os detentores do conhecimento do judô. Fazer parte deste grupo significa ser conhecedor dos mais diversos aspectos do judô e ter condições de ser formador de outros professores. Os professores destas graduações, portanto sentem-se pressionados à não demonstrem as lacunas no conhecimento relacionado à história, ensino e treinamento do judô.

Analisando o mercado de trabalho dos treinadores de judô constata-se que diferentes profissionais estão atuando no Rio Grande do Sul segundo os dados da FGJ. Os dados obtidos junto à FGJ demonstram haver professores com ou sem formação acadêmica em Educação Física atuando nos clubes,

academias e escolas.

Estará o mercado regulamentado pela Lei 9696/98 se adaptando à fiscalização dos Conselhos Regionais e Federal de Educação Física ou ainda mantendo a estrutura dos primeiros anos da modalidade no Estado quando nem existia a FGJ ou mais recentemente o sistema CREF/CONFEEF?

Não se respondeu, ainda, de forma cientificamente justificada quais as competências necessárias para a trajetória de um treinador. E dentro do cenário gaúcho ainda não se investigou como os **treinadores de judô se auto-avaliam quanto às competências percebidas** e qual é a relação entre os conhecimentos obtidos durante a formação do faixa-preta, isto é, com base no senso comum e os outros ensinamentos obtidos durante a graduação em Educação Física, ou seja, o conhecimento científico.

Trabalhos científicos anteriores têm procurado esclarecer a influência da Formação em Educação Física e da experiência profissional na auto-avaliação do conhecimento e das competências profissionais do treinador desportivo. No que diz respeito à experiência profissional o efeito diferenciador tem sido verificado em vários estudos recentes (Cunha et al., 2010; Egerland et al, 2010; Santos et al, 2010). O efeito da graduação em Educação Física apresenta resultados menos conclusivos. Verifica-se no estudo de Cunha et al, (2010). No estudo de Santos et al. (2010) é a formação académica superior, não necessariamente em Educação Física o factor que diferencia os treinadores dentro de um conjunto alargado de modalidades desportivas. Nesse sentido é relevante indagar se essas mesmas variáveis são diferenciadoras da percepção de competência dos treinadores de judô.

Face ao exposto, o presente estudo teve por objetivo investigar a autopercepção dos professores das entidades filiadas a FGJ e observar se os indivíduos se percebem de forma distinta em função da formação académica ou da graduação específica do judô.

3.2 Metodologia

3.2.1 Sujeitos do estudo

Participaram neste estudo trinta e oito treinadores de entidades inscritas na Federação Gaúcha de Judô (FGJ)¹⁹. Como a nossa intenção foi a de investigar os treinadores das quarenta academias. Foi critério de inclusão ser responsável técnico ou auxiliar de uma entidade classificada no ranking da FGJ nos durante as temporadas de 2008, 2009 e 2010 entre as melhores quarenta primeiras em um universo de aproximadamente sessenta filiadas.

Tabela 3. 1 resumo das características dos 38 sujeitos da amostra

Categorias	Classes	N	%
Idade	Até 30 anos	15	39.5
	De 30 a 40 anos	11	28.9
	De 40 a 50 anos	08	21.1
	Mais de 50 anos	04	10.5
Sexo	Masculino	35	92.1
	Feminino	03	07.9
Tempo de carreira	Menos de 10 anos	20	52.6
	Entre 10 e 20 anos	11	29.0
	Mais de 20 anos	07	18.4
Nível de escolaridade	Acadêmico em EF	12	31.6
	Graduado em EF	09	23.7
	Outras formações	17	44.7
Graduação no Judô	1º e 2º dans	13	34.2
	3º e 4º dans	14	36.8
	5º, 6º e 7º dans	11	28.9
Região	Interior	27	71.1
	Capital	11	28.9
Resultado como treinador	Estadual	14	36.8
	Nacional	20	52.9
	Internacional	04	10.5

¹⁹Embora o número da amostra seja coincidente com o capítulo anterior os sujeitos não são obrigatoriamente os mesmos. Nossa intenção foi investigar os treinadores (principais ou auxiliares) das quarenta melhores filiadas no ranking da FGJ. Tivemos trinta e dois sujeitos que participaram das duas investigações respeitando-se os critérios de inclusão na amostra nas duas investigações.

Os participantes do estudo apresentaram uma média de idade de 36,2, com DP de $\pm 12,7$ anos, todos com a graduação de faixa-preta igual ou superior ao primeiro dan em judô e desenvolviam outras atividades profissionais relacionadas ou não à Educação Física. A Tabela 3.1, apresenta o resumo das características demográficas dos sujeitos da amostra.

A formação acadêmica em Educação Física é uma das variáveis independentes do presente estudo, tendo nove dos treinadores da amostra formação acadêmica na área de Educação Física e vinte e nove treinadores outras formações inclusive alguns sujeitos não tendo experiência universitária. Destes vinte e nove que não são graduados em Educação Física temos doze indivíduos que se declararam acadêmicos de Educação Física. Neste grupo temos sujeitos que estão cursando a faculdade e outros que embora tenham já sido alunos se encontram como evadidos, tendo na prática abandonado o meio universitário. A escolha da formação acadêmica em Educação Física ganha suporte na relevância da formação profissional e dos conhecimentos que podem ser adquiridos no ambiente acadêmico, servindo esses como bases teóricas e práticas para a formação especializada dos treinadores. Relativo às variáveis independentes do estudo, ao nível da formação acadêmica, os participantes dividiram-se nos seguintes grupos: acadêmicos em Educação Física, professores formados em Educação Física e os sujeitos que tinham cursado outras graduações ou não tiveram experiência acadêmica, tendo no máximo concluído o ensino Médio; ao nível da graduação específica no judô foram considerados os seguintes grupos: os detentores das graduações iniciais da faixa-preta, ou seja, primeiro e segundo dans, os de nível intermediário, professores do terceiro e quarto dans e os mais experientes representados pelos treinadores do quinto, sexto e sétimo dans. A partir do sexto dan recebe-se a denominação de *Kodansha*, isto é um representante do Instituto Kodokan²⁰ e passa-se a usar uma faixa vermelha e branca simbolizando a alta hierarquia do judô. Nesta pesquisa foi tomada a decisão de incluir os professores detentores do quinto grau no grupo dos mais experientes em

²⁰ Instituto com sede no Japão, criado por Jigoro Kano que dita normas para a organização e sistematização do ensino do judô em nível mundial.

função de termos, na amostra, poucos treinadores desta graduação e, neste caso específico, sujeitos experientes com o perfil similar aos mais graduados, os *Kodanshas*.²¹

As variáveis dependentes referem-se à autopercepção no domínio dos conhecimentos e competências dos treinadores bem como às suas necessidades de formação em referência as áreas relacionadas como competência do treino; competências da competição desportiva; competências de gestão desportiva; competências de formador; competências gerais; conhecimentos do treino; conhecimentos da competição desportiva; conhecimentos da gestão desportiva e conhecimentos de formador.

3. 2.2 Instrumento

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário de percepção de competência profissional do treinador (Santos *et al.*, 2010), composto por 48 questões na escala de Likert com respostas de 1 a 5, variando de “nada competente” (1) a “muitíssimo competente” (5). Formulado com base na literatura específica (Abraham *et al.*, 2006; Demers *et al.*, 2006; Gould *et al.*, 1990; Rosado, 2000; Simão, 1998; Vargas-Tonsing, 2007) e nos conhecimentos referenciados pela AEHESIS²² (Petry *et al.*, 2006) como imprescindíveis para o desenvolvimento profissional de um treinador desportivo. Fruto da adaptação e devido ao fato de se ter introduzido algumas questões recorreu-se à sua validação, pelo método de peritagem, tendo sido

²¹ A partir do sexto dan, são considerados *Kodanshas* ou seja simboliza um representante do Instituto Kodokan. Utilizam uma faixa com as cores branca e vermelha.

²² O Projeto AEHESIS (*Aligning a European Higher Education Structure In Sport Science*), constitui uma organização internacional europeia que pretende fornecer contributos para o alinhamento e estruturação da formação de nível superior na Europa na área do Desporto, Com incidência nos sectores de “Educação Física”, “Saúde & Aptidão Física”, “Gestão Desportiva” e “Treino Desportivo”. Desde então, especialistas em formação no Desporto de 28 países Europeus, precisamente de 70 organizações parceiras, realizaram várias reuniões e conferências, e discutiram diversos documentos de trabalho, de modo a produzir novos padrões e referências para o desenho dos currículos no sector do Desporto, tendo sempre em consideração a Declaração de Bolonha, os objetivos de Lisboa, relativos à Agenda de Educação e Formação 2010 e ainda a Estrutura da Qualificação Profissional na Europa (*European Qualification Framework – EQF*). O Projeto foi coordenado pelo “Institute of European Sport Development & Leisure Studies”, da “German Sport University Cologne”, com a chancela da “European Network of Sport Science, Education & Employment (ENSSEE)”.

consultados quatro experts: dois com conhecimentos específicos elevados da modalidade, enquanto treinadores, e os outros dois com formação acadêmica superior no domínio da investigação científica, à qual se associa uma vasta experiência no domínio da prática, seguindo os passos metodológicos de Santos *et al.* (2010).

O questionário passou por estudo piloto no qual foram discutidos e analisados os procedimentos de preenchimento e o conteúdo das respostas.

O questionário foi respondido por dez treinadores com diferentes formações académicas e níveis de atuação. O objetivo deste procedimento foi a verificação da sua aplicabilidade, da existência de dúvidas quanto à interpretação, clareza e objetividades das questões. Pediu-se, igualmente, aos treinadores que comentassem e questionassem a clareza e intenção das perguntas formuladas. Após as alterações julgadas pertinentes decidiu-se adotar o questionário como definitivo, pois, verificou-se que este continha relevância, clareza e compreensão nas perguntas aplicadas. Este procedimento é considerado padrão em estudos dessa natureza. De modo a simplificar a leitura dos resultados, as questões foram agrupadas nas categorias que, de acordo com a literatura, são as principais competências e áreas de conhecimento necessárias para um treinador desportivo conforme Cunha *et al.* (2010) e Mesquita, *et al.* (2011). Após análise das questões do questionário, foram destacadas as seguintes categorias: competência do treino; competências da competição desportiva; competências de gestão desportiva; competências de formador; competências gerais; conhecimentos do treino; conhecimentos da competição desportiva; conhecimentos da gestão desportiva; conhecimentos de formador.

3.2.3 Plano de coleta de dados

Os procedimentos da coleta de dados foram os seguintes: primeiramente foi feita uma consulta no site da FGJ para a obtenção do ranking e dos profissionais responsáveis pelas quarenta primeiras colocadas entre as entidades filiadas. De posse desta relação fizemos contato telefônico e/ou por

meio de correio eletrônico com os treinadores e solicitamos a colaboração, para a recolha de dados necessários para a pesquisa em tela. Após estes contatos o questionário foi aplicado em competições de judô e eventos realizados durante os meses de setembro de 2008 a abril de 2009 a nível estadual, onde os treinadores foram convidados para uma entrevista informal para alguns esclarecimentos e a responder o questionário. A recolha de dados foi feita de maneira presencial em quatro competições organizados pela Federação Gaúcha de Judô (FGJ) e Confederação Brasileira de Judô (CBJ), em visitas a locais de treinos nas entidades federadas e durante o II Seminário Internacional de Lutas realizado pela Universidade Luterana do Brasil, evento feito anualmente em parceria com a FGJ. Os questionários foram entregues aos treinadores e devolvidos ao pesquisador durante os intervalos das competições, seminários ou treinos. Na entrega do questionário, houve uma explicação sobre o inquérito por parte do pesquisador, sendo aberto um período para responder a possíveis dúvidas dos treinadores. Após esse período os treinadores tiveram disponível o tempo considerado necessário para o seu preenchimento. Foi garantido o sigilo e confidencialidade total das respostas dos inquiridos e feita a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

3.2.4 Tratamento estatístico

Em função dos objetivos definidos foi recomendável entabular uma análise inferencial, pois é ela que lhe permite comparar grupos. Face ao número de participantes ser reduzido e os grupos formados a partir das variáveis independentes serem inferior a 30 foi decidido utilizar testes **não paramétricos para amostras independentes**. Nos casos da formação acadêmica e da graduação específica em Judô, como são três grupos amostrais, foi utilizado o teste **Kruskal-Wallis**. A tabulação dos dados foi realizada no Programa Excel para Windows e a análise foi realizada no Programa SPSS versão 18.0. Para efeitos da interpretação do significado estatístico das provas, adotou-se o nível de confiança de 0,05 ($p \leq 0,05$).

3.3 Resultados

No questionário utilizado, em duzentos e quarenta pontos possíveis encontramos, um mínimo de cento e dezenove pontos e um máximo de duzentos e vinte e um com a média de 181,18 pontos e um desvio padrão de $\pm 23,89$, sinalizando que o grupo se avalia como muito competente. Explícita que o campo profissional do judô no Rio Grande do Sul é predominantemente masculino (apenas três mulheres entre trinta e oito sujeitos) e que se desenvolve preponderantemente na capital do Estado e nas cidades vizinhas. Além do aspecto quantitativo, no *Ranking* de 2009 da FGJ das entidades federadas, oito das dez primeiras colocadas são da região metropolitana de Porto Alegre, demonstrando que não ocorre uma distribuição uniforme por todo o Rio Grande do Sul, sendo o judô uma modalidade desenvolvida principalmente na capital, onde também, a sede da FGJ está localizada.

3.3.1 Análise comparativa quanto à formação acadêmica

Para contemplar a proposta do estudo de analisar a influência da faculdade de Educação Física na percepção das competências separamos a amostra em três grupos: os graduados em Educação Física, os acadêmicos em Educação Física e os que não ingressaram no ensino superior ou cursaram outras faculdades. Este último grupo, portanto não teve nenhum contato com as Instituições de Ensino Superior (IES) de formação em Educação Física. Procurando responder os objetivos do estudo, apresentamos na Tabela 3.2 a comparação entre os grupos dos treinadores com Ensino Médio e outras graduações, os acadêmicos em Educação Física e os graduados em Educação Física.

Tabela 3.2 Comparação da competência percebida dos conhecimentos e competências dos treinadores em função da graduação académica ou nível de escolaridade. Valores da média, desvio padrão e qui quadrado do teste Kruskal-Wallis

Dimensões	Ensino Médio ou outras	Acadêmico EF	Graduado EF	Krusk.Wallis χ^2
n	17	12	9	
Competências do treino	3,94±0,67	3,61±0,67	4,35±0,57	6,11*
Competências de competição	3,55±0,82	3,74±0,62	4,15±0,86	1,66
Competências de gestão	4,08±0,61	3,28±0,63	3,74±0,57	4,14
Competências de formador	3,79±0,61	3,48±0,54	3,75±0,5	6,82*
Competências gerais	3,53±0,39	3,71±0,5	4±0,31	6,09*
Conhecimentos do treino	3,84±0,49	3,51±0,71	4,11±0,47	1,68
Conhecimentos da gestão	3,94±0,64	3,24±0,5	3,8±0,3	1,18
Conhecimentos. da competição	4,02±0,68	3,58±0,76	4,25±0,4	3,21
Conhecimentos do formador	4,01±0,45	3,48±0,59	4,11±0,44	3,57

* sig. $p \leq 0,05$

Ao analisarmos a relação da autopercepção com a formação escolar detectamos diferenças significativas, no teste de *Kruskal-Wallis*, nas dimensões competências de treino (percepções mais elevadas: graduados em EF; percepções mais baixas: académicos em Educação Física); competências de formador (percepções mais elevadas: Ensino médio e outras formações; percepções mais baixas: académicos em Educação Física) e competências gerais (percepções mais elevadas: graduados em EF; percepções mais baixas: Ensino médio e outras formações). Não encontramos, no entanto, quaisquer diferenças entre os grupos nas dimensões relacionadas às competências gestão e competição desportiva nas questões, assim como nas dimensões relativas ao domínio dos conhecimentos. Ressalvam-se as questões que envolvem aspectos biomédicos ou fisiológicos, onde os que não cursaram Educação Física consideram-se menos preparados. Todos os inquiridos relataram que nunca sentiram restrição ao acesso profissional por não terem o

diploma universitário, mas sim que a exigência do mercado se restringe a obtenção da faixa-preta, que é obtida pelos critérios da FGJ e não das Instituições de Ensino superior (IES).

3.3.2 Análise comparativa quanto a graduação específica em judô

A Tabela 3.3 apresenta a comparação da autopercepção de competências e conhecimentos entre três os grupos que analisamos quanto a graduação específica no judô.

Tabela 3. 3 Comparação da competência percebida dos conhecimentos e competências dos treinadores em função da graduação específica do judô. Valores da média, desvio padrão e qui quadrado do teste Kruskal-Wallis

Dimensões	1º,2º dans	3º,4º dans	5º - 7º dans	Krusk. Wallis χ^2
n	13		14	
Competências do treino	3,33±0,47	4,06±0,33	4,49±0,48	21,24*
Competências da competição	3,55±0,36	3,75±0,68	4,65±0,42	16,37*
Competências da gestão desportiva	2,92±0,53	3,48±0,43	4,24±0,52	20,97*
Competências de formador	3,29±0,50	3,61±0,39	4,02±0,21	15,37*
Competências gerais	3,50±0,49	4,13±0,19	4,14±0,28	13,97*
Conhecimentos do treino	3,25±0,71	3,84±0,19	4,48±0,31	19,29*
Conhecimentos de gestão desport.	2,99±0,49	3,65±0,17	3,95±0,34	21,63*
Conhecimentos da competição	3,27±0,73	4,07±0,21	4,45±0,44	16,78*
Conhecimentos do formador	3,09±0,50	3,94±0,12	4,27±0,37	25,94*

* sig $p \leq 0,000$

O grupo dos treinadores iniciantes é constituído pelos que obtiveram a graduação após o exame a faixa-preta (primeiro dan) e pelos que passam ao segundo dan, após um mínimo de dois anos de experiência. Neste grupo

encontramos, principalmente, os treinadores mais jovens, das pequenas academias e preponderantemente do interior do Estado. O grupo dos treinadores terceiro e quarto dans representam um nível intermediário. Os professores que integram o último grupo são os graduados como quinto, sexto e sétimo dans. Mais experientes, visto que no mínimo para alcançar este nível levaram quinze desde a promoção para a faixa-preta primeiro dan, este grupo representa a elite dos treinadores da FGJ constituído pelo professores mais velhos, pioneiros da implantação do judô no Rio Grande do Sul e é composto por sujeitos com baixa escolaridade e também pela primeiras gerações de treinadores que cursaram a faculdade de Educação Física. Os treinadores das grandes academias, segundo o ranking da FGJ (2008 e 2009), são integrantes deste grupo. Podemos notar que os mais graduados demonstraram as médias mais elevadas entre os três grupos. Podemos observar que as médias seguem um perfil ascendente quando relacionada com as graduações do três grupos.

O teste de Kruskal-Wallis põe em evidência a existência de diferenças altamente significativas entre os grupos de graduação do judô, em todas as dimensões da competência profissional.

3.4 Discussão dos Resultados

Em termos gerais, poderemos dizer que os dois fatores considerados para análise da percepção de competência profissional do treinador de judô tiveram comportamento dissemelhante. O fator graduação específica do judô produz um efeito marcante e inequívoco na distribuição de resultados da percepção de competência. A graduação específica no judô demonstrou ser um fator diferenciador, estatisticamente significativo, entre os treinadores da amostra. O grupo das altas graduações, isto é, quinto, sexto e sétimo dans se auto-avaliaram com os maiores índices da amostra. Na medida em que a graduação no judô reflete o nível de experiência do treinador, e encontrando-se uma relação elevada entre graduação e idade, uma auto avaliação com escores crescentes em função da idade e da experiência seria o

esperado, pois dentro do meio do judô os professores mais velhos e mais experientes simbolizam a figura do *Sensei*²³, ou seja, daquele que deve deter um conhecimento aprofundado com as questões do treinamento e da formação pessoal dos seus alunos.

Os resultados deste estudo corroboram estudos similares sobre a percepção de competência de treinadores (Cunha et al., 2010; Egerland et al., 2010; Santos, et al 2010), assim como outros de natureza mais geral sobre a auto-eficácia e a confiança do treinador (Chase et al., 2005; Feltz et al., 1999). Podemos ainda encontrar respaldo na literatura de referência na área, expressa na posição de vários autores (Gilbert & Trudel, 1999; Salmela, 1996; Jones et al. 1997; Gould et al., 1990), quando referem que a experiência provoca alterações efetivas na forma de atuar do treinador.

Ao contrário da graduação específica no judô, que segue a par da experiência profissional, a graduação acadêmica não demonstrou ser um fator tão inequívoco na distinção da auto avaliação das competências entre os grupos de sujeitos considerados neste fator. Ressalta-se, todavia, os valores significativamente mais elevados de quem se graduou em Educação Física encontrada na dimensão das competências gerais e na dimensão competências de treino e ainda na dimensão competências de formador, mas, neste caso, apenas com vantagem sobre os acadêmicos em Educação Física. Estes resultados corroboram, em certa medida, as conclusões do estudo de Cunha et al (2010) com treinadores, o qual constatou uma superioridade dos treinadores formados em Educação Física no que respeita às competências de treinamento, competências de formador e competências pedagógico-didáticas.

Tendo o efeito da experiência um poder tão marcante na auto-avaliação da competência, ele tem que ser devidamente controlado para se poder analisar com maior precisão a influência de outros fatores, como a formação acadêmica, que por via da interferência do efeito da experiência profissional, podem aparecer depreciados. A dimensão da amostra dificulta o emparelhamento de modo a proceder às comparações em função da formação acadêmica dentro de cada nível de experiência.

²³ Termo japonês que significa mais vida, traduzida livremente como professor ou mestre. Figura referenciada por todos os alunos.

Egerland, Nascimento e Both (2010) ao considerar os ciclos vitais dos treinadores, constatou ao analisar o cenário do Estado de Santa Catarina que os sujeitos com idades mais avançadas apresentaram maior domínio dos conhecimentos profissionais referentes à gestão e legislação do esporte, porém relataram maiores dificuldades na habilidade de avaliação do esporte do que os treinadores mais jovens. Estes últimos, por sua vez, apresentaram menor domínio na habilidade de autoreflexão e atualização no esporte. O nível de competência percebida dos treinadores parece aumentar de acordo com a progressão nos ciclos de desenvolvimento profissional, com maior domínio na fase de diversificação profissional. Os treinadores mais experientes relataram maior domínio de conhecimentos de gestão e legislação do esporte do que os colegas menos experientes, dado que se repetiu em nossa investigação.

Porém encontramos treinadores com o perfis diferentes se auto avaliando como muito *competente* ou *muitíssimo competente* em várias das dimensões do instrumento. Parece-nos, entretanto, que as respostas estão ligadas à expectativa que o grupo impõe sobre o sujeito. Uma auto-avaliação como *pouco competente* em algumas das dimensões pode ser aceita dependendo da posição que este sujeito se encontre no momento. Para um treinador iniciante em uma pequena academia não conhecer os caminhos do gerenciamento de patrocínio e gestão de carreira, por exemplo, é aceito pelo grupo, pois não se espera dele neste momento este conhecimento. Estes treinadores ficam com uma maior liberdade para poderem se auto-avaliar de forma mais branda. Em contra partida os mais graduados, mais velhos e formados em Educação Física são pressionados a não revelarem as deficiências em competências e conhecimentos.

Ao analisarmos as respostas dadas temos que discutir as possibilidades e os limites do instrumento utilizado. Como foi um questionário onde os treinadores respondiam sobre à autopercepção de suas competências entendemos que as respostas não traduzem necessariamente o nível que os sujeitos se encontram, característica deste instrumento investigativo. O instrumento não avalia a competência (até por ser auto-preenchido), mas subliminarmente explicita o nível que os indivíduos esperam de quem chegou a

uma alta graduação no judô ou cursou uma faculdade de Educação Física, e isso, poderá condicionar a sua atitude e a sua forma de atuar. Os menos graduados e os acadêmicos, ficam nesse sentido, livres para explicitar a falta de conhecimento, pois não se exige de alguém ainda em formação certos conhecimentos. Os sujeitos que possuem graduação em Educação Física e pertencem ao grupo dos mais graduados (quinto, sexto e sétimo dans) são os que se avaliaram com grandes competências e conhecimentos, independentemente dos resultados alcançados na carreira, que poderia ser uma fator de avaliação de competência.

Para analisarmos esta questão é importante ainda recordarmos aspectos legais da profissão de treinador no Brasil. A lei que regulamentou esta atividade profissional foi publicada em 1998. Segundo, portanto à Lei 9696/98, apenas os detentores de diploma emitido por Instituições de Ensino Superior ou os sujeitos que já exerciam a atividade de professor de judô poderiam atuar no mercado de trabalho. Entre os sujeitos do estudo encontramos no grupo dos “outras graduações e até Ensino Médio” treinadores com perfis diferenciados. Um grupo composto pelos sujeitos mais velhos, onde se incluem os treinadores que começaram a trabalhar antes da regulamentação da profissão em 1998. Estes professores detinham o direito adquirido de continuar atuando sem a necessidade da formação universitária sendo considerados Provisionados pelo CREF2/RS. O outro grupo é composto de jovens, provenientes de uma classe social menos favorecida que não tiveram acesso ao ensino superior e atuam ao desabrigo da legislação, mas com respaldo da FGJ. Este detalhamento é necessário para entendermos que em determinadas dimensões, como por exemplo a *Competências da competição desportiva* este grupo apresente a média mais baixa, mas influenciada pelos treinadores mais novos. Os treinadores mais novos, menos graduados, acadêmicos ou com o Ensino Médio foram os que se auto avaliaram de maneira mais modesta. Como estes sujeitos estão ainda em processo de formação podem assumir que não detém todas as competências e conhecimentos investigados pelo instrumento.

Mesmo não encontrando uma diferença significativa o resultado geral do questionário nos permitiu observar que o perfil do treinador que se

percebe como o mais competente é aquele graduado em Educação Física, pertencente ao grupo das altas graduações, da região da capital do Estado, com mais de vinte anos de carreira e quarenta anos de idade e com conquistas internacionais na carreira de treinador.

3.5 Conclusões

Refletindo sobre o que foi exposto neste trabalho, podemos concluir que a autopercepção de competências profissionais dos treinadores de judô do Rio Grande do Sul sofre influência dos anos de prática e da experiência prática, que pode ser representada no judô pela graduação específica. Os mais graduados demonstram uma mais elevada percepção de competência em todas as dimensões consideradas. A percepção das competências sofre influência na área do treinamento desportivo, das competências gerais e das competências de formador entre os treinadores avaliados, em função da formação acadêmica, pois os formados em Educação Física se auto-avaliam nas questões que envolvem estas dimensões com um escore mais elevado dos que os que não possuem formação acadêmica em Educação Física ou ainda não a concluíram.

3.6 Referências

- ABRAHAM, A.; COLLINS, D.; MARTINDALE, R. (2006). .The coaching schematic: Validation through expert coach consensus. **Journal of Sports Sciences** v. 24, n. 6, p. 549 – 564.
- BATISTA, P. PEREIRA, F. GRAÇA, A. MATOS, Z. (2008). Coache's self-perception of professional competence -the effect of professional experience and the type of teacher education institution. **II Congreso Internacional de Ciencias del Deporte [y] IV Seminario Nacional de Nutrición, Medicina y Rendimiento en el Joven Deportista**. Pontevedra, Universidade de Vigo.

- BATISTA, P. M. F. (2005). Exploração do conceito de competência aplicado ao campo profissional do pedagogo do desporto. **Actas do Congresso Internacional Educação e Trabalho - Representações Sociais, Competências e Trajectórias Profissionais**, Universidade de Aveiro, 2 a 4 de Maio de 2005.
- BATISTA, P. M. F. (2008). **Discursos sobre a competência: Contributo para a (re)construção de um conceito de competência aplicável ao profissional do desporto**. Tese de Doutoramento, FADE-UP-PT ,
- BECKER JÚNIOR, B. (2000). **Manual de Psicologia do Esporte & Exercício**. Porto Alegre, ed. Nova Prova.
- BECKER JÚNIOR, B. (2002). **Psicologia aplicada ao Treinador Esportivo**. Novo Hamburgo. Ed. Nova Prova.
- BENTO, J.O.; GARCIA, R.; GRAÇA, A. (1999). **Contexto da Pedagogia do desporto: perspectivas e problemáticas**. Lisboa : Livros Horizonte.
- BRASIL. Congresso Federal. (1998). Lei nº 9.696, de 1º de set. de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselhos Federal e regional de Educação Física. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, nº 168 de 02 de setembro de 1998.
- CALLEJA, C. C. (1974). **Judô; Caderno Técnico Didático**. Brasília : MEC - Secretaria de Educação Física e Desportos.
- CHASE, M. A.; FELTZ, D. L.; HAYASHI, S. W.; HEPLER, T. J. (2005). Sources of coaching efficacy: The coaches' perspective. **International Journal of Sport and Exercise Psychology**, v. 3, n. 1, p. 27-40.
- CLARK ,T.G (2005). **Defining a competency framework to shape the professional education of national security master strategists: A Web-based Delphi study**. PhD Dissertation. Texas A&M University, p. 254.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA de JUDÔ. (2010). Confederação Brasileira de Judô. Disponível em <http://www.cbj.com.br>, acesso em 22/06/2010
- CONFED. Conselho Federal de Educação Física. (2009). Disponível em <http://www.confef.org.br>, acessado em 12/03/2009

- COSTA, J. P. (2005). **A formação do treinador de futebol: análise de competências, modelos e necessidades de formação**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- CUNHA, G.B., MESQUITA, I. MORENO ARROYO, M. P., ROSADO, A. F. B., SOUSA, T. M. T., & PEREIRA, P. F. S. (2010). Autopercepción de las competencias profesionales de los entrenadores de fútbol en función de la experiencia personal y de la formación académica. **Cuadernos de Psicología del Deporte**, v. 10, n. 1, p. 23-36, 2010.
- DA MAIA, P. (2003). **A comunicação do treinador de basquetebol em competição: Alta competição versus desporto escolar**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto,
- DEMERS, G.; WOODBURN, A. J.; SAVARD, C. (2006). The development of an undergraduate competency-based coach education program. **Sport Psychologist**, v. 20, n. 2, p. 162-173, Jun 2006.
- DRIGO, A. J. (2007). **O judô; do modelo artesanal ao modelo científico: um estudo sobre as lutas, formação profissional e construção do Habitus**. / . - Campinas, SP: [s.n].
- EGERLAND, E. M.; NASCIMENTO, J. V. D.; BOTH, J. (2010). Competência profissional percebida de treinadores esportivos catarinenses. **Revista de Educação Física/UEM**, v. 21, n. 3, p. 457-467, 2010.
- FELTZ, D. L.; CHASE, M. A.; MORITZ, S. E.; SULLIVAN, P. J. (1999). A conceptual model of coaching efficacy: Preliminary investigation and instrument development. **Journal of Educational Psychology**, v. 91, n. 4, p. 765-776.
- FEDERAÇÃO GAÚCHA de JUDÔ. (2009). Disponível em <http://www.judors.com.br>, acessado em 23/09/2009
- GILBERT, W., P. Trudel, et al. (1999). **Development and application of an instrument to analyse pedagogical content interventions of ice hockey coaches**.” Sosol sociology of sport online.
- GILBERT, W.; TRUDEL, P. (2004). Role of the coach: How model youth team sport coaches frame their roles. **Sport Psychologist**, v. 18, n. 1, p. 21-

43, MAR 2004.

- GOULD, D. GREELEAF, C. GUINAN, D. CHUNG, Y. (2002). **“A survey of Us Olympic coaches: Variables perceived to have influenced athlete performances and coach effectiveness.”** Sport Psychologist.
- GOULD, D.; GIANNINI, J.; KRANE, V.; HODGE, K. (1990). Educational needs of elite U.S. national teams, Pan American, and Olympic coaches. **Journal of Teaching in Physical Education**, v. 9, n. 4, p. 332-344.
- GRAÇA, A. (2004). **Como é que um especialista concebe um ensino do basquetebol na escola. Estudo de caso de Rocha, professor de Educação Física e treinador de basquetebol.** Estudos CEJD. J. Oliveira. Porto, FCDEF-UP.
- HAGEMANN, N.; STRAUSS, B.; BÜSCH, D. (2008). The complex problem-solving competence of team coaches. **Psychology of Sport and Exercise**, v. 9, n. 3, p. 301-317.
- JANSSEN, J. (1999). Championship team building: what every coach needs to know to build a motivate, committed, and cohesive team. Tucson, AZ: Winning a Mental Game.
- KANO, J. (1986). **Kodokan judo.** Tóquio : Kodansha.
- KIRSCHNER P, VAN VILSTEREN P, HUMMEL H, WIGMAN M. (1997). The design of a study environment for acquiring academic and professional competence. *Studies in Higher Education* 22:151-171.
- LEMOES, I. N. (2003). **O treinador, conhecimento, concepções e prática.** Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Porto. Porto, PT.
- LOPES, M. SAMULSKI, D. NOCE, F. (2004). **Análise do perfil ideal de treinador de voleibol das seleções brasileiras juvenis.** Revista brasileira Ciência e Movimento. Edição de Novembro de 2004.
- LYLE, J. (2002). **Sports coaching concepts : a framework for coaches' behaviour.** London ; New York: Routledge.
- MACHADO. A. (2006). **Da Educação Física escolar ao esporte de alto nível.** Editora Guanabara, Koagan. Rio de Janeiro..

- MADURO, L. (1999). **A história do Judô no Rio Grande do Sul: Das primeiras manifestações aos jogos olímpicos de Atlanta.** Dissertação de Mestrado apresentada a Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- MARQUES, M, G. (2003). **Psicologia do Esporte: aspectos em que os atletas acreditam.** Canoas, editora da Ulbra,
- MCCLELLAND, D. (1973). **Testing for competence rather than for intelligence.** American Psychological Science 9:331-339.
- MESQUITA, I.; BORGES, M.; ROSADO, A.; SOUZA, A. D. (2011). Handball coaches' perceptions about the value of working competences according to their coaching background. **Journal of Sports Science and Medicine**, v. 10, p. 193 - 202,.
- MISH, F (1995). In: **Merriam-Webster's collegiate dictionary.** Merriam-Webster, Inc., Springfield.
- MURRAY, J. (1933). **Oxford English Dictionary.** In: Murray JAH (ed) Clarendon Press, Oxford UK.
- NASCIMENTO, J.V. (1999) .Escala de Autopercepção de Competência Profissional em Educação Física e Desporto. **Revista Paulista de Educação Física** vol. 13, n.1, p 5-21 jan/jun
- NUNES, A. V. (2009). **A teoria de uso do treinador de judô.** Disponível em :<http://www.judobrasil.com.br/estudos>, acesso em 12/10/2009.
- PARENTE, C. (2003). **Construção social das competências profissionais: dois estudos de caso em empresas multinacionais do sector metalomecânico.** Dissertação de Doutorado. Faculdade de Letras, UP.
- PARRY, S. (1996). **The quest for competences: competency studies can help you make HR decision, but the results are only as good as the study.** Training 33:48-56.
- PARTRIDGE, E. (1938). **Macmillan's modern dictionary.** In: Partridge E (ed) Macmillan Co, New York.
- PERRENOUD, P. (1999). Construir competências é virar as costas aos saberes ? **Pátio - Revista Pedagógica (Porto Alegre, Brasil)**, v. 11, p.

- 15-19,
- PICCOLI, J. (2004). **Normatização para trabalhos de conclusão em Educação Física**. Editora da Ulbra. Canoas.
- REMMERT, H. (2003). “**Analysis of Group-Tactical Offensive Behavior in Elite Basquetebol on the Basis of a Process Orientated Model**” European Journal of Sport Science.
- ROBERT, L. (1973). **O Judo**, 4a ed. Lisboa : Editorial Notícias.
- ROSADO, A. (2000). Um perfil de competências do treinador desportivo. In: SARMENTO, P.; ROSADO, A; RODRIGUES, J. **Formação de treinadores desportivos**. Rio Maior: Escola Superior de Desporto de Rio Maior Edições,
- ROSADO, A.; MESQUITA, I. (2009). Eds. **Pedagogia do Desporto**. Lisboa: FMH Edições.
- RUAS, V. (1998). **Os extraordinários samurais e a etnografia de Jigoro Kano**. Praxis (Programa de Pós-graduação em Educação Física e Desportos da UERJ), n. 1, p. 141-76,
- SANTOS, S.; MESQUITA, I; GRAÇA, A; ROSADO, A. (2010), Coaches' perceptions of competence and acknowledgement of training needs related to professional competences. **Journal of Sports Science and Medicine**, v. 9, p. 62 – 70.
- SCOTT, G. (1952). Swan's Anglo American dictionary. In: Scott GR (ed) Library Publishers, New York, NY.
- SIMÃO, J. V. (1998) **A formação do treinador: análise das representações dos treinadores em relação à sua própria formação**. 1998. 215 f. Dissertação (Mestrado)– Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa,
- STOOF, A.; MARTENS, R. L.; VAN MERRIËNBOER, J. J.; BASTIAENS, T. J. (2002). The Boundary Approach of Competence: A Constructivist Aid for Understanding and Using the Concept of Competence. **Human Resource Development Review**, v. 1, n. 3, p. 345-365.
- VARGAS-TONSING, T. (2007). Coaches' Preferences for Continuing Coaching

Education. **International Journal of Sports Science and Coaching**, v. 2, n. 1, p. 25-35,
VÍRGILIO, S. (1986). ***A arte do Judô***. Campinas: Papirus,

CAPÍTULO 4- COMPARAÇÃO DAS CONCEPÇÕES SOBRE O TREINAMENTO E MÉTODOS APLICADOS ENTRE TÉCNICOS DE JUDÔ FORMADOS E NÃO FORMADOS EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO RIO GRANDE DO SUL.

Resumo

O presente estudo buscou investigar e comparar as concepções e as ações sobre questões relacionadas ao treinamento, entre técnicos de sucesso de judô no Rio Grande do Sul. A pesquisa foi realizada com dezesseis treinadores, sendo oito formados em Educação Física e oito não formados, através de entrevistas semi-estruturadas com objetivo de investigar as opiniões sobre o treinamento. Posteriormente foi feita a observação dos treinos de três formados e três não formados mais bem colocados no ranking da Federação Gaúcha de Judô. Encontramos entre os sujeitos analisados convergências de concepções em pontos relacionados à prática profissional e divergências pontuais em questões relacionadas ao treinamento físico, técnico, tático e psicológico. Concluímos que as diferenças evidenciadas nos discursos sobre as concepções do treino entre os dois grupos se esbtem ou desaparecem quando se passa para a análise da prática..

Palavras chave: judô, treinadores, formação profissional

Abstract

This present study searched for to investigate and to compare the conceptions and the actions about questions related to the training, among successful judo coaches of the Federação Gaucha of Judo. The research was performed with sixteen coaches, being eight graduated in physical education and eight without graduation, through semi-structured interviews with the aim of to investigated the opinions about the trainings. Posteriorly, it was made the trainings observation of three graduated and three without graduation coaches best placed in the ranking of the Federação Gaucha of Judo. We found convergences of conceptions among the analyzed individuals in points related to the professional practice and punctual divergences in issues related to the physical, technical, tactic and psychological training. We concluded that occur some differences in the lectures about the conceptions of the training between the two groups, and similarities in the practice.

Key words: judo, coaches, professional

4.1 INTRODUÇÃO

Estudiosos do tema procuram responder algumas questões basilares para o aprofundamento da discussão sobre a formação do treinador de alto nível em diversas modalidades, não só no judô. Como os técnicos se tornam treinadores de alto nível? Que experiências são necessárias para se tornar um treinador de alto nível?

Fruto de caminhos formativos diversos os treinadores vão ao longo dos anos de experiência formando suas concepções em relação ao seu trabalho e estruturando uma linha de ação que define sua atuação durante os treinamentos. Conforme Nunes, (2001), o modo de acesso ao conhecimento científico, o interesse por este e as experiências concretas como atleta ou preparador, fazem com que cada treinador adquira um estilo e um esquema de treino em grande medida pessoal. O mesmo autor define estas concepções como a Teoria de Uso do Treinador (TUT), ou seja uma cartilha pessoal, que cada sujeito constrói ao longo dos anos, reflexo de suas experiências quer seja no ambiente científico/acadêmico ou nas atividades praticadas ou assistidas por ele.

Quais são e como se formam estas convicções e como este profissional atua na prática? Nesta investigação estas dúvidas se apresentam no cenário dos treinadores de judô no Rio Grande do Sul.

O judô é uma arte marcial, um desporto e uma filosofia com origem no Japão. O judô evoluiu a partir do Jujutsu e foi sistematizado por **Jigoro Kano** em 1882. Apesar de ser uma forma de luta, o judô também é praticado como esporte, tendo entrado para o programa dos Jogos Olímpicos em 1964 na competição masculina e em 1992 na feminina. No ocidente, o aspecto esportivo do judô é provavelmente o mais difundido, o que salienta a figura do treinador.

Homens e mulheres combatem separadamente (apesar de muitas vezes treinarem juntos), e os atletas são divididos por classes de idade e categoria de peso, incluindo uma classe livre em que todos os pesos podem participar.

No Rio Grande do Sul, temos registros segundo Maduro (1999) da prática do judô desde as décadas de quarenta e cinquenta do século passado. Atualmente o ensino do judô está difundido em todo o Estado, inclusive sendo disciplina curricular em várias faculdades de Educação Física. Existem conforme os registros da Federação Gaúcha de Judô (FGJ), publicados nos relatórios de 2009 e 2010, cerca de sessenta academias formalmente registradas e mais de trezentos locais de aula e treinamento com profissionais

dando aulas em colégios, clubes, condomínios,... etc. O Rio Grande do Sul se insere como um dos Estados do Brasil onde o judô é mais difundido. Os atletas gaúchos já obtiveram diversas conquistas nacionais, internacionais e como integrantes da Seleção Brasileira já participaram de Campeonatos Mundiais e Jogos Olímpicos. O único bi-Campeão Mundial de judô ,brasileiro, é o atleta João Derly Nunes da Sogipa, clube tradicional do Estado. O judô gaúcho foi representado por Alexandre Garcia em Atenas 1996, Mariana Martins em Sidney 2000 e João Derly Nunes, Mayara Aguiar e Tiago Camilo em Beijin 2008 consolidando-se com um dos importantes pólos da modalidade no país.

A formação dos treinadores de judô no Rio Grande do Sul foi ao longo dos anos feita pela FGJ, representante da Confederação Brasileira de Judô (CBJ) e que detém o poder de conferir a faixa-preta, simbolizando a obtenção do direito de dar aulas na visão da sociedade e pelas normas estatutárias da federação. Este campo profissional estava, portanto, desregulamentado permitindo a atuação de sujeitos que não necessitavam comprovar a formação acadêmica.

Somente a **partir da Lei 9.696, de primeiro de setembro de 1998**, que marca a criação dos Conselhos Regionais (CREF), e do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) esta significativa parcela do mercado de trabalho passou a ser fiscalizada. Anteriormente à Lei, bastava para o futuro instrutor alguns anos de prática esportiva e a certificação da faixa-preta. Esta nova realidade, entretanto, não foi aceita pacificamente por todos os integrantes do meio. Entidades organizadas contrárias a tese da regulamentação se organizaram e conquistaram algumas importantes vitórias. O judô pode ser caracterizado como uma forma de atividade física de combate, que pressupõe a existência de um professor ou técnico envolvido no seu ensino ou treinamento. Atualmente a principal e mais difundida forma de expressão do judô ocorre como esporte de luta. Portanto se enquadra nos parâmetros estabelecidos pela referida lei, conforme Carvalho & Drigo (2007).

Temos então atuando no mercado profissional sujeitos com e sem formação acadêmica em Educação Física. Dentre os sem formação temos os Provisionados, que tiveram a manutenção do direito adquirido de continuar

leccionando, pois já trabalhavam antes da promulgação da Lei 9696/98 e outros que exercem suas atividades à margem da lei. A FGJ não exige que o treinador seja formado ou provisionado para exercer suas atividades junto à entidade. Esta falta de exigência faz com que tenhamos no mercado treinadores com as mais diversas formações. Nos questionando se a formação acadêmica em Educação Física aparece não apenas como uma imposição legal, mas como um fator diferencial no sucesso dos treinadores atuantes no panorama esportivo gaúcho e se esta experiência acadêmica os diferencia.

Surge a questão de pesquisa deste estudo: Quais são as concepções sobre o processo de treinamento e como atuam na prática os treinadores de sucesso do judô no Rio Grande do Sul e se formação acadêmica em Educação Física influencia estes dois objetos de estudo?

4.2 Objectivo

Investigar as concepções e as práticas dos treinadores de judô do Rio Grande do Sul referentes ao treinamento, e detectar se há diferenças entre os formados e os não formados em Educação Física.

4.3 Metodologia

4.3.1 Caracterização da Investigação

A natureza da pesquisa é descritiva e qualitativa; com a amostra composta de dezesseis professores e treinadores de judô, sendo oito graduados em Educação Física e oito com formação do nível médio ou acadêmica em outra área que não a Educação Física. Foram descartados os treinadores acadêmicos em Educação Física pois assumiu-se que estes sujeitos estariam em um processo de transição entre um grupo e outro e seria de difícil análise determinar a origem dos conceitos defendidas por eles.

4.3.2 Sujeitos do estudo

A seleção dos participantes no estudo de caso é determinada pela

natureza do problema da pesquisa, obrigando o pesquisador a explicitar os critérios de seleção dos sujeitos (Thomas & Nelson, 1990). O objetivo dessa intencionalidade em relação à amostra se justifica pela necessidade de incorporar na presente pesquisa sujeitos que sejam bons representantes do alto nível de desempenho de suas equipes. A escolha dos treinadores que fizeram parte deste estudo foi efetuada de acordo com a análise das suas carreiras profissionais e dos resultados desportivos obtidos.

A nossa pretensão é investigar os treinadores de sucesso que atuam na fase de formação e competição de juvenis (15, 16 e 17 anos), juniores (18 e 19 anos) e adultos de ambos os sexos na modalidade de judô no Estado do Rio Grande do Sul, e estejam relacionados entre os primeiros classificados entre os profissionais responsáveis pela entidades federadas melhores classificadas no ranking Anual da Federação Gaúcha de Judô. Como o objetivo do estudo foi o de investigar as concepções dos treinadores e depois comparar com as ações nos treinamentos optamos por entrevistar dezesseis treinadores, sendo oito formados em Educação Física e oito sem esta formação e posteriormente registrar as ações nos treinamentos de seis treinadores sendo escolhidos para esta etapa os três mais representativos de cada grupo.

Em sintonia com a linha de pesquisa de Graça (1997) e seguida por Ramos (2008), a idéia é estudar treinadores com um elevado nível de conhecimento sobre a matéria de ensino, dedicados à profissão, com experiência e preocupação com a qualidade da sua prática profissional. Para Berlinder (2000) a experiência é um elemento essencial para caracterizar um profissional *expert* ou especialista. Gilbert e Trudel (2004) reconhecem que a reputação profissional no meio desportivo onde o profissional atua é um indicador importante da qualidade de seu trabalho. Neste sentido, os treinadores selecionados para o nosso estudo cumprem critérios de reconhecida qualidade profissional no treinamento de atletas de judô.

Os indicadores de qualidade profissional foram estabelecidos através de critérios objetivos (registros, relatórios institucionais da Federação Gaúcha de Judô) e subjetivos (consulta a profissionais, dirigentes do judô, e treinadores). Os critérios adotados são citados a seguir, porém a ordem de

citação não representa alguma classificação hierárquica entre si:

- a obtenção e manutenção de bons níveis de performance das suas equipes nos últimos cinco anos (classificação em competições oficiais);

- a contribuição na formação atletas, reconhecida pelos treinadores e dirigentes;

- estar associado a um núcleo importante e tradicional de formação de atletas de judô no Rio Grande do Sul. São considerados núcleos de formação de atletas de judô os clubes ou entidades desportivas organizadas juridicamente que tenham reconhecidamente se dedicado a formação de atletas, participado de competições oficiais da Federação Gaúcha de Judô.

- possuir uma experiência de prática profissional como treinador de judô, superior a dez anos.

- disponibilidade e motivação dos treinadores para participar do estudo.

- reconhecimento da comunidade de treinadores e dirigentes a respeito do conhecimento que possui sobre o treino e as competições no Judô.

Para atender a estes critérios são descritos a seguir os procedimentos realizados para se definir os treinadores investigados:

- 1º Definir, junto aos dirigentes da Federação Gaúcha de Judô (FGJ), os principais núcleos e treinadores segundo o *Ranking* Estadual;

- 2º Identificar, com base nos relatórios da FGJ, a participação dos núcleos e treinadores em competições oficiais nos últimos cinco anos;

- 3º Contato com dirigentes do judô dos núcleos para verificar os treinadores com reconhecido conhecimento sobre o judô, sua contribuição na formação, nível de experiência e performance;

- 4º Contato com os treinadores que se enquadravam nos critérios objetivos e subjetivos de seleção, para verificar a disponibilidade e motivação para serem investigados, bem como para que indicassem e reconhecessem a reputação profissional dos treinadores entre seus pares, quanto a experiência no treino do judô e na formação, nível de desempenho das equipes, quantidade e qualidade dos atletas já formados, nível de dedicação à profissão, nível de conhecimento sobre o ensino do judô;

5º Consultar e confirmar junto a FGJ a respeito da reputação profissional dos treinadores que se pretendia pesquisar.

A constituição da amostra não obedeceu rigorosamente a métodos de amostragem formais, mas cumpriu o critério de seleção de amostras significativas para estudos de natureza qualitativa, estratégia referida como admissível em amostras desta natureza conforme Hill (2002). O objetivo dessa intencionalidade em relação à amostra se justifica pela necessidade de incorporar na presente pesquisa sujeitos que sejam bons representantes do alto nível de desempenho e, conseqüentemente, possam responder satisfatoriamente ao objetivo do estudo.

4.2.2.1 Treinadores com formação acadêmica em Educação Física

Foram investigados oito professores de judô com formação em Educação Física que exercem a função de treinador em clubes e academias do Rio Grande do Sul. A identidade dos indivíduos entrevistados para este estudo será preservada, serão utilizados nomes fictícios para os treinadores questionados. Os treinadores participantes deveriam apresentar as características relacionadas acima para serem incluídos na pesquisa. Em uma análise inicial constatamos que os treinadores são predominantemente do sexo masculino, não muito graduados, e desenvolvem outras atividades profissionais por razões financeiras.

G1 -“Roberta”, vinte e cinco anos, atualmente é coordenadora técnica da equipe de uma Universidade, formada pela ULBRA²⁴ a treinadora é faixa-preta primeiro dan. Com uma grande experiência em campeonatos municipais e estaduais possui uma sólida reputação como atleta tendo sido campeã brasileira nas classes juvenil, júnior e universitária. Ainda participa de campeonatos como atleta. Acredita que a pequena parcela, no meio dos treinadores de judô, ocupada pelas mulheres se deva a uma questão cultural. Afirmo ainda que a só consegui se afirmar no meio em virtude de ter sido uma atleta vitoriosa.

²⁴ Universidade Luterana do Brasil

G2-“Rafael”, formado pela Unisinos²⁵, treinador que possui faixa preta sexto dan, lidera a equipe de competidores de um clube tradicional da capital. Após ter encerrada a carreira competitiva dedica-se a carreira de treinador e relata que seus atletas, das classes inferiores, são constantemente assediados por clubes maiores do Rio Grande do Sul e do centro do país. Alguns de seus atletas chegaram a Seleção Brasileira em Campeonatos Mundiais e Jogos Olímpicos, mas sempre representando outros clubes. Relata que não adianta o conhecimento do treinador, mas sim a estrutura econômica do clube para manter um atleta de ponta.

G3-“Antônio”, formado pela UFRGS, comanda o maior clube do Rio Grande do Sul e um dos maiores do Brasil, seus atletas já conquistaram três títulos mundiais e uma medalha Olímpica. É faixa-preta sexto dan e é o treinador mais vitorioso da história do judô gaúcho, conceito expressado por todos os outros entrevistados neste estudo. Além de coordenar seu clube atua na FGJ como diretor técnico e já participou diversas vezes como treinador de equipes nacionais.

G4-“Marcelo”, 38 anos de idade, faixa preta segundo dan, com 26 anos de prática do judô, titulado bacharel em Educação Física pela Unisinos e com pós-graduação em Atividade Física Adaptada à Saúde e especialista em Medicina Esportiva por Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro, exerce a função de treinador em um clube da capital que se caracteriza pela atenção dada ao naipe feminino.

G5-“Fernando”, formado e pós-graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, concluiu o Mestrado em Ciências do Movimento Humano (ESEF-UFRGS) e é doutorando por uma Universidade de Málaga na Espanha, teve seu primeiro contato com o judô em 1974. Treinou em vários clubes de Porto Alegre e também participa de campeonatos como atleta master. É faixa-preta terceiro dan.

G6-“Alexandre” é o treinador mais velho de nossa amostra. Foi o professor de diversos treinadores de sucesso que participaram do estudo. Conciliou as atividades acadêmicas com o meio esportivo. Por alguns anos se

²⁵ Unisinos- Universidade do Rio dos Sinos

afastou para a conclusão do mestrado e do doutorado. Faz uma reflexão atualmente sobre a pouca remuneração dos treinadores e a “eterna”, nas suas palavras, falta de condições gerais de trabalho. Enumera a falta de patrocinadores, a falta de espaços para a divulgação e o “baixo nível intelectual dos treinadores” como fatores que dificultam o crescimento do judô. Faz uma crítica ao campo federativo e afirma que “só fica como treinador de judô, que não consegue espaço em outras áreas”.

G7-O sétimo sujeito do estudo é formado em Educação Física pela UFRGS, e foi atleta do principal clube do Rio Grande do Sul por vários anos. É faixa-preta terceiro dan e está com trinta e dois anos. Após se desligar do seu antigo clube, montou uma academia com o auxílio de um numeroso grupo de pais de alunos de suas escolinhas em colégios. Trabalha junto à FGJ nos cursos técnicos de formação de faixas-pretas. Seus atletas conquistaram vários resultados em nível nacional nos últimos dois anos. Será chamado de Mário.

G8-O oitavo treinador formado está com trinta e quatro anos e cursa atualmente um programa de pós-graduação no nível de especialização. Mantém-se há alguns anos como a quarta força no judô gaúcho. Fruto, segundo ele, de um trabalho organizado e alicerçado em conceitos científicos do treinamento desportivo. ‘Moacir’ acredita que o maior problema é adaptar o treino ao calendário da FGJ e da CBJ. Critica os dirigentes quanto a esta desorganização e também trabalha como professor de Educação Física em dois colégios particulares. Reclama do retorno financeiro e afirma que a competição dá prejuízo para a academia, mas é o que ele gosta, e não consegue se ver afastado do ambiente competitivo.

4.3.2.2 Treinadores sem formação acadêmica em Educação Física

NG1-O primeiro professor entrevistado que será chamado de “Pedro”, treina judô desde os oito anos de idade, é natural do Estado do Rio de Janeiro, chegou a nosso Estado na década de 80 antes, morou antes de aqui chegar nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, tem 59 anos de idade e portanto 51 anos de prática no judô, sua graduação é faixa preta de 4º dan

(dan) , já praticou outras artes marciais de origem japonesa, é dono da academia em que ministra suas aulas, é também professor de musculação, é casado, tem filhos e netos que moram em outra cidade, a sua esposa é licenciada em Educação Física e é sua sócia na academia, ele vê o judô mais pelo aspecto da preparação moral e filosófica, mais ligada ao modo japonês de treinamento segundo ele , sua academia é bem equipada e com espaço adequado ao treino das técnicas do judô e da musculação, sua academia esta localizada na zona norte de Porto Alegre.

NG2-O segundo professor que foi entrevistado é também do sexo masculino, tem vinte e oito anos de idade, começou a treinar judô com seis anos de idade, portanto tem vinte e dois anos de treino, é possuidor da faixa preta de segundo dan, será chamado de “João”, está em plena fase competitiva, é muito focado neste objetivo. Sua academia possui boa estrutura para os treinamentos de judô, veda valor à formação acadêmica, e é estudante do curso de Fisioterapia da ULBRA. Tem vivência em competições nacionais e internacionais e sua academia esta localizada na cidade de Canoas na região metropolitana de Porto Alegre.

NG3-O terceiro professor, do sexo masculino, será chamado de “Daniel”, tem cinquenta e oito anos de idade, é casado, tem oito filhos, é provisionado. Sua educação formal foi até o Segundo Dan e comanda o departamento de judô de um dos principais clubes sociais e esportivos do Rio Grande do Sul é detentor da faixa preta sexto dan e é natural de Porto Alegre. É um dos dois únicos treinadores que vive exclusivamente das aulas de judô.

NG4-O quarto professor que chamaremos de “Paulo” concorda com nosso segundo entrevistado dando relevância à importância do aspecto esportivo competitivo do judô, mas em razão de lesões não é mais competidor, acredita ser importante a formação acadêmica do treinador profissional de judô, que o atleta merece por parte do seu treinador uma atenção integral voltada aos objetivos esportivos, solteiro, reside em Porto Alegre, tem 31 anos de idade, tem vinte e sete anos de treinamento de judô uma vez que começou a treinar com quatro anos de idade, é bacharel em Ciências Contábeis com pós graduação em Auditoria, e é faixa-preta terceiro Dan e considera que muitos

praticantes de judô não atingem níveis de graduações hierarquicamente mais elevadas em função de políticas administrativas e financeiras das federações, pois após a promoção o registro do novo dan custa de um até quatro salários mínimos.

NG5-O quinto professor comanda o maior clube fora de Porto Alegre. Militar aposentado é o responsável por uma tradicional academia que já revelou grandes atletas. Teve que, como outros treinadores, diversificar a atividades de sua academia. Atualmente oferece aulas de *jiu-jitsu* e ginástica e musculação. Iniciou a sua carreira como atleta mais tarde do que a maioria. Teve seu primeiro contato com o judô no Exército Brasileiro e a partir deste contato procurou se aperfeiçoar rapidamente. Após sair das atividades militares fundou a sua academia em uma cidade próxima da capital e a transformou em um importante pólo do judô competitivo. Seus alunos faixa-pretas dão aula em diversos locais, mas a filiação à FGJ se dá exclusivamente pela sua academia, o que possibilita a manutenção de uma numerosa equipe.

NG6-O sexto professor, que chamaremos de Gustavo, é o responsável por uma equipe que apresentou o maior crescimento nas últimas duas temporadas. Foi atleta com diversas participações em Seleções Gaúchas. Atua ainda em várias escolinhas dentro de colégios, de onde afirma vem o seu principal rendimento financeiro. Iniciou, mas abandonou a faculdade de Educação Física. Comenta que não encontrou no ambiente acadêmico as respostas que procurava, mas tem consciência que o conhecimento científico é importante para o treinamento de seus atletas. Conta com um professor formado como auxiliar e salienta que sua maior fonte de aquisição de conhecimento foi a convivência com outros treinadores.

NG7-O sétimo treinador trabalha no interior do Rio Grande do Sul há muitos anos. Será chamado de Lineu e por alguns anos se afastou da FGJ e participou da Liga Rio-grandense de Judô. Foi um treinador que se destacou quando trabalhava na capital com a característica de trabalhar com equipes femininas. Uma atleta da sua academia representou o Brasil, na primeira participação de uma Seleção nacional no Campeonato Mundial Sênior Feminino. Atualmente reintegrado na FGJ desenvolve um importante trabalho

com a manutenção de uma equipe competitiva afastada da capital.

NG8-O oitavo sujeito investigado é mulher e também desenvolve atividade no interior. Após uma breve carreira de atleta, iniciou seu trabalho de forma voluntária em projetos sociais. Com o passar dos anos estes projetos que visavam o resgate social de crianças apresentou um viés competitivo. Alguns destes atletas apresentaram resultados expressivos. Também integrou a Liga Rio-grandense de Judô e pelo afastamento junto a Federação Gaúcha seus principais judocas estão atualmente competindo em outros Estados, principalmente Santa Catarina e São Paulo. Com o retorno à FGJ, seu trabalho começa a ser observado pelos clubes da capital. Reforça que ainda o principal objetivo é o judô como forma educacional, mas constatou que a competição teve papel fundamental tanto na manutenção de seu grupo, como foi através dos resultados competitivos que ocorreu o processo de socialização que pretendia. Seus atletas vitoriosos obtiveram oportunidades que antes não conseguiam.

4.3.3 Instrumentos e plano de coleta de dados

A natureza dos conhecimentos envolvidos tem levado os investigadores a buscar instrumentos de pesquisa que permitam penetrar mais profundamente nos aspectos subjetivos do processo de treino e obter uma descrição cada vez mais minuciosa destas situações particulares em contextos naturais. Sob esta perspectiva, tem sido oportuno o uso do método qualitativo na investigação no treino desportivo, principalmente pela diversidade de instrumentos possíveis, (RAMOS; A. GRAÇA; J. NASCIMENTO, 2008). O instrumento utilizado nesta etapa da pesquisa foi a entrevista semi estruturada, que procurou abordar os seguintes temas: formas de aquisição do conhecimento, o planejamento do treino, o treinamento físico, o treinamento técnico, o treinamento tático e a preparação psicológica

Os professores que participaram da fase de entrevistas, depois de selecionados, foram contatados primeiramente por telefone ou e-mail. Foi marcado um primeiro encontro com o objetivo de explicar o objetivo da pesquisa. Após a aceitação dos treinadores em fazer parte da investigação foi

marcado em uma local neutro, uma entrevista semi-estruturada em que foi abordada as concepções do treinador sobre o treinamento.

Com o objetivo de relacionar o conhecimento declarado dos treinadores com as suas formações, foi utilizado como instrumento de pesquisa o método do “Discurso do Sujeito Coletivo” (DSC), Lefèvre & Lefèvre (2003).

O DSC permitiu uma abordagem qualitativa acerca do conhecimento e concepções sobre o treinamento de atletas de judô. Conforme Lefèvre e Lefèvre (2003), o pensamento é algo essencialmente discursivo e só pode ser obtido numa escala coletiva a partir de perguntas abertas elaboradas para um conjunto de indivíduos de alguma forma representativos dessa coletividade e deixar que esses indivíduos se expressem livremente, ou seja, que produzam discursos. Neste sentido, a questão fechada seria insuficiente diante dessa perspectiva, pois não ensejaria a expressão de um pensamento, mas a expressão de uma adesão (forçada) a um pensamento preexistente. Podemos citar o trabalho de Massa que abordou a formação de atletas talentosos do judô brasileiro em sua tese de doutorado, utilizando este método investigativo.

Desta maneira, de acordo com discursos individuais obtidos através da técnica de entrevista estruturada, foi possível construir metodologicamente a expressão do pensamento coletivo. O pensamento coletivo precisa ser pesquisado qualitativamente, justamente por ser uma variável qualitativa e, ao contrário de variáveis quantitativas como peso, estatura etc., não é pré mas pós-construída, ou seja, não se configura como um *input*, mas como um *output* da pesquisa.

A metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) utilizada é, portanto, uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal e, no presente estudo, obtidos de depoimentos dos treinadores. Para confeccionar os DSCs, Lefèvre e Lefèvre (2003) criaram as seguintes figuras metodológicas:

a) Expressões-chave (ECH): pedaços, trechos ou transcrições literais do discurso, demarcadas pelo pesquisador (sublinhadas, iluminadas, coloridas) e que revelam a essência do depoimento ou, de forma mais precisa, do conteúdo discursivo dos segmentos em que se divide o depoimento e que,

em geral, correspondem às questões da pesquisa.

Desta maneira as ECH são a matéria-prima do DSC.

b) Idéias centrais (IC): é um nome ou expressão lingüística que revela e descreve, de forma sintética, precisa e fidedigna, o sentido de cada um dos discursos analisados e de cada conjunto homogêneo de ECH, que vai dar origem, posteriormente, ao DSC. A IC não é uma interpretação, mas uma descrição do sentido de um depoimento ou de um conjunto de depoimentos.

c) Discurso do Sujeito Coletivo (DSC): é um discurso síntese redigido na primeira pessoa do singular e composto pelas ECH que têm a mesma IC.

Desta forma, o presente estudo incorporou entrevistas semi estruturadas, que permitiram ao sujeito discorrer livremente sobre o tema proposto, limitado, entretanto, por um roteiro preestabelecido de questões que foram pontuadas durante a entrevista. Neste sentido, com respeito ao levantamento bibliográfico realizado acerca das concepções dos treinadores, foi elaborado o roteiro de entrevista do presente estudo (ANEXO I).

Os depoimentos foram gravados em fita magnética e, posteriormente, transcritos de modo a recuperar a integridade dos mesmos. A transcrição e a organização dos discursos apresentaram-se na mesma ordem em que foram realizadas as entrevistas. Os sujeitos foram identificados pela letra G para os graduados em Educação Física e NG para os não graduados, seguida do número da realização da entrevista (G1; G2; ou NG1, NG2 e assim sucessivamente até G8 e NG8). Na segunda etapa, tendo os discursos já transcritos, foram realizados os procedimentos anteriormente descritos para a formulação das ECH, IC e, conseqüentemente, do DSC.

A seguir, de posse dos DSCs, foi possível contrastar e emergir a discussão acerca dos elementos oriundos do discurso com a literatura.

Estas entrevistas, depois de transcritas foram levadas ao professores para que eles à analisassem e fizessem as complementações ou alterações que desejassem. Em um segundo momento esta entrevista revisada foi novamente levado ao professor que ficou de posse de uma cópia rubricada pelo pesquisador. A cópia final, rubricada pelo treinador entrevistado, serviu

para a confecção da redação final do trabalho em questão.

Para a segunda etapa do estudo , foram selecionados, entre os seis mais bem colocados no ranking da FGJ em 2008 e 2009, três graduados em Educação Física (G2-“Rafael”, G3-“Antônio” e G7-“Mário”) e três não graduados (NG2 “João”; NG5; NG6 “Gustavo”).

Estes treinadores foram observados e seus treinos gravados, por meio magnético, em quatro sessões de treinos consecutivas, durante os meses de junho e julho de 2009. Antes e logo após os treinamentos foram feitas pequenas entrevistas sobre os objetivos do treino daquele dia e a avaliação ao final da sessão

Ao observar a ação do treinador devemos deve-se permitir que o fenômeno se desenvolva e se apresente tal como é. A observação é a contemplação de um fenômeno, tal como efetivamente ocorre (Chizzotti ,1995). O observador não o deve alterar ou intervir, pois assim modificaria os resultados. Desde que o fenômeno seja repetido, ou possa ser repetido, em sucessivas e diferentes observações, o pesquisador passa o seu exame detalhado, quanto aos fatores que o gera, o estimula, altera ou orienta para a sua finalidade. A metodologia utilizada seguiu os procedimentos da recolha de dados utilizados por Ramos (2010), que investigou treinadores de basquetebol. No estudo anterior tínhamos recolhido informações sobre a biografia e as concepções sobre o treinamento dos sujeitos investigados, portanto, nesta etapa iríamos confrontar as concepções teóricas com as ações dos treinadores. Para realizar as observações foi necessária a utilização de uma câmera de vídeo digital e um sistema de captura de som acoplado a câmera. As imagens e sons captados nos treinos foram armazenados em microcomputador, com auxílio de um programa de edição de imagens. As intervenções verbais e as entrevistas pré e pós treino foram gravadas, transcritas e armazenadas em microcomputador com auxílio de programa para edição de texto. Documentos elaborados pelos treinadores referentes ao planejamento de ensino foram utilizados como fonte complementar de informações.

Os procedimentos de recolha dos dados ocorreram em ambiente natural dos treinos, nos dojos dos clubes e academias. Antes do início de cada treino, mantendo a rotina das atividades de treinamento, cada treinador relatava qual seria seu objetivo para aquela sessão de treinamento. As imagens dos treinos foram obtidas com a câmera numa posição o mais distante possível dos sujeitos, na tentativa de evitar interferências no ambiente natural que pudessem alterar as ações e decisões dos treinadores e alunos envolvidos na pesquisa. A câmera manteve-se fixa, focalizando o máximo possível do ambiente de treino. O foco principal do treino refere-se especificamente aos momentos de interação entre treinador e atletas e também à realização das tarefas de aprendizagem pelos alunos. Em alguns momentos a câmera foi movimentada para manter o treinador sempre dentro dos limites de focalização das imagens. Ao final do período de gravação dos treinos foi realizada a entrevista informal com cada participante do estudo, em local previamente agendado e com acesso restrito apenas ao pesquisador e participantes do estudo. Foram gravados três treinos de cada participante do estudo, em sequência, durante a mesma semana.

Os participantes do estudo foram informados a respeito dos objetivos da investigação e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, autorizando a gravação e divulgação dos resultados. Posteriormente, os dados das entrevistas e das observações realizadas foram encaminhados aos participantes do estudo para confirmarem as informações coletadas. Durante a recolha dos dados, houve a preocupação em não emitir qualquer comentário ou avaliação sobre o desempenho dos treinadores nas atividades de ensino (planejamento, as ações durante o treino e entrevista concedida), que pudesse alterar o nível de espontaneidade das manifestações pessoais de ensino dos treinadores sobre o tema.

Para testar os equipamentos e os procedimentos empregados em ambiente natural, realizou-se um estudo preliminar com um treinador em condições semelhantes aos sujeitos do estudo, onde foram gravadas 3 (três) treinos, utilizando-se os mesmos procedimentos do estudo principal. Na análise dos dados utilizou-se a estratégia da triangulação de três principais fontes de

informação. Enquanto que a observação sistemática dos treinos constituiu a principal fonte para identificar os conteúdos de ensino e a estrutura didática dos treinadores, os dados das entrevistas foram empregados prioritariamente para identificar os propósitos de ensino e as fontes de conhecimento. O planejamento escrito dos treinos complementou as informações. Todos os dados das três fontes foram constantemente confrontados e interpretados com o propósito de identificar pontos comuns ou divergentes, que pudessem caracterizar os conhecimentos utilizados pelos treinadores para planejar e atingir os objetivos de cada sessão. Além da triangulação foram empregados os procedimentos de checagem pelos participantes e questionamento pelos pares (Alves, 2002; Alves-Mazzontti & Gewandsznajder, 2004; Molina Neto & Trivinos, 1999; Yin, 2001) para assegurar a validade descritiva e interpretativa dos dados.

Os treinos foram observados e anotados seguindo uma planilha de acompanhamento. Nesta planilha foram registradas todas as instruções do treinador. Separados em cerimonial de início, aquecimento, trabalho técnico, tático, *randoni*²⁶, volta à calma e cerimonial de encerramento.

4.4 Apresentação dos Resultados

4.4.1 Concepções sobre o treinamento

O discurso dos treinadores analisados pelo estudo foi dividido em cinco dimensões que procuraram abordar as concepções sobre os seguintes temas: formas de aquisição do conhecimento, preparação física, preparação técnica, preparação tática e a preparação psicológica. O *corpus* de fala é constituído por entrevistas individuais com 16 faixas pretas com as devidas classificações no judô do Estado do Rio Grande do Sul, sendo oito formados em Educação Física e oito não formados.

4.4.1.1 Concepções sobre a forma de aquisição de conhecimento

O trabalho com treinadores experientes e a própria experiência são os fatores mais valorizados, concordando com trabalhos anteriores sobre o tema confirmando Grossman (1990).

Para os treinadores observados o que legitima a autoridade são, principalmente, os resultados competitivos obtidos pelos seus atletas ou eles próprios durante as suas carreiras. Não excluem a possibilidade de ser treinador quem não teve experiências como competidor, mas este ponto é muito valorizado sobremaneira na fase inicial da carreira, quando os resultados como treinador ainda não foram obtidos.

O que falaram os formados em Educação Física sobre formas de aquisição de conhecimentos

É claro que nós, na qualidade de sujeito coletivo do discurso dos professores formados em Educação Física, procuramos valorizar a graduação acadêmica como componente importante na aquisição de conhecimentos para o planejamento do treino. Esta nossa avaliação é bem ilustrada no discurso de G7, mas também presente nos outros depoentes tais como G3, G4 e G6

“Uma delas que é muito importante é a graduação, a formação em Educação Física, por que na faculdade o treinador aprende a prescrever o treino, estuda a capacidade fisiológica e psicológica do ser humano, e tudo isso tem que ser levado em conta na hora do treinamento. Os resultados serão melhores para um treinador formado”. (Entrevista de pesquisa com professor formado-G7).

Mesmo valorizando a faculdade, não abrimos mão da experiência prática. Entendemos que, desta forma, procuramos também valorizar a **história de vida**, pois somos um coletivo de treinadores com uma carreira esportiva. Ou seja, a formação adequada é aquela “*que eu fiz*”. Não somos pois um grupo de acadêmicos “puros” contraposto a um outro lado de práticos. Comparando-nos com o outro grupo, podemos apontar as principais características distintivas: ele conta somente com a prática e nós contamos com a prática e a experiência acadêmica. Em outras modalidades é comum encontrarmos treinadores que nunca tenham sido atletas, e tenham como

forma de aquisição a abordagem teórica e da observação. No nosso caso, isso não ocorreu, somos 100% faixas-pretas e tivemos que participar de competições e provas práticas durante as nossas formações. Desta maneira valorizamos plenamente as experiências passadas nos tatames, pois são a base das nossas carreiras.

Um dos nossos membros sintetiza bem o nosso pensamento sobre este assunto:

“O treinador tem que ter vivência do esporte e do treinamento. Na verdade a formação na faculdade mais a formação de faixa preta no judô, os dois caminham juntos. Isso é muito importante na vida do treinador”. (Entrevista de pesquisa com professor formado- G4).

A valorização do conhecimento científico (saber a relação de causa e efeito para as ações) foi manifestada algumas vezes por alguns de nós, acompanhada também pelo respeito ao argumento da autoridade, representado pela figura do *Sensei*. Podemos exemplificar com a transcrição da fala de G1, abaixo:

“Eu aprendi a ser treinador com meu Sensei. A faculdade me ajudou bastante também. Meu professor é formado, tem mestrado e está fazendo o doutorado, por isso aprendi muito com ele. Muita coisa que ele fazia conosco eu fui entender durante a faculdade. Se não tivesse feito eu iria copiar por que deu certo para mim, só por isso. Agora eu sei o porquê”. (Entrevista de pesquisa com professor formado-G1).

Para introduzir outro argumento de valorização da graduação acadêmica referimos o discurso individual de um treinador formado com pós-graduação que justificativa a necessidade da formação em detrimento de apenas a experiência pessoal:

“Eu só posso passar minha pela experiência obviamente o que eu vivi no tatame, e embora eu ache que vivi bastante, eu não vivi tudo. Por isso é importante eu estudar, ou é muita pretensão minha. Só o que eu passei é que é bom...não penso assim. Quem age assim não pensa no seu aluno, é muita vaidade achar que sabe tudo”. (Entrevista de pesquisa com professor formado-G1).

Em suma, nós acreditamos que a formação teórica não é suficiente para suprir todas as necessidades que a prática profissional exige. Apesar de sermos portadores de diploma superior em Educação Física, queremos salientar que muito do que usamos nos nossos treinos foi aprendido durante os anos de prática. Este ponto, os anos passados no meio específico do judô, foi para nós a principal fonte de conhecimento, reforçando a questão da escola de ofício, onde o mestre formava o aprendiz, conforme afirmou Drigo, (2007).

Reiteramos aqui como **Idéias Centrais** dos depoimentos que perfazem o nosso discurso coletivo que valorizamos a formação universitária, mas não defendemos que ela seja suficiente. Para nós, as experiências vividas nos tatames e a observação do trabalho de treinadores de sucesso constituem a base indispensável da nossa formação.

O que falaram os não formados em Educação Física sobre formas de aquisição de conhecimentos

Nós que não passamos pela faculdade de Educação Física temos um discurso em defesa de nossas trajetórias. Entre nós estão alguns dos mais graduados no judô e mais velhos. Esta geração, até pela falta de lei específica que regulamentasse a área anteriormente à 1998, não sentiu necessidade legal de procurar a formação acadêmica. Entendemos que o judô é aprendido no tatame, e a melhor forma de adquirir conhecimentos é através das experiências passadas nos treinos. A nossa crença é de que quem não treinou muito não poderá ser um bom treinador. Podemos observar este aspecto no fragmento da entrevista de um dos nossos professores mais graduado em atividade no Estado:

"Eu sei que existem vários estudos sobre o judô, mas de verdade eu duvido que sirva para alguma coisa. Cada aluno teu é diferente. Tem aluno meu que hoje é formado em Educação Física que as vezes me traz algumas coisas para ler. Mas aí eu pergunto...o que me adianta um estudo feito com um chinês ou americano. Tu tens que conhecer cada um dos teus alunos [...] só quem da treino todos os dias conhece o atleta [...] estes professores de laboratório não sabem de verdade o

que se passa no tatame. Eu sei que parece ignorância mas é isso que no fundo eu acho". (Entrevista de pesquisa com professor não formado-NG7).

Para nós, o conhecimento vem, basicamente, do que passamos enquanto atletas e o que experimentamos como treinadores.

A fala de um de nós, abaixo, resume um pensamento que tem um **fundo científico**, na medida em que valoriza a experimentação - todos os métodos de treinamento precisam ser testados. É certo que podemos não saber os fundamentos, mas o resultado serve de prova para justificar a validade dos meios que aplicamos.

"A minha formação como treinador foi feita na prática, o que eu uso nos meus treinos é o que eu tenho confiança que vai dar certo. Não adianta tentar usar alguma coisa que você leu ou alguém te contou. Eu até acho que pode estar certo, mas só vamos saber ser da certo na prática. Eu tenho atletas campeões, não posso estar de todo errado, não é?" (Entrevista de pesquisa com professor não formado-NG4).

Entendemos que não se admite a interferência de pessoas que não tenham representatividade no meio. Para nós a formação em Educação Física, por si só, não credencia o professor a opinar sobre o judô. Podemos resumir estas idéias com a citação abaixo:

"Tem muita gente que pensa que entende, é pai, dirigente, professor de Educação Física. Pessoas que estão chegando agora e querem discutir de igual para igual contigo que tem vinte e cinco, trinta anos de judô. Eu aprendi aqui, em cima do tatame, no frio no calor, não importava... tinha treino. Agora eles vêem um pouquinho na televisão, lêem uns livrinhos e pensam que entendem. É dose, eu não agüento!" (Entrevista de pesquisa com professor não formado -NG3).

É nossa convicção que a aquisição do conhecimento se faz através da experiência prática ao longo dos anos, quer como atleta ou treinador. Esta convicção está situada no núcleo das **Idéias Centrais** do nosso discurso coletivo. Em conclusão, seguimos um modelo de treino que foi aprendido na prática e que repetimos, por, em algum momento, ter dado um bom resultado competitivo. Para nós, o resultado nas competições é que confirma os métodos de treinamento ou não.. O que deu resultado é mantido, independente do mérito ou bases científicas do método utilizado. Valorizamos, portanto, as

tradições baseadas no sucesso alcançado em competições.

4.4.1.2 Concepções sobre a preparação física

Resumidamente a literatura versa que o desempenho no judô de alto rendimento depende de um elevado nível técnico-tático, tendo como suporte físico a capacidade aeróbia, potência e capacidade anaeróbias, força e flexibilidade (Little, 1991). Quanto ao metabolismo energético, o judoca precisa ter um bom sistema glicolítico de produção de energia e capacidade aeróbia adequada para manter um bom desempenho durante o período da luta (Thomas, Cox, Legal, Verde & Smith, 1989). Neste sentido, conforme Taylor e Brassard (1981), a grande necessidade de produção de energia a partir da via glicolítica tem sido demonstrada pelas altas concentrações de lactato sangüíneo verificadas em judocas, sobretudo nos estudos que analisaram as concentrações de lactato sangüíneo durante a luta propriamente dita (Franchini, Takito, Lima, Haddad, Kiss, Regazzini & Böhme, 1998). Contudo, uma taxa excessiva de lactato implica em prejuízo para o desempenho esportivo do judoca, uma vez que o mesmo está relacionado à fadiga e conseqüente interrupção da atividade (Mcardle, Katch & Katch, 1991), podendo, portanto, determinar a vitória ou a derrota em competições (CAVAZANI,1991).

Um ponto a salientar foi a dificuldade para a definição e diferenciação entre velocidade, força e resistência e explicitar qual destas valências estava sendo a exigida em determinadas ações durante o treino físico comandado pelos treinadores. Dentro da literatura específica sobre avaliação no judô, é possível observar a seguinte particularidade: ao longo da história, os trabalhos se detinham em observações do desempenho em testes gerais, tanto na capacidade aeróbia (Demeersman; Ruhling, 1977; Taylor; Brassard, 1981; Tumilty et al., 1986; Sikorski et al., 1987; Thomas et al., 1989; Little, 1991; Callister et al., 1991; Borkowski et al., 2001), como na anaeróbia (Bar-Or, 1987).

Nesse panorama, destaca-se o único método existente validado para o controle de treinamento em judô, oriundo dos estudos conduzidos por

Sterkowicz (1995) apud Franchini (2001). Porém, considerando-se os referenciais teóricos, existem certos pontos que fogem à especificidade do desporto, como deslocamentos em forma de corrida, não condizentes com o observado na modalidade. Tais aspectos são tratados com grande ênfase pelos cientistas do desporto, como Kuznetsov (1986), Verkhoshansky (2002), Matveev (1980), Bompa (1999) e Zatsiorsky (1999), procurando levar o Princípio da Especificidade como um dos pontos fundamentais na estruturação de elementos que possam ser válidos na avaliação e prescrição do treinamento de atletas de alto nível.

que falaram os formados em Educação Física sobre a preparação física.

A evolução do treinamento físico se deu em função da possibilidade de contar com a dedicação de mais horas de treino do atleta. Relacionamos, por isso, os novos métodos de treino com um período recente da profissionalização do atleta. Quer seja por programas governamentais como Bolsa Atleta²⁷ ou a melhoria dos níveis de patrocínio, hoje os atletas podem ficar mais horas por dia dedicados aos treinamentos.

Para nós, o treino físico é importante, mas não deve se sobrepor ao treino específico de kimono. Fazemos críticas quanto à estrutura das equipes, que possuem atletas de diversas idades e, portanto calendários diferentes.

“Antigamente não existia, ou melhor, só alguns faziam, preparação física fora da hora do treino. Se treinava só três vezes por semana, então o treino de kimono também era treino físico. A ginástica era quase metade do treino. Hoje não, o treino é técnico e tático, o treino físico é feito fora desse horário. Aqui no clube é principalmente musculação e pista de atletismo. Eu tentei trabalhar na piscina mas não deu muito resultado”. (Entrevista de pesquisa com professor formado-G5).

No nosso discurso transparece a idéia do conhecimento da periodização, ainda que não consigamos implantá-la na sua totalidade em

²⁷ Programa de incentivo do Governo Federal do Brasil que distribui bolsas de R\$300,00 até R\$25000,00 mensais entre atletas a partir de quatorze anos.

decorrência da variedade de classes que treinamos no mesmo horário.

Em nosso entender, há momentos em que os princípios científicos do treinamento desportivo não se conseguem colocar em prática nos nossos treinos por falta de condições estruturais. Claro que com isso, pode ficar em aberto da validade de possuir o conhecimento e não aplicá-lo. Ou seja, se nós treinadores formados, detentores deste conhecimento, não colocamos os princípios em prática qual é o nível de confiança deste conhecimento? Apesar da nossa formação em Educação Física, continuamos convictos quanto à não observação de determinado princípio científico do treinamento desportivo, porque temos para nós que **“no judô isso é diferente”**. Por isso, embora conheçamos a literatura científica e a defendamos no discurso, na prática ainda não vamos ao ponto de ir contra as formas tradicionais do treinamento.

Se nos indagarem se aplicamos na prática tudo o que planejamos, somos obrigados a reconhecer que não, porque não podemos iludir as dificuldades operacionais ou a falta de estrutura de nossos clubes ou academias. Por termos equipes amadoras e por nós mesmos termos outros afazeres profissionais, a falta de tempo é um fator limitante para implementar o que acreditamos ser o ideal. Entre as ações que gostaríamos de fazer, mas não conseguimos implementar podemos referir os testes de avaliação, re-testes, controle de peso pré competição e principalmente aspectos da periodização do treinamento.

Apenas em dois casos podemos contar com um auxiliar para a preparação física. Nos outros seis casos procuramos acompanhar pessoalmente estes trabalhos, mas não podemos fazer como gostaríamos e que na realidade de nossos treinos a preparação é feita durante o treino técnico à noite. A contratação de um preparador físico está diretamente ligada as condições econômicas do clube. A fala a seguir resume este ponto:

“Agora, com este novo patrocínio, eu consegui ter um preparador físico específico para a equipe. Isso é para quem treina mais de dez sessões por semana que é, na minha opinião, o mínimo para uma atleta de alto nível ou que quer ser. No judô de hoje a condição física é determinante. O princípio científico do treinamento desportivo que eu mais me preocupo é da especificidade. Não quero atleta campeão de

testes físicos, quero campeão de judô". (Entrevista de pesquisa com professor não formado-G6).

Num olhar externo ao grupo, não podemos concluir se o motivo é a falta de estrutura, de um meio ainda amador, ou a falta de convicção nos aspectos teóricos do treinamento desportivo que faz com que os treinadores não consigam colocar em prática os métodos de treino que gostariam. Encontramos então uma manutenção de métodos antigos de treinamento físico, ou por desconhecimento ou por apego as tradições. Podemos intuir que não se sentem ainda pressionados em adquirir novos conhecimentos ou se atualizarem, pois não acreditam ter condições estruturais para implementar novos métodos. O Brasil, segundo Silva (2005, p.58), "por ser um país continental, com uma variedade genética exuberante, merece estudos aprofundados". Ainda segundo o mesmo autor, o senso comum ainda tem muita força no desporto brasileiro, no entanto, o Ministério dos Esportes tem desenvolvido programas junto às universidades brasileiras, conhecidos como Rede CENESP: Brasília (UnB); Minas Gerais (UFMG); Paraná (UEL); Pernambuco (UPE); **Rio Grande do Sul (UFRGS, UFSM)**; Santa Catarina (UDESC); e São Paulo (USP, UNIFESP).

As **Idéias Centrais** do estudo do discurso dos professores formados é que o judô atual é dependente do aspecto físico, sendo assim é necessário que o treinamento físico seja complementado fora do treino de kimono e que eles não conseguem colocar em prática tudo que estudaram sobre o assunto.

O que falaram os não formados em Educação Física sobre a preparação física

Quem se der ao trabalho de analisar as nossas falas acerca do nosso conhecimento sobre a preparação física fica a saber que não encontrará qualquer fundamentação teórica. Encontrará, quando muito, argumentos muito gerais e vagos, que até podem ser formulados em termos retóricos, que até podem ser rebuscados. Neste domínio, tentamos copiar os métodos de treino que deram sucesso em um determinado cenário. Estratégias de treino que deram certo passam por cima de qualquer estudo teórico mais elaborado. Não

nos peçam para levar em conta as bases científicas do treinamento desportivo, ficámo-nos pela fase empírica, pela busca das soluções através da tentativa e erro, das receitas, da força do senso comum e da preservação das tradições. O nosso argumento é de que “se este tipo de treino deu certo uma vez, dará certo novamente com o meu atleta”.

Escapa-nos, por isso, a evolução da ciência do treinamento, (individualidade biológica, especificidade, volume *versus* intensidade e outros princípios). Atemo-nos ao que funciona na prática, temos relutância em ir contra as opiniões aceitas pelo grupo. Portanto as nossas ações se explicam através de crenças e intenções oriundas da tradição e do que é validado pelo crivo da prática. As novidades e aprimoramentos são introduzidos pelos detentores do capital social, que no judô é acumulado sobretudo pela obtenção de títulos competitivos. As mudanças ocorrem através das inovações implantadas pelos vitoriosos. Não se avalia o mérito científico, mas sim o estágio do status social específico do indivíduo, no meio do judô, e se o ponto específico foi usado em uma campanha esportiva de sucesso.

Para nós, a preparação física é a base do sucesso no judô atual. Acreditamos que o ápice da forma física só se alcança pelo sofrimento, e que a individualidade biológica é um fator predominante. Não nos arrogamos desconhecimentos teóricos aprofundados, mas no nosso discurso reportamos algumas informações sobre o tema, conforme podemos ver abaixo:

“Eu já vi de tudo. Tem atleta que é vagabundo para treinar, mas na hora que precisa e tem “gás”. Eu faço um treino forte mas isso de periodização eu não tenho, ou melhor, não tem como fazer, porque eu tenho juvenil, junior e sênior, sênior eu tenho poucos, mas tenho. O calendário é diferente então não tem como fazer um treino para cada grupo. Claro que uma ou duas semanas antes eu “puxo”²⁸ mais quem vai competir”. (Entrevista de pesquisa com professor não formado-NG3).

Não somos defensores de métodos auxiliares para o treinamento físico. Defendemos que o treino de judogi no tatame é a principal maneira de treinamento.

²⁸ Expressão coloquial usada no sentido de exigir mais.

“O treino forte tem que ser de kimono, resto é complemento. O treino tem que ser forte o ano inteiro. Sempre foi assim comigo e os melhores resultados aconteceram assim[...] nunca vi ter resultado que não treina forte. É lutador de judô, não é corredor nem halterofilista. Isso de ir para a pista ou sala de musculação é só para ajudar um pouco”. (Entrevista de pesquisa com professor não formado NG5).

Como **Idéias Centrais** partilhadas por nós salientamos as seguintes: o treino sempre tem que levar à fadiga para ser bom, acreditam que deve ser feito em conjunto com o treino técnico de kimono. Os treinamentos auxiliares mais citados no nosso discurso são as corridas e musculação, mas não são orientados por nós.

Posicionados externamente em relação a esta visão, podemos concluir que a cópia de modelos que deram resultados anteriormente formam a base conceitual destes treinadores. Como o resultado alcançado recomenda o método, as mudanças no treinamento físico sofreram modificações em decorrência de bons resultados alcançados. Fato que também influencia os professores formados que ainda repetem um modelo de treino relacionado com um bom resultado competitivo. O treinamento de modo geral é reproduzido pelos treinadores. A base científica destes métodos não é discutida. A questão interessante é que não podemos avaliar o método pelo desconhecimento científico de quem o utiliza. O problema encontrado na análise dos depoimentos não está na utilização de métodos tradicionais, mas sim no controle de carga. A interdependência de volume e intensidade feita pelos professores não graduados seguia um modelo que em determinada circunstância tinha dado bons resultados. Este modelo de sucesso servia de base para o restante da carreira do treinador. A adequação da carga é portanto feita pela *sensibilidade* do treinador e não por aspectos científicos que auxiliam a quantificação do trabalho.

4.4.1.3 Concepções sobre a preparação técnica

A competição de alto rendimento requer do judoca uma elevada exigência tática e técnica (Franchini, 2006). Nesse sentido, ao considerar a assimilação da técnica desportiva, Matvéiev (1990) explica tal processo como

sendo a aprendizagem das leis biomecânicas do movimento, conducentes à assimilação, pela prática, dos correspondentes hábitos motores, até que estes expressem o mais elevado nível de aperfeiçoamento, tanto quanto, humanamente, seja possível. Já Dantas (2003), por sua vez, define técnica, nos seguintes termos: "É o conjunto de procedimentos e conhecimentos capazes de propiciar a execução de uma atividade específica, de complexidade variável, com o mínimo de desgaste e o máximo de sucesso" (p.32). Uma das competências fundamentais do treinador reside na sua capacidade em diagnosticar o grau de correção da execução dos seus atletas. Um modelo detalhado do conhecimento do aluno, incluindo os seus erros, é, segundo Brown e Burton (1978), um pré-requisito para o sucesso da correção,.

Segundo Robert (1967), o judoca deverá repetir exaustivamente as técnicas de projeção. O *tokui-waza* (técnica de preferência) é o movimento do judoca particularmente estudado e repetido milhares de vezes no *uchi-komi* (repetição do movimento). O *tokui-waza* é, em geral, uma técnica particularmente conveniente à morfologia do judoca, sendo, muitas vezes, adaptada ao seu caso pessoal. Ainda segundo Moskotova (1998):

"acredita-se que haja muitas crianças e adolescentes desprovidos da herança genética que são submetidas a árduos treinamentos, esperando-se que atinjam um grande desempenho, e quando percebe-se que seu futuro esportivo não é tão promissor já se passaram alguns anos onde perdeu-se muito tempo e trabalho tentando realizar o impossível, além de possíveis prejuízos de ordem física e psicológica que o treinamento sistematizado e intensivo pode trazer àqueles que não possuem o menor potencial para se tornarem grandes atletas". (Moskotova, 1998, pag 78):

Não encontramos durante a pesquisa elementos no discurso que pudessemos diferenciar os treinadores formados em Educação Física dos não formados, ou dos mais graduados em judô dos menos graduados. Os relatos são coincidentes, no que diz respeito aos métodos de treinamento técnico. Está baseado em repetições de movimentos específicos com cooperação ou oposição do colega de treino. Encontramos pequenas variações quando versaram sobre o número de repetições ou a movimentação dos atletas. Estas

diferenças não estavam ligadas a formação acadêmica ou a graduação específica do judô.

O que falaram os formados em Educação Física sobre a preparação técnica

O tópico da preparação técnica observado pode ser considerado uma questão controversa entre nós. Alguns de nós, como Marcelo e Fernando (professores formados G4 e G5) declararam que a diferença entre os treinadores estava em saber observar e corrigir, portanto, centrando no treinador o papel de orientar e ser agente da evolução técnica. Já outros de nós, a semelhança de alguns treinadores não formados estão mais convencidos de que é o atleta talentoso que faz a diferença. Para Barbanti (1996), os indivíduos devem ser considerados talentosos quando apresentarem uma aptidão geral elevada para que a aprendizagem seja otimizada, pois são as capacidades motoras que favorecem o desenvolvimento das habilidades motoras.

“Treinador bom é aquele que faz o atleta treinar. Pode parecer óbvio, mas não é fácil fazer o atleta treinar, hoje eu gasto mais tempo tentando arrumar patrocínio, ver médico arrumar bolsa em faculdade [...]. E pra que tudo isso, para fazer o atleta treinar. Quem achar que é só preparar o treino em si não vai chegar à lugar nenhum. Muitos estão comigo hoje por sabem que eu visto mesmo a camiseta. Chega numa hora que eu não tenho muito que falar para um cara que já foi campeão mundial, eu preciso dar condições pra ele [...]. O que eu tinha que fazer eu já fiz quando ele era juvenil, junior, sabe... lá no início.” (Entrevista de pesquisa com professor formado-G4).

Este argumento é interessante para analisarmos, pois ele retira do treinador o peso de ser o único agente da transformação, mas valoriza a ação de prospectar e dar condições ideais de treino para quem, na visão do treinador, poderá se transformar em um atleta de exceção.

As **Idéias Centrais** sobre a preparação técnica, para nós, treinadores formados, podem ser resumidas da seguinte forma: o professor tem responsabilidade no processo de evolução técnica, porém o treinador depende de alunos talentosos, e a experiência prática no judô é mais

importante que o caminho universitário.

O que falaram os não formados em Educação Física sobre a preparação técnica

Nós, professores não formados, também nos dividimos quanto à questão de saber se treinamento técnico está mais ligado ao atleta ou ao treinador, embora as particularidades do atleta recebam mais primazia da nossa parte, conforme podemos observar no fragmento do depoimento abaixo:

“Me parece que depende mais do atleta. Tem uns que a gente explica e ele sai fazendo; ou tu corrige e ele entende o que é pra fazer. Outros, a gente fala, fala e ele não entende. No mesmo treino, um entende e outro não, com as mesmas explicações, com o mesmo técnico...e aí? É culpa do técnico? Acho que não!” (Entrevista de pesquisa com professor não formado-NG5).

Desta forma, falamos principalmente dos atletas confirmados, com quem o processo de treinamento técnico é feito por pequenos progressos, visto que estes competidores já carregam uma bagagem psicomotora, fruto de anos de prática.

Na fala de um de nós podemos resumir a idéia que acreditamos ser compartilhada por todos os treinadores, independentemente de suas formações.

*“Essa eu sempre passo para meu alunos, foi o Sensei Makakeba²⁹ que me falou. Se tu tens um cascalho na mão não tem como virar um diamante, uma pedra preciosa. Tu tens que ter um diamante e isso é raro. **Um mau técnico pode estragar um diamante**, mas por mais que tu faças, por melhor que seja teu trabalho, não tem como transformar um cascalho em um diamante. Eu falo sempre pra eles”. (Entrevista de pesquisa com professor não formado-NG2).*

Apesar disso, também há entre nós relatos de treinadores que acreditam que o aprimoramento técnico se dá pela ação do professor durante o treino, e que este faz a diferença..

²⁹ Professor de vários atletas entre eles o campeão medalhista Olímpico em 2000 e campeão Mundial 2007 Thiago Camilo

“Eu penso que a minha função é proporcionar a evolução técnica. Sei que alguns têm mais dificuldades e outros menos. Mas eu não abro mão de procurar “arrumar” aluno por aluno. Pode demorar, mas eu acho que consigo. Se não for assim, eu não vejo função para o treinador”. (Entrevista de pesquisa com professor não formado-NG8).

Analisando os discursos, não encontramos uma polarização entre o dos treinadores formados e o nosso, como também não distinguimos entre os mais ou menos graduados no judô.

Como **Idéias Centrais** em relação à preparação técnica, nós, treinadores não formados em Educação Física, , , sustentamos o seguinte: o professor tem responsabilidade no processo de evolução técnica, porém o treinador depende de alunos talentosos, e a experiência prática no judô é mais importante que os conhecimentos adquiridos no ambiente acadêmico.

4.4.1.4 Concepções sobre a preparação tática

A prepatração tática surge como a função mais importante do treinador para os membros dos dois grupos. Acreditam que é nesse quesito que os treinadores de sucesso se diferenciam dos demais. Todos os treinadores, envolvidos nesta pesquisa, se consideraram conhecedores dos aspectos táticos das lutas. Foi também consensual entre os entrevistados que esta parte, tão decisiva para o sucesso do treinador, se aprende na vivência prática e na observação da atuação de treinadores experientes e bem sucedidos.

No judô, um dos primeiros estudos sobre a técnica e tática da luta foi elaborado no Japão e publicado no Bulletin of the Association for the Scientific Studies on Judo, Kodokan (MATSUMOTO et al., 1978). Nesse estudo, os Campeonatos Japoneses (All Japan Judo Championship Tournament) de 1970 e 1971 foram analisados com o objetivo de determinar as técnicas mais empregadas e os locais de execução dessas técnicas.

Merece destaque o trabalho desenvolvido na Alemanha (HEINISCH, 1997). São registrados dados referentes aos países, categorias de peso e atletas individuais no que diz respeito à duração dos combates, resultados, classificação, penalidade, técnicas de ataque utilizadas em pé e no solo,

técnicas de ataque de maior eficácia, combinação de técnicas mais eficazes, contragolpes mais eficazes, iniciativa do atleta, características tipológicas e posicionamento, pegada e padrões de deslocamento. Esses dados são coletados continuamente e alimentam um banco de informações. No período entre os Jogos Olímpicos de 1988 em Seul e o Campeonato Europeu de 1995, esse banco de dados continha gravações de 2.768 lutas de 1.728 atletas de várias partes do mundo, perfazendo 450 horas de combate, além de fichas com resumos das ações de cada um desses atletas. Com essas informações, a orientação da tática a ser empregada pelo atleta ao enfrentar determinado adversário pode passar a ser mais fundamentada. Com base nessas observações, pode-se notar que o número de investigações sobre judocas de alto nível é pequeno e pouca informação existe sobre o que diferencia as ações técnicas entre as categorias ou entre os gêneros quanto ao aspecto técnico e tático.

Nenhum dos professores graduados incluiu a formação acadêmica como fator relevante na **construção deste conhecimento específico**. Alguns treinadores citaram estudos sobre formas de registrar as técnicas de uma luta. Afirmaram que estes sistemas de *Scalt* são uma importante ferramenta para o estudo tático, porém nenhum afirmou ter usado algum tipo sistemático de controle das lutas. Sobre isso declararam que o importante é saber o que fazer com essas informações, e que isso só se aprende na prática. O treinamento tático deverá ser precedido pelo treinamento técnico, para o atleta ter condições de poder executar as ações motoras recomendadas pela análise tática. Weineck (1999) complementa este conceito quando afirma que "em modalidades esportivas em que a tática está intimamente relacionada com o desempenho, como é o caso de jogos e lutas, uma instrução tática regular deve ser iniciada juntamente com o treinamento" (p.584).

O que falaram os formados em Educação Física sobre a preparação tática

Nós, professores formados em educação física, distinguimos a nossa intervenção no domínio da tática entre o papel exercido no treino e durante a competição. Fazemos uma diferenciação entre o treinamento diário e

a função exercida na cadeira, durante a competição no momento da luta. Nos treinos cotidianos se faz necessária a instrumentalização para o atleta ter condições de enfrentar adversários de diversas características (destro, canhoto, mais alto, mais baixo... etc.) e durante as lutas temos que observar também as orientações do outro treinador. Na nossa perspectiva, são dois papéis diferentes e os profissionais podem não demonstrar as mesmas capacidades nas duas funções.

Ainda que entendamos que o ambiente acadêmico tenha influenciado a organização do treino, importa salientar que a execução da função de técnico de cadeira é desenvolvida exclusivamente na prática durante as competições, e que a nossa experiência como atletas foi a mais relevante para aprimorar esta função. Nenhum de nós apresentou um modelo teórico elaborado para fundamentar nossas orientações táticas. As instruções neste domínio provêm da sensibilidade particular de cada um.

“Eles têm que acreditar em você. Isso acontece apenas quando teus atletas notam que as decisões e as recomendações feitas pelo treinador dão resultado [...]; vamos combinar que não dá pra acreditar em um técnico que nunca ganhou nada. Se não ganhou nada como é que vai dar certo agora? O atleta pensa assim, bem no fundo ele pensa assim [...] já se ele sabe que você já teve atletas campeões ele acredita sem pensar”. (Entrevista de pesquisa com professor não formado-G1).

“Não adianta achar que vai ser diferente. Esporte de competição a moeda de troca é o resultado, vale a medalha. Não ganhou, “vai chorar no cantinho”. Ninguém que ouvir que o trabalho foi bom, que o atleta lutou bem ou foi culpa do árbitro, não adianta. O que vale é a medalha no peito. A medalha te dá moral para falar o que quiser depois. E os outros vão ter que te escutar”. (Entrevista de pesquisa com professor formado-G4).

“Antônio” que é considerado o treinador mais vitorioso e com atletas que já conquistaram medalhas Olímpicas e Campeonatos Mundiais Sênior resume este ponto da seguinte maneira:

“A parte tática é a que sempre tu vai poder exercer. A técnica, a física tem que ter treinado antes. Eu não consigo fazer o “cara” melhorar na hora, ele tem que ter treinado. A tática de luta não, é a hora do treinador “pegar” tudo que o atleta dele tem, comparar com o adversário e dizer pra ele: Você vai lutar assim, por isso, por isso e por isso”. (Entrevista

de pesquisa com professor formado-G3).

É exemplar também do nosso pensamento, seguindo com a fala de Antônio, quando nos diz que após certo estágio alcançado por alguns atletas, não se tem muito mais o que falar sobre questões técnicas. Mas, para ele como para nós, os aspectos táticos sempre necessitarão sempre do aconselhamento do treinador.

"Hoje eu falo que para alguns atletas meus que chegaram em um estágio, campeões mundiais, atletas de seleção que viajaram e competiram no mundo todo, não tem mais o que falar de técnica. Más de tática vai sempre ter. Cada luta é única e ele vai precisar de alguém que ele confie para olhar de fora e dar uma orientação". (Entrevista de pesquisa com professor formado-G3).

Como **Idéias Centrais** do nosso discurso coletivo podemos destacar a diferença do papel do treinamento diário e das orientações durante as lutas; a inexistência de uma fundamentação ou modelo teórico para as orientações táticas; a crença deque este conhecimento só se adquire nos anos passados nos tatames como atleta ou treinador e de que o conhecimento advindo do meio acadêmico é secundário, no que respeita ao domínio da tática.

O que falaram os não formados em Educação Física sobre a preparação tática

Nós, treinadores não formados, temos como diferencial em relação aos formados em Educação Física a quase exclusividade das informações recebidas pela prática. Embora alguns de nós tenham outras formações acadêmicas, o acesso aos aspectos diários do treino foram obtidos preferencialmente durante os anos de treino e as experiências que tivemos como atleta ou técnico. A questão tática é definida por nós como uma *expertise* do treinador. Para nós, isso representa a capacidade de traçar a melhor estratégia para cada combate. Acreditamos que o sucesso dos atletas está diretamente ligado a capacidade do treinador de observar e detectar qual o melhor caminho. Porém pensamos que a vitória ou a derrota na competição podem esconder erros ou acertos na orientação tática.

“Só tem um critério, o resultado. Ninguém vai dizer que teu trabalho foi bom se o resultado não apareceu, e as vezes, o resultado aparece de onde tu não esperava. Isso te dá condições de ir um pouco mais longe. O bom resultado motiva o grupo todo e faz o atleta confiar mais em ti e nele mesmo, não é?” (Entrevista de pesquisa com professor não formado-NG1).

A preparação tática, do nosso ponto de vista, tem dois momentos distintos. A preparação de diversas estratégia treinadas durante a semana e o acerto da escolha tática correta durante a competição.

“Eu faço isso sempre. Tem que saber lutar com canhoto, com destro, com alto, com baixo. Saber se aproveitar da condição física ou da falta dela, não é? Eu procuro treinar isso sempre com os meus, mas pra isso dar resultado tem que ter tido as outras duas antes (preparação física e técnica), senão, não tem como. Eu falo pra ele: Faz assim. E ele não sabe fazer. Daí não é ainda a hora, tem que voltar um pouco”. (Entrevista de pesquisa com professor formado-NG3).

Consideramos que nem todos os treinadores são competentes nos dois momentos. Alguns, em nossa opinião, são bons treinadores mas não conseguem enxergar os detalhes táticos corretamente durante as lutas.

“Eu separo, porque eu já vi muito disso, tem treinador que dá um treino muito bom, muito forte, mas não é bom de “cadeira”³⁰, não sabe ler a luta. Você tá vendo que o outro tá cansado, ou quando o atleta dele faz um a técnica o outro faz sempre a mesma defesa e ele não vê isso, não fala pro atleta dele. Na cadeira é o momento de saber qual é o técnico que sabe tática de luta. Não adianta, como eu vejo, vários treinadores que ficam mais torcendo do que passando informação tática”. (Entrevista de pesquisa com professor formado-NG2).

Para alguns de nós, é o momento mais importante do treinador, pois é quando transparece para os demais os conhecimentos dos técnicos. Existe também, neste momento, o embate entre os treinadores, em que cada um procura suplantar as indicações táticas que o outro dá ao seu atleta.

“É a parte que eu mais gosto. Acho que é a hora do técnico. Se você sabe o que falar pro seu atleta e ele ganha a

³⁰ Ao lado da área de competição é colocada uma cadeira para que o treinador possa acompanhar seu atleta durante a luta.

luta isso faz com que ele aumente a confiança no que você vai falar em outros momentos". (Entrevista de pesquisa com professor não formado-NG4).

Como **Idéias Centrais do nosso pensamento**, podemos reter as seguintes como as principais: é diferente ter competência para o treinamento tático diário e para as orientações táticas durante as lutas; não dispomos d uma fundamentação ou modelo teórico para as orientações; acreditamos que este conhecimento só se adquire nos anos passados nos tatames como atleta ou treinador; para nós, o conhecimento advindo do meio acadêmico é secundário.

4.4.1.5 Concepções sobre a preparação psicológica

Em relação ao esporte, diversos estudos têm discutido a relevância dos fatores psicológicos para o desempenho competitivo (Abbott & Collin, 2004; De Rose Junior, 1993; Marques, 1991; Marques & Rosado, 2005; Régnier, Salmela & Russel, 1993; Weineck, 1999 e Geller 2004). Para Serpa e Rodrigues (2001), Thomas (2001) e Weinberg (2001), a preparação psicológica é uma parte integrante no programa de treino em desportos individuais ou de equipe. Por exemplo, um trabalho de avaliação e intervenção psicológica estruturada e adequada tem apresentado resultados bastante positivos nas prestações e performance de jovens judocas que integram as seleções nacionais espanholas de esperanças e juniores (ADIEGO GIMENO e MARCO, 2001, 2002).

De acordo com Blumenstein (2005), o estabelecimento de um plano de treino e preparação mental em judocas têm de obedecer às diversas fases que constituem o plano anual de treino sustentado nos modelos de Bompa (1999) e Matveev (1997), por isso tem de contemplar a fase preparatória, que engloba a fase de preparação geral e fase de preparação específica; fase pré-competitiva; fase competitiva; e fase de transição.

O treino desportivo baseia-se na preparação desportiva, sendo esta caracterizada por formas, meios e processos de intervenção, onde no caso específico do Judô, tal como noutras modalidades, engloba como fatores de rendimento a preparação física, técnica, tática, teórica e a preparação

psicológica (DOSIL, 2002; FRANCHINI, 2006).

As diversas formas de preparação devem surgir no plano de treino de forma qualitativamente e quantitativamente equilibrada,. A intersecção das diversas formas de preparação deve ser progressiva, sendo que na fase competitiva devem estar interligadas de forma equilibrada e conjugadas para que concorram para uma mais eficaz performance do atleta (BLUMENSTEIN, 2005).

A preparação psicológica faz parte da programação de treino e complementa a preparação física, técnica e tática, introduzindo nos judocas competências necessárias para enfrentar as fases críticas de um programa de treino (DOSIL, 2002).

Segundo os trabalhos de Pedro e Durbin (2001) e Pieter e Heijmans (1997), a competição de elite em desportos de combate requer eficientes e rápidas respostas, altos níveis de atenção, auto-controle, consistência e elevado poder. É consensual entre os cientistas do esporte a importância da preparação psicológica nos desportos de combate e é recomendado que esta preparação seja enquadrada nos aspectos inerentes e específicos da modalidade, sejam elas de ordem física, técnica ou tática com vista à sua otimização no contexto competitivo. É importante que os programas de treinamento psicológico obedeçam aos parâmetros requeridos em termos de duração, envolvimento e exigência, acompanhando o processo idêntico do âmbito competitivo (SAMULSKI; FRANCHINI, 2001).

Os últimos avanços das ciências do desporto incluem a preparação mental como área fundamental que deve ter em conta o desportista, sem a qual, as suas possibilidades de êxito são limitadas (DOSIL, 2002). Para Dosil (2002), o psicólogo que trabalha com desportistas que pretendam alcançar elevados rendimentos, deve assessorá-los para que aprendam uma série de estratégias que lhe permitam enfrentar os diferentes momentos que rodeiam uma competição, distinguindo aí três etapas: a pré-competição, a competição propriamente dita e a pós competição (ANSHEL e PAYNE, 2006; DOSIL, 2004, RUSHALL, 2006).

As concepções dos treinadores quanto à preparação psicológica

apresentaram uma diversidade de opiniões. Constatou-se que em apenas um clube existia um profissional responsável exclusivamente por esta área do treinamento. Os professores que acreditam na importância de um acompanhamento por um psicólogo esportivo em suas equipes declararam que ainda não contam com uma estrutura financeira que possibilite a contratação de uma equipe multidisciplinar completa. Ouvimos relatos de que apenas aqueles atletas que apresentaram problemas graves **que interferiram no desempenho esportivo** foram encaminhados a um atendimento profissional.

O que falaram os formados em Educação Física sobre a preparação psicológica

Para nós, independentemente do momento, o técnico é cobrado e responsabilizado pelo **comportamento e a motivação** da sua equipe. No decurso da nossa formação acadêmica aprendemos a valorizar a importância de uma equipe multidisciplinar, que comporte diferentes profissionais. À exceção dos formados mais antigos, tivemos, especificamente, a disciplina de Psicologia do Esporte em nossos cursos de graduação. É verdade que reconhecemos a importância da preparação psicológica, muito em particular para o alto rendimento, porém acreditamos que a nossa experiência nos preparou para o acompanhamento de nossos alunos nesse domínio. O relato transcrito abaixo resume o que muitos de nós verbalizamos:

“Acreditar eu acredito, só não acho que precise alguém de fora, que nunca botou um judogi na vida, que nunca lutou, para motivar ou acalmar meus atletas. Pelos anos de experiência como atleta e treinador eu acho que tenho condições de orientar e ajudar o meu atleta melhor que alguém que nunca passou por isso”. (Entrevista de pesquisa com professor formado-G7)

. Há situações particulares em que as vantagens de dispor de acompanhamento de um especialista se tornam mais evidentes. Um dos nossos, que conta na sua comissão técnica com um profissional especializado, declarou que sentiu necessidade, pois sua equipe cresceu muito nos últimos anos e teve chegada de atletas de vários locais do país. Ele acrescentou que por não conhecer a muito tempo estes atletas sentiu necessidade de uma

ajuda especializada. Declarou em entrevista o seguinte:

“Se eu conhecesse os atletas há muito tempo eu acho que não teria muita necessidade, claro que eu sei que ajuda, os grandes clubes conseguem ter. Antes eu não queria porque achava que agente tinha outras coisas para gastar o orçamento. Quando conseguimos um valor maior e trazer atletas de São Paulo e do Rio de Janeiro vi que tinha que ter alguém para ver como esse pessoal iria ficar aqui. Longe da família, com outros companheiros de treino, outro técnico e com a pressão de dar resultado. Aí eu vi que era necessária uma ajuda, mas na hora da competição tem que ser tudo comigo”. (Entrevista de pesquisa com professor formado-G3)

Podemos ver que embora reconheçamos a importância da psicologia, não pretendemos abrir mão do controle do processo de treino e principalmente das ações nas competições. Este modelo é o mesmo que a preparação física passou há anos. O treinador centralizava as decisões e somente com o passar dos anos foi aceitando dividir certas tarefas da preparação com outro profissional. O mesmo entrevistado complementa o seu discurso acima:

“Na hora da competição a gente tem que “apertar” alguns, abraçar ou desafiar outros. Cada atleta reage de uma maneira. O bom técnico sabe como falar com cada um. Com alguns só na cobrança, outros eu tenho que sempre elogiar se não, não rende. Quando a gente vai de treinador de uma seleção gaúcha complica se não conhecemos bem o atleta de outro clube. O que eu quero dizer é que tem que ter vínculo com o outro. Se não tiver vínculo não adianta ser o melhor psicólogo do mundo”. (Entrevista de pesquisa com professor formado-G8)

As **Idéias Centrais** veiculadas no nosso discurso, de treinadores formados, podem ser agrupadas nas seguintes categorias: o treinador tem condições de atuar como psicólogo; reconhecemos a importância da preparação psicológica, mas não abrimos mão da atuação protagonista. Não acreditamos que a atuação do psicólogo possa substituir o papel do treinador no momento da competição.

O que falaram os não formados em Educação Física sobre a preparação psicológica

É evidente que o nosso discurso sobre a preparação psicológica carece, como em outras, de uma fundamentação teórica mais robusta. No fundo, comungamos do entendimento de que a preparação psicológica se resume basicamente a ações motivacionais. Mesmo assim, temos também uma atitude de reserva quanto aos resultados obtidos pela preparação psicológica.

“Eu não sei... claro que a “cabeça” é importante, mas isso o atleta já tem pronta... eu não acho que é o vai decidir, se não treinou não adianta nada.” (Entrevista de pesquisa com professor não formado-NG1)

Se bem que, em geral, reconheçamos a importância da psicologia esportiva como fator determinante no sucesso esportivo, o certo é que não nos agrada ter na equipe um outro profissional que tenha acesso aos nossos atletas. Preferimos centralizar as coisas em nós, e temos até um certo **ciúme** em relação à ideia de haver outros agentes a dar orientações aos nossos alunos/atletas, conforme atestam alguns textos extraídos das entrevistas. Por exemplo, o entrevistado NG8 apresentou no seu discurso alguns pontos que foram referenciados por outros depoentes (NG5,NG3, NG6):

“Tenho certeza que é fundamental. Já vi atleta perder por que não acreditou que podia ganhar... mas na hora da luta é você que tá do lado dele, ele tem que acreditar no tu vai falar, o psicólogo não vai estar na beira do tatame. Por isso eu acho que é o treinador que tem que fazer essa parte também. Tem que estudar um pouco, coisa que nem todo mundo faz. Não é só ficar gritando. Tem atleta que você não pode fazer isso que ele se apaga, outro tu tens que desafiar, outro abraçar... isso você vai aprendendo com o tempo e estudando um pouco”. (Entrevista de pesquisa com professor não formado-NG8).

NG8 reconhece a falta de estudos de uma forma mais sistemática e a pouca disposição que temos para compartilhar as decisões durante os treinos e competições..

A citação abaixo revela um conceito transversal ao nosso

pensamento, que considera a prática específica como a fonte de habilitação, pelo que entendemos comodesqualificado quem não é integrante do meio do judô. Este critério serve de crivo ao conhecimento externo ao meio.

“Não adianta ser psicólogo do esporte genérico, isso na minha opinião não existe. Certos códigos do grupo de lutadores são diferentes do grupo da natação, da ginástica, do vôlei. O tipo de comportamento, as brincadeiras o tipo de esporte, é tudo diferente. Não dá para tratar todo mundo igual. Eu só falo com um psicólogo que foi lutador, que entende o que se passa na cabeça do que vai lutar”. (Entrevista de pesquisa com professor formado-NG7).

Podemos retirar dos nossos depoimentos as seguintes **Idéias Centrais**: A preparação psicológica é importante mas não confiamos na figura de um psicólogo do esporte que não seja uma figura do meio. Em geral, sentimo-nos em condições de orientar nossos atletas neste aspecto.

4.4.2 Observação dos Treinos

Ao analisarmos a estrutura dos treinos, podemos dividir a sessão de em três etapas principais, a saber: aquecimento, treinamento de questões técnicas e e/ou tática e os *randoris*. Observamos que existe uma divisão temporal que destina, aproximadamente, três quartos do tempo para as atividades de aquecimento e preparação técnica ou tática e de aproximadamente uma quarta parte do tempo para o treino de oposição, ou seja, o *randori*.

As formas de treinamento são feitas por demonstração do professor e em alguns casos demonstradas por outros atletas enquanto o treinador realiza comentários salientando algum ponto especificamente.

Em todos os treinos observados, a primeira parte foi destinada ao aquecimento. Iniciava-se com uma corrida ao redor da área de treino, à qual se seguiam um conjunto de exercícios de resistência muscular localizada e se completava por rolamentos³¹.

O trabalho técnico observado foi de *uchi-komi*³², *uchi-komi* em linha,

uchi-komi com movimentação livre, com ou sem projeção ao final, e seqüências de técnicas ofensivas.

O aspecto tático nos treinos foi observado durante as ações de treinar tipos de *kumi-kata*³³, transição luta em pé para luta no solo e treino de técnicas de solo. Em determinados momentos as instruções foram para todos, pequenos grupos ou individualmente. Foi anotada a preocupação dos treinadores em instrumentalizar seus atletas quanto aos possíveis adversários. Foram referenciadas as características dos antagonistas quanto às técnicas utilizadas, se destros ou canhotos, se mais altos ou mais baixos.

Nos treinos analisados os professores permitiram que os atletas ingerissem líquidos durante as sessões e utilizassem camisetas e bermudas sob o *kimono*, que representa um aspecto moderno na prática do judô no Estado.

Quando, após o treino, abordamos os treinadores para uma entrevista com o objetivo de esclarecer os objetivos das atividades ministradas encontramos a dificuldade, por parte deles, em proceder à definição e diferenciação das valências físicas (como velocidade, força e resistência) e explicitar qual destas estava sendo exigida em determinadas ações durante o treino físico comandado por eles. Encontramos também a dificuldade de definirem se um determinado tipo de treinamento, como por exemplo, a repetição de uma técnica de projeção em alta velocidade era uma ação direcionada para o treinamento físico ou técnico. Ou ainda, quando definia que era trabalho físico, se estava trabalhando velocidade de membros ou resistência anaeróbia. Neste ponto esperávamos que os formados em Educação Física demonstrassem uma maior facilidade quanto aos aspectos conceituais, mas isto não ocorreu.

No Tabela 4.1 temos um resumo dos tempos médios destinados pelos treinadores observados para as principais divisões durante os treinos acompanhados. Definimos para este estudo que as ações incluídas como **Treino Técnico** seriam as interpretadas com o objetivo de melhora de ações ofensiva ou defensivas sem a preocupação com as características do

adversário e já o **Treino Tático** quando o treinador faz referência as características dos prováveis adversários. Em certos momentos, esta instrução, é dada de forma geral, como por exemplo: *Quando lutarem com um atleta mais alto que vocês tenham a atenção para.....* Ou de forma específica, quando se referem a um adversário direto de atletas seus, como podemos exemplificar a seguir:

“Vamos treinar agora o que vocês, que lutam com o Fulano, tem que fazer, tem que não deixar que ele segure primeiro na manga, se segurar não podem caminhar para frente e vão inverter a pegada”. (Observação do treinador graduado G3 durante a pesquisa)

O **Tempo de Instrução** foi definido como aquele que o treinador interrompe o treino para passar informações para os atletas.

Tabela 4. 1 tempo médio em minutos da divisão das ações dos quatro treinos observados

Sujeito do estudo	Tempo médio do treino	Tempo médio aquecimento	Tempo médio Treino técnico	Tempo médio Treino tático	Tempo médio randori	Tempo médio instruções
Graduado 2	92	15	25	12	38	12
Graduado 3	88	16	22	8	42	10
Graduado 7	102	22	25	10	41	15
Média graduados	94	17,6	24	10	40,3	12,3
Não graduado 2	88	18	23	13	35	12
Não graduado 5	91	17	27	10	37	13
Não graduado 6	90	22	28	8	36	11
Médias não graduados	89,6	19	26	10,3	36	12

A observação e registro dos tempos mais do que nos apresentar uma homogeneidade entre graduados e não graduados, em relação aos tempos médios disponibilizados, explicitou que os métodos utilizados para o treino são semelhantes. A seqüência de trabalho, primeiramente com ações do sem deslocamento, depois com movimentação em linha e a seguir com movimentação livre ou primeiramente com trabalhos com cooperação, para depois se introduzir a oposição também foi encontrado em todas as sessões de treino.

4.5 Reflexões Finais

4.5.1 Sobre as concepções de treino

Ao término da investigação deste tema, observamos que os treinadores de judô deste estudo apresentaram convergências sobre determinados pontos, não obstante as suas formações. Independentemente da variedade e distinção destas fontes identificou-se elementos comuns nas ações dos treinadores. Há um discurso relativamente homogêneo. Em virtude do pesquisador ter sido também treinador, ser formado e ter obtido relativo sucesso no meio do judô do Rio Grande do Sul, intuímos que os professores entrevistados produziram uma informação mais refletida, mais ponderada, menos comprometedora.

Ficou evidenciado, durante este estudo, que o grupo que apresentou **maiores divergências** entre o discurso e a prática foi o que **possuía formação acadêmica**. Compreendemos que, para esse grupo, a mudança de certas práticas tradicionais pareceria traição aos valores de seus primeiros professores. O grupo de treinadores que repetiram a trajetória de seu *Sensei* (alunos de treinadores formados seguiu a trajetória de seu professores) não apresentaram uma divergência significativa entre suas respostas, dadas durante as entrevistas e a suas práticas. Constatou-se o tensionamento quando há então o choque entre dois tipos de conhecimento. Quando o que foi aprendido durante os anos no tatame é diferente do que é ensinado nos espaços universitários, apresenta-se um problema para o treinador. Um aspecto significativo é que os formados em Educação Física se graduaram na faixa preta invariavelmente antes. Portanto o conhecimento abordado na faculdade foi precedido de uma formação anterior específica em judô na sua academia e nos cursos de formação da FGJ. Observamos que a escolha profissional entre os treinadores se deu antes do ingresso no ambiente acadêmico. Todos os entrevistados, independentemente de suas formações, declararam que definiram que seriam treinadores, entre os dezesseis e os dezoito anos e todos os que ingressaram na faculdade tiveram suas primeiras experiências profissionais antes do ingresso no ensino superior.

Na entrevistas os treinadores apresentaram divergências quanto ao

que declararam sobre a importância da preparação física de seus atletas e o tempo despendido durante as sessões de treino. Era presumido pelas análises anteriores ao início da pesquisa que encontraríamos uma divisão entre os treinadores graduados em Educação Física e não formados. A contribuição deste estudo foi identificar nos treinadores de judô do Rio Grande do Sul, formados em Educação Física, o peso e o respeito às tradições incorporadas à prática deste esporte, mesmo tendo recebido um conjunto de informações nos campos conceitual, procedimental durante os anos de faculdade. As novidades que foram introduzidas durante os últimos anos no judô gaúcho foram cópias de procedimentos feitos por atletas bem sucedidos. As mudanças ocorreram a partir do intercâmbio de atletas do Rio Grande do Sul em viagens para participar de torneios no centro ou fora do país. Quando voltavam traziam novidades e o prestígio por serem atletas bem sucedidos. Esta reputação adquirida teve uma grande importância para o convencimento dos treinadores e dos atletas mais novos. Os treinadores quando indagados sobre a introdução destes novos modelos, declararam que ou tinham tido a oportunidade de participar de treinamentos em outros centros no Brasil ou exterior e tinham presenciado estas novidades ou seus atletas às tinham trazido observando práticas de atletas estrangeiros. Uma vez mais foi encontrada a justificativa **na prática bem sucedida**, independentemente da base científica. O argumento usado foi: “*no treino da Seleção Brasileira se usa isso*”, sendo assim está correto. Não se questiona o método, ele é copiado com o respaldo de ser “*da Seleção Brasileira*”.

Não encontramos, entre os treinadores, novidades que tivessem sido agregadas através de leituras de artigos científicos, livros na participação de eventos científicos. Fortalece-se assim o conceito que o treinador de judô do Rio Grande do Sul está mais adaptado a **experimentação como forma de aquisição de conhecimento**. Utiliza as experiências vivenciadas por ele para pautar a sua prática profissional.

A posição dos treinadores relacionada com a representação da figura do Sensei, com todo o seu simbolismo de líder e orientador de um grupo, traz para vários sujeitos investigados uma preocupação de se apresentarem aos seus

alunos com um conhecimento acima do que eles possuem. A necessidade de aparentar possuírem um grande conhecimento (sobre várias áreas do treinamento), por vezes, faz com que os Senseis não busquem com outros integrantes do meio, tais como outros treinadores, dirigentes e atletas, informações que julgam necessárias. A participação em Seminários ou Cursos não ocorre com uma participação massiva, pois os treinadores não querem expor-se ao debate (fora de suas academias). Dados da FGJ sobre os Seminários promovidos por ela demonstram que a participação voluntária é pequena. Apenas os que estão em processo de promoção de dan, cuja participação é obrigatória comparecem e mesmo assim não ocorrem debates com os palestrantes e ou entre os participantes do curso. Participar de seminários é parte do habitus científico, os treinadores de judô do Rio Grande do Sul estão inseridos no habitus do ofício.

A impossibilidade de detectar alguma diferenciação de estilos de intervenção pedagógicos em função da formação acadêmica exige, contudo, confirmação em futuros estudos, porquanto o número de participantes envolvidos no presente estudo é deveras reduzido, no sentido de legitimar a sua generalização, mas podemos concluir que no Rio Grande do Sul não foram identificadas variações. Constatou-se que na amostra observada os treinadores ainda repetem o modelo baseado nos seus tempos de atleta, que é relacionado mais ao senso comum do que na evolução científica.

Ao final do estudo parece-nos que para os treinadores de judô ocorreu o seguinte caminho: primeiramente o judô era entendido e praticado como método de ensino, influenciado pelas tradições japonesas de respeito aos mais velhos, obediência aos princípios, visto como um método de educação. Atualmente o que mais se pratica, para não dizer exclusivamente é o aspecto esportivo. Desta forma as tradições são esquecidas em virtude do caráter esportivo, mas quando confrontados pelo pouco conhecimento científico aplicado aos treinamentos os *Senseis* se refugiam nas tradições. Nas entrevistas pode-se constatar que após a conquista do primeiro título Mundial obtido pelo atleta João Derly, houve uma mudança nos paradigmas. Ser Campeão Brasileiro já não significa o que representava há anos atrás. Neste

ponto podemos inserir o que Rubio e Franchini, (in Franchini at ali., 2010), apontam em relação as as metas. Segundo estes autores podemos ter **metas** voltadas a **performance**, onde o atleta está empenhado em aprimorar suas habilidades e metas voltadas ao **resultado** onde o foco está na competição e na vitória. Os treinadores alegam que hoje a preocupação dos atletas está direcionada para a competição, quase que exclusivamente. Como revelaram que a avaliação de um treinador no mercado de trabalho se dá principalmente pelos resultados competitivos obtidos, declararam que atualmente o treinamento de judô está direcionado à busca de resultados esportivos, perdendo quando comparado com décadas passadas, aspectos relacionados com estudo dos Katas, de técnicas não competitivas ou a defesa pessoal que era uma característica das academias antigamente, conforme também atesta Maduro, (1999).

4.5.2 Sobre a observação dos treinos.

Uma vez que as situações em uma luta de judô são sempre novas, ainda que existam semelhanças com situações passadas, é possível afirmar que um golpe executado não é um golpe novo nem uma repetição de um golpe já executado (baseado em Barlett, 1932 apud Manoel, 1995), mas um golpe construído, especificado e produzido para aquele momento, implicando a interação lutador-oponente-ambiente. Desta forma, segundo Franchini e DellVechio (2010), o judoca deve ser capaz de adaptar suas ações em decorrência da situação. Aceitando-se esta afirmação teremos o *randori* e o *shiai* como as formas de treinamento mais abertas, pois ocorre a oposição e os treinamentos que privilegiam a repetição de movimentos, as mais fechadas, pois repetem uma solução que já esta pronta. A justa medida entre estes dois tipos de treinamento faz o equilíbrio de uma sessão.

Durante a observação dos treinos constatamos que existe um modelo organizado e repetido por todos os treinadores composto por um aquecimento, uma parte dedicada à preparação técnica e tática e a última parte dedicada ao treino livre (*randori*). Segundo Bourdieu (1992), todas as formas

de identidade reconhecida são produtos de uma longa e lenta elaboração, e isto foi constatado na obediência à um modelo de treinos seguido por todos os treinadores. As sessões de treino de judô observadas seguiram a mesma seqüência, similar ao que foi encontrado por Ramos (2008), e que se assemelha à estrutura mais usual de aula de Educação Física para o ensino dos jogos. Apresenta uma preparação inicial, uma segunda parte destinada à aprendizagem e aperfeiçoamento da técnica de jogo, e na terceira etapa realiza-se o jogo propriamente dito, o qual serve de contexto para o aluno aplicar os comportamentos aprendidos. Este modelo reproduz o método tradicional que, segundo Martinez, (2002), passou a ser utilizado de forma generalizada, tanto nas aulas de Educação Física Escolar quanto nas sessões de treinamento desportivo,. homogeneizando a estrutura das sessões e facilitando a conformação dos procedimentos de intervenção do profissional.

Esta seqüência foi observada **independentemente da formação acadêmica e da graduação específica no judô do treinador**. Os treinos observados foram para as classes juvenil, júnior e sênior, ou seja, atletas a partir de quinze anos. Estes treinamentos são tradicionalmente compartilhados por homens e mulheres. Este modelo de treino tradicional não foi questionado pelos responsáveis ao longo do estudo. Nenhum deles via necessidade de inserir modificações na estrutura do treino. As variações encontradas não caracterizam uma ruptura com a sessão tradicional de treino. Observamos apenas diferenças em número de repetições de alguns exercícios ou número de *randoris*, mas a **estrutura** do treino foi constantemente repetida. A conclusão ao final do trabalho é de que vários treinadores procuram repetir o modelo tradicional, não fugindo dos seus tempos de atleta, fato que podemos relacionar mais à herança cultural do que à evolução científica. A busca por um modelo de treinamento se encerra basicamente nas experiências vivenciadas por eles. Não se procura agregar aos treinos, novidades científicas. Constatamos que a introdução de um modelo novo de treinos é motivo de receio por alguns treinadores, pois segundo eles poderia contradizer uma doutrina de treinamento utilizada por anos seguidos.

4.6 Conclusões e recomendações

Durante a realização deste estudo verificamos certo tensionamento no meio profissional dos treinadores. A graduação em Educação Física mesmo com a proteção da Lei 9696/98 não se mostrou, na opinião dos treinadores observados, um fator preponderante para a contratação ou manutenção dos técnicos. A FGJ, entidade responsável pela organização controle do meio, não valoriza a formação acadêmica dos professores em seus estatutos, o que se reflete nos critérios requeridos tanto para ocupar o cargo de Responsável Técnico de uma entidade filiada ou para designar o treinador de uma seleção estadual. Os professores faixas pretas formados em Educação Física, por não terem este espaço profissional protegido dos não formados, dividem o mercado de trabalho com professores das mais diversas formações. Como a conquista da graduação da faixa preta, por si só, garante a entrada no mercado de trabalho, os jovens vêem no ensino do judô uma forma rápida de fonte de renda. Encontramos, então, um aumento considerável da proporção de não formados dentro deste campo de trabalho durante a confecção deste estudo. Esta desvalorização da graduação em Educação Física gera então um deslocamento do eixo de discussões para fora do ambiente científico/acadêmico e a coloca dentro do aspecto da tradição, onde os professores com certa experiência específica no judô se sentem confortáveis. Este afastamento da fundamentação acadêmica e científica da prática, o que poderá atrasar o desenvolvimento do judô no Estado e desestimular o ingresso dos jovens pretendentes na carreira de treinador nas faculdades de Educação Física, caso o mercado não seja protegido.

Os treinadores investigados, portanto, se sentem à vontade para, a partir de suas próprias experiências, criarem teorias que justifiquem as suas práticas. Como a preparação acadêmica e a fundamentação científica da prática não são estimuladas, nem cobradas, bastam as explicações embasadas na experiência e na tradição. Dentro do senso comum do meio esportivo, as vitórias em competições se constituem como o mais forte argumento. Portanto as novidades nos treinos ou as contestações aos modelos tradicionais para serem aceitas devem obrigatoriamente serem testadas, não

no seu mérito científico, mas diretamente ligada ao resultado competitivo. Caso o processo novo não resulte em conquistas, não por seu mérito mas pelas imprevisibilidades das competições esportivas, não é reconhecido. Sugerimos que a Federação estimule a criação de grupos de estudo e debate, as questões de formação profissional e controle do mercado com políticas coincidentes com a legislação e o CREF. Por fim, sugerimos que, a partir desses estudos e discussões se produzam materiais pedagógicos, a serem distribuídos nas academias e outros locais de treinos. Outro ponto crucial de nossas conclusões é a hipertrofia que ocorreu em relação ao aspecto competitivo entre as possibilidades do judô, quando da sua criação pelo professor Jigoro Kano. Quase que exclusivamente se pensa e se faz o judô como esporte de resultado, com uma perda, ao nosso ver, das possibilidades mais abrangentes que poderia ter na educação integral de seus praticantes.

4.7 Referências

- ABBOTT, A. COLLINS, D. (2004) *'Eliminating the dichotomy between theory and practice in talent identification and development: considering the role of psychology'*, *Journal of Sports Sciences*, 22 (5): 395–408.
- ALMEIDA, C. C. (2005). *Discurso do sujeito coletivo: reconstruindo a fala do "social"*. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). *Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação*. São Paulo: Polis.
- ALVES, F.C. (2002). *A triangulação enquanto técnica de validação qualitativa*. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 36 (1 e 2), 77-87.
- ALVES-MAZZOTTI, A.J. & GEWANDSZNAJDER, F. (2004). *O método na ciências naturais e sociais: Pesquisa quantitativa e quatlitativa*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning.
- ANSHEL, M.H., & PAYNE, M. (2006). *Application of sport psychology for optimal performance in martial arts*. In J. Dosil (Ed.), *The sport psychologist's handbook* (pp. 353-374). New York: Wiley.

- ARAÚJO, J. (1994). *Ser Treinador*. Lisboa: Editorial Caminho.
- BARBANTI, V. (1996): *Treinamento físico: bases científicas*. 3. ed. São Paulo: CLR Balieiro.
- BAR-OR, O. (1987). *The Wingate anaerobic test: an update on methodology, reliability and validity*. *Sports Medicine*, 4, 381-394.
- BENTO, J. (1999); *Contexto e perspectivas*. In Bento, J.; Garcia, R.; & Graça, A. *Contextos da Pedagogia do Desporto - Perspectivas e problemáticas* (pp. 17-112); Lisboa: Livros Horizonte.
- BERLINER, D. C. (2000). *A personal response to those who bash teacher education*. *Journal of Teacher Education*, 51(5), 358-371.
- BLOOM, G. A., STEVENS, D. E. & WICKWIRE, T. L. (2003). *Expert Coaches' Perceptions of Team Building*. *Journal of Applied Sport Psychology*, 15, 129-143.
- BLUMENSTEIN, B., LIDOR, R., TENENBAUM, G. (2005). *Periodisation and planning of psychological preparation in elite combat sport programmes: The case of judo*. *International Journal of Sport & Exercise Psychology*, 3, 7-25.
- BLUMENSTEIN, B., LIDOR, R., TENENBAUM, G. (2005). *Periodisation and planning of psychological preparation in elite combat sport programmes: The case of judo*. *International Journal of Sport & Exercise Psychology*, 3, 7-25.
- BOGDAN, R. C., & Biklen, S. K. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos* (Tradução de M. J. Alvarez, S. B. Santos & T. M. Baptista). Porto: Porto Editora.
- BOMPA, T. (1999). *Periodization training for sports*. Champaign: EUA, Human Kinetics.
- BOMPA, T. (2005). *Treinando Atletas de Desporto Coletivo*. São Paulo, Brasil: Phorte.
- BORKOWSKI, L.; FAFF, J.; STARCZEWSKA-CZAPOWSCA, J. (2001). *Evaluation of the aerobic and anaerobic fitness in judoists from the Polish national team*. *Biology of Sport*, 18, (2), 107-118.
- BOURDIEU, P., e WACQUANT, L. J. D. (1992), *An Invitation to Reflexive*

- Sociology, Chicago: University of Chicago Press.
- BRASIL. CONGRESSO FEDERAL. **Lei nº.9.696 de 1º de set. de 1998. D.O.U. nº.168 de 02/09/98.** Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educação física e cria os respectivos Conselhos Federal e Regional de Educação Física.
- BROWN, J. S. & BURTON, R. R. (1978). "Diagnostic models for procedural bugs in basic mathematical skills" *Cognitive Science* V.2 Issue 2 p. 71-192 (April – June 1978)
- BUCETA, J. M. (1996). *Psicologia Del Deporte Aplicada; Áreas de Intervencion en Relacion com el Entrenador.* In J. Cruz. *Manual de Psicologia do Desporto.* Braga; Sistemas Humanos e Organizacionais, Ltda.
- CALLISTER, R., CALLISTER, R. J., FLECK, S. J., & DUDLEY, G. A. (1990). *Physiological and performance responses to overtraining in elite judo athletes.* *Medicine and Science in Sports and Exercise*, 22(6), 816-824.
- CALLISTER, R.; CALLISTER, R.J.; STARON, R.S.; FLECK, S.J.; TESCH, P.; DUDLEY, G.A. (1991). *Physiological characteristics of elite Judo athletes.* ***International Journal of Sports Medicine***, v.12, p.196-203.
- CARVALHO, M, C. DRIGO, A, J. 2007. O judô dentro do contexto da regulamentação da Educação Física. Disponível em <http://www.efdeportes.com>. Acessado em 21 de outubro de 2009.
- CAVAZANI, R. N. (1991). *Lactato antes e após sucessivos combates de judô. Monografia (Bacharelado em Educação Física), Faculdade de Educação Física, Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista.*
- CAVAZANI, R. N. (1991). *Lactato antes e após sucessivos combates de judô. 1991. Monografia (Bacharelado em Educação Física), Faculdade de Educação Física, Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista.*
- CHIZZOTTI A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais.*São Paulo: Cortez;1995.
- COTE, J., SALMELA, J. H., & RUSSELL, S. (1995). *The knowledge of high-performance gymnastic coaches: methodological framework.* *Sport psychologist*, 9(1), 65-75.

- CUSHION, C.; ARMOUR, K. & JONES, R., (2003). *Coach Education and Continuing professional development: Experience and learning to coach*. Quest, 55(3), 215-230.
- DANTAS, E. H.M. (2003). **A prática da preparação física**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ed. Shape.
- DE MEERSMAN, R. E.; RUHLING, R. O. (1977). Effects of judo instruction on cardiorespiratory parameters. *Journal of Sports Medicine*, 17, 169-172.
- DE ROSE JUNIOR, D. (1993) . *Importância da preparação psicológica no esporte competitivo*. In: SIMPÓSIO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1993, Rio Claro. **Anais...** Rio Claro: UNESP, p.63.
- DEGOUTTE, F.; JOUANET, P.; FILAIRE, E. (2003). Energy demands during a judo match and recovery. *British Journal of Sports Medicine*, 37, 245-249.
- DOSIL, J. (2004). *Psicología de la actividad Física y del Deporte*. Universidad de Vigo.
- DOSIL, J. e GONZÁLEZ OYA, J. (2003). Tendencias de la investigación em *Psicología de la actividad física y del deporte*. *EduPsykhé: Revista de psicología y psicopedagogía*, 2, 2, 147-164.
- DRIGO, A.J.(2007). **O judô; do modelo artesanal ao modelo científico: um estudo sobre as lutas, formação profissional e construção do Habitus**. 2007. 302f. Tese (Doutorado em Educação Física)-Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- FRANCHINI, E. (2001). *JUDÔ: Desempenho Competitivo (1ª Ed)*. São Paulo: Ed. Manole.
- FRANCHINI, E. (2001). *Tipo de recuperação após a luta, diminuição do lactato e desempenho posterior: implicações para o judô*. Tese (Doutorado). Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FRANCHINI, E. (2006). *Análise e ensino do judô*. In: TANI, G.; BENTO, J. O.; PETERSEN, R. D. S. (Org.). *Pedagogia do desporto*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 384-398.
- FRANCHINI, E. (2010). *JUDÔ: Desempenho Competitivo (2ª Ed)*. São Paulo: Ed. Manole.

- FRANCHINI, E. DELL VECCHIO, F. (2010). Aspectos Motores e Ensino/ Aprendizagem do Judô. In *Judô Desempenho Competitivo*, org FRANCHINI, E. 2ª Ed. Manoele, São Paulo, SP.
- FRANCHINI, E. TAKITO, M.Y., KISS, M.A., STERKOWIC, S. (2005). Physical fitness and anthropometrical differences between elite and non-elite judo players. *Biology of Sport*, 22 (4) 315-328.
- FRANCHINI, E., TAKITO, M.Y., LIMA, J.R., HADDAD, S., KISS, M.A., REGAZZINI, M., BÖHME, M.T. (1998). Características fisiológicas em testes laboratoriais e resposta da concentração de lactato sanguíneo em 3 lutas em judocas das classes juvenil, junior e sênior. *Revista Paulista de Educação Física*, 12 (1), 5-16.
- GILBERT, W. & TRUDEL, P. (2000). Validation of the Coaching Model in a Team Sport Context. *International Sports Journal*, 4(2), 120-128.
- GILBERT, W. & TRUDEL, P. (2004). Role of the coach: How model youth team sport coaches frame their roles. *The Sport Psychologist* 18, 21-43.
- GILBERT, W., & TRUDEL, P. (2004). Analysis of Coaching Science Research Published from 1970-2001. *Research Quarterly for Exercise and Sport*, 75(4), 388-399.
- GRAÇA, A. (1997). O Conhecimento Pedagógico do Conteúdo de Ensino no Basquetebol. Unpublished Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto, Porto.
- GROSSMAN, P.(1990). *The Making of a Teacher*. New York: Teachers College Press.
- HEINISCH, H. D. (1997). L'analisi dell'allenamento e della gara nel judo. *Sds/Rivista di Cultura Sportiva*. Anno XVI, nº 37, p. 53-62.
- HILL, M. HILL, A. (2002). *Investigação por Questionário*. Lisboa: Edições Silabo.
- JONES, R., ARMOUR, K. & POTRAC, P. (2003). Constructing Expert Knowledge: A Case Study of a Top-level Professional Soccer Coach. *Sport, Education and Society*, 8, 213-229.
- JONES, R.; HOUSNER, L. & KORNSPAN, A. (1997). Interactive decision making and behavior of experienced and inexperienced basketball

- coaches during practice. *Journal of Teaching in Physical Education*. 16, 454-468.
- KUZNETSOV, V. V. (1986). *Metodologia del entrenamiento de la fuerza para deportistas de alto nivel*. Buenos Aires: Stadium.
- KUZNETSOV, V.V. (1981). *Preparación de fuerzas en los deportistas de las categorías superiores*. Habana, Ed. Orde.
- LEFÈVRE F., LEFÈVRE, A. M. C. (2005). *O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)*. Caxias do Sul: UDUCS.
- LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. (2003). *A soma qualitativa*. Disponível em <http://www.fsp.usp.br/quali-saude>. Acesso em: maio de 2010.
- LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C; TEIXEIRA, J. J. V. (2000). *O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa*. Caxias do Sul: EDUCS.
- LITTLE, N. G. (1991). *Physical performance attributes of junior and senior women, juvenile, junior and senior men judokas*. *Journal of Sports Medicine and Physical Fitness*, v. 31, p. 510-20.
- MADURO, L, A. (1999). *A História do Judô no Rio Grande do Sul: das primeiras manifestações aos Jogos Olímpicos de Atlanta*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.
- MAGEAU, G. A., & VALLERAND, R. J. (2003). *The coach-athlete relationship: a motivational model*. *Journal of Sports Sciences*, 21(11), 883.
- MANOEL, E. de J. (1995). *Aprendizagem motora: o processo de aquisição de ações habilidosas*. In: Bracht, V. (Ed.). **As Ciências do Esporte no Brasil**. Vitória, E.S.: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 1995. p. 103-131.
- MARQUES, A. (1991). *Da importância das fases iniciais de escolaridade na detecção e selecção de talentos desportivos em Portugal*. In: BENTO, J.; MARQUES, A. **As ciências do desporto e a prática desportiva: desporto de rendimento, desporto de recreação e tempos livres**. Porto: Faculdade de Ciências do Desporto e da Educação Física, Universidade

do Porto,. v.2, p.15-21.

- MARQUES, A. C., & ROSADO, A. F. (2005). *Situações estressantes nos atletas de basquetebol de alta competição. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 19(1), 71-87.
- MARTINEZ, C.H.M. (2002). *Auguste Roger Listello: uma contribuição para a Educação Física brasileira. Dissertação (Mestrado) apresentada à Universidade Católica de Brasília, Brasília.*
- MASSA, M. (2006). *Desenvolvimento de judocas brasileiros talentosos. Tese de Doutorado apresentada à Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (USP). SP.*
- MATSUMOTO, Y.; TAKEUCHI, Y.; NAKAMURA, R. (1978). *Analytical studies on the contests performed at the All Japan Judo Championship Tournament. Bulletin of the Association for the Scientific Studies on Judo, Kodokan*, v. 5, p. 83-93,
- MATVEEV, L. P. (1980). *Fundamento del Entrenamiento Deportivo*. Maluar.
- MATVEEV, L.P. **Treino desportivo: Metodologia e Planejamento**. São Paulo, Editora Phorte, 1997.
- McARDLE, W. D.; KATCH, F. I.; KATCH, V. L. (1991). **Fisiologia do Exercício: Energia, Nutrição e Desempenho Humano**. Tradução de Giuseppe Taranto. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 510 p.
- MOLINA NETO, V. & TRIVINOS, A.N.S. (1999). *A pesquisa qualitativa na Educação Física: Alternativas metodológicas*. Porto Alegre: Sulina.
- MOSCOVICI, S. (2007). *Representações sociais – Investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- MOSKOTOVA, A.K. (1998). **Aspectos genéticos e fisiológicos no esporte: seleção de talentos na infância e adolescência**. Rio de Janeiro: Grupo Palestra Sport.
- NUNES, A. V. (2001). *A teoria de uso do treinador de judô*. Disponível em <http://www.judobrasil.com.br/estudos>, acessado em 12/08/2010.
- PEDRO, J. DURBIN , W. (2001). *Judo: techniques & Tactics, Martial Arts Series*. Ed. Human kinetics , Windsor, Canada.

- PIERER, W e HEIJMANS, J. (2007). **Taekwondo students' motor skills.** *Journal of Asian Martial Arts*, 16 (2), 08-17.
- POTRAC, P. JONES, R. & ARMOUR, K. (2002). "It's All About Getting Respect": The Professional Development: Experience and Learning to Coach. *Sport, Education and Society*, 7(2), 183-202.
- RAMOS, V. (2008). *O treino do basquetebol na formação desportiva de jovens: estudo do conhecimento pedagógico de treinadores.* Porto: V. Ramos Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- RAMOS, V.; GRAÇA, A; NASCIMENTO, J.V. (2006). A representação do ensino do basquetebol em contexto escolar: estudos de casos na formação inicial em educação física. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.20, n.1, p.37-49.
- RÉGNIER, G.; SALMELA, J.; RUSSEL, S.J. (1993). Talent detection and development in sport. In: SINGER, R.N.; MURPHEY, M.; TENNAUE, K.L. (Eds.). **Handbook of research in sport psychology.** New York: MacMillan, p.290-313.
- RESENDE, M & RAMALHO, V. (2006). *Análise de discurso crítica.* São Paulo: Contexto.
- ROBERT, L. (1973). **O Judo**, 4a ed. Lisboa : Editorial Notícias.
- RODRIGUEZ, M. S. G. (2001). La preparación psicológica y las percepciones especializadas en el boxe escolar: una reflexión necesaria. *EFDeportes.com, Revista digital* – Buenos Aires, año 7, Nº 36, mayo.
- RUAS, V. (1998). *Os extraordinários samurais e a etnografia de Jigoro Kano.* Rio de Janeiro: Federação de Judô do Estado do Rio de Janeiro, disponível em: http://www.judorio.org.br/fique_ligado/artigos/Artigo17.doc> Consultado em 10 de fevereiro de 2008.
- RÚBIO, K.; FRANCHINI, E. (2008). Aspectos psicológicos do judô. In: **Desempenho competitivo.** 2 ed. Barueri, SP: Manole.
- RUSHAL, B.S. (1990). A tool for measuring stress tolerance in elite athletes. **Journal of Applied Sports Psychology**, Philadelphia, v.2, p.51-66.

- SAMULSKI, D. *Psicologia do esporte*. Barueri - SP: Manole, 2002.
- SERPA, S. (1990). O treinador como líder: panorama actual da investigação. *Ludens*, v.12, p.23-32.
- SERPA, S. (2003). Treinar jovens: complexidade, **Educação Física**, v.14, n.1, p.75-82. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3646/2516>. Acessado em: 10 de agosto de 2010.
- SIKORSKI, W.; MICKIEWICZ, G.; MAJLE, B.; LAKSA, C. (1987). Structure of the contest and work capacity of the judoist. In: *Proceedings of the International Congress on Judo "Contemporary Problems of Training and Judo Contest"*, Spala, Poland, p. 58-65.
- SILVA, V. R. F. (2007). Apontamentos para escrever o livro de metodologia da pesquisa. Niterói: Inédito.
- SPINK, M. J. P. (1993). O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cadernos de Saúde Pública* (Rio de Janeiro), 9 (3): 300-308.
- STREAN, W. (1998). Possibilities for qualitative research in sport psychology. *The Sport Psychology*, 2, 333-345.
- TAYLOR, A. W.; BRASSARD, L. (1981). A physiological profile of the Canadian Judo Team. *Journal of Sports Medicines*. v. 21, n. 1, p. 160-164.
- THOMAS, J.; NELSON, J. (2002). *Métodos de pesquisa em atividade física*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed.
- THOMAS, S.G.; COX, M.H.; LEGAL, Y.M.; VERDE, T.J.; SMITH, H.K. (1989). Physiological profiles of the Canadian National Judo Team. **Canadian Journal of Sports Science**, v.14, n.3, p.142-7.
- TUMILTY, D.McA.; HAHN, A.G.; TELFORD, R.D. (1986). A physiological profile of well-trained male judo players. In: WATKINS, J.; REILLY, T.; BURWITZ, L., eds. **Sports science**. London, E & F.N. Spon., 1986. p.3-10. /*Proceedings of the VIII Commonwealth and International Conference of Sport, Physical Education, Dance, Recreation, and Health*.
- VERKHOSHANSKY, Y. (2002). **Teoría y metodología del entrenamiento deportivo**; Barcelona: Editorial Paidotribo.
- WEINBERG, R.; GOULD, D. (2001) *Fundamentos da Psicologia do Esporte e*

do Exercício Porto Alegre: ArtMed.

WEINECK, J. (1999). **Treinamento Ideal** 9ed, Barueri: Manole.

YIN, R.K. (2001). *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

ZATSIORSKY, V. M. (1999). *Ciência e prática do treinamento de força*. São Paulo, Phorte Editora.

CAPÍTULO 5- COMPARAÇÃO ENTRE AS CONCEPÇÕES E AÇÕES DOS TREINADORES DE SUCESSO DE JUDÔ, FORMADOS E NÃO FORMADOS EM EDUCAÇÃO FÍSICA, REFERENTES À COMPETIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL.

Resumo

Através de entrevista a 16 treinadores de sucesso de judô no Rio Grande do Sul e a observação de seis desses treinadores buscou-se identificar similaridades e diferenças nas concepções e das ações nas competições realizadas no Estado entre treinadores formados e treinadores sem formação em Educação física. A escolha dos treinadores baseou-se na análise dos resultados obtidos pelas suas equipes. Cada treinador foi entrevistado e posteriormente foi observado durante três competições oficiais do calendário de 2009 da Federação Gaúcha de Judô nas cidades de Porto Alegre, Caxias do Sul e Santa Maria. Nas competições, além das observações e das gravações das atuações dos seis treinadores, foram realizadas entrevistas com os mesmos ao final. Na comparação das concepções e ações nas competições observamos que o grupo dos formados em Educação Física e o grupo dos não formados apresentaram similaridades tanto nas concepções quanto nas ações nas competições.

Palavras Chave: judô, treinadores, prática e formação profissional

Abstract

Through the observation of the six successful Judo coaches of Rio Grande do Sul State it was pursued to identify similarities and differences in the competitions conceptions and actions performed in the State. The selection of the coaches was based on the results analyze obtained by their teams, looking for the six more successful, being three graduated and three without graduation in physical education. Each coach was interviewed and lately observed during three official competitions of the Federação Gaucha of Judo 2009 calendar, in the cities of Porto Alegre, Caxias do Sul and Santa Maria. In the competitions, beyond the observations and the recorded performances of the six coaches, at the final, were made interviews with the same coaches. In the comparison of the competitions conceptions and actions, we observe that the group of those with graduation and those without graduation presented the same conceptual similarities in the competitions actions.

Key-words: Coach, Judo, Self-perception of competence.

5.1 Introdução

As Ciências do Desporto, mais concretamente a Pedagogia do Desporto, estudam e clarificam a atividade pedagógica dos treinadores. Ser treinador nos dias de hoje é, sem dúvida, uma atividade mais rigorosa, tanto no

que se refere ao exercício de uma infindável lista de tarefas, aptidões, atitudes e comportamentos (Rosado, *et al.*, 2000), quanto à assunção de responsabilidades (direitos e deveres), dentro de um contexto social e desportivo em constante transformação (Lima *et al.*, 2007). O treinador tem um papel importante na gestão e orientação não só do processo de treino, mas também da competição, o que pressupõe, por exemplo, saber como se aproximar dos atletas, ou que atmosfera criar durante os treinos e as competições; pressupõe, antes disso, ser capaz de estabelecer uma filosofia de orientação antes do início da temporada, para decidir quais os objetivos do seu planeamento e ligar de forma lógica e coerente a estrutura e os conteúdos do treino às exigências e particularidades do desempenho na competição.

Como refere Lyle (2008), há uma simbiose entre o contexto desportivo, o seu sistema de recompensas e clima de desempenho, e os níveis de implicação e exigência que são expectáveis. A atividade do treinador é influenciada por uma variedade de fatores contextuais, donde importa realçar, o nível de prática desportiva em que atua – desporto recreativo, de participação inclusiva, de formação, de rendimento competitivo (estadual ou nacional), ou de elite; a natureza da organização onde opera e o tipo de vínculo ou contrato estabelecido; assim como a concomitante diversidade de investimento, recursos envolvidos, expectativas, grau de atenção e atribuição de importância por parte dos próprios treinadores, dos praticantes, dos dirigentes, dos familiares, do público, dos media e da sociedade, em geral. Há obviamente que considerar os fatores pessoais do treinador, nomeadamente, o seu sistema de valores e filosofia em relação ao treino, à competição e à prática esportiva, a sua experiência como praticante e como treinador, a sua formação académica e o seu nível de competência ou *expertise*.

Tendo em conta a complexidade, quantidade e diversidade de tarefas e funções, não será difícil considerar a atividade do treinador uma atividade de elevada exigência cognitiva, todavia, tal reconhecimento não obsta a que os requisitos para a atividade do treinador continuem a ser entendidos como algo que emana fundamentalmente do mundo da prática desportiva, da experiência do terreno, e que pouco tem a ver com a formação académica, pedagógica e

científica. Sublinhemos então este aparente paradoxo de a atividade do treinador nos surgir logicamente como um campo de elevada complexidade que requer a orquestração cognitivamente exigente e prolixa de conhecimentos e competências de planificação, gestão e organização; coordenação e liderança; comunicação, relacionamento e motivação; para além do conhecimento específico, pedagógico e eticamente fundado da sua modalidade; mas que por outro lado, tende a desconsiderar a importância de uma formação académica superior como requisito para o acesso à profissão.

O tema da competição, em particular a competição dos mais jovens, alimenta um conjunto de equívocos e discrepâncias entre as retóricas e as práticas dos treinadores. No plano do enunciado dos princípios, as competições no desporto infantil e juvenil devem servir, como um processo da formação quer seja do atleta quer seja do cidadão. Por isso, devem estar organicamente ligadas com as funções atribuídas ao treino, quer no plano organizativo como no plano dos conteúdos (WEINECK, 1983). No entanto, Tschiene (1995) nos esclarece que o papel da competição, no atual sistema desportivo, corre o risco de perder o potencial formativo e se tornar simplesmente um momento de busca pela vitória. O abandono da prática das modalidades é um fenómeno empírico transversal e generalizado. Pelo que se observa, nem todas as crianças que iniciam no judô ou em outra modalidade continuarão competindo da idade adulta. Sapp e Haubenstricker (1978) mostraram que antigos atletas (n= 404), com idades entre os 11 e os 18 anos, citaram a preferência de outras atividades (64%) e a dificuldade de compatibilizar a prática da modalidade com o trabalho (44%) como razões para o abandono. Por isso, é importante considerar os diferentes tipos de drop out (PETLICHKOFF, 1996):

1. O *drop out* voluntário: as crianças e os adolescentes que abandonam e não estão necessariamente descontentes, apenas pretendem experimentar outras actividades.
2. O *drop out* resistente: as crianças e os adolescentes ainda gostam do desporto, mas não encontram na prática a satisfação que esperavam.
3. O *drop out* relutante: as crianças e os adolescentes são forçadas ao

abandono por lesão ou pelos custos financeiros dos programas de preparação desportiva.

O treinador é personagem importante neste processo de transição de um modelo ligado a formação das categorias inferiores, até ao esporte de rendimento e profissional das classes mais maduras. As concepções e as ações que ele executa durante os torneios e campeonatos podem ser diferenciais no desenvolvimento, manutenção e aprimoramento dos atletas, na longevidade e sucesso desportivo das suas carreiras, no balanço do valor e significado pessoal da sua experiência como praticante.

As exigências da prática competitiva nos esportes fazem com que a competência em transmitir as informações obrigue os treinadores a um conhecimento ao mesmo tempo versátil e sofisticado acerca dos processos de intervenção, que se revela principalmente durante a emissão da informação. Saber o que dizer, quando e como o dizer, constitui um fator concorrente do sucesso na intervenção pedagógica do treinador (BOTELHO, MESQUITA E MORENO, 2005). Cushion e Jones (2001) afirmam que a qualidade da informação passada durante os treinos e no momento da competição influencia de sobremaneira o resultado de seus atletas. As características do treinador, a sua formação e experiência, assim como as qualidades físicas, técnicas, psicológicas, entre outras, dos atletas, são determinantes no sucesso desportivo e na relação pedagógica nos desportos competitivos, segundo Sequeira (1999). Cabe ao treinador a responsabilidade de oferecer aos seus atletas as melhores condições de treinamento com o objetivo de alcançar os melhores resultados possíveis. Metzler (1989) destaca a importância de desenvolver programas de investigação empírica centrada na atuação do treinador:

“Precisamos descrever o que os treinadores e os atletas fazem, pois quer seja devido à dificuldade de implementar a pesquisa ou por existirem poucos investigadores interessados, o fato é que o processo de treino está muito pouco explorado”. (METZLER, 1989, pg. 84)

Os trabalhos científicos atuais procuram delinear um perfil

comportamental do treinador que possa servir de referência para a atuação profissional deste segmento profissional (SALMELA, 1996; CUSHION & JONES, 2001; AFONSO, MESQUITA; GRAÇA, 2003; BOTELHO, MESQUITA E MORENO, 2005; MATIAS, GREGO E SAMULSKI; 2009). Quando as ações dos treinadores são percebidas positivamente pelos atletas, observa-se o estabelecimento de uma relação de confiança e encorajamento, que beneficia o desempenho e a satisfação dos mesmos (LOBO, MORAES & NASCIMENTO, 2005). Entretanto, Bloom e Salmela (2000) alertam que dependendo do tipo de comportamento apresentado pelo treinador, a relação pode se tornar fonte de estresse e distração, prejudicando o rendimento dos atletas e afetando a auto-estima dos mesmos, tornando-os mais temerosos, ansiosos e inseguros diante da possibilidade de erros e fracassos.

Por sua vez, d'Arripe-Longueville, Fournier e Dubois (1998) analisaram as interações treinador-atleta na prática de judô feminino de nível de elite e constataram o predomínio de um estilo autoritário com recurso a seis estratégias de interação: estimular a rivalidade entre atletas, provocá-las verbalmente, mostrar indiferença, entrar em conflito direto, demonstrar preferências e desenvolver especificamente a coesão da equipa. Os resultados desta pesquisa não corroboram o verificado por Coté et al (1995 colaboradores, no âmbito da Ginástica Artística, por Saury e Durand (1998), no âmbito da Vela, ou por Cushion e Jones (2001), no âmbito do futebol, que expressam uma relação de maior cooperação, apoio social e afetividade positiva por parte dos treinadores. A gestão destas estratégias é pensada em função das particularidades do momento em articulação com as particularidades das atletas e tem subjacente a presunção do interesse comum em otimizar os níveis de desempenho em vista à obtenção dos melhores resultados possíveis. Dado o sucesso verificado no judô feminino em França, aumenta a possibilidade de estratégias tidas como indesejáveis para um desenvolvimento psicossocial saudável se generalizaram, inclusive a escalões e níveis de prática sem pressupostos e recursos pessoais para lidar com tais níveis de estresse, ou mesmo abuso.

Por meio da tática, o atleta decide no tempo certo de uma forma

adequada à necessidade da situação ou problema que se lhe coloca (ROMÃO & PAIS, 1999). Já Garganta (2000, p. 51) afirma que a tática refere-se aos meios a utilizar, ante as condições específicas do confronto, para concretizar determinado plano de ação estrategicamente fundado. De uma forma geral, a partir das definições apresentadas, pode-se dizer que a estratégia distingue-se da tática, pois está ligada à concepção, enquanto a tática relaciona-se à execução. Alguns autores, como Gréhaigne, Godbout e Bouthier (1999), referem que a estratégia representa o que está previsto antecipadamente, enquanto a tática é a adaptação instantânea das estratégias às configurações do jogo e à circulação de bola frente à oposição. Matvéiev (1990, p. 20) dá ênfase à relação de interdependência existente entre a tática e a técnica:

"A preparação tática do atleta tem de se realizar em estreita ligação com a preparação técnica. Enquanto esta fornece os meios necessários à persecução da competição desportiva, a preparação tática assegura a sua utilização correta." (MATVÉIEV, 1990, p. 20)

A formação do treinador de judô no Rio Grande do Sul é no momento foco de discussões. Por decisões judiciais não se exige atualmente a graduação em Educação Física como determina a Lei 9696/98, que regulamentou a área não formal do mercado.

A Confederação Brasileira de Judô (CBJ), a Federação Gaúcha de Judô (FGJ), o Conselho Regional de Educação Física do Rio Grande do Sul (CREF2/RS) possuem regulamentações próprias e por vezes conflitantes. Em alguns momentos utilizam argumentos embasados na legislação³⁴, e em outros no hábito da sociedade que **enxerga no faixa-preta**, pelo peso da tradição e da mídia, e não no graduado em Educação Física, o **legítimo** professor e detentor do conhecimento necessário para a prática profissional. Para procurarmos compreender este meio específico do judô gaúcho citamos Freidson (1994, pg 210-110):

"São necessárias as profissões? Dada a ambigüidade essencial do termo, não se pode dar à questão

³⁴ Lei Federal 9696/98 que regulamenta a área não formal da Educação Física e decretos estaduais e municipais que procuram regular a atividade de ensino das lutas em geral.

uma resposta sensata. Não podemos nos safar dizendo: “Depende do que você quer dizer com a palavra”, ou não podemos responder de modo arbitrário por referência a um significado com o qual nos sintamos confortáveis mas que pode ser irrelevante para o que os outros têm em mente quando atacam as profissões. Ou podemos reformular a questão, que foi o que escolhi fazer. A expertise é necessária? Sim, não há dúvida de que alguns tipos de expertise são necessários para uma sociedade grande e complexa como a nossa, dotada de uma rica cultura material e intelectual, mesmo que sejam discutíveis os tipos particulares de expertise necessários. O credencialismo é necessário? Sim, dada uma expertise desejável, é necessário algum tipo de credencialismo numa sociedade que deseje proteger seus membros leigos dos custos de escolhas informadas de maneira indevida e proteger também o comprometimento e a integridade daqueles que praticam a expertise”. (Friedson, 1994, pgs 210-11)

Encontramos, então, o mercado de trabalho compartilhado entre treinadores que fizeram a formação exigida pela FGJ e outros que além desta cursaram o ensino superior em Educação Física.

A questão de pesquisa que procuramos responder neste estudo se apresenta da seguinte maneira:

A formação acadêmica e a graduação no judô influenciam as concepções e as ações do treinador em relação as competições?

Colocou-se como objetivo geral da pesquisa comparar se as distintas trajetórias de formação influenciam as concepções e as ações durante as competições entre treinadores de judô de sucesso, graduados e não graduados em Educação Física, do Rio Grande do Sul.

Como objetivos específicos procuramos responder as seguintes questões:

-Quais as similaridades e diferenças entre os treinadores de sucesso de judô no Rio Grande do Sul formados ou não formados em Educação Física nas concepções sobre a competição.

-Quais as similaridades e diferenças entre os treinadores de sucesso no Rio Grande do Sul com diferentes graduações de judô nas ações nas competições.

O estudo deste tema parece-nos relevante, na medida em que

permitirá abordar e aprofundar o estudo sobre a comparação das concepções e as ações durante as competições entre treinadores formados ou não formados em Educação Física.

5.2 Metodologia

5.2.1 Tipo de pesquisa

Neste estudo adotou-se uma abordagem descritiva e comparativa de natureza qualitativa, envolvendo um conjunto de treinadores intencionalmente selecionados em função do reconhecimento da qualidade da sua atividade no seio da comunidade do judô do Estado do Rio Grande do Sul. Como o objetivo do estudo foi o de investigar as concepções expressas pelos treinadores relativamente à orientação da competição e depois comparar com as ações nas competições, optamos por entrevistar dezesseis treinadores, sendo oito formados em Educação Física e oito sem esta formação, e posteriormente registrar as ações nas competições de seis treinadores, sendo escolhidos para esta etapa os três treinadores mais representativos de cada grupo.

As características de uma investigação qualitativa podem ser identificadas da seguinte maneira segundo Bogdan & Biklen, 1994, p.47-50:

- 1. A fonte direta de dados é o ambiente natural e o investigador é o instrumento principal de pesquisa;*
- 2. A investigação qualitativa é descritiva;*
- 3. Há um interesse maior no processo gerador do que nos resultados ou produtos gerados;*
- 4. Os dados são analisados, principalmente de forma indutiva;*
- 5. Os significados pessoais que as pessoas atribuem às suas vidas são vitais na investigação qualitativa. (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p.47-50)*

Os estudos de natureza qualitativa valorizam o seu cunho descritivo

e interpretativo, pelo que carecem de busca de informações detalhadas e aprofundadas sobre um indivíduo, uma situação ou fenômeno, dando preferência, em geral, ao raciocínio indutivo no tratamento dessa informação para aquisição de conhecimento (THOMAS & NELSON, 1990).

Para os estudos do tipo do adotado nesta pesquisa, Thomas e Nelson (1990) advogam que, além das descrições dos fenômenos, seu maior foco deve ser colocado na interpretação dos dados, por exemplo, compreender o processo de pensamento do treinador a respeito das decisões e ações que realiza durante a competição.

5.2.2 Sujeitos do estudo

A seleção dos participantes no estudo de caso é determinada pela natureza do problema da pesquisa, obrigando o pesquisador a explicitar os critérios de seleção dos sujeitos (Thomas & Nelson, 1990).

A nossa pretensão é investigar os treinadores que obtiveram sucesso em âmbito estadual e nacional no judô no Estado do Rio Grande do Sul³⁵.

Em sintonia com a linha de pesquisa de Graça (1997), a pretensão é estudar treinadores com um elevado nível de conhecimento sobre a matéria de ensino, dedicados à profissão, com experiência e preocupação com a qualidade da sua prática profissional. Para Berlinder (2000), a experiência é um elemento essencial para caracterizar um profissional *expert* ou especialista. Ainda, Gilbert e Trudel (2004) reconhecem que a reputação profissional no meio desportivo onde o profissional atua é um indicador importante da qualidade de seu trabalho. Neste sentido, os treinadores selecionados para o

³⁵ Como o objetivo dos capítulos 4 e 5 foi o de investigar as concepções dos treinadores sobre o planejamento dos treinos e o suas idéias sobre a competição e depois comparar com as ações nos treinos e nas competições, optamos por entrevistar dezesseis treinadores para registrarmos seus arcabouços teóricos sobre estes dois temas e posteriormente observarmos as suas ações na prática durante os treinos e as competições. No capítulo 4 abordamos o treino e no capítulo 5 as competições, analisando os mesmos treinadores. Desta forma selecionamos dentre os treinadores os oito melhores classificados em cada grupo para as entrevistas e depois os três mais importantes entre os formados e os não formados, observando-se para esta definição o sucesso competitivo, para as observações e registros nos treinos e nas competições.

nosso estudo cumprem critérios de reconhecida qualidade profissional no treinamento de equipes de judô.

Os indicadores de qualidade profissional foram estabelecidos através de critérios objetivos (registros, relatórios institucionais da Federação Gaúcha de Judô) e subjetivos (consulta a profissionais, dirigentes do judô, e treinadores). Os critérios adotados são citados a seguir, porém a ordem de citação não representa alguma classificação hierárquica entre si:

- a obtenção e manutenção de bons níveis de performance das suas equipes nos últimos cinco anos (classificação em competições oficiais);

- a contribuição na formação atletas, reconhecida pelos treinadores e dirigentes;

- estar associado a um núcleo importante e tradicional de formação de atletas de judô no Rio Grande do Sul. São considerados núcleos de formação de atletas de judô os clubes ou entidades desportivas organizadas juridicamente que tenham reconhecidamente se dedicado a formação de atletas, participado de competições oficiais nas categorias mais jovens nos últimos dez anos.

- possuir uma experiência de prática profissional como treinador de judô quer seja como auxiliar ou responsável técnico, superior a dez anos.

- disponibilidade e motivação dos treinadores para participar do estudo.

- reconhecimento dos treinadores e dirigentes a respeito do conhecimento que possui sobre o treino e as competições no Judô.

Para atender a estes critérios são descritos a seguir os procedimentos realizados para se definir os treinadores investigados:

- 1º Definir, junto aos dirigentes da Federação Gaúcha de Judô (FGJ), os principais núcleos e treinadores segundo o Ranking Estadual;

- 2º Identificar, com base nos relatórios da FGJ, a participação dos núcleos e treinadores em competições oficiais nos últimos cinco anos;

- 3º Contato com dirigentes do judô dos núcleos para verificar os treinadores com reconhecido conhecimento sobre o judô, sua contribuição na formação, nível de experiência e desempenho;

4º Contato com os treinadores que se enquadravam nos critérios objetivos e subjetivos de seleção, para verificar a disponibilidade e motivação para serem investigados, bem como para que indicassem e reconhecessem a reputação profissional dos treinadores entre seus pares, quanto a experiência no treino do judô e na formação, nível de desempenho das equipes, quantidade e qualidade dos atletas já formados, nível de dedicação à profissão, nível de conhecimento sobre o ensino do judô;

5º Consultar e confirmar junto da FGJ a respeito da reputação profissional dos treinadores que se pretendia pesquisar.

Foram selecionados para serem entrevistados individualmente um total de dezesseis treinadores. Oito possuem graduação em Educação Física, oito não possuem. Suas idades variam entre vinte e nove e sessenta e dois anos. Todos possuem experiência de prática pessoal no judô, tendo atingido performances distintas como atletas. Quanto ao sexo, encontramos uma predominância masculina tendo entre os dezesseis entrevistados, apenas duas treinadoras. Salienta-se que esta professora teve uma exitosa carreira enquanto competidora. Este dado é relevante e será analisado ao final deste capítulo. O tempo de prática profissional como treinador variava entre dez à trinta e três anos, até à data da pesquisa.

5.2.2.1 Treinadores com formação acadêmica em Educação Física

Foram entrevistados oito professores de judô com formação em Educação Física que exercem a função de treinador em clubes e academias do Rio Grande do Sul. A identidade dos indivíduos entrevistados para este estudo será preservada, serão utilizados nomes fictícios para os treinadores questionados. Os treinadores participantes deveriam apresentar as características relacionadas acima para serem incluídos na pesquisa. Em uma análise inicial constatamos que os treinadores são predominantemente do sexo masculino, todos faixas-pretas e desenvolvem outras atividades profissionais por razões financeiras, o que nos indica a escassa remuneração enquanto treinadores de equipes de competição. Três treinadores deste grupo foram selecionados para ser observados durante a competição.

G1 -“Roberta”, vinte e cinco anos, atualmente é coordenadora técnica da equipe de uma Universidade, formada pela ULBRA³⁶ a treinadora é faixa-preta primeiro dan. Com uma grande experiência em campeonatos municipais e estaduais possui uma sólida reputação como atleta tendo sido campeã brasileira nas classes juvenil, júnior e universitária. Ainda participa de campeonatos como atleta. Acredita que a pequena parcela, no meio dos treinadores de judô, ocupada pelas mulheres se deva a uma questão cultural. Afirma ainda que a só consegui se afirmar no meio em virtude de ter sido uma atleta vitoriosa.

G2-“Rafael” [selecionado para observação na competição], formado pela Unisinos³⁷, treinador que possui faixa preta sexto dan, lidera a equipe de competidores de um clube tradicional da capital. Após ter encerrada a carreira competitiva dedica-se a carreira de treinador e relata que seus atletas, das classes inferiores, são constantemente assediados por clubes maiores do Rio Grande do Sul e do centro do país. Alguns de seus atletas chegaram a Seleção Brasileira em Campeonatos Mundiais e Jogos Olímpicos, mas sempre representando outros clubes. Relata que não adianta o conhecimento do treinador, mas sim a estrutura econômica do clube para manter um atleta de ponta.

G3-“Antônio” [selecionado para observação na competição], formado pela UFRGS, comanda o maior clube do Rio Grande do Sul e um dos maiores do Brasil, seus atletas já conquistaram três títulos mundiais e uma medalha Olímpica. É faixa-preta sexto dan e é o treinador mais vitorioso da história do judô gaúcho, conceito expressado por todos os outros entrevistados neste estudo. Além de coordenar seu clube atua na FGJ como diretor técnico e já participou diversas vezes como treinador de equipes nacionais.

G4-“Marcelo”, 38 anos de idade, faixa preta segundo dan, com 26 anos de prática do judô, titulado bacharel em Educação Física pela Unisinos e com pós-graduação em Atividade Física Adaptada à Saúde e especialista em Medicina Esportiva por Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro, exerce a função de treinador em um clube da capital que se caracteriza pela atenção

³⁶ Universidade Luterana do Brasil

³⁷ Unisinos- Universidade do Rio dos Sinos

dada ao naipe feminino.

G5-“Fernando”, formado e pós-graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, concluiu o Mestrado em Ciências do Movimento Humano (ESEF-UFRGS) e é doutorando por uma Universidade de Málaga na Espanha, teve seu primeiro contato com o judô em 1974. Treinou em vários clubes de Porto Alegre e também participa de campeonatos como atleta master. É faixa-preta terceiro dan.

G6-“Alexandre” é o treinador mais velho de nossa amostra. Foi o professor de diversos treinadores de sucesso que participaram do estudo. Conciliou as atividades acadêmicas com o meio esportivo. Por alguns anos se afastou para a conclusão do mestrado e do doutorado. Faz uma reflexão atualmente sobre a pouca remuneração dos treinadores e a “eterna”, nas suas palavras, falta de condições gerais de trabalho. Enumera a falta de patrocinadores, a falta de espaços para a divulgação e o “baixo nível intelectual dos treinadores” como fatores que dificultam o crescimento do judô. Faz uma crítica ao campo federativo e afirma que “só fica como treinador de judô, que não consegue espaço em outras áreas”.

G7- “Mário” **[selecionado para observação na competição]** é formado em Educação Física pela UFRGS, e foi atleta do principal clube do Rio Grande do Sul por vários anos. É faixa-preta terceiro dan e está com trinta e dois anos. Após se desligar do seu antigo clube, montou uma academia com o auxílio de um numeroso grupo de pais de alunos de suas escolinhas em colégios. Trabalha junto à FGJ nos cursos técnicos de formação de faixas-pretas. Seus atletas conquistaram vários resultados em nível nacional nos últimos dois anos.

G8- “Moacir” está com trinta e quatro anos e cursa atualmente um programa de pós-graduação no nível de especialização. Mantém-se há alguns anos como a quarta força no judô gaúcho. Fruto, segundo ele, de um trabalho organizado e alicerçado em conceitos científicos do treinamento desportivo. acredita que o maior problema é adaptar o treino ao calendário da FGJ e da CBJ. Critica os dirigentes quanto a esta desorganização e também trabalha como professor de Educação Física em dois colégios particulares. Reclama do

retorno financeiro e afirma que a competição dá prejuízo para a academia, mas é o que ele gosta, e não consegue se ver afastado do ambiente competitivo.

5.3.2.2 Treinadores entrevistados sem formação acadêmica em Educação Física

NG1- “Pedro”, primeiro professor entrevistado que não possui formação acadêmica em Educação Física, treina judô desde os oito anos de idade, é natural do Estado do Rio de Janeiro, chegou a nosso Estado na década de 80. Antes de aqui chegar, morou nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Tem 59 anos de idade e portanto 51 anos de prática no judô. Sua graduação é faixa preta de 4º dan (dan). Já praticou outras artes marciais de origem japonesa, é dono da academia em que ministra suas aulas, é também professor de musculação, é casado, tem filhos e netos que moram em outra cidade. A sua esposa é licenciada em Educação Física e é sua sócia na academia, ele vê o judô mais pelo aspecto da preparação moral e filosófica, mais ligada ao modo japonês de treinamento. Segundo ele, sua academia é bem equipada e com espaço adequado ao treino das técnicas do judô e da musculação, sua academia está localizada na zona norte de Porto Alegre.

NG2- “João” [**selecionado para observação na competição**], o segundo professor entrevistado é também do sexo masculino, tem vinte e oito anos de idade, começou a treinar judô com seis anos de idade, portanto tem vinte e dois anos de treino, é possuidor da faixa preta de segundo dan. Está em plena fase competitiva, é muito focado neste objetivo. Sua academia possui boa estrutura para os treinamentos de judô. Veda valor à formação acadêmica, e é estudante dos cursos de Educação Física e Fisioterapia da ULBRA. Tem vivência em competições nacionais e internacionais e sua academia está localizada na cidade de Canoas na região metropolitana de Porto Alegre.

NG3- “Daniel”, o terceiro professor, tem cinquenta e oito anos de idade, é casado, tem oito filhos, é provisionado. Sua educação formal foi até o Segundo Dan e comanda o departamento de judô de um dos principais clubes sociais e esportivos do Rio Grande do Sul. É detentor da faixa preta sexto dan e é natural de Porto Alegre. É um dos dois únicos treinadores que vive exclusivamente das aulas de judô.

NG4- “Paulo”, o quarto professor, concorda com nosso segundo

entrevistado, dando relevância à importância do aspecto esportivo competitivo do judô, mas em razão de lesões não é mais competidor. Acredita ser importante a formação acadêmica do treinador profissional de judô, que o atleta merece por parte do seu treinador uma atenção integral voltada aos objetivos esportivos. Solteiro, reside em Porto Alegre, tem 31 anos de idade, tem vinte e sete anos de treinamento de judô, uma vez que começou a treinar com quatro anos de idade. É bacharel em Ciências Contábeis, com pós graduação em Auditoria, e é faixa-preta primeiro dan. Considera que muitos praticantes de judô não atingem níveis de graduações hierarquicamente mais elevadas em função de políticas administrativas e financeiras das federações, pois após a promoção o registro do novo dan custa de um a quatro salários mínimos.

NG5- [selecionado para observação na competição], o quinto professor comanda o maior clube fora de Porto Alegre. Militar aposentado é o responsável por uma tradicional academia que já revelou grandes atletas. Teve que, como outros treinadores, diversificar a atividades de sua academia. Atualmente oferece aulas de *jiu-jitsu* e ginástica e musculação. Iniciou a sua carreira como atleta mais tarde do que a maioria. Teve seu primeiro contato com o judô no Exército Brasileiro e a partir deste contato procurou “descontar o tempo perdido”. Após sair das atividades militares fundou a sua academia em uma cidade próxima da capital e a transformou em um importante pólo do judô competitivo. Seus alunos faixa-pretas dão aula em diversos locais, mas a filiação à FGJ se dá exclusivamente pela sua academia, o que possibilita a manutenção de uma numerosa equipe.

NG6- “Gustavo” [selecionado para observação na competição], o sexto professor, é o responsável por uma equipe que apresentou o maior crescimento nas últimas duas temporadas. Foi atleta com diversas participações em Seleções Gaúchas. Atua ainda em várias escolinhas dentro de colégios, de onde vem o seu principal rendimento financeiro. Iniciou, mas abandonou a faculdade de Educação Física. Comenta que não encontrou no ambiente acadêmico as respostas que procurava, mas tem consciência que o conhecimento científico é importante para o treinamento de seus atletas. Conta com um professor formado como auxiliar e salienta que sua maior fonte de

aquisição de conhecimento foi a convivência com outros treinadores.

NG7- “Lineu”, o sétimo treinador trabalha no interior do Rio Grande do Sul há muitos anos. Por alguns anos se afastou da FGJ e participou da Liga Rio-grandense de Judô. Foi um treinador que se destacou quando trabalhava na capital com a característica de trabalhar com equipes femininas. Um atleta da sua academia representou o Brasil, na primeira participação de uma Seleção nacional no Campeonato Mundial Sênior Feminino. Atualmente reintegrado na FGJ, desenvolve um importante trabalho com a manutenção de uma equipe competitiva afastada da capital.

NG8- O oitavo sujeito investigado é mulher e também desenvolve atividade no interior. Após uma breve carreira de atleta, iniciou seu trabalho de forma voluntária em projetos sociais. Com o passar dos anos estes projetos que visavam o regate social de crianças apresentou um viés competitivo. Alguns destes atletas apresentaram resultados expressivos. Também integrou a Liga Rio-grandense de Judô e pelo afastamento junto a Federação Gaúcha seus principais judocas estão atualmente competindo em outros Estados, principalmente Santa Catarina e São Paulo. Com o retorno à FGJ seu trabalho começa a ser observado pelos clubes da capital. Reforça que ainda o principal objetivo é o judô como forma educacional, mas constatou que a competição teve papel fundamental tanto na manutenção de seu grupo, como foi através dos resultados competitivos que ocorreu o processo de socialização que pretendia. Seus atletas vitoriosos obtiveram oportunidades que antes não conseguiam.

5.2.3 Plano de coleta de dados

A primeira parte da pesquisa foi a entrevista sobre as concepções sobre a competição. Esta etapa contou com a realização de dezesseis entrevistas sendo oito professores formados em Educação Física (G1 a G8) e oito não formados (NG1 a NG8). Para a segunda etapa realizamos observação de seis professores, sendo três formados e três não formados em quatro competições do calendário oficial da FGJ. Os professores que participaram deste estudo foram, após selecionados, contatados primeiramente por telefone

ou e-mail. Foi marcado um primeiro encontro com o objetivo de explicar o objetivo da pesquisa. Após a aceitação dos treinadores em fazer parte da investigação foi marcado em uma local neutro uma entrevista semi-estruturada em que foi abordado o tema sobre as concepções do treinador sobre o treinamento, a competição e a prática profissional.

Estas entrevistas, depois de transcritas foram levadas ao professores para que eles à analisassem e fizessem as complementações ou alterações que desejassem. Em um segundo momento esta entrevista revisada foi novamente levado ao professor que ficou de posse de uma cópia rubricada pelo pesquisador. A cópia final, rubricada pelo treinador entrevistado, serviu para a confecção da redação final do trabalho em questão.

Para a segunda etapa do estudo selecionamos os seis treinadores com o maior número de conquistas segundo o Ranking da FGJ e a participação de seus atletas nos eventos da CBJ. Outro critério foi a formação intencional da amostra: três formados e três não formados em Educação Física para atender os objetivos da investigação. Estes seis treinadores foram observados durante quatro eventos oficiais da FGJ, procurando-se centrar a investigação em apenas dois sujeitos por evento, entre setembro de 2008 até junho de 2009. O roteiro da observação foi o seguinte:

- 1- Entrevista antes do início da competição
- 2- Observação da atuação do treinador durante a competição nos momentos anteriores, durante e após os combates;
- 3- Entrevista ao final do evento

Ao final da fase de coleta de dados todos os treinadores foram novamente contatados e foi apresentado o material de cada um deles em reuniões realizadas fora do ambiente do treino.

Na tentativa de recolher dados que permitissem obter o máximo de informações, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos:

Todo o processo de entrevistas e observações foram feitas pelo pesquisador seguindo-se orientações estabelecidas pela literatura:

1. Observações diretas não estruturadas ou não sistemáticas, sem estabelecimento prévio de um foco específico para a observação (Deshaies,

1997). As observações diretas foram registradas em anedotário ou notas de campo (Bogdan & Bikley, 1994; Sanchez, 1999). Com isso pretendeu-se descrever o contexto onde ocorreram as atividades, durante a competição, e destacar informações complementares circunstanciais da atuação do treinador ou informações provenientes de contatos informais entre pesquisador e treinador que não puderam ser captados por outra forma de registro de áudio e vídeo durante todos os eventos observados.

2. Para a *observação indireta* foram necessárias gravações das intervenções dos treinadores em vídeo e áudio durante as competições observadas. A seleção das competições foi feita pelo pesquisador pela relevância do evento e outras condições favoráveis à realização do estudo. Os sons foram captados através de microfone sem fio de lapela, acoplado a uma filmadora digital. A câmera permaneceu fixada o mais distante possível dos sujeitos na tentativa de preservar o ambiente natural do treinador e alunos. Porém toda a amplitude da área de competição foi focalizada. O pesquisador manteve uma posição fixa próximo da câmara, sem expressar comentários ou manifestações que pudessem influenciar significativamente o ambiente natural e aproveitando para realizar observações diretas conforme indicada no item 1. Os dados registrados em vídeo foram armazenadas em microcomputador com o auxílio de programa de edição de imagens. A utilização destes equipamentos buscou obter integralmente as informações provenientes da atividade do treinador pesquisado. Segundo Bauer e Gaskell (2003, p.149), a utilização destes equipamentos se justificam "...sempre que um conjunto de ações humanas é complexo e difícil de ser descrito compreensivamente por um único observador". A partir destes registros, toda intervenção verbal e não verbal do treinador durante a competição está sendo transcrita em editor de texto para a etapa de análise de dados do projeto.

3. Foi realizada uma *entrevista formal semi-estruturada* com cada treinador no período inicial das filmagens, em local previamente determinado e reservado. As possibilidades de resposta foram abertas e buscavam obter informações sobre as características do contexto, dados biográficos do treinador, conhecimento dos propósitos, conteúdos, estratégias de ensino. As

respostas emitidas pelos sujeitos foram captadas e gravadas com gravador digital e estão sendo transcritas com auxílio de editor de texto. A entrevista estruturada faculta a possibilidade de comparação das respostas entre os pesquisados e mantém o pesquisador concentrado sobre os temas importantes da investigação (Graça, 1997). Segundo Ghiglione e Matalon (1992), esta forma de entrevista pode ser denominada de questionário aberto, onde a formulação e ordem das questões são fixas, mas o sujeito pesquisado pode dar uma resposta tão longa quanto desejar e o pesquisador pode intervir para incitar ou motivar para obter respostas mais completas sobre o tema.

4. Entrevistas informais foram realizadas no início de cada evento do período de observação para obter informações sobre as expectativas para aquele evento. Ao final da competição, foram solicitados esclarecimentos a respeito das alterações realizadas ao seu planejamento inicial. O objetivo destas entrevistas foi levar o treinador a refletir sobre as decisões tomadas e identificar as razões destas alterações. Estas entrevistas estão sendo transcritas com o auxílio de editor de texto.

5. Ao final do período de observação e gravação das aulas foi realizada uma *segunda entrevista formal*, previamente agendada, com cada treinador, utilizando-se o mesmo equipamento de áudio da primeira entrevista. O objetivo desta entrevista foi levar o treinador a refletir sobre o que foi planejado e o que ocorreu no evento competitivo observado

6. A última etapa de recolha de dados contou com procedimento que consiste na reprodução de imagens de vídeo e áudio dos comportamentos gravados do próprio sujeito investigado, em situação das lutas de seus atletas, solicitando que o mesmo recorde e explique os as decisões e ações de ensino realizado durante o evento (CLARK & PETERSON, 1997; LYLE, 2002; SIMÃO, 2001). Para evitar que o foco das observações dos treinadores, ao contato com suas próprias imagens, seguissem uma perspectiva diferente e incompatível com os objetivos do estudo, conforme alerta Simão (2001), foram realizados logo após aos procedimentos de observação e das entrevistas uma análise preliminar das instruções dos treinadores e formuladas questões a cerca dos conteúdos, das estratégias e das aprendizagem dos alunos, de modo a guiar o

investigador que induzia o treinador ao tema de interesse da pesquisa, sempre que o foco da observação do treinador tornava-se diferente dos objetivos do estudo. Foi analisada uma luta inteira de cada treinador, selecionada pelo investigador, seguindo os critérios de importância do combate e currículo dos atletas envolvidos. Estes procedimentos foram realizados em local previamente definido e com acesso restrito ao investigador e sujeitos. Utilizou-se um monitor de televisão colorido na exibição das imagens e um gravador digital de voz para gravar as explicações fornecidas pelos treinadores. Estes dados foram armazenados em arquivos digitais. Gaskell (2000) explica que os entrevistados em uma pesquisa qualitativa são “selecionados”, não constituindo uma “amostra”. Segundo esse autor, o termo amostra está associado aos estudos quantitativos, que requerem critérios quase impossíveis de cumprir quando se trabalha com entrevistas em profundidade. Bauer e Gaskell (2000) observam que incluir expressões numéricas vagas, tais como “mais do que a metade dos entrevistados”, não faz sentido, constituindo apenas uma tentativa inadequada de legitimar a generalização dos resultados para a população (BAUER & GASKELL, 2000, p. 41). Ghiglione e Matalon (1992, p. 50-51) também insistem no mesmo sentido, afirmando que se deve procurar incluir as diversas situações relativas ao tema analisado nas entrevistas, sem a pretensão de estabelecer inferências estatísticas a partir delas.

5.3 Apresentação e discussão dos resultados

5.3.1 *Concepções sobre as competições*

Iniciamos a entrevista com os treinadores especificamente quanto as concepções sobre as competições com a seguinte indagação: Para que servem, qual a finalidade, das competições de judô?

Após a análise das respostas não encontramos uma diferenciação entre o grupo dos formados em Educação Física e os não formados. Já, no entanto quando foram diferenciadas pela graduação específica encontramos uma tendência dos treinadores mais graduados abordarem a competição como uma

forma desenvolvimento pessoal do atleta, enquanto os menos graduados, elaborarem as respostas sob o ângulo do desempenho competitivo. Nesta amostra encontramos uma relação significativa quando comparamos graduação de judô, idade e tempo de carreira. Desta forma não podemos deixar de registrar que as diferenças encontradas nas respostas podem ser em função da idade e da experiência profissional, e não fruto exclusivo da graduação específica da faixa preta.

Nesta pergunta houve uma grande diversidade de respostas o que também foi encontrado em outros estudos sobre o tema (Cazzeto, 2008).

Ao descrever os objetivos da competição os entrevistados diferenciaram os objetivos da competição para as crianças e a competição em geral para os adultos. Os treinadores ao salientarem que as competições para as crianças não devem representar um momento de pressão, já deixam transparecer que para os adolescentes e adultos existe sim a pressão competitiva. Podemos na análise dos depoimentos da nossa amostra perceber que os treinadores mais antigos, já com bons resultados obtidos durante a carreira, declararam que conquistas no início da carreira não representam uma garantia de uma carreira vitoriosa quando adultos. Desta forma eles (os mais antigos e portanto os mais graduados) tratavam as competições infantis com menos pressão que os iniciantes, independentemente da formação acadêmica. Assim como o treino é caracterizado por uma especialização crescente, também as competições devem estar sujeitas a um processo de progressiva especialização. Desta forma, as competições também deveriam apresentar modelos que oportunisassem aos jovens atletas um processo de amadurecimento, conforme preconiza Marques (1998), que na visão dos treinadores entrevistados não ocorre .

Um ângulo que também foi abordado por eles foi que a competição é o momento de avaliação. Todos encaram este momento como um teste para o aluno e para avaliar a qualidade de seu trabalho. Declararam que a avaliação não está ligada somente ao resultado, mas ao comportamento demonstrado pelos seus atletas. Quando perguntados se esta avaliação era para todos os níveis competitivos divergiram entre manter a opinião ou fazer uma separação

entre “crianças” e “adultos”. Resumidamente, os treinadores esperam dos “adultos” um comportamento bem mais competitivo. As cobranças foram maiores para os atletas mais velhos e/ou mais graduados.

Ao descrever os objetivos da competição os treinadores demonstraram que eles diferenciam seus atletas entre aqueles que são mais comprometidos com o treinamento, e outros que embora façam parte de suas equipes não demonstram durante os treinos o mesmo comprometimento ou não atingem os resultados esperados. Desta forma, eles classificam as suas equipes em atletas de primeira e segunda linha. O comportamento dos treinadores na nossa observação fica então, relacionado em função da expectativa que ele tem de seu pupilo. Para aqueles que são os mais representativos de seu trabalho, aqueles de que esperam um resultado vitorioso, os técnicos demonstraram uma atenção maior do que para aqueles cuja expectativa era menor. Ter um currículo como atleta vitorioso garante uma atenção maior de seu treinador. Observamos quando o treinador está na cadeira³⁸ de um atleta secundário durante uma luta e um primário vai lutar, o treinador abandona o secundário e vai acompanhar o outro. Como o judô atualmente se apresenta como uma modalidade esportiva competitiva nada mais coerente, na concepção destes treinadores, do que a valorização do currículo ou dos resultados dos atletas. Alguns treinadores compartilharam a preocupação de que a supervalorização dos aspectos esportivos podem afastar o judô das bases filosóficas originais formatadas por Jigoro Kano (1882).

Os treinadores apresentaram críticas quanto aos modelos de competição, pois afirmam que atletas com nível de treinamento, objetivos e expectativas diferentes tem que participar do mesmo evento, que não consegue atender adequadamente a todos . Objetivos diferentes de competição podem resultar em modelos extremamente diferentes de competição. Pode-se ter uma distância muito grande entre um modelo que vise formar uma seleção estadual forte e outro que sirva de modelo de inclusão educacional para todos os alunos de uma determinada idade. Entre os sujeitos entrevistados observamos que para eles a competição pode ter diversos

³⁸ *Durante a luta é colocada uma cadeira à frente da área de luta para o treinador orientar seu atleta*

objetivos. Neste estudo, nosso foco foi a concepção dos treinadores sobre as competições que envolviam atletas a partir da classe juvenil (quatorze e quinze anos). A partir desta faixa etária, ocorrem competições em nível estadual, nacional e internacional; portanto exigem do praticante interessado em participar destes eventos uma dedicação diária. Estamos, desta forma, analisando um cenário pré-profissional, que produz nos jovens atletas e nos treinadores um tensionamento constante. Esta análise preliminar apresenta-nos então dois cenários bem diferentes: as competições infantis (ainda recreativas) e as competições a partir da classe juvenil com uma pressão maior. Alguns atletas, através de seus resultados, conquistaram bolsas de estudo em colégio particulares ou Bolsa Atleta³⁹, e a manutenção destes auxílios depende de resultados obtidos durante a temporada. A pressão portanto é proporcional ao que se pode perder.

Não houve nenhum posicionamento negativo com relação à competição; ou melhor, todos se declararam a favor da competição, desde que com controle e adequando a pressão ao tempo de prática do aluno. Para os mais novos, são sugeridos festivais ou encontros, onde todos possam fazer o mesmo número de lutas e receber a mesma medalha. Acreditam que é imprescindível para a formação do atleta a participação em competições, tanto para o aspecto esportivo, quanto para os aspectos ligados à formação pessoal. Nestas matérias, não se observou diferenças entre os formados em Educação Física, nem entre os não formados. Quanto ao tempo de carreira observamos que os mais antigos⁴⁰ demonstraram uma relação mais despreocupada com os resultados obtidos pelos atletas. Alguns trechos das entrevistas relatam que ao longo das carreiras eles vão aprendendo a fazer uma análise menos envolvida com emoções do que os treinadores mais jovens:

“Eu hoje sei que um resultado na competição deve ser bem analisado. De quem ele ganhou? Como ganhou? Antes eu via a medalha e achava que estava tudo certo. Tem

³⁹ Programa do Governo Federal que patrocina atletas com valores mensais de acordo com o resultados alcançados em nível nacional e internacional.

⁴⁰ Em nossa amostra obtivemos uma relação significativa entre idade, tempo de carreira e graduação específica em judô.

treinador que pensa que só por que o atleta foi campeão brasileiro juvenil vai ser campeão no júnior e no sênior. Não tem nada a ver". (Observação durante a competição do treinador formado G2).

Quanto às concepções dos treinadores de sucesso sobre as ações durante as competições encontramos similaridades sobre o que declararam. A principal diferença incidiu sobre a importância das competições dentro do planejamento de cada equipe. Para as equipes que têm como objetivo as competições nacionais e internacionais, as competições dentro do Rio Grande do Sul são vistas como uma fase do treinamento e, sendo assim, tratadas de uma forma bem mais descontraída do que aquelas equipes onde o ápice do calendário anual era planejado para determinadas competições estaduais.

"A competição é a hora de ver se o trabalho 'tá dando resultado. Não me importa, ou melhor, não é tudo que me importa, só o resultado. Eu quero ver se meu atleta está melhorando. Eu gosto quando eu falo pouco, quando eu tenho que falar o que eu já falei, eu me irrita". (Observação durante a competição do treinador formado G1).

O treinador acima confirma na sua fala uma opinião compartilhada por todos os sujeitos da amostra, que entende a competição como uma etapa de avaliação, não apenas centrada no resultado final, mas também no comportamento e no desempenho técnico.

O recorte abaixo apresenta outro tipo de comportamento recorrente entre os treinadores, que é valorizar o comportamento do atleta durante as sessões de treinamento anteriores à competição.

"Eu gosto de chegar cedo, acompanhar a pesagem, conversar com os atletas, dar o aquecimento e depois acompanhar aqueles atletas que treinaram mais. As vezes a gente tem dois atletas ao mesmo tempo lutando, eu fico com aquele que treinou mais, até para que o outro sinta que eu dou importância para o treino". (Observação durante a competição do treinador formado G2).

Este recorte exemplifica um modelo de comportamento que nos

remete a figura do antigo **sensei**, que valoriza mais o esforço e não somente o resultado. Em uma visão centrada no resultado, o treinador acompanharia o atleta com mais chances de vencer, mas a sua preocupação era em passar a Idéia de valorização do esforço.

“O importante é para aquele que ganhou é tu passar que você ‘tá feliz, tudo certo, mas tem coisa p’ra melhorar. P’ra aquele que perdeu tem encontrar alguma coisa pra elogiar. Para aquele que perdeu, porque não treinou, eu acho bom. Eu fico bravo quando aquele que não treinou pega uma chave fácil e ganha. Aí vai achando que sempre vai ser assim, aí não dá...”. (Observação durante a competição do treinador não formado NG3).

Os treinadores observados não demonstraram o hábito de registrar o que ocorre durante os treinos ou as competições. Raros foram os que possuem uma forma sistemática de controle. O treinador abaixo mostrou-se um dos poucos que desenvolveram alguma forma de registro escrito das ações durante as competições.

“A competição é a prova final. É o momento que vamos ver os progressos do treino. Tem que saber por que perdeu ou por que ganhou. Eu gosto de anotar algumas coisas por que se não a gente esquece e só vai lembrar na outra competição”. (Observação durante a competição do treinador formado NG2).

Outra questão relacionada às competições é a opinião unânime sobre o desgaste que os atuais eventos realizados pela FGJ ou outras entidades provocam, por serem excessivamente longos, prejudicando o atleta e o desempenho dos treinadores e árbitros

“Ao final de uma competição eu estou tão ou mais cansado que os atletas. Eu me preocupo por todos, e eles tem que pensar só neles. A garganta acaba, a gente grita muito e algumas competições são muito longas, é um cansaço físico e mental. Quando é aqui, tudo bem! Aí vamos para casa. Mas quando é fora, tem ainda a viagem de volta”. (Observação durante a competição do treinador formado G8).

5.3.2 Observações das Competições

Os treinadores observados durante as competições foram os mais representativos dentre os graduados em Educação Física e os não graduados. Estes treinadores foram os que melhores resultados competitivos apresentaram dentre os seus pares.

Nas competições, os treinadores foram observados em três momentos distintos: antes do início da competição, durante a competição e acompanhamento das lutas e ao final da participação dos atletas na competição. Os treinadores foram observados individualmente por competição durante as classes Junior (18 e 19 anos) e Sênior⁴¹ (acima de 19 anos).

Na análise comparativa em função da formação acadêmica dos treinadores, ao nível das ações nas competições, os treinadores não se distinguiram. Os resultados sugerem que ambos os grupos fornecem informação sobre os mesmos conteúdos e se comportam de forma semelhante.

Antes do início foi observado o acompanhamento na pesagem, a forma de aquecimento e as informações passadas ao atleta. Durante a competição registramos a atuação na cadeira de técnico ao lado do *chiai-jo*⁴², classificando as informações passadas ao longo da luta e logo após. Acompanhamos a atuação do treinador ao término do turno do torneio. Ao transcrevermos estas fichas de acompanhamento encontramos os seguintes resultados na observação das ações dos treinadores formados e não formados em Educação Física (ver Tabela 5.1).

Tabela 5. 1 Ações dos treinadores da amostra durante a competição

Ações antes da Competição	Graduados EF	Não Graduados EF
Acompanhamento na pesagem	1	2
Aquecimento comandado	0	0
Aquecimento livre	3	3
 Ações durante a competição	 Graduados EF	 Não Graduados EF
Instrução antes da luta	3	3
Instrução técnica durante a luta	3	3

⁴¹ Nas classes, ou seja, nas divisões por idade existe apenas a idade limite inferior. Isto significa que atletas juvenis ou juniores podem competir na classe sênior, que é teoricamente a mais forte.

⁴² Termo em japonês que significa a área de competição.

Instrução tática durante a luta	3	2
Incentivo emocional durante a luta	2	3
Questionamento para a arbitragem	2	2
Atendimento ao atleta perdedor	2	2
Atendimento ao atleta vencedor	3	3
Ações depois da competição	Graduados EF	Não Graduados EF
Reunião do grupo	0	0
Conversas com pequenos grupos ou individual	1	1

5.3.2.1 Ações preponderantes dos técnicos durante a observação das lutas.

Algumas das instruções, ao nosso ver, podem ser interpretadas com mais de uma intenção. Ao mesmo tempo em que ele procura dar informações ao seu atleta, preocupa-se em pressionar o adversário ou a arbitragem. Em outros momentos os treinadores passam a ser torcedores e esquecem a função descrita na literatura, que é a de orientar seu pupilo. As instruções e os comportamentos mais encontrados nas oitenta lutas observadas foram as seguintes.

Instruções ou incentivos passados de forma verbal

Instruções com o objetivo de incentivar seu atleta

Estas ações, conjuntamente com as ações de tentativa de pressão à arbitragem, foram as mais observadas. Os treinadores invariavelmente durante o acompanhamento deste estudo incentivavam seus atletas. Este papel de reforço positivo, por vezes, fazia com que se transformassem em torcedores (Tabela 5.2).

-

Tabela 5. 2 instruções de incentivo passadas de forma verbal

1- Vamos, vamos!	<i>Incentivando seu atleta</i>
2- Essa luta é tua!	<i>Incentivado seu atleta</i>
3- Vai bater, vai bater (atleta aplicando uma chave de braço ou estrangulamento)	<i>Prevendo sucesso em uma ação ofensiva, de seu atleta, no solo</i>
4- Sai, sai , sai (atleta imobilizado)	<i>Incentivando seu atleta a sair de uma posição de desvantagem na luta de solo</i>

- | | |
|---|---|
| 5- Segura, segura (atleta imobilizando) | <i>Prevendo sucesso em uma ação ofensiva, de seu atleta, no solo</i> |
| 6- Ele cansou | <i>Incentivando para obter vantagem pela superioridade física demonstrada</i> |

Dos seis treinadores observados, não encontramos diferenças quanto às ações de incentivo durante as lutas. O comportamento do técnico durante a competição pode ser analisado quanto a importância da luta, o nível do adversário e a expectativa que ele deposita no seu atleta. Durante a observação neste estudo não foi registrado um padrão para cada treinador, mas sim um padrão relacionado a importância dada a cada luta. Os recortes de entrevista abaixo concorrem para essa conclusão:

"Eu fico nervoso, se é uma luta que eu sei que dá pra ganhar. Se meu atleta tem condições, treinou bem eu quero que ele ganhe, sim. Daí eu grito, falo alto, tento incentivar com tudo que eu posso.... Se eu sei que ainda não dá, eu fico mais tranquilo na cadeira". (Observação durante a competição do treinador não formado NG2).

Outro treinador formado afirma que seu comportamento e as instruções que passa são advindas da observação do comportamento do atleta. A pertinência e intensidade dos incentivos é influenciada pela correlação de forças particular de cada luta, podendo ser um fator decisivo em momentos-chave.

"Na cadeira, o papel do técnico é também de incentivar, não penso que seja o principal...Se o atleta não tiver treinado bem, não adianta tentar passar no grito. Sei que às vezes um grito, um gesto na hora certa pode fazer a diferença". (Observação durante a competição do treinador formado G7).

Instruções táticas

As instruções táticas foram divididas em ações em que o treinador orientava as ações ofensivas de seu atleta e em ações em que ele instruíam para diminuir as técnicas ofensivas do adversário. As instruções táticas eram passadas antes das lutas, pois nas competições estaduais os treinadores já tinham observados os competidores que iriam lutar com seus pupilos.

A Tabela 5.3 ilustra as instruções transmitidas na forma verbal e gestual, respetivamente.

Tabela 5. 3 instruções táticas

<i>instruções táticas passadas de forma verbal</i>	
1-Não caminha pra frente	<i>Alertando seu atleta para não se movimentar de forma favorável á técnicas do adversário</i>
2-Chão, chão, chão	<i>Incentivando seu atleta a manter a luta no solo com o objetivo de fazer passar o tempo de uma forma segura ou obter vantagem</i>
3-Não faz chão	<i>Alertando seu atleta para não perder tempo no solo</i>
4-Vai terminar, sem risco agora.	<i>Instruindo seu atleta a manter uma postura conservadora quando em vantagem ao final da luta</i>
5-Agora tem que ser só tu.	<i>Instruindo seu atleta a manter uma postura agressiva quando em desvantagem ao final da luta</i>
<i>instruções táticas passadas de forma gestual</i>	
1-Passar ao seu atleta, através de gestos característicos, a iminência de ser punido por estar sem atacar, em postura extremamente defensiva, segurando do mesmo lado do <i>judogi</i> , ou na faixa sem atacar.	<i>Orientar taticamente seu aluno que deve mudar sua atitude em razão da iminência de ser punido através de gestos específico que os árbitros fazem ao anunciar as punições.</i>

Como citamos anteriormente o pensamento de Gréhaigne, Godbout e Bouthier (1999) e Greco (2005) quando referem que a estratégia representa o que está previsto antecipadamente, enquanto a tática é a adaptação instantânea das estratégias às configurações da luta frente as ações do adversário, podemos concluir que durante a luta ocorre, além do combate entre os atletas, uma disputa tática entre os treinadores. Os treinadores deste estudo foram escolhidos pelo seus sucessos nas competições, portanto deveriam ser *experts* na instrução tática durante a competição. Um dos pontos que os autores convergem quanto a preparação tática é que parte da análise dos pontos fortes e fracos do adversário. Nas competições estaduais, quando os mesmos adversários se encontram durante a temporada, toda a preparação tática se faz relevante. Na opinião dos treinadores, a preparação durante os treinos é indispensável para surpreender os possíveis adversários. A fala do NG6 é auto-explicativa e reveladora do prazer proporcionado pelos jogos no domínio da tática entre treinadores:

"A gente já sabe quem vai decidir o título na competição. Eu já sei com quem meu aluno vai lutar, eu sei o que o outro tem de forte, mas eu também sei que o treinador do outro também analisou o meu. Esse jogo de quem vai surpreender o outro é que é legal"⁴³. (Observação durante a competição do treinador formado G3).

Outro treinador formado fez uma separação entre estratégia e tática, que é ratificado pela literatura conforme Garganta (1994), a estratégia identifica-se com um processo de caráter prospectivo que define os contornos da atuação tática, e marca um entendimento da articulação dos papéis e responsabilidade dos treinadores e dos atletas no processo competitivo.

"Eu separo o que é preparação estratégica e preparação tática. Estratégia é tudo que vem antes, coloco aí o controle do peso, o planejamento do treino para cada competição, a preparação no treino para cada possível adversário e outras providências que eu devo tomar. A instrução tática é aquela que eu dou durante a luta, que o atleta tem que saber fazer e fazer na hora certa. A estratégia depende de mim. A ação na luta, isso é, seguir a instrução tática depende do atleta, da condição dele fazer o que eu falei. Quando dá certo, o mérito é mais dele, que conseguiu fazer. Se não tivesse mérito dele, não precisava treinar, era só contratar um grande técnico e estava pronto". (Observação durante a competição do treinador formado G2).

A preparação tática do treinador é entendida como algo forjado na experiência própria e nos ensinamentos colhidos da observação de treinadores de referência. A preparação acadêmica surge como pouco mais que irrelevante no que respeita ao domínio tático, parecendo haver um desenvolvimento incipiente do conhecimento tático alicerçado na investigação. O recorte de um professor formado explicita este ponto de vista:

"A faculdade não me auxiliou na parte específica da instrução tática, isso eu aprendi no tatame e observando treinadores que eu respeito. A faculdade me ajudou a planejar melhor, mas até isso eu acho que eu aprendi na prática... o judô tem tanta coisa tão específica que eu acho que só quem vivencia é que aprende. A faculdade ajuda, mas tem que vivenciar". (Observação durante a competição do treinador formado G7).

⁴³ Termo popular para informar o que é bom, o que é interessante.

As ações dos treinadores, quanto às instruções táticas, foram observadas em todas as lutas e a frequência está relacionada à duração da luta e ao nível de dificuldade encontrada. Quando o técnico observava uma facilidade a favor de seu pupilo as instruções se reduziam, ao contrário, quando a luta estava complicada e se encaminhava para o final o treinador aumentava a frequência de instruções. Independente da formação ou graduação específica as ações observadas foram similares.

Tentativa de pressionar a arbitragem

As tentativas de pressionar a arbitragem estão entre as ações dos treinadores mais encontradas neste estudo (Tabela 5.4). Independente das ações dos árbitros, os técnicos procuraram influir nas decisões. Registra-se que para ser árbitro de judô tem que ser obrigatoriamente faixa-preta.

Tabela 5. 4 Tentativa de pressionar a arbitragem de forma verbal ou gestual

Tentativa de pressionar a arbitragem de forma verbal	
1-Não foi nada!	<i>Afirmando a ineficiência da ação do adversário</i>
2-Só um “tá” tentado lutar!	<i>O adversário deve ser punido</i>
3-Deixa lutar chão	<i>Contra a arbitragem que não permite que a luta se desenrole no solo. Quando o seu atleta está em vantagem no placar</i>
4-Se atirou, isso é falso ataque	<i>Pedindo punição por um ataque do adversário que não teve êxito</i>
5-Como é que não vão punir!	<i>Pedindo punição ao adversário.</i>
6-Caiu de frente	<i>Contrário a pontuação dada por técnica do adversário</i>
7-Não quer lutar, tem que punir!	<i>Pressionando a arbitragem para punir o adversário</i>
8-Continua assim que ele vai ser punido!	<i>Incentivando seu atleta ao mesmo tempo em que pressiona a arbitragem</i>
9-É azul, é azul! (ao final do golden score ⁴⁴ , para pressionar a decisão	<i>Pressionando a arbitragem para que</i>

⁴⁴ Caso a luta termine empatada ocorre uma prorrogação denominada golden score. Persistindo o empate ocorre o Hantei, quando os árbitros decidem levantando uma bandeira da cor branca ou azul, decidindo quem merece a vitória.

pelas bandeiras).	<i>decidam a favor de seu atleta que esta de kimono azul</i>
10--É branco, é branco! (ao final do <i>golden score</i> , para pressionar a decisão pelas bandeiras).	<i>Pressionando a arbitragem para que decidam a favor de seu atleta que esta de kimono branco</i>

Tentativas de pressionar a arbitragem através de gestos

1-Fazer antes do árbitro a sinalização das pontuações desejadas	Sinalizar as pontuações conforme o gestual próprio da arbitragem
2-Fazer antes do árbitro a sinalização das punições desejadas	Sinalizar os gestos específicos da arbitragem das respectivas infrações
3-Gesticular pedindo punição por falta de ataque	Movimento que simula enrolar com ambas as mãos
4-Gesticular pedindo punição por posição defensiva	Braços estendidos movimentando-se na trajetória de cima pra baixo
5-Levantar e sentar na cadeira	Demonstrar insatisfação com as decisões da arbitragem

A principal causa de advertência feita aos técnicos pelos árbitros foi a tentativa de pressionar ou criticar de forma acintosa as decisões da arbitragem. A cadeira do treinador foi retirada pela Federação Internacional de Judô (FIJ), por pedido da diretoria de arbitragem, por um período para testes, devido ao comportamento dos treinadores. Atualmente a FIJ permite a presença dos técnicos em cadeiras próximas à área de luta. Neste estudo, o comportamento dos treinadores referente aos árbitros revelou um desgaste, pois os mesmos árbitros atuam em todas as competições no Estado e desentendimentos de competições anteriores são lembradas em vários momentos. Podemos encontrar este problema em alguns pontos de fricção e desconfiança, como por exemplo:

“Os árbitros às vezes erram, erram como todos nós, não tem problema. Mas, às vezes, eles olham para quem está na cadeira de técnico e querem aparecer mais do que o atleta. Tem árbitro que eu nem discuto mais, para quê? Perder meu tempo? Tem árbitro que já me marcou, acho que na dúvida ele não vai decidir a favor de meu atleta”. (Observação durante a competição do treinador formado G2).

Outros pensam que a pressão ao árbitro é importante, potencialmente compensadora, e que a função do técnico neste quesito é relevante:

“O árbitro aqui do Rio Grande do Sul sabe que tem técnico que incomoda mais. Eu falo sempre, sei que sou chato, mas acho que isso influencia a decisão deles. Na hora da dúvida e sabe que eu vou reclamar, reclamar com educação, mas tem hora que eu não consigo manter muito a calma. É raro, mas eu sei que eu sou chato, mas é pelos meus atletas. Eu sei o duro que eles deram. Se é pra um que não treina forte, eu não ligo muito não”. (Observação durante a competição do treinador não formado NG2).

Interessante observar novamente que a atuação do treinador é proporcional ao juízo que ele faz do esforço e merecimento que seu atleta conquistou durante os treinamentos. Aqueles que os técnicos elegem como seus principais atletas recebem um tratamento e uma atenção diferenciada, fazendo até mesmo os treinadores se indisporem com os árbitros ou técnicos adversários.

O comportamento dos treinadores não apresentou diferenciação em função da formação acadêmica. Não foi possível classificar quanto ao tipo ou a gravidade das reclamações relacionada à trajetória acadêmica ou graduação específica do treinador.

Por outro lado, ao observarmos os árbitros encontramos um comportamento relacionado ao currículo do treinador reclamante. Os árbitros foram mais condescendentes aos treinadores mais antigos e com mais conquistas do que com os mais novos e iniciantes. Ou seja, os mais vitoriosos reclamavam mais e eram menos advertidos. Também observamos que os árbitros mais antigos e mais graduados⁴⁵ como árbitros eram mais respeitados pelos treinadores. Encontramos novamente o respeito a hierarquia dentro do meio do judô. Os mais antigos são mais respeitados, quer seja como treinador ou árbitro.

Instrução com o objetivo de cobrança para seu atleta

A recriminação pública do treinador em relação ao seu atleta foi presenciada de uma forma que nos chamou atenção. A postura observada em

⁴⁵ A carreira de árbitro se inicia após formação de faixa-preta e tem níveis que começam no arbitro regional, depois nacional e ao final o nível internacional. O Rio Grande do Sul conta com apenas três árbitros em nível internacional.

vários combates punha em causa as declarações nas entrevistas, onde os técnicos afirmavam que durante as lutas o seu papel era de incentivar e estimular o seu pupilo, e que as correções deveriam ser feitas de forma reservada e sem a tensão dos campeonatos.

Tabela 5. 5 Cobranças feitas ao atleta durante as lutas

1-Tem que entrar!	<i>Ter uma atitude agressiva</i>
2-Assim não vai dar!	<i>Com essa atuação não irá vencer</i>
3-Ela 'tá te enrolando!	<i>O adversário está sendo superior taticamente</i>
4-Agora é tudo ou nada!	<i>Ao final da luta, quando perdendo, o atleta de arriscar mais</i>

As ações de cobrança dos treinadores se deram quando o atleta não seguia de uma forma automática as instruções. Os técnicos por vezes faziam reclamações aos atletas de forma acintosa, por vezes constrangendo os seus pupilos:

“Já falei que desse jeito não dá. Parece que não quer ganhar”. (Observação durante a competição do treinador não formado NG2).

Ou de uma forma mais incisiva e até podemos considerar agressiva:

“O que que a gente combinou? Se esqueceu de tudo? Assim não adianta treinar. Parece que é muito burro!” (Observação durante a competição do treinador não formado NG6).

Este tipo bastante forte de cobrança também pode, quando feita de forma pública, ser interpretada como uma maneira de tirar a culpa da derrota do treinador. A leitura deste tipo de comportamento parece-nos a mensagem de que a derrota ocorreu pela ineficiência do atleta e pelo não cumprimento do que foi acordado entre o atleta e o treinador. Em resumo, o treinador quando tem este comportamento abandona o seu atleta à própria sorte, uma postura que a literatura recrimina.

Ainda é comum em nosso meio a avaliação do trabalho do treinador quase que exclusivamente pelos resultados alcançados durante as competições, portanto os técnicos observados sentem essa pressão. Aqueles que já conquistaram vitórias exemplares na carreira podem ter, dentro desta

lógica, um comportamento mais sereno. Não observamos uma diferenciação do comportamento em função da formação acadêmica entre os sujeitos da amostra, mas sim da posição já alcançada dentro do cenário esportivo.

Instruções técnicas

5.3.2.3 Instrução técnica através de gestos

O treinamento técnico tem como objetivo principal proporcionar a aquisição e o aprimoramento de formas de soluções motoras, para resolver as tarefas e os problemas, que o esporte apresenta. Greco e Viana (1997), considerando as bases metodológicas e neurofisiológicas, preconizam a distinção do treinamento para adquirir a técnica (aquisição) e para a sua aplicação. Com o desenvolvimento das habilidades técnicas, ocorre a automatização e eventual execução de variantes em competições. Os modernos conceitos dos processos de coordenação de movimento e de aprendizagem motora oferecem uma sistemática de regras e medidas, a serem adotadas para a elaboração de planos de treinamento. Dentre os treinadores observados constatamos que a instrução com o objetivo de melhora técnica durante as competições não foi preponderante. Comumente vinha misturada com informações de ordem tática. Esta constatação quando questionada junto aos treinadores obtivemos resposta similares conforme a fala de um treinador não formado abaixo.

“Não tento ensinar judô na hora da competição, seria mostrar para todo mundo que eu não falei isso “pro” meu atleta quando tinha que falar. Na hora da luta ela tem fazer o que eu treinei com ele...as correções técnicas eu faço no dojô do meu clube”. (Observação durante a competição do treinador formado NG6).

As principais instruções técnicas foram de pequenos detalhes envolvendo as formas de pegadas no judogi e em ataques combinados.

As instruções de ordem técnica não foram observadas em todas as lutas. Alguns treinadores não se preocuparam em orientar tecnicamente seus

atletas em todos os combates. Esta característica de observar os detalhes técnicos e saber dar a orientação compatível com o nível dos atletas e resolver um problema que se apresenta durante a luta, caracteriza um nível avançado de treinador, segundo Matias, Lima e Greco (2006). Os dois treinadores que mais se destacaram neste quesito são os que já conquistaram as maiores vitórias esportivas, G2 e G3.

Tabela 5. 6 instrução técnica

Instruções técnicas passadas de forma verbal	
1-Sobe a mão da gola	<i>Obter vantagem com uma pegada mais favorável</i>
2-Não deixa subir essa mão	<i>Impedir uma ação do adversário</i>
3-Cuida a arrancada nas pernas!	<i>Alertar seu atleta de uma provável ação do adversário com a intenção de atacar suas pernas</i>
4-Não dá essa mão mais!	<i>Impedir uma pegada favorável do adversário</i>
5-Trabalha <i>ashi</i> ! (técnicas de perna)	<i>Desestabilizar o adversário com ações ofensivas empregando técnicas de perna</i>
6-Olha a pegada do mesmo lado!	<i>Alertar o seu atleta de uma ação que pode ser punida</i>
7-Rola pra fora! (atleta sendo atacado com estrangulamento ou chave de braço)	<i>Incentivar o atleta a sair da área válida para aplicação de técnicas de solo</i>
8-Tem que ser em sequência!	<i>Instrução para que o atleta conecte uma ação ofensiva com outra</i>
Instruções técnicas passadas por gestos	
1-Gesticular, em pé ou sentado, demonstrando a técnica indicada	<i>Repetir os movimentos das técnicas sugeridas</i>

As instruções de ordem técnica foram passadas nas lutas observadas, preponderantemente a partir do segundo minuto de luta. Os treinadores formados e os não formados em Educação Física não tiveram diferenças nem no tipo de instrução nem na frequência. Estas instruções podem apresentar uma certa dificuldade de classificação pois, em determinados momentos, foram passadas misturadas com instruções táticas, não ficando claro o objetivo de treinador. Uma crítica feita por um dos sujeitos da amostra em relação ao trabalho dos outros é que este tipo de instrução não

deve ser feita de forma pública, pois facilita a sua anulação pelo adversário.

“Eu acho engraçado, tem técnico que fala pro (sic) atleta: faz assim ou faz assado, e eu escutando tudo isso na minha cadeira. Quando eu tenho que falar algo eu falo baixo ou por gestos que só os meus atletas sabem”.(Entrevista do pesquisador com treinador formado G7)

5.4 Conclusões

5.4.1 As concepções sobre as competição

A conclusão, ao final do trabalho, é de que os treinadores ainda repetem o modelo baseado nos seus tempos de atleta e que é relacionado mais ao senso comum do que na evolução científica. Observamos que existe um modelo de comportamento do treinador que é fruto da tradição e ocorre uma repetição de certas práticas tradicionalmente aceitas no imaginário dos integrantes do meio do judô. Observamos que o comportamento não é linear dependendo do nível e da expectativa que ele nutre em relação ao atleta. Para cada tipo de situação os comportamentos observados se repetiram, não sendo possível diferenciar a formação acadêmica de cada sujeito pela observação de seu comportamento.

Transpareceu neste estudo a importância da formação inicial do treinador, precisamente no que ele vivenciou e aprendeu nos seus primeiros anos de prática como atleta. Mesmo para os com formação em Educação Física as informações advindas do meio acadêmico foram posteriores ao seu ingresso no mercado de trabalho. A formação universitária é por definição generalista o que reforça a busca por informações específicas, a prática do treinador, no ambiente esportivo. O resultado competitivo ainda é o maior argumento para classificar o trabalho de um treinador no meio do judô. Desta forma os treinadores tem se pautado pela repetição, quer seja nos métodos de treino ou nas ações durante as competições, pela cópia de modelos bem sucedidos pela sua própria experiência ou de outros treinadores. Esta avaliação, feita com base no senso comum, serve como fator que pode interferir na busca por novos métodos pelos treinadores entrevistados.

5.4.2 Sobre as ações nas competições

Apesar das conhecidas normas de condutas dos treinadores (parcialmente determinadas pelas regras da competição), a tensão das competições influencia o comportamento dos atletas. Em relação às ações do esportista, a conduta dos treinadores em condições de competição pode ser classificada como de ajuda, indiferente ou prejudicial. Os treinadores devem planejar previamente todas as variáveis de influência para mudar as ações competitivas dos esportistas. Além disso, não devem se deixar levar por emoções que possam conduzir a situações conflitantes e a alterações do esquema tático de seu atleta. No acompanhamento da atuação dos treinadores envolvidos no estudo observamos que existe entre eles similaridades. A rotina encontrada foi a do acompanhamento na pesagem, não orientação no aquecimento, orientação motivacional antes das lutas, orientação técnica, tática e motivacional durante as lutas e tentativas de pressionar a arbitragem. Não encontramos durante os eventos observados discussão entre os treinadores ou com os torcedores, o que sinaliza que podem exercer suas atividades sem serem pressionados ostensivamente. Apenas dois dos seis treinadores do estudo demonstraram o hábito de fazer anotações durante, ou logo após as lutas sobre tópicos que pretendiam falar aos atletas. Estes treinadores faziam parte do grupo dos graduados. Perguntados sobre esta característica, em momentos separados, responderam que isso era uma característica de seu antigo treinador ainda do tempo que eram competidores, que não era formado em Educação Física, demonstrando que o aprendizado está relacionado, neste caso, **mais á experiências anteriores do que à formação acadêmica**. Não foi possível durante as observações neste estudo diferenciar os treinadores com formação acadêmica em Educação Física e os leigos, comparando as suas atuações nas competições. Presume-se que exista um conjunto de ações e de comportamentos durante estes eventos, que se formou ao longo dos anos que foi absorvida por todos os treinadores observados e que as novidades científicas não sejam incorporadas na postura dos treinadores pela formação de um senso comum de difícil e lenta mudança. Não foi objetivo deste estudo confrontar as ações encontradas nos

treinamentos atuais com a vanguarda do treinamento, mas sim, procurar observar se há diferenças entre os graduados em Educação Física e os não formados. O que se constatou que não. Existe um conjunto de ações (algumas com base científica, outras não) que foram introduzidas aos treinamentos e as competições pela repetição de casos de sucesso competitivo, que são incorporadas por todos, independentemente de suas formações, por imitação de casos específicos de sucesso esportivo.

Considerações Finais

O contato com o pensamento científico não é profundo o suficiente, na maioria dos casos, para fazer com que os treinadores passem a adotá-lo para trabalhar superando as suas crenças embasadas nos anos já vivenciados nos tatames. Os que conseguem fazer isso têm melhores resultados, mas nos casos observados neste estudo, também dispõem de uma estrutura superior dificultando a análise.

Abordando as tensões existentes entre o tradicional e o moderno, podemos analisar a questão que nas corporações de ofício o mestre era o responsável e deveria dominar o conhecimento de todo o processo da produção e, atualmente na modernidade cada um é responsável e domina apenas uma etapa do processo. O treinador tradicional, o antigo *Sensei* era quem ditava as questões técnicas, táticas, físicas, psicológicas além dos aspectos formativos do caráter. Atualmente incorporaram-se outros profissionais. As grandes equipes contam com preparadores físicos, psicólogos, nutricionistas, analistas táticos e outros integrantes que não necessariamente praticaram judô. O poder absoluto do *Sensei* agora é repartido por outros agentes do treinamento.

Verjoshanski (1990) discursa sobre a importância do conhecimento científico relacionado ao desenvolvimento atlético. Em suas argumentações aborda a relação entre o saber fazer e a ciência, mencionando a possibilidade de sucesso, em um passado recente, ser devido apenas à experiência pessoal do treinador, da tentativa e erro baseado apenas na instrução e princípios lógicos, contrapondo-se à atual evolução do desporto que se baseia em

pressupostos mais objetivos, relacionada à planificação e estruturação.

As ações dos treinadores, após investigar os grupos dos formados e dos não formados, nos pareceu que não depende da formação acadêmica. O meio do judô produziu ao longo dos anos uma forma de atuar dos treinadores que tem passado de professor para o aluno (que se torna professor) mergulhado em tradições e na cópia dos modelos dos treinadores bem sucedidos. Como as Faculdades de Educação Física, são por definição, espaços de formação generalista, portanto não são centros de formação de treinadores e as Federações não tem curso de preparação profissional entende-se que na ausência de uma Escola, os jovens treinadores se espelhem nos mais antigos e vitoriosos. Desta forma as ações dos treinadores observados são provenientes de uma mesma formação: a formação prática. Sendo assim não se observou uma diferenciação entre os graduados e os não graduados em Educação Física.

5.5 Referências

- AFONSO, J. GRAÇA, A. MESQUITA, I. (2003). *O conhecimento do treinador a respeito das metodologias de ensino e treino de voleibol na formação*. In MESQUITA, I. MOUTINHO, C. FARIA, R. (eds). *Investigação em voleibol: estudos ibéricos*. Porto: FCDEF/ Universidade do Porto, p. 22-31.
- BARD, C., FLEURY, M. e GOULET, C. (1994). *Relationship between perceptual strategies and response adequacy in sport situations*. *International Journal of Sport Psychology*, 25, 266-281.
- BARD, C., FLEURY, M., & GOULET, M. (1994). *Relationship between perceptual strategies and response adequacy in sports situations*. *International Journal of Sport Psychology*, 25, 266-281.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. (2000). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2000.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. (2003). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: Um manual prático. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

- BAUER, M., GASKELL, G. (Eds). (2000). *Qualitative researching with text, image and sound*. London: Sage.
- BERLINER, D. C. (2000). A Personal Response to Those Who Bash Teacher Education. *Journal of Teacher Education*, 51(5), 358-371.
- BLOOM, G.A., & SALMELA, J.H. (2000). Personal characteristics of expert team sport coaches. *Journal of Sport Pedagogy*, 6 (2), 56-76.
- BOGDAN, R. C., & BIKLEN, S. K. (1994). **Investigação qualitativa em educação**. Porto Editora, LTDA, 1994. p.183-93.
- BOGDAN, R.C; BIKLEN, S.K. (1994). **Investigação qualitativa em educação**. Porto Editora, LTDA. p.183-93.
- BOTELHO, S.; MESQUITA, I.; MORENO, M. A intervenção verbal do treinador de voleibol na competição: estudo comparativo entre equipas masculinas e femininas dos escalões de formação. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, Porto, v.2, n.5, p.174-83, 2005.
- BRASIL. Congresso Federal. (1998). Lei nº 9.696, de 1º de set. de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselhos Federal e regional de Educação Física. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, nº 168 de 02 de setembro de 1998.
- CAZETTO, F.; LOLLO, P.; SCAGLIA, A.; PAES, R. ; MONTAUGNER, P. (2008). O Jogo como meio, o 'tecnicismo' de cara nova: o caso do Judô. *EFDeportes.com, Revista Digital*. Buenos Aires, janeiro de 2008, n.92. <http://www.efdeportes.com/efd92/judo.htm>. Acesso em 12 de setembro de 2010.
- CLARK, C. M., & PETERSON, P. L. (1986). Teachers' thought processes. In M. C. Wittrock (Ed.), **Handbook of research on teaching** (Cap. 9, pp. 255-296). London: MacMillan Publishing Company.
- CÔTÉ, J., SALMELA, J., TRUDEL, P., BARIA, A., & RUSSEL, S. (1995). The coaching model: A grounded assessment of expert gymnastic coaches' knowledge. *Journal of Sport and Exercise Psychology*, 17, 1-17
- D'ARRIPE-LONGUEVILLE, F., FOURNIER, J. F., & DUBOIS, A. (1998). The perceived effectiveness of interactions between expert french judo

- coaches and elite female athletes. *The Sport Psychologist*, 12(3), 317-332.
- DESHAIES, B. (1997). *Metodologia de investigação em Ciências Humanas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- FREIDSON, E. (1994). Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política. São Paulo:EDUSP.
- GARGANTA, J. (1994): *Para uma teoria dos jogos desportivos colectivos*. In *O ensino dos jogos desportivos: 11-25*. A. Graça & J. Oliveira (Eds.). Centro de Estudos dos Jogos Desportivos. FCDEF-UP.
- GARGANTA, J. (2000). O treino da táctica e da estratégia nos jogos desportivos. In: GARGANTA, J. **Horizontes e órbitas no treino dos jogos desportivos**. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física. Centro de Estudos dos Jogos Desportivos, 2000. p. 51-61.
- GHIGLIONE, R. & MATALON, B. (1992). *O Inquérito: teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.
- GILBERT, W & TRUDEL, P (2004) The role of the coach: How model youth team sport coaches frame their roles. *The Sport Psychologist* 18, 21-43.
- GRAÇA, A. (1997). *O Conhecimento Pedagógico do Conteúdo no Ensino do Basquetebol*. Unpublished Dissertação de Doutoramento, Universidade do Porto.
- GRECO, J. P. (2006). Conhecimento tático-técnico: eixo pendular da ação tática (criativa) nos jogos esportivos coletivos. **XI Congresso Ciências do Desporto e Educação Física dos países de língua portuguesa**. Rev. bras. Educ. Fís. Esp., São Paulo, v.20, p.210-12, set. 2006. Suplemento n.5. Pg 210-12.
- GRECO, J. P. VIANA, J. M. (1997). Os princípios do treinamento técnico aplicados ao judô e a inter-relação com as fases do treinamento. **Revista da Educação Física/UEM** 8(1): 37-43.
- GRÉHAIGNE, J.-F., GODBOUT, P., & BOUTHIER, D. (1999). The Foundations of Tactics and Strategy in Team Sports. *Journal of Teaching in Physical Education*, 18, 159-174.

- KANO, J.(1986). **Kodokan judo**. Tóquio : Kodansha.
- LIMA, A.; MESQUITA, I.; PEREIRA, F. (2007). *Análise da informação transmitida pelo treinador, no treino em voleibol. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE JOGOS DESPORTIVOS: olhares e contextos da performance. Da iniciação ao Rendimento, 1., Porto, 2007. Actas... Porto: Centro de Estudos de Jogos Desportivos/Faculdade de Desporto/ Universidade do Porto, 2007. [CD-ROM]., p. 6*
- LÔBO, I. L. B.; MORAES, L. C. C. A.; NASCIMENTO, E. (2005). *Processo de validação da escala de comportamento do treinador-versão atleta (ECT-A). Rev Bras Educ Fis Esportes, v. 19, n. 3, p. 255-265.*
- LÔBO, I. L. B.; MORAES, L. C. C. A; SILVA, L. A.; FERREIRA, R. M.;RICALDONI, H. (2009). *A. Ansiedade-traço em nadadores paraolímpicos; Um estudo comparativo. Coleção e Pesquisa em educação Física. v. 8, n. 1, p. 71-78.*
- LYLE, J. (2002). **Sports coaching concepts : a framework for coaches' behaviour**. London ; New York: Routledge.
- LYLE, J. (2008). Dealing with complexity in conceptualising coaching in team sports. In F. Tavares, A. Graça, J. Garganta e I. Mesquita (Eds) **Olhares e contextos da performance nos Jogos desportivos**, Porto.: FADEUP. p.122-130.
- MARQUES, A. T. (1998) *A criança e a atividade física: inovação e contexto. In A MARQUES e A JÚNIOR (Orgs). Educação Física: Contexto e Inovação. 15 – 31 p. Porto: FCDEF-UP.*
- MATIAS, C. J. A. S.; LIMA, C. O.; GRECO, P. J. (2006). A evolução do sistema defensivo no voleibol: análise da seleção brasileira em duas finais Olímpicas - 1984 e 2004. **Brasilian Journal of Physical Education and Sport**, v. 20, n. 5, p. 484-484.
- MATIAS, C. J. S. GRECO, P. J. SAMULSKI, D. T. (2009) *Análise de ruídos na comunicação de técnicos de voleibol para com jovens atletas. Disponível em <http://www.efdeporte.com> acesso em 21/04/2011.*
- MATVÉIEV, L. (1990). *O Processo de Treino Desportivo. Cultura Física - 2ª edição, Lisboa, Livros Horizontes.*

- METZLER, M. (1989). *A review of research on time in Sport Pedagogy. In Journal of Teaching in Physical Education. Vol 8, p. 87-103.*
- METZLER, M. (1998). *A review of research on time in sport pedagogy. Journal of teaching in Physical Education, 8, 87-103.*
- MORAES, L. C. C. A.; FILHO, E. S. M.; LÔBO, I. L. B.; SILVEIRA, D. R. (2010). *Escala do comportamento do treinador – versão treinador (ECT-T) e versão atleta (Ect-A): O que o treinador diz é confirmado pelos seus atletas? Revista brasileira de educação física e esporte, v. 24, n. 1, p. 37-47.*
- MORAES, L.C. (1990). *Ansiedade e desempenho no esporte. Revista Brasileira de Ciência e Movimento, vol 4, no. 02, pp 51-56.*
- ORLICK, T. (1990). *In pursuit of excellence. Second Edition. Champaign: Leisure Press.*
- PETLICHOFF, L. (1996). *The dropout dilemma in youth sport. In O. Bar-Or (ed.), The child and adolescent athlete. Champaign, IL: Human Kinetics.*
- PIZZI, A.; FIORINESCHI, M.; TORTORELLI, D.; GRIFONI, G. & GIORGI, S. (2002). *Indagine sul rapporto allenatore-atleta in età evolutiva. Medicina dello Sport (Turin) 55 (4). 299-304.*
- RINK, J.; FRENCH, K. & TDJEERDSMA, B. (1996): *Foundations for the learning and instruction of sport and games. J. Teach. Phys. Educ., 15: 399-417.*
- ROMÃO, P. & PAIS, S. (1999). *Desporto, Blocos I, II e III. Porto Editora, Porto.*
- ROSADO, A.; SARMENTO, P.; & RODRIGUES, J. (2000). *Formação de Treinadores Desportivos. Instituto Politécnico de Santarém, Escola Superior de Desporto de Rio Maior: Coleção Desporto.*
- SALMELA, J. H. (1996). **Great Job Coach:** getting the edge from proven winners. Ottawa: Potentium.
- SÁNCHEZ GAMBOA, S. (1997). *A Educação Física e os novos campos epistemológicos. In: Congresso Mundial de Educação Física Association Internationale des Écoles Supérieures d'Éducation Physique. Rio de Janeiro, ago. 6-9.*
- SAPP, M., & HAUBENSTRICKER, J. (1978). *Motivation for joining and reasons*

for not continuing in youth sports programs in Michigan. Paper presented at American Alliance for Health, Physical Education and Recreation (AAHPER) Convention, Kansas City, Missouri.

SIMÃO, J. V. (1998). *A formação do treinador: análise das representações dos treinadores em relação à sua própria formação*. 1998. 215 f. Dissertação (Mestrado)– Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

THOMAS, J. R., & NELSON, J. K. (1990). *Research Methods in Physical Activity* (2 ed.). Trans.). Porto: Porto Editora.

THOMAS, S.G.; COX, M.H.; LEGAL, Y.M.; VERDE, T.J.; SMITH, H.K. (1989). *Physiological profiles of the Canadian National Judo Team*. **Canadian Journal of Sports Science**, v.14, n.3, p.142-7..

TSCHIENE, P. (1995). *A necessary direction in training: the integration of biological adaptation in the training programo*. *Coaching Sport Sci. Journ.*, 1(3), 2-14.

TZU, S. (1993). *A Arte da Guerra*. Europa-América. 2ª Edição.

VENUTO , A. (1999). **Astrology as a burgeoning professional field**. Dados. [online]. 1999, vol 42 n.4, pg. 761-801. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0011525819999990004000005&ing=en&nrm=iso.ISSN 0011-5258. Acesso em 16/10/10.

VERJOSHANSKI , I. V. (1990). **Entrenamiento Desportivo: planificacion y programacion**; Barcelona: Libergraf.

WEINECK, J. (1986). *Manual de Treinamento Esportivo*. São Paulo: Ed. II, Editora Manole

YIN, R. K. (2001). *Estudo de Caso: planejamento e métodos* (D. Grassi, Trans. 2 ed.). Porto Alegre: Bookman

CAPÍTULO 6 - CONCLUSÕES GERAIS DA DISSERTAÇÃO

Ao finalizarmos este trabalho, onde investigamos questões relativas à formação profissional dos treinadores de judô do Rio Grande do Sul, nos alinhamos aos estudos científicos prévios, que concluíram que o trabalho de treinador é multifacetado, exigindo do profissional uma gama de conhecimentos diversos. Especificamente no meio investigado, pela falta de condições financeiras encontradas, cabem ao treinador, também, as funções do dirigente esportivo. Em muitos casos, todo o trabalho de uma comissão técnica era realizado por um único sujeito, obviamente sobrecarregando-o e dificultando o seu aprimoramento e especialização na sua função principal de ser treinador.

Observamos o trabalho do treinador do judô no Rio Grande do Sul, com raras exceções, organizado como um ofício, e não uma profissão. Nesse cenário, influenciado pelo respeito aos métodos do antigo mestre (*Sensei*), as mudanças são lentas. O resultado nas competições é muito valorizado, sendo praticamente o único critério para avaliação do trabalho do treinador.

A graduação específica do judô é mais valorizada do que a formação acadêmica, e concede aos professores mais graduados uma autoridade que, por vezes, dificulta a eles mesmos admitir a necessidade de novas informações. O receio de admitir, principalmente aos mais novos, a ignorância sobre certos temas impede que discussões sobre temas do treino ou da competição sejam feitas, atrasando o desenvolvimento do judô em busca da modernidade.

A análise do material produzido demonstrou que a principal fonte de conhecimento é a atividade prática, sem a mediação de uma reflexão de cunho científico sobre essa prática. Salientamos que todos os formados em Educação Física já trabalhavam quando ingressaram na faculdade, portanto já se sentiam preparados para o mercado de trabalho antes do ingresso no meio acadêmico. Os métodos de treinamento e as ações durante as competições são incorporados pelos treinadores em função de resultados competitivos de sucesso que obtiveram enquanto atleta ou treinador, ou pela cópia de outro profissional bem sucedido. Analisando as concepções dos profissionais formados em Educação Física, concluímos que o contato com o pensamento

científico não é profundo o suficiente, na maioria dos casos, para fazer com que os treinadores passem a adotá-lo para trabalhar ou modificar antigas tradições. Não encontramos diferenças entre as ações dos treinadores formados em Educação Física e os não formados (quer seja nos treinos ou nas competições), nos levando a concluir que este meio profissional está muito ligado ao senso comum e não às bases da Ciência do Desporto e, conseqüentemente, do meio acadêmico. De outra forma, analisando-se o que relataram os formados sobre a aquisição de conhecimento durante a formação acadêmica, vislumbrou-se um processo incompleto. Vários foram os depoimentos de que esperavam mais dos anos passados dentro da faculdade.

As faculdades de Educação Física, segundo os resultados desta pesquisa, não fornecem a seus alunos conhecimentos sólidos na área de treinamento desportivo, seja do ponto de vista da fisiologia, da psicologia ou da adaptação dos princípios gerais aos esportes específicos. No campo do judô, por outro lado, exige-se dos treinadores a obtenção de resultados em competições. Os critérios fundamentais de prestígio entre os treinadores são os títulos obtidos por seus atletas e sua graduação no sistema próprio do judô, figurando em posição inferior sua titulação acadêmica. Dessa forma, a aplicação dos princípios científicos ao treinamento do judô é feita apenas por alguns poucos treinadores, por decisão individual, não sendo uma prática rotineira.

Assim, presumimos que a formação profissional desejada só será alcançada se houver uma maior parceria entre as Instituições de Ensino Superior, as federações e o Sistema CONFEF, respeitando as características específicas do judô, criando novas disciplinas nos cursos de Educação Física que abordem certas questões já na graduação com profissionais que tenham a experiências acadêmicas e práticas suficientemente alargadas.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim.

Declaro que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome : _____.

Data: ____/____/____.

Assinatura: _____

ANEXO 1. - Questionário de informações para elaboração do perfil do treinador de judô do Rio Grande do Sul

1- QUESTIONÁRIO

Nome :

Idade:

Graduação no Judô:

Com que idade iniciou a prática de judô? _____

2. Em que local?

☐ Academia

☐ Clube

☐ Escolas. Qual? _____

3. Qual era a formação acadêmica de seu professor de judô?

☐ Ensino Médio ☐ Completo ☐ Incompleto.

☐ Curso Superior ☐ Completo ☐ Incompleto. Qual? _____

☐ Pós graduação ☐ Completo ☐ Incompleto. Qual? _____

☐ Outros. _____

4. Você foi competidor de judô?

☐ Sim

☐ Não

5. Quais as competições que já participou? E qual a colocação?

☐ Estadual _____

☐ Brasileiro _____

☐ Outros _____

6. Como foi o início de sua carreira como treinador de judô?

☐ Auxiliando seu treinador na academia ou escola;

☐ Dando aula em escolinhas;

☐ Passou a dar aula no lugar de seu treinador;

☐ Montou sua academia;

☐ Outros. _____

7. Em que local, trabalha como treinador?

☐ Clube

☐ Academia

☐ Escolinha em colégio

☐ Outro local _____

8. Atualmente você é treinador:

☐ Titular de seu clube;

☐ Auxiliar de seu clube;

9. O Sr é treinador de seleção gaúcha em competições a nível nacional?

☐ Sim ☐ Não

☐ Sênior ☐ Fem ☐ Masc
☐ Junior ☐ Fem ☐ Masc
☐ Juvenil ☐ Fem ☐ Masc
☐ Universitário ☐ Fem ☐ Masc

10. O Sr é treinador de seleção brasileira em competições a nível internacional?

☐ Sim ☐ Não

☐ Sênior ☐ Fem ☐ Masc
☐ Junior ☐ Fem ☐ Masc
☐ Juvenil ☐ Fem ☐ Masc
☐ Universitário ☐ Fem ☐ Masc

11. Você acompanha seus atletas nas competições fora do Estado? Com que frequência?

☐ As vezes _____
☐ Sempre
☐ Nunca

12. Quais competições um atleta seu já participou?

☐ Brasileiro; ☐ Juvenil ☐ Júnior ☐ Sênior Classificação ☐ ☐ ☐
☐ Sul-americano ☐ Juvenil ☐ Júnior ☐ Sênior Classificação ☐ ☐ ☐
☐ Pan-americano ☐ Juvenil ☐ Júnior ☐ Sênior Classificação ☐ ☐ ☐
☐ Mundial ☐ Juvenil ☐ Júnior ☐ Sênior Classificação ☐ ☐ ☐
☐ Olimpíadas. Qual a colocação? _____
☐ Outros _____

13. Trabalha quantas horas semanais como treinador de Judô?

☐ 5 Horas ☐ 6 Horas ☐ 7 Horas ☐ 8 Horas
☐ Outros _____

14. Sua equipe é composta por quantos atletas? _____

15. Qual a sua formação acadêmica?

☐ Ensino Médio ☐ completo ☐ incompleto
☐ Curso Superior ☐ completo ☐ incompleto. Qual? _____
☐ Pós graduação ☐ completo ☐ Incompleto. Qual? _____

16. Você lê sobre questões relacionadas ao treinamento e aspectos técnicos sobre o judô? Qual a fonte?

☐ Sim ☐ Não
☐ Jornal

- ☐ Artigo Científico
- ☐ Livros
- ☐ Internet. Qual o site? _____
- ☐ Outros _____

17. Trabalha em outra área a não ser como treinador?

- ☐ Sim. Qual? _____
- ☐ Não.

18. O Sr (a) adquire fitas, Dvds sobre o judô? Quais e onde?

- ☐ Internet
- ☐ Viagens
- ☐ Outros. _____

19. Qual a competição que o Sr(a) já participou como treinador?

- ☐ Estadual ☐ Mundiais
- ☐ Brasileiros ☐ Jogos Olímpicos
- ☐ Sul Americano e Pan Americano

20. Qual a competição que o Sr(a) já assistiu como espectador?

- ☐ Estadual ☐ Mundiais
- ☐ Brasileiros ☐ Jogos Olímpicos
- ☐ Sul Americano e Pan Americano

ANEXO 3.A - Questionário sobre a percepção das competências

Anexo X- Questionário com o objetivo de identificar a autopercepção dos treinadores sobre seus conhecimentos e competências profissionais.

Estão listados diversos conhecimentos e competências inerentes ao exercício da função de treinador. Indique o seu grau de conhecimento e competência pessoal em cada um dos aspectos seguintes colocando uma cruz ou círculo sobre o valor que atribui a cada item.

1	2	3	4	5
Nada Competente	Pouco competente	Competente	Muito competente	Muitíssimo competente

Planejar o treino

1 Sou capaz de planejar a sessão de treino em função das necessidades da equipe/grupo e do atleta em particular	1	2	3	4	5
2 Sou capaz de realizar o planejamento anual em função das necessidades da equipe/grupo e do atleta em particular	1	2	3	4	5
3 Sou capaz de realizar um plano de preparação plurianual em função das necessidades da equipe;grupo e do atleta em particular	1	2	3	4	5

Organizar e conduzir o treino

4 Sou capaz de organizar e conduzir a sessão de treino, garantindo um ambiente de trabalho seguro e produtivo.	1	2	3	4	5
5 Sou capaz de organizar e implementar o plano anual de treino, garantindo um ambiente de trabalho seguro e produtivo.	1	2	3	4	5
6 Sou capaz de organizar e implementar um planejamento plurianual de treino, garantindo um ambiente de trabalho seguro e produtivo.	1	2	3	4	5

Avaliar e modificar o planejamento de treino

7 Sou capaz de avaliar e modificar o plano da sessão de treino	1	2	3	4	5
8 Sou capaz de avaliar e modificar o planejamento anual do treino	1	2	3	4	5
9 Sou capaz de avaliar o plano de preparação desportiva plurianual	1	2	3	4	5

Preparar a participação na competição

10 Sou capaz de preparar um atleta/equipe para participar de forma digna e segura numa competição oficial.	1	2	3	4	5
11 Sou capaz de preparar a competição de uma temporada estabelecendo objetivos adequados às necessidades e possibilidades de uma equipe/atleta	1	2	3	4	5
12 Sou capaz de estabelecer um plano plurianual de participação na competição em função das necessidades dos atletas.	1	2	3	4	5

Orientar a equipe na competição

13 Sou capaz de dirigir um atleta/equipe durante uma competição, principalmente nos aspectos técnico e disciplinar	1	2	3	4	5
14 Sou capaz de articular a orientação da competição com o plano anual de participação na competição	1	2	3	4	5
15 Sou capaz de articular a orientação da competição com o plano	1	2	3	4	5

plurianual de participação na competição					
Exercer funções de gestão					
16 Sou capaz de gerir o desenvolvimento da carreira desportiva de atletas através de minha atividade no treino e na competição.	1	2	3	4	5
17 Sou capaz de assumir o papel de treinador principal e coordenar a atividade de outros treinadores, técnicos e especialistas das ciências do desporto.	1	2	3	4	5
18 Sou capaz de liderar (treinador, coordenador técnico) uma organização envolvendo a coordenação da atividade de atletas, treinadores, técnicos, especialistas de ciências do desporto.	1	2	3	4	5
Exercer o papel de formador					
19 Sou capaz de dar um contributo relevante para a formação desportiva de atletas.	1	2	3	4	5
20 Sou capaz de orientar a formação de treinadores principiantes.	1	2	3	4	5
21 Sou capaz de orientar a formação de pais de atletas e acompanhantes	1	2	3	4	5
22 Sou capaz de coordenar a formação de técnicos da modalidade	1	2	3	4	5
Competências gerais					
23 Sou capaz de comunicar idéias, problemas e soluções a diferentes audiências usando diversas técnicas comunicacionais.	1	2	3	4	5
24 Assumo a responsabilidade pela minha visão do mundo, numa perspectiva de preocupação com os outros, escrutinando e refletindo sobre as normas sociais e conduzindo ações para as modificar.	1	2	3	4	5
25 Sou capaz de resolver problemas em situações novas utilizando e integrando informação conhecida de fontes especializadas, tendo em consideração aspectos éticos e sociais relevantes.	1	2	3	4	5
26 Sou capaz de aprender autonomamente adotando uma atitude proativa e reflexiva sobre a minha prática.	1	2	3	4	5
Conhecimentos					
27 Tenho conhecimentos sobre a gestão de equipamentos, materiais e organização de grupos de trabalho.	1	2	3	4	5
28 Tenho conhecimentos sobre a estruturação da sessão, sobre os conteúdos, as progressões metodológicas e os métodos de ensino.	1	2	3	4	5
29 Tenho conhecimentos sobre os fundamentos teóricos do treino.	1	2	3	4	5
30 Tenho conhecimentos sobre intervenções de primeiros socorros.	1	2	3	4	5
31 Tenho conhecimentos sobre estratégias instrucionais ao nível do ensino dos conteúdos.	1	2	3	4	5
32 Tenho conhecimentos sobre a liderança de grupos recorrendo a estilos de liderança adaptados às circunstâncias.	1	2	3	4	5
33 tenho conhecimentos sobre gestão do treino, (tempo de treino e de organização das atividades)	1	2	3	4	5
34 Tenho conhecimentos sobre a avaliação do treino pelo recurso a métodos de observação e de diagnóstico da performance.	1	2	3	4	5
35 Tenho conhecimentos de procedimentos de avaliação dos conteúdos de treino (técnicos, táticos, físicos e mentais)	1	2	3	4	5
36 Tenho conhecimentos sobre a planificação e organização de competições de acordo com as necessidades competitivas dos atletas e as exigências próprias da competição.	1	2	3	4	5
37 Tenho conhecimentos necessários ao planeamento de competições “fora de casa” principalmente, no domínio da nutrição,	1	2	3	4	5

recuperação e psicologia.					
38 Tenho conhecimentos sobre o planejamento, e a avaliação das competições, no que se refere às infra-estruturas necessárias, à segurança e aos sistemas de competição.	1	2	3	4	5
39 Tenho conhecimentos sobre a implementação e avaliação das competições, no que se refere às infra-estruturas necessária, à segurança e aos sistemas de competição.	1	2	3	4	5
40 Tenho conhecimentos de planejamento, e avaliação de atividades com treinadores principiantes.	1	2	3	4	5
41 Tenho conhecimentos de implementação de atividades com treinadores principiantes.	1	2	3	4	5
42 Tenho conhecimentos de planejamento e avaliação de atividades com objetivos de formação pessoal e social dos atletas.	1	2	3	4	5
43 Tenho conhecimentos de implementação e avaliação de atividades com objetivos de formação pessoal e social dos atletas.	1	2	3	4	5
44 Tenho conhecimento acerca de planejamento e avaliação da gestão das carreiras dos atletas de competição (contratos, patrocínios,...etc.)	1	2	3	4	5
45 Tenho conhecimentos acerca da implementação da gestão das carreiras de atletas de competição (contratos, patrocínios,...etc.)	1	2	3	4	5
46 Tenho conhecimentos sobre a avaliação do desempenho profissional de outros treinadores	1	2	3	4	5
47 Tenho conhecimentos sobre a avaliação de programas que envolvam a integração de especialistas em Ciências do Desporto.	1	2	3	4	5
48 Tenho conhecimentos sobre a implementação e avaliação de programas que envolvam todas as pessoas relacionadas com o mundo do desporto (pai, dirigentes, árbitros,... etc.)	1	2	3	4	5

Anexo 3. B

Análise Descritiva através de média, desvio padrão (DP) e escore mínimo e máximo					
Questões	N	Média	DP	Mín.	Máx
1 Sou capaz de planejar a sessão de treino em função das necessidades da equipe/grupo e do atleta em particular	38	3,71	0,84	2	5
2 Sou capaz de realizar o planejamento anual em função das necessidades da equipe/grupo e do atleta em particular	38	4,16	0,86	2	5
3 Sou capaz de realizar um plano de preparação plurianual em função das necessidades da equipe;grupo e do atleta em particular	38	3,95	0,70	3	5
4 Sou capaz de organizar e conduzir a sessão de treino, garantindo um ambiente de trabalho seguro e produtivo.	38	3,82	0,77	2	5
5 Sou capaz de organizar e implementar o plano anual de treino, garantindo um ambiente de trabalho seguro e produtivo.	38	4,21	0,66	3	5
6 Sou capaz de organizar e implementar um planejamento plurianual de treino, garantindo um ambiente de trabalho seguro e produtivo.	38	4,03	0,91	2	5
7 Sou capaz de avaliar e modificar o plano da sessão de treino	38	3,87	0,78	2	5
8 Sou capaz de avaliar e modificar o planejamento anual do treino	38	4,05	0,73	2	5
9 Sou capaz de avaliar o plano de preparação desportiva plurianual	38	3,71	0,84	2	5
Competências das competições desportivas					
Questões	N	Média	DP	Mín.	Máx
10 Sou capaz de preparar um atleta/equipe para participar de forma digna e segura numa competição oficial.	38	3,84	0,75	2	5
11 Sou capaz de preparar a competição de uma temporada estabelecendo objetivos adequados às necessidades e possibilidades de uma equipe/atleta	38	4,18	0,83	3	5
12 Sou capaz de estabelecer um plano plurianual de participação na competição em função das necessidades dos atletas.	38	3,74	0,76	3	5
13 Sou capaz de dirigir um atleta/equipe durante uma competição, principalmente nos aspectos técnico e disciplinar	38	3,84	0,82	2	5
14 Sou capaz de articular a orientação da competição com o plano anual de participação na competição	38	4,24	0,82	3	5
15 Sou capaz de articular a orientação da competição com o plano plurianual de participação na competição	38	3,82	0,77	3	5
Competências da Gestão Desportiva					
Questões	N	Média	DP	Mín.	Máx
16 Sou capaz de gerir o desenvolvimento da carreira desportiva de atletas através de minha atividade no treino e na competição.	38	3,74	0,86	2	5
17 Sou capaz de assumir o papel de treinador principal e coordenar a atividade de outros treinadores, técnicos e especialistas das ciências do desporto.	38	3,55	0,89	2	5
18 Sou capaz de liderar (treinador, coordenador técnico) uma organização envolvendo a coordenação da atividade de atletas, treinadores, técnicos, especialistas de ciências do desporto.	38	3,24	0,71	2	5
Competências de Formador					

Questões	N	Média	DP	Mín.	Máx
19 Sou capaz de dar um contributo relevante para a formação desportiva de atletas.	38	3,29	0,61	2	5
20 Sou capaz de orientar a formação de treinadores principiantes.	38	3,61	0,79	2	5
21 Sou capaz de orientar a formação de pais de atletas e acompanhantes	38	3,71	0,61	2	5
22 Sou capaz de coordenar a formação de técnicos da modalidade	38	3,87	0,78	3	5
Competências Gerais					
Questões	N	Média	DP	Mín.	Máx
23 Sou capaz de comunicar idéias, problemas e soluções a diferentes audiências usando diversas técnicas comunicacionais.	38	3,55	0,55	3	5
24 Assumo a responsabilidade pela minha visão do mundo, numa perspectiva de preocupação com os outros, escrutinando e refletindo sobre as normas sociais e conduzindo ações para as modificar.	38	4,08	0,78	3	5
25 Sou capaz de resolver problemas em situações novas utilizando e integrando informação conhecida de fontes especializadas, tendo em consideração aspectos éticos e sociais relevantes.	38	4,13	0,78	2	5
26 Sou capaz de aprender autonomamente adotando uma atitude proativa e reflexiva sobre a minha prática.	38	3,89	0,69	2	5
27 Tenho conhecimentos sobre a gestão de equipamentos, materiais e organização de grupos de trabalho.	38	3,61	0,59	2	5
Conhecimentos do treino					
Questões	N	Média	DP	Mín.	Máx
28 Tenho conhecimentos sobre a estruturação da sessão, sobre os conteúdos, as progressões metodológicas e os métodos de ensino.	38	3,82	0,87	2	5
29 Tenho conhecimentos sobre os fundamentos teóricos do treino.	38	3,89	0,86	1	5
30 Tenho conhecimentos sobre intervenções de primeiros socorros.	38	4,26	0,98	2	5
31 Tenho conhecimentos sobre estratégias instrucionais ao nível do ensino dos conteúdos.	38	3,58	0,92	2	5
Conhecimento da Gestão Desportiva					
Questões	N	Média	DP	Mín.	Máx
32 Tenho conhecimentos sobre a liderança de grupos recorrendo a estilos de liderança adaptados às circunstâncias.	38	3,58	0,92	2	5
33 Tenho conhecimentos sobre gestão do treino, (tempo de treino e de organização das atividades)	38	3,82	0,83	2	5
34 Tenho conhecimentos sobre a avaliação do treino pelo recurso a métodos de observação e de diagnóstico da performance.	38	3,71	0,73	2	5
35 Tenho conhecimentos de procedimentos de avaliação dos conteúdos de treino (técnicos, táticos, físicos e mentais)	38	3,68	0,70	2	5
Conhecimento da Competição Desportiva					
Questões	N	Média	DP	Mín.	Máx

36 Tenho conhecimentos sobre a planificação e organização de competições de acordo com as necessidades competitivas dos atletas e as exigências próprias da competição.	38	4,11	0,92	2	5
37 Tenho conhecimentos necessários ao planeamento de competições “fora de casa” principalmente, no domínio da nutrição, recuperação e psicologia.	38	3,89	0,69	2	5
38 Tenho conhecimentos sobre o planeamento, e a avaliação das competições, no que se refere às infra-estruturas necessárias, à segurança e aos sistemas de competição.	38	3,58	0,89	2	5
39 Tenho conhecimentos sobre a implementação e avaliação das competições, no que se refere às infra-estruturas necessária, à segurança e aos sistemas de competição.	38	4,05	0,77	2	5
Conhecimentos de Formador					
Questões	N	Média	DP	Mín.	Máx
40 Tenho conhecimentos de planeamento, e avaliação de atividades com treinadores principiantes.	38	3,66	0,81	2	5
41 Tenho conhecimentos de implementação de atividades com treinadores principiantes.	38	3,76	0,85	2	5
42 Tenho conhecimentos de planeamento e avaliação de atividades com objetivos de formação pessoal e social dos atletas.	38	3,74	0,76	2	5
43 Tenho conhecimentos de implementação e avaliação de atividades com objetivos de formação pessoal e social dos atletas.	38	3,95	0,77	3	5
44 Tenho conhecimento acerca de planeamento e avaliação da gestão das carreiras dos atletas de competição (contratos, patrocínios,...etc.)	38	3,84	0,75	3	5
45 Tenho conhecimentos acerca da implementação da gestão das carreiras de atletas de competição (contratos, patrocínios,...etc.)	38	3,24	0,82	2	5
46 Tenho conhecimentos sobre a avaliação do desempenho profissional de outros treinadores	38	3,63	0,67	2	5
47 Tenho conhecimentos sobre a avaliação de programas que envolvam a integração de especialistas em Ciências do Desporto.	38	3,47	0,65	2	5
48 Tenho conhecimentos sobre a implementação e avaliação de programas que envolvam todas as pessoas relacionadas com o mundo do desporto (pai, dirigentes, árbitros,... etc.)	38	3,34	0,91	2	5

ANEXO 3. C- Análise dos grupos de treinadores em função da graduação específica em judô Teste de Kruskal-Wallis

Ranks			
Graduação do Judô		N	Mean Rank
Competências do treino	1,2	13	8,73
	3,4	14	22,18
	5,6,7	11	28,82
	Total	38	
Competências da competição desportiva	1,2	13	13,50
	3,4	14	16,29
	5,6,7	11	30,68
	Total	38	
Competências da gestão desportiva	1,2	13	10,35
	3,4	14	19,11
	5,6,7	11	30,82
	Total	38	
Competências de formador	1,2	13	11,81
	3,4	14	19,14
	5,6,7	11	29,05
	Total	38	
Competências gerais	1,2	13	10,54
	3,4	14	23,71
	5,6,7	11	24,73
	Total	38	
Conhecimentos do treino	1,2	13	12,23
	3,4	14	16,89
	5,6,7	11	31,41
	Total	38	
Conhecimentos da gestão desportiva	1,2	13	9,12
	3,4	14	21,04
	5,6,7	11	29,82
	Total	38	
Conhecimentos da competição desportiva	1,2	13	10,31
	3,4	14	21,50
	5,6,7	11	27,82
	Total	38	
Conhecimentos do formador	1,2	13	8,12
	3,4	14	21,64
	5,6,7	11	30,23
	Total	38	

Anexo 3. D

Análise dos grupos de treinadores em função da formação acadêmica
 Teste de Kruskal-Wallis

Formação acadêmica		N	Mean Rank
Competências do treino	Ensino Médio e outras graduações	17	19,29
	Acadêmico Educação Física	12	14,54
	Graduado Educação Física	9	26,50
	Total	38	
Competências da competição desportiva	Ensino Médio e outras graduações	17	19,85
	Acadêmico Educação Física	12	16,58
	Graduado Educação Física	9	22,72
	Total	38	
Competências da gestão desportiva	Ensino Médio e outras grad	17	22,35
	Acadêmico Educação Física	12	14,38
	Graduado Educação Física	9	20,94
	Total	38	
Competências de formador	Ensino Médio e outras graduações	17	20,79
	Acadêmico Educação Física	12	13,21
	Graduado Educação Física	9	25,44
	Total	38	
Competências gerais	Ensino Médio e outras graduações	17	19,68
	Acadêmico Educação Física	12	14,33
	Graduado Educação Física	9	26,06
	Total	38	
Conhecimentos do treino	Ensino Médio e outras graduações	17	20,29
	Acadêmico Educação Física	12	16,29
	Graduado Educação Física	9	22,28
	Total	38	
Conhecimentos da gestão desportiva	Ensino Médio e outras graduações	17	20,00
	Acadêmico Educação Física	12	16,96
	Graduado Educação Física	9	21,94
	Total	38	
Conhecimentos da competição desportiva	Ensino Médio e outras graduações	17	20,18
	Acadêmico Educação Física	12	15,29
	Graduado Educação Física	9	23,83
	Total	38	
Conhecimentos do formador	Ensino Médio e outras graduações	17	19,85
	Acadêmico Educação Física	12	15,42
	Graduado Educação Física	9	24,28
	Total	38	

Anexo 4. A

Exemplo do processo – Instrumento de análise do discurso sobre os depoimentos dos não graduados sobre a preparação psicológica.

Expressões Chaves	Idéia central
NG7-Não adianta ser psicólogo do esporte genérico, isso na minha opinião não existe. <u>Certos códigos do grupo de lutadores são diferentes do grupo da natação, da ginástica, do vôlei.</u> O tipo de comportamento, as brincadeiras o tipo de esporte, é tudo diferente. Não dá para tratar todo mundo igual. <u>Eu só falo com um psicólogo que foi lutador</u>, que entende o que se passa na cabeça de vai lutar. (Entrevista de pesquisa com professor formado-NG7).	-Existe uma especificidade no grupo do judô (F) -Aceita e valoriza apenas informação dos integrantes do meio (B)
NG8-Tenho certeza que é fundamental. Já vi atleta perder por que não acreditou que podia ganhar... mas na hora da luta é <u>você que tá do lado dele, ele tem que acreditar no tu vai falar, o psicólogo não vai estar na beira do tatame.</u> Por isso eu acho que é o treinador que tem que fazer essa parte também. <u>Tem que estudar um pouco, coisa que nem todo mundo faz.</u> Não é só ficar gritando. Tem atleta que você não pode fazer isso que ele se apaga, outro tu tens que desafiar, outro abraçar... isso você vai aprendendo com o tempo e estudando um pouco. (Entrevista de pesquisa com professor não formado-NG8).	-O treinador tem condições de atuar como psicólogo (A) - Falta de estudo entre os treinadores (E)
NG1 “Eu não sei... claro que a “cabeça” é importante, mas isso o atleta já tem pronta... <u>eu não acho que é</u>	-A preparação psicológica é secundária (D)

<u>o vai decidir, se não treinou não adianta nada.” (Entrevista de pesquisa com professor não formado-NG1)</u>	
--	--

Instrumento de análise do discurso sobre os depoimentos dos graduados sobre a preparação psicológica.

Expressões Chaves	Idéias Centrais
Se eu conhecesse os atletas há muito tempo eu <u>acho que não teria muita necessidade, claro que eu sei que ajuda, os grandes clubes conseguem ter. Antes eu não queria porque achava que agente tinha outras coisas para gastar o orçamento. Quando conseguimos um valor maior e trazer atletas de São Paulo e do Rio de Janeiro vi que tinha que ter alguém para ver como esse pessoal iria ficar aqui. Longe da família, com outros companheiros de treino, outro técnico e com a pressão de dar resultado. <u>Aí eu vi que era necessária uma ajuda, mas na hora da competição tem que ser tudo comigo. (Entrevista de pesquisa com professor formado-G3)</u></u>	- O treinador tem condições de atuar como psicólogo (A) -Reconhece a importância (C) - Não abre mão da atuação (B)
“<u>Acreditar em acredito, só não acho que precise alguém de fora, que nunca botou um judogi na vida, que nunca lutou, para motivar ou acalmar meus atletas. Pelos anos de experiência como atleta e treinador eu acho que tenho condições de orientar e ajudar o meu atleta melhor que alguém que nunca passou por isso”.</u> (Entrevista de pesquisa com professor formado-G7)	-Reconhece a importância (A) - Não abre mão da atuação (B) - O treinador tem condições de atuar como psicólogo (A)
Na hora da competição	- O treinador tem condições de atuar

<i>agente tem que “apertar” alguns, abraçar ou desafiar outros. Cada atleta reage de uma maneira. <u>O bom técnico sabe como falar com cada um.</u> Com alguns só na cobrança, outros eu tenho que sempre elogiar se não, não rende. Quando agente vai de treinador de uma seleção gaúcha complica se não conhecemos bem o atleta de outro clube. O que eu quero dizer é que tem que ter vínculo com o outro. <u>Se não tiver vínculo não adianta ser o melhor psicólogo do mundo.</u> (Entrevista de pesquisa com professor formado-G8)</i>	como psicólogo (A) - Não abre mão da atuação(B)
---	---

Anexo 4. B

Treino: 1 de 3

Dia 08 julho de 2009 Responsável: treinador F3

19:34h às 21:12h

23 atletas

Idade mínima 15 anos

Graduação mínima faixa verde, máxima faixa preta

Descrição das atividades do treino:

19:34h formação para a cerimônia de início com breve discurso.

19:36h corrida ao redor da área.

19:40h exercícios durante a corrida.

19:44h interrupção da corrida e exercícios de RML.

19:52h rolamentos.

19:59h dois a dois *uchi-komi* 5 séries de 20 repetições, técnica livre.

20:08h *uchi-komi* dez séries de 10 repetições com projeção na última. Professor interrompeu uma vez para acelerar a velocidade de execução.

20:17h *uchi-komi* em linha com projeção ao final.

20:26h dois à dois, movimentação livre séries de 5 técnicas com projeção ao final.

20:32h o treinador determinou a sequência, agora com três técnicas e manteve a projeção ao final.

20:38h sequência livre, o defensor deveria permitir a pegada no *judogi* e tentar fazer a defesa com a movimentação, sem utilizar muito os braços.

20:45: início dos *randoris* de 4 minutos. Escolha livre dos adversários. Intervalo de 1 minuto entre os *randoris*, com permissão de beber água. Foram realizados 4. Durante os *randoris* o treinador incentivou diversas vezes a iniciativa de atacar

21:07 corrida ao redor da área e breve sessão de relaxamento.

21:11 cerimônia de encerramento com palavras do técnico.

21:12 fim do treino.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: A INFLUÊNCIA DA FORMAÇÃO DOS TREINADORES DE JUDÔ NA CONCEPÇÃO DO PLANEJAMENTO DOS TREINOS E AÇÕES NAS COMPETIÇÕES

Prezado professor,

Em complemento a carta convite enviada anteriormente e que trata de sua participação no estudo de doutorado do professor Luiz Maduro, intitulado, A INFLUÊNCIA DA FORMAÇÃO DOS TREINADORES DE JUDÔ NA CONCEPÇÃO DO PLANEJAMENTO DOS TREINOS E AÇÕES NAS COMPETIÇÕES, venho através desta agradecer sua disposição em participar do estudo, oportunidade em que passo a esclarecer os procedimentos metodológicos a serem adotados neste processo de investigação.

Neste estudo o senhor será submetido a um conjunto de entrevistas formais e informais. As entrevistas formais serão realizadas pelo próprio investigador em local de sua conveniência, com o propósito de caracterizar sua forma particular de elaborar os programas de treino, os conhecimentos que julga necessário para ensinar o judô, suas fontes de conhecimento e suas ações nas competições. As entrevistas informais serão realizadas juntamente com um período de observação sistemática. Serão observadas portanto, 3 (três) a 4 (quatro) de seus treinos, em seu ambiente natural de trabalho. Estes treinos serão gravados através de câmera de vídeo para análise posterior.

Todos os dados obtidos sobre sua pessoa serão mantidos sob sigilo, armazenados em micro computador pessoal do investigador e estarão à sua disposição sempre que solicitado.

A proposta do estudo é investigar suas tarefas de ensino em ambiente natural, de modo que nenhum procedimento ou equipamento especial será requisitado para sua participação. Ainda, os riscos destes procedimentos serão mínimos por envolver somente medições não-invasivas. Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão a possibilidade de análise e discussão de sua prática pedagógica, conduzindo ao aprimoramento profissional e o acesso a instrumentos atualizados de investigação pedagógica.

Poderá retirar-se do estudo a qualquer momento, não sendo obrigado a responder qualquer questão ou realizar qualquer outro procedimento que julgar inconveniente. Solicitamos sua autorização para o uso

dos resultados desta investigação em congressos, palestras, artigos técnicos e científicos sem fins lucrativos. Com a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo.

Agradecemos a vossa participação e colaboração.

Professor Ms.Luiz Maduro- pesquisador responsável

Fone(55-51) 99685222

maduro@portoweb.com.br